



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Karyne Alves dos Santos

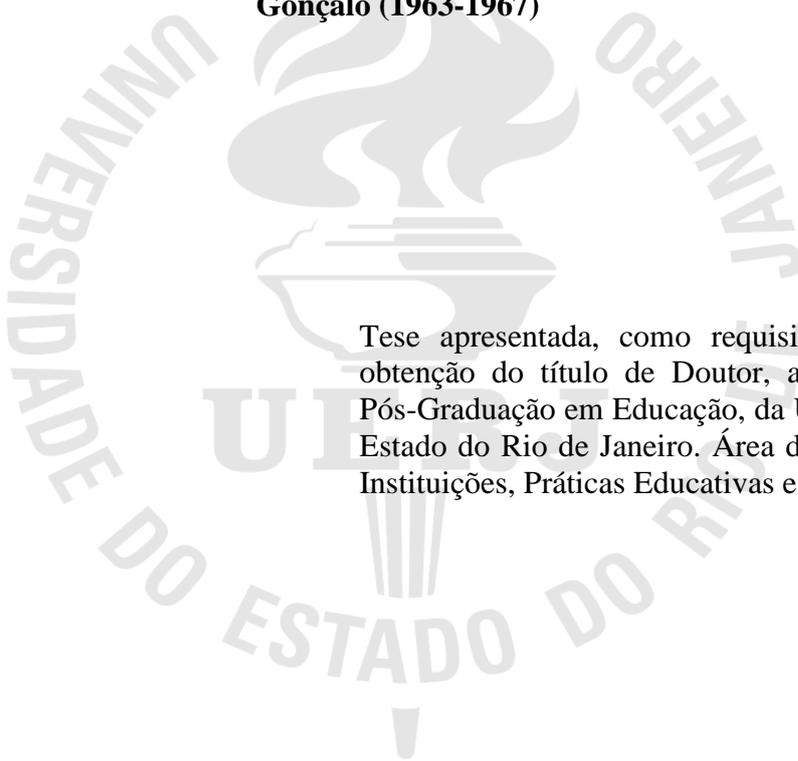
**A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no
município de São Gonçalo (1963-1967)**

Rio de Janeiro

2022

Karyne Alves dos Santos

**A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no município de São
Gonçalo (1963-1967)**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lia Ciomar Macedo de Farias

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Karyne Alves dos.
A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no município de São Gonçalo (1963-1967). – 2022.
245 f.

Orientadora: Lia Ciomar de Macedo Faria
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Política Educacional – Teses. 3. Educação - História – Teses. I. Faria, Lia Ciomar de Macedo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

bs

CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Karyne Alves dos Santos

**A educação nas páginas do “O São Gonçalo”: política educacional no município de São
Gonçalo (1963-1967)**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 18 de outubro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Lia Ciomar de Macedo Faria (Orientadora)

Faculdade de Educação - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Libânia Nacif Xavier

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof.^a Dr.^a. Mairce da Silva Araújo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Márcia Soares de Alvarenga

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Aos/as alunos/as do C.E Trasilbo Filgueiras que tanto me ensinam;

Ao meu pai (In memorian) José Pereira dos Santos presente em meu coração;

Às professoras (In memorian) Maria Marly, Haydée Figueirêdo; Jacqueline Moraes;
mulheres pesquisadoras que fizeram da escola pública seu compromisso de vida;

A eles/as dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

No processo de pesquisa organizamos os referenciais, metodologia, objetivos; etc, e geralmente os agradecimentos são escritos na finalização do trabalho, remetendo-nos a uma retrospectiva do vivido.

O percurso da construção de uma dissertação/tese requer dedicação, escolhas, solidude e leituras, nos remetendo a um ‘mergulho” intenso no objeto da pesquisa, que por vezes transitório, sempre se fará presente.

A presença do objeto da pesquisa não ocorre apenas para quem pesquisa, mas na vida daqueles que rodeiam o/a pesquisador/a, seja nas relações familiares ou profissionais. Neste sentido, tenho muito a agradecer porque a tese ora apresentada possui significados que extrapolam uma “conquista pessoal”.

Assim, inicio agradecendo à DEUS autor da vida e a Jesus seu Filho, por conceder o sopro de vida, por me sustentar em dias difíceis, por inspirar e pelas promessas de vida em abundância;

Agradeço aos meus avós Bernardo e Thereza os quais representam a perseverança em meio as adversidades; a humildade em meio a soberba; e a fé ante a dureza da vida;

Agradeço à minha mãe Maria Santana, aos meus irmãos Anderson Carlos e Carlos Andrey pelo amor e cumplicidade que nos une;

Agradeço à Camila Alves pelo que representa em minha vida, como “flechas nas mãos do guerreiro” eu a lanço, minha filha, rumo a voos altos e eternos;

Ao meu companheiro Isaac Vasques pela parceria de vida, amizade e amor dispensados na minha vida, seu apoio foi fundamental neste processo;

À Profa. Lia Faria pela orientação acadêmica e de vida ao longo do processo. A coragem é sua marca de vida, obrigada;

Às professoras Mairce Araújo, Márcia Alvarenga, Maria Angélica, Libânia Xavier e Paula Leonardi pela leitura atenta do texto e recomendações ao trabalho, em cada palavra de orientação o compromisso com uma educação de qualidade. Assim, agradeço imensamente.

Aos/as companheiros/as do grupo de pesquisa LER, em especial à Áurea Maria por sua amizade e parceria;

Aos membros da Igreja de Nova Vida do Jardim Catarina sempre incentivando e contribuindo com orações e palavras de ânimo;

À direção do C. E Trasilbo Filgueiras e todos/as professores/as amigos/as pelo incentivo, auxílio, conselhos durante o processo da tese, a vocês meu respeito pela seriedade

com a educação pública;

Às queridas Eunice Iung, Cleusa Geraldo, Andréa Ramos, Sandra Sousa e Cristiane de Freitas pelo carinho e amizade, agradeço;

À equipe da Coordenação de Supervisão Educacional da Fundação Municipal de Educação pelos aprendizados construídos e amizade estabelecida ao longo dos anos de trabalho;

Agradeço à Romana Camarinha por contribuir fortemente com minha formação profissional, seu apoio foi fundamental ao longo desta trajetória;

Em especial agradeço à professora Daucy Monteiro de Souza pela generosidade na partilha do conhecimento e nas memórias narradas ao longo da pesquisa;

Agradeço à direção do Jornal “O São Gonçalo” pelo apoio à pesquisa, pelos cafés servidos durante as buscas e a Danilo Braga pela parceria e disposição em ajudar;

Aos/as alunos/as, moradores/as de São Gonçalo agradeço por me inspirar a estudar as raízes de uma Cidade sofrida, gentil e agregadora. Por fim, finalizo agradecendo novamente a DEUS! Em cada passo dado vejo sua mão sobre minha vida!

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar
no país a máquina que prepara as democracias. Essa
máquina é a da escola pública”
(Anísio Teixeira)

RESUMO

SANTOS, Karyne Alves dos. A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO “O SÃO GONÇALO”: política educacional no Município de São Gonçalo (1963-1967), 2022. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A pesquisa investigou a história da educação no Município de São Gonçalo localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1963-1967. A Cidade vivencia um processo de industrialização e aumento populacional, causado pela presença do parque industrial e proximidade com a Capital, sendo denominada “Manchester Fluminense”. Neste contexto, os processos históricos do País, tais como as políticas populistas e o Golpe de 1964, ocupavam as capas dos Jornais, “testemunhas oculares da história”, com interpretações próprias sendo propagandas aos/as leitores/as. Desta forma, a fonte/objeto da tese foi o Jornal “O São Gonçalo” criado na Cidade no ano de 1931, revelando-se uma valiosa fonte de estudo para a história da educação. Neste sentido, o Jornal e sua “materialidade efêmera” (CAMPOS, 2012) possibilitou através das “pistas” (GINZBURG, 1989) uma leitura aprofundada e a “escrita possível” (FIGUEIRÊDO, 2010) da “história vivida decifrada no cotidiano” (MARTINS, 2012). A tese reside no campo da história da educação com foco na pesquisa bibliográfica e documental, tendo com questões norteadoras: *De que modo o impresso local retratou a educação na década de 1960? que representações da política educacional local/nacional são apresentadas no Jornal? O que as pistas encontradas revelam acerca das orientações no campo educacional nos primeiros anos da ditadura civil-militar? O que nos falam as reportagens sobre a educação na Cidade?* Os referenciais teóricos-metodológicos centraram-se nos conceitos “particularidades da observação histórica” (BLOCH, 2001) através dos “indícios” (GINZBURG, 1989) na perspectiva dos estudos da micro-história italiana mediante a observação da “escala de análise” (REVEL, 1996). A história da educação e a produção de conhecimentos a partir das particularidades apoiaram em (NUNES, 1992); (FARIA, 2006); (XAVIER, 2009); (LEONARDI, 2010), mediante o diálogo com a história local inscrita na “escala de poder” (ALVARENGA; TAVARES, 2015) e na “compreensão do local” (FIGUEIRÊDO, 2010) direcionaram o estudo objetivando a busca ao invés das afirmações. A metodologia da investigação via imprensa ocorreu no reconhecimento do Jornal enquanto produção social comprometido com “determinado projeto de sociedade” (FIGUEIRÊDO, 2010); (LUCA, 2005), contribuindo para a escrita da história. Sendo assim, os marcos da educação da Cidade encontram-se nas “primeiras vozes” da educação gonçalense (ARAÚJO; FIGUEIRÊDO; HEES; TAVARES; 2004), através do Núcleo de Pesquisa e Extensão “Vozes da Educação”, com longa trajetória de pesquisas voltadas para à escola pública e espaços não formais de educação. As contribuições da experiência de pesquisa visaram o fortalecimento da educação pública no projeto da Cidade, a expansão do direito à educação, as disputas na privatização do ensino e uma possível diminuição da “lacuna historiográfica” (FIGUEIRÊDO, 2010) da educação fluminense, particularmente nas regiões periféricas, considerando o micro/macro espaço social e os conhecimentos produzidos pela imprensa local.

Palavras-chave: História da Educação. Imprensa. Política Educacional. São Gonçalo

ABSTRACT

SANTOS, Karyne Alves dos. EDUCATION IN THE PAGES OF “O SÃO GONÇALO”: educational policy in the Municipality of São Gonçalo (1963-1967), 2022. 245 f. Thesis (Doctorate in Education) – Postgraduate Program in Education, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The research investigated the history of education in the Municipality of São Gonçalo located in the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro, between the years 1963-1967. The City experiences a process of industrialization and population increase, caused by the presence of the industrial park and proximity to the Capital, being called "Manchester Fluminense". In this context, the country's historical processes, such as populist policies and the 1964 coup, occupied the front pages of newspapers, “eyewitnesses of history”, with their own interpretations being advertisements to readers. Thus, the source/object of the thesis was the newspaper “O São Gonçalo” created in the city in 1931, proving to be a valuable source of study for the history of education. In this sense, the newspaper and its “ephemeral materiality” (CAMPOS, 2012) made it possible through the “clues” (GINZBURG, 1989) to have a deep reading and the “possible writing” (FIGUEIRÊDO, 2010) of the “history lived deciphered in everyday life” (FIGUEIRÊDO, 2010). MARTINS, 2012). The thesis resides in the field of the history of education with a focus on bibliographic and documentary research, with guiding questions: How did the local print portray education in the 1960s? What representations of local/national educational policy are presented in the Journal? What do the clues found reveal about the guidelines in the educational field in the early years of the civil-military dictatorship? What do the reports about education in the City tell us? The theoretical-methodological frameworks focused on the concepts “particularities of historical observation” (BLOCH, 2001) through “evidence” (GINZBURG, 1989) in the perspective of Italian micro-history studies through the observation of the “scale of analysis” (REVEL, 1996). The history of education and the production of knowledge from the particularities supported in (NUNES, 1992); (FARIA, 2006); (XAVIER, 2009); (LEONARDI, 2010), through the dialogue with the local history inscribed in the “scale of power” (ALVARENGA; TAVARES, 2015) and in the “understanding of the place” (FIGUEIRÊDO, 2010) directed the study aiming at the search instead of the affirmations. The methodology of the investigation via the press occurred in the recognition of the Journal as a social production committed to “a particular project of society” (FIGUEIRÊDO, 2010); (LUCA, 2005), contributing to the writing of history. Thus, the landmarks of education in the City are found in the "first voices" of education in Gonçalves (ARAÚJO; FIGUEIRÊDO; HEES; TAVARES; 2004), through the Research and Extension Center "Vozes da Educação", with a long trajectory of research aimed at public schools and non-formal education spaces. The contributions of the research experience aimed at strengthening public education in the City project, expanding the right to education, disputes over the privatization of education and a possible reduction of the “historiographical gap” (FIGUEIRÊDO, 2010) of education in Rio de Janeiro, particularly in peripheral regions, considering the micro/macro social space and the knowledge produced by the local press.

Keywords: History of Education. Press. Educational politics. Sao Goncalo

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Acervo do Jornal exemplares anos 90.....	43
Imagem 2: Acervo do Jornal encadernado.....	44
Imagem 3: Acervo dos exemplares pesquisados.....	44
Imagem 4: Exemplares do “O São Gonçalo”- 1963.....	46
Imagem 5: Primeira página do “O São Gonçalo”.....	48
Imagem 6: Página interna do “O São Gonçalo”.....	49
Imagem 7: Premiação dos destaques da Educação.....	50
Imagem 8: Coluna Assuntos Femininos.....	51
Imagem 9: Anúncio do novo “O São Gonçalo”.....	53
Imagem 10: Fotografia do fundador do Jornal - Belarmino de Mattos.....	54
Imagem 11: Coluna de aniversário do “O São Gonçalo”.....	58
Imagem 12: Expediente do “O São Gonçalo”.....	60
Imagem 13: Reportagem sobre alunas do Curso Normal.....	61
Imagem 14: Reportagem sobre o Método Paulo Freire no Estado do Rio de Janeiro.....	66
Imagem 15: Reportagem sobre as Praias de São Gonçalo.....	70
Imagem 16: Reportagem “São Gonçalo Município problema”.....	74
Imagem 17: Continuação da reportagem: “São Gonçalo Município problema”.....	76
Imagem 18: Convite para a posse do Prefeito Joaquim Lavoura.....	83
Imagem 19: Capa do “O São Gonçalo” - Prefeito Lavoura e o “Velho Capitão”.....	86
Imagem 20: Reportagem sobre a resposta do Prefeito à Diretora do G.E Adino Xavier.....	88
Imagem 21: Reportagem da Resposta do Prefeito à direção do G. E Adino Xavier.....	90
Imagem 22: Reportagem sobre o Prefeito Joaquim Lavoura.....	92
Imagem 23: Estátua de Joaquim de Almeida Lavoura.....	94
Imagem 24: Reportagem “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.....	98
Imagem 25: Reportagem sobre a Fuga do Ex-Presidente Goulart.....	101
Imagem 26: Reportagem sobre o Golpe de 1964.....	103
Imagem 27: Continuação da Reportagem sobre o Golpe de 1964.....	104
Imagem 28: Reportagem sobre o primeiro ano do Golpe de 1964.....	105
Imagem 29: Reportagem sobre as condições do loteamento Jardim Catarina.....	112
Imagem 30: Reportagem sobre as condições dos loteamentos.....	113
Imagem 31: Reportagem “Notas Colegiais”.....	113
Imagem 32: “Notas Colegiais” – Continuação.....	116
Imagem 33: Reportagem sobre o fim das aulas no ano de 1966.....	118

Imagem 34: Reportagem sobre o Colégio Melchiades Picanço.....	121
Imagem 35: Colégio Melchiades Picanço envergonha a educação.....	123
Imagem 36: Fotografia da turma da Profa. Zenith Alves Gonçalves: 1965-1967.....	125
Imagem 37: Reportagem sobre o Curso Normal do I.de Educação de S. Gonçalo.....	128
Imagem 38: Reportagem sobre funcionamento do Instituto de Educação.....	131
Imagem 39: Reportagem sobre o Instituto de Educação.....	132
Imagem 40: Reportagem sobre o novo prédio do Instituto de Educação.....	134
Imagem 41: Fachada principal do Instituto de Educação Clélia Nanci.....	136
Imagem 42: Curso Normal do IECN na Oficina de Estética – 1970.....	137
Imagem 43: Reportagem sobre obrigatoriedade da frequência escolar.....	139
Imagem 44: Reportagem sobre a construção do Grupo Escolar da Trindade.....	140
Imagem 45: Reportagem de inauguração do Grupo Escolar Lauro Corrêa.....	141
Imagem 46: Reportagem sobre ampliação da Rede Escolar de São Gonçalo.....	142
Imagem 47: Reportagem sobre aumento das vagas nas escolas.....	145
Imagem 48: Reportagem sobre construção de escolas.....	146
Imagem 49: Reportagem de inauguração dos Grupos Escolares.....	148
Imagem 50: Reportagem sobre mensalidade escolar.....	150
Imagem 51: Anúncios das escolas particulares.....	155
Imagem 52: Reportagem de como requerer Bolsa de Estudo.....	161
Imagem 53: Continuação da reportagem de como requerer Bolsa de Estudo.....	161
Imagem 54: Reportagem sobre não pagamento das bolsas de estudo.....	162
Imagem 55: Reportagem sobre 400 alunos convocados como bolsistas.....	164
Imagem 56: Reportagem sobre recursos financeiros para o MEC – 1967.....	165
Imagem 57: Reportagem sobre concessão de novas bolsas.....	169
Imagem 58: Reportagem sobre Curso na Educação.....	173
Imagem 59: Reportagem sobre Educação Cívica.....	174
Imagem 60: Reportagem sobre reivindicação dos professores.....	176
Imagem 61: Reportagem sobre Merenda Escolar.....	178
Imagem 62: Anúncio de bingo no Ginásio Pandiá Calógeras.....	178
Imagem 63: Pais de alunos reclamam de falta de vagas em escola de São Gonçalo.....	180
Imagem 64: Jovens invadiram escola: falta de matrículas.....	181
Imagem 65: Anúncio de Festa Junina em benefício da Caixa Escolar.....	183
Imagem 66: Reportagem sobre biblioteca municipal.....	185
Imagem 67: Prédio do G.E Nilo Peçanha.....	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Amostra dos achados no campo dos estudos sobre Impressos e História da Educação.....	35
Tabela 2: Idas ao acervo do Jornal “O São Gonçalo”.....	63
Tabela 3: Publicações do Jornal “O São Gonçalo”.....	63
Tabela 4: População residente Município de São Gonçalo - 1940 a 2010.....	73
Tabela 5: Quadro com número de matrículas e escolas no Município de São Gonçalo.....	108
Tabela 6: Alunos/as destaque e escolas no ano de 1966.....	116
Tabela 7: Grupos Escolares construídos no período de 1963-1967.....	152
Tabela 8: As promessas para o campo educacional em São Gonçalo (1963-1967).....	153
Tabela 9: Ensino Primário - Matrícula no fim do ano na Região Sudeste (1964- 1965).....	159
Tabela 10: Escolas Particulares criadas/ampliadas no Município de São Gonçalo a partir do ano de 1964.....	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE - Conselho Nacional de Educação
ESSO - Exxon Mobil Corporation
FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
FASG - Fundação de Artes de São Gonçalo
FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social
HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECN - Instituto de Educação Clélia Nanci
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER - Laboratório de Educação e República
MEC- Ministério da Educação
MPAS - Ministério de Previdência e Assistência Social
OMS - Organização Mundial de Saúde
PPGE - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
PROPED - Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
RBHE - Revista Brasileira de História da Educação
SBHE - Sociedade Brasileira de História da Educação
SEEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UnB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira
UPPE - União dos Professores Primários Estaduais
USAID - Agency for International Development

SUMÁRIO

	EDITORIAL: Os Caminhos da Pesquisa em tempos pandêmicos	14
	O MEMORIAL DE FORMAÇÃO E OS RETALHOS DA HISTÓRIA	17
	INTRODUÇÃO	22
1	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PELA IMPRENSA	31
1.1	Compartilhando conhecimentos em História da Educação	32
1.2	O Jornal como fonte/objeto da pesquisa	38
1.2.1	O Reencontro com a Fonte	42
1.3	O Jornal “O São Gonçalo”	53
2	A CIDADE DE SÃO GONÇALO: POLITICA LOCAL, EDUCAÇÃO E GOLPE DE 1964 SOB A ÓTICA DO JORNAL	65
2.1	O Município de São Gonçalo nos anos 1960	69
2.2	O Populismo à “moda Gonçalense” do Prefeito Joaquim de Almeida Lavoura e a Educação	78
2.3	O Golpe descrito como Revolução: aspectos da Ditadura de 1964 pela Imprensa Local	95
3	EXTRA, EXTRA: A EDUCAÇÃO ESCRITA NAS PÁGINAS DO “O São Gonçalo” (1963-1967)	107
3.1	A Educação e a Imprensa Local	111
3.2	Do papel à realidade: a criação do Instituto de Educação na Cidade	127
3.3	A criação das escolas e a democratização da Educação Pública	138
3.4	A Privatização do Direito à Educação nos anos 1960	155
3.5	Primeira Capa: publicações sobre professores/as e alunos/as	172
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
	REFERÊNCIAS	193
	ANEXOS	

EDITORIAL: Os Caminhos da Pesquisa em tempos pandêmicos

No mês de março do ano de 2020, participei da primeira e última aula das disciplinas obrigatórias do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ.

No dia seguinte à aula, o Governador do Estado do Rio de Janeiro anunciou o fechamento das escolas e atividades diversas, e seguidamente foi decretado o *lockdown*¹ no Estado. Nesta tarde, estava finalizando uma aula de história da educação na turma 3001 do Curso Normal. As alunas eufóricas comentavam o assunto e assistimos o pronunciamento do Governador na sala dos professores do C.E Trasilbo Filgueiras.

Do pronunciamento até a data da escrita deste texto temos 1 (um) ano. Uma epidemia mundial de um novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada pessoa a pessoa.²

A COVID-19 é uma doença que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves, um vírus silencioso e mortal que ceifou a vida de milhões de pessoas em todo o planeta.

No mês de fevereiro do ano de 2021, os dados do Monitora Covid da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, registraram a marca de 254.221 óbitos no Brasil³. Famílias enlutadas, vidas perdidas, despedidas que não aconteceram, uso de máscaras e higienização, isolamento, sofrimento, dor, angústia, desemprego, negacionismo e desvalorização da ciência marcaram o ano de 2020.

Torna-se importante ser solidária às famílias que tiveram perdas de seus entes queridos, porque com a morte chega à dor. A dor de quem fica, que só o tempo pode amenizar, silêncio da vida de quem partiu, pois ainda que a finitude seja real, evitamos a todo custo encontrá-la.

A escrita deste texto data de fevereiro do ano de 2021, quando a maioria dos professores/as ainda não estavam vacinados, e não tínhamos até o momento diretrizes construídas pelo Ministério da Educação - MEC no tocante à situação educacional. Aos/as professores/as dos diversos segmentos, níveis e modalidades, as ações da vida profissional

¹ Lockdown (Confinamento): Situação de calamidade de saúde pública, onde o trânsito de pessoas nas ruas fê completamente restrito, exceto trabalhadores de áreas essenciais, como Saúde, Segurança, farmácias e supermercados. É adotado para conter de forma mais rápida e eficaz a disseminação do vírus.

² Disponível em: BRASIL, 2021. Ministério da Saúde <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca> Acesso em: 10 março 2021.

³ Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/quais-diferencas-entre-isolamento-vertical-horizontal-e-lockdown>. Acesso em: 10 março 2021.

disputaram espaço/tempo com as demandas pessoais e sociais.

Diante das afrontas, acusações governamentais e de parte da sociedade em relação ao não retorno das aulas presenciais na educação básica no sistema público, tivemos muitas reuniões *online* nas plataformas digitais e aplicativos, *lives*, aulas remotas, híbridas, síncronas e assíncronas, causando uma avalanche de informações e desgastes.

No contexto das desigualdades (econômicas, educacionais, sociais e tecnológicas) as crianças, jovens e adultos brasileiros vivenciaram (ou não) o acesso à escola; diretores/as, pedagogos/as, professores/as atuaram em condições pedagógicas precárias. A inércia da política do MEC, o alargamento das discrepâncias entre o ensino público e privado, evasão escolar, exclusão tecnológica, dentre outras questões, aprofundaram a crise da educação no Brasil.

A tese não objetivou aprofundar o exposto, mas como iniciar a escrita de uma pesquisa no campo da história da educação, desconsiderando este contexto em que foi gerada? Como não registrar a inoperância do MEC, autoridades políticas e educacionais diante das mortes e demais consequências da pandemia do Covid-19, como a suspensão das aulas presenciais em todo país, sem alternativas viáveis de acesso aos estudos, principalmente dos mais pobres?

Como ignorar uma pandemia nunca vivenciada, e as perdas e mazelas aprofundadas pela incapacidade da gestão pública? Como ignorar que o fôlego de vida se fez presente alheio à má gestão da saúde pública? Uma pesquisa tecida neste tempo precisa reafirmar seu compromisso com a vida, pois se está escrita, existe e foi lida, é porque até aqui sobrevivemos.

A educação é fundamental à plenitude social e protetional de milhões de crianças, jovens e adultos e, não pode ser desconsiderada. Uma reabertura segura das Escolas e Universidades necessita da vacinação dos profissionais da educação, e uma discussão multiprofissional, envolvendo a sociedade e o Poder Público.

Após longo período de minimização da crise sanitária, defesa de tratamento sem eficácia comprovada, críticas das medidas de isolamento social, morosidade nos acordos de compra de vacinas, ineficiência da gestão pública, morte anunciada como algo “normal”, dentre outros (des)governos, o Ministério da Saúde⁴ iniciou a vacinação dos idosos, ampliando após muitos desencontros, a vacinação para toda a população.

No ano de 2022 a pesquisa foi finalizada e já estamos todos vacinados! O uso das máscaras foi liberado. As aulas presenciais nas escolas públicas retornaram e a “vida normal”

⁴ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/vacinacao-contracovid-19-comeca-na-quarta-feira>. Acesso em: 20 março 2021.

se faz presente, insistindo em brotar em meio as desigualdades aprofundadas pelo caos social e político brasileiro.

A presença marcante do passado em isolamento social (aqueles que puderam) ficará para sempre nas memórias dos que sobreviveram, e por isso comemoro a vida, a ciência, a fé e a finalização desta tese. Até aqui sobrevivemos! O amanhã? Não sabemos! Me apropriei dos versos do poeta abaixo para declarar:

O sol há de brilhar mais uma vez
A luz há de chegar aos corações
Do mal será queimada a semente
O amor será eterno novamente
(CAVAQUINHO; SOARES;1973)⁵

⁵ CAVAQUINHO, Nelson; SOARES, Élcio. Canção Juízo Final, 1973.

O MEMORIAL DE FORMAÇÃO E OS RETALHOS DA HISTÓRIA

A escrita desta tese de Doutorado, para além do objeto de estudo escolhido, agregou experiências pessoais e profissionais, sendo assim marcada por esforços na produção de uma escrita autoral.

O exercício da rememoração aliado à narrativa das histórias de vida, como parte integrante da construção da dissertação ou tese, ocorreu durante a formação no curso de Mestrado em Educação na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ⁶. As sementes plantadas durante o processo teimam em nascer em solos diversos, de sorte germinaram no solo desta tese.

A narrativa autobiográfica sob o viés reflexivo revelou os retalhos da minha trajetória, aonde utilizei a escrita em primeira pessoa e o olhar sobre mim, sendo estas umas das características do memorial de formação.

O memorial de formação é a possibilidade de “narrar nossa história por escrito para preservá-la do esquecimento. Como o lugar de contar uma história nunca contada até então – a da experiência vivida por cada um de nós” (PRADO; SOLIGO, 2005, p.7), e nesta narrativa refletir sobre o que se pretende escrever.

Desta forma, a introdução da tese de doutoramento em educação apresenta também um pequeno memorial narrativo, (re)visitando fragmentos da minha trajetória existencial, e não uma cronologia de fatos vivenciados:

A narrativa sobre si, contida nos memoriais de formação, pode funcionar como uma das possibilidades que o professor concede a si próprio para melhorar a sua capacidade de ver e de pensar sobre o que faz. Ao escrever sobre sua própria vida, cada um pode construir uma forma de registro reflexivo e não meramente descritivo. (...) Assim, é possível a leitura diacrônica do vivido e sua resignificação, feito não somente por quem viveu e registrou o acontecido, mas também por quem a lerá, como no caso dos memoriais produzidos como parte integrante dos textos monográficos. (MORAIS, 2008, p. 3).

Ao iniciar a pesquisa compartilhando a “narrativa de si”, refleti os desafios de atuar como “professora pesquisadora”, expressão balizada em Freire (1974). Ser professora e ser pesquisadora não seriam as “faces de uma mesma moeda”? Ao ensinar eu aprendo; ao

⁶ O Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPG-EDU) da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi criado no ano de 2009 e oferece ensino em nível de mestrado e doutorado em educação. A autora cursou o Mestrado em Educação no período de 2013-2015 tendo sido orientada pela Profa. Dra. Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes na linha de pesquisa: “Formação de Professores, história, memória e práticas educativas”.

aprender eu ensino; ao pesquisar eu aprendo. Assumo, na vida e na pesquisa, a unicidade de ser *professorapesquisadora* (GARCIA, 2001), em um movimento de lembrar/esquecer/registrar.

O ato de estudar foi elemento da minha infância e é parte da minha identidade. A escola e livros fizeram parte da minha infância, e contraditoriamente não fui educada num “lar letrado”. No entanto, a entrada na escola contribuiu para a construção da “consciência do mundo” (FREIRE, 1974).

Assim, como primogênita de dois irmãos, natural e moradora do Município de São Gonçalo, percebi que o acesso à escola na Cidade era precário, tal como as condições de vida da maioria dos moradores das periferias brasileiras.

O Município de São Gonçalo em especial o bairro de Jardim Catarina⁷, foi o local “escolhido” pelos meus avós maternos para construir suas vidas na “cidade grande”. O bairro de Jardim Catarina foi o único local de convívio social até o ingresso no Ensino Médio, e ao ingressar no Colégio Walter Orlandini no bairro do Paraíso, logo compreendi que “não há glamour no Catarina” (Cordeiro, 2009, p. 88).

As inúmeras desigualdades advindas do sistema excludente capitalista constituem traços da paisagem urbana do bairro, marcados pelas ausências do Poder Público.

Ruas irregulares e esburacadas do Jardim Catarina que foram abertas sem nenhum plano prévio, são preenchidas por casas construídas através de um processo de bricolagem, que confere à grande maioria um aspecto precário. Essas ruas compõem junto com outras marcas de ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população (TAVARES, 2003, p. 107).

Após um grande projeto de obras públicas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC⁸, iniciado no ano de 2007, o bairro teve suas ruas asfaltadas e melhorias no saneamento básico. No entanto, sem a manutenção do espaço público, abandono das áreas de lazer, cultura, educação e geração de renda, o quadro atual é assustador.

O cenário é de guerra urbana: “barricadas” nas vias de acesso; jovens arregimentados pelo tráfico de drogas; uso e venda de entorpecentes nas ruas gerando caos social; constantes confrontos com uso de armas de fogo; violências e o êxodo de moradores/as do bairro;

⁷ O bairro de Jardim Catarina tem a história de sua formação caracterizada pelo processo de loteamentos de terrenos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 60.

⁸ Criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável.

abandono escolar, jovens sem perspectivas, escolas atuando nas suas possibilidades etc.

As imagens do hoje não lembram a infância/adolescência que vivi nas “ruas de terra e esburacadas” do bairro. O olhar penoso e anestesiado de grande parte dos/as moradores/as e a indignação com a degradação humana, social e econômica, coexistem.

Ao caminhar nas ruas que cresci e envelheço, o sentimento de tristeza e indignação tentam me paralisar, porém, o compromisso em cooperar com a melhoria das condições escolares na localidade me mobiliza a resistir ao caos.

Ser *professorapesquisadora* neste País é desafiador, imagina nos contextos de periferia? As ausências são inúmeras e as possibilidades são arrancadas diariamente, num tempo marcado pela exploração visceral e “o sentido da não-cidadania, mantido e revigorado” (ALVARENGA; TAVARES, 2015).

Neste sentido o sistema público garantiu o “direito à educação republicana” (FARIA, SOUZA, 2008) ao possibilitar a conclusão do Ensino Médio, Graduação em Pedagogia e História, Mestrado e Doutorado em instituições públicas. E, na condição de servidora pública me foi possível a continuidade dos estudos mediante a garantia do direito legal da licença remunerada para estudos e, posteriormente sem vencimentos.

As informações acima apontam a importância das lutas coletivas dos/as trabalhadores/as em nossa sociedade, por isso compartilhei no texto. As conquistas pessoais são frutos de lutas coletivas, pois creditando apenas os esforços em âmbito individual, não obstante, sem uma rede de políticas públicas de acesso e permanência na escola (merenda, passe livre etc.); nas Redes de Ensino (garantias no Plano de Cargos e Carreiras) e na Universidade (bolsa trabalho, projetos de extensão e pesquisa, ação afirmativa), certamente não cursaria nem a Graduação.

De acordo com Alvarenga; Tavares (2015) as “desigualdades educacionais materializam a dinâmica da produção das desigualdades sociais, por isso a necessária problematização entre Estado, Sociedade e Educação, com foco nas políticas locais”. Como professora há mais de duas décadas, arrisco opinar que as ações pedagógicas na escola pública atreladas às questões sociais, econômicas, culturais e até familiares, podem colaborar para a transformação das trajetórias de vida.

Com o ingresso no curso de Mestrado em Educação na FFP/UERJ no ano de 2013, aprofundi o interesse nos estudos em história da educação, especialmente no Município de São Gonçalo.

Através das ações de extensão, estudo e pesquisa do Núcleo Vozes da Educação⁹, que visa “conhecer, reconstruir a memória e a história da educação escolar gonçalense, de criar interfaces com as escolas e com os diferentes sujeitos escolares” (ARAÚJO; TAVARES, 2011, p. 40), dissertei sobre o Curso Normal no Colégio Estadual Trasilbo Filgueiras, sob orientação da Profa. Dra. Jacqueline de Fátima dos Santos Morais.

O interesse na pesquisa e no estudo possuem as “digitais” da Professora Haydée Figueirêdo e Jacqueline Morais, presente nas memórias escolares e na luta por uma educação pública de qualidade.

O Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação no ano de 2021 completou 25 (vinte e cinco anos), em um processo constitutivo gerado em diversos espaços a muitas mãos, vozes e memórias:

Nossa história como grupo de Pesquisa e Extensão evidencia uma trajetória construída a partir de ações que articularam um grupo de professores(as) da FFP/UERJ e escolas da rede gonçalense, sindicatos, movimentos sociais, estudantes e bolsistas em um caminho de permanente construção/reconstrução (ARAÚJO; TAVARES, 2011, p. 41).

Atualmente, integro o Grupo de Pesquisa: Laboratório Educação e República – LER do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ.

O LER é coordenado pela Professora Lia Ciomar de Macedo Faria, e dedica-se aos estudos da Educação Republicana, seja no levantamento dos processos históricos que instaurados na República, seja na abordagem da atual conjuntura educacional do país, no campo da historiografia da educação brasileira.

Uma das marcas do LER, além do estudo, investigação e produção de conhecimento (usual nos grupos de pesquisas acadêmicas) é a solidariedade e acolhida. Com uma coordenadora com longa trajetória teórico-prática na educação fluminense, a Professora Lia Faria imprime em suas ações, sejam profissionais ou não, princípios de uma existência humana que perpassa a vida acadêmica e seus protocolos.

Nas palavras dos/as alunos/as: “Lia Faria é mulher pública. Sujeito político que se percebe melhor porque ente coletivo” (RIBEIRO; SILVA, 2014, p. 1)¹⁰. A participação nos

⁹ Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória e História das Escolas de São Gonçalo, formado no ano de 1996, e que tem como “primeiras vozes” (ARAÚJO; TAVARES, 2011) as professoras Haydée da Graça Ferreira de Figueirêdo, Marta Hees e Maria Tereza Goudard Tavares.

¹⁰ MIGLIEVICH, Adélia Ribeiro; NOLASCO, Leonardo Silva. Entrevista com Lia Faria - Prof^a do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ. 2014. Simbiótica. Revista Eletrônica, 1(6).

grupos de pesquisas, seja na escola ou na pós-graduação, fortaleceram o compromisso de construir um estudo com as “digitais do oleiro”, no campo da história da educação brasileira.

Assim, as limitações pessoais na escrita acadêmica atreladas à realidade surgida durante a pandemia do novo Coronavírus¹¹ (no Brasil marcado por milhões de perdas de vidas, descrédito científico, crise sanitária, negacionismo irracional e tantas mazelas), atravessam a pesquisa.

Na atual conjuntura histórica os questionamentos da relevância e continuidade da pesquisa foram constantes. As interrogações e falta de sentidos foram presentes. No entanto, as respostas vieram com o apoio dos familiares, parceiros do grupo de pesquisa, generosidade dos amigos e o privilégio de cursar o Doutorado em um país marcado por tantas desigualdades.

Portanto, os caminhos da investigação localizam-se em um tempo/espço de crise sanitária mundial, isolamento, sofrimentos e mortes, e ao continuar a pesquisa, fui desafiada a repensar fontes, metodologia, sentidos e administrar o desânimo latente.

A tese pretendeu apresentar as “digitais” que marcam a escrita autoral costurada no contexto de crise, mas apoiada nas leituras, pensamentos e conversas com as fontes: lidas, relidas e ressignificados.

Aos/as leitores/as desculpe-me a escrita carregada de impessoalidade no trabalho acadêmico. Se não for possível a compreensão da escrita e das questões aqui apresentadas, seja pelas lacunas ou contradições no texto, peço que considere o que me conduziu até este momento: “a vitalidade de um engajamento em prol da escola pública” (NUNES, 1996, p.7).

Disponível em <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/8090>

¹¹ Disponível em https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812
Acesso em: 28 abril 2021

INTRODUÇÃO

A questão é sobre a escola. (...)

Ora, se assim é, a escola tem de ganhar uma inevitável ênfase, pois se transforma na instituição primária e fundamental da sociedade em transformação, e em transformação, queiramos ou não, precipitada (TEIXEIRA, 1959).

A questão “é sobre a escola”, afirmou Anísio Teixeira¹² no discurso de inauguração do Centro Popular de Educação na Bahia, no ano de 1959. Ao apresentar o plano educacional para a Cidade, o objetivo principal foi “restaurar a escola primária, cuja estrutura e cujos objetivos se perderam nas idas e vindas de nossa evolução nacional” (Ibid., 1959).

A defesa da escola pública o levou a “desertos” e, sua resposta às críticas e violências sofridas, foi trabalho e crença na natureza humana, “voltando-se para o futuro em busca de uma democracia até então inexistente na sociedade brasileira” (NUNES, 2010, p. 45).

E, a centralidade desta tese é a escola pública, em diálogo com as leituras realizadas, prática docente, conhecimentos produzidos e fontes pesquisadas. Sobre este espaço múltiplo, fértil e por natureza, democrático, é urgente uma “inevitável ênfase”.

Com a República, a escola pública materializou-se na “instituição da escola graduada a partir de 1890 no Estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país” (SOUZA, 1998, p. 17), intitulada de Grupo Escolar.

A visão de Escola civilizadora e garantidora do progresso levou a criação do sistema público previsto na Constituição de 1934, tais como a responsabilização do Estado e da família como “guardiões” da educação, revelando certa ambiguidade em “relação aos mecanismos garantidores do mesmo, na medida em que determinava que o direito à educação devia ser assegurado tanto pela família quanto pelos poderes públicos” (XAVIER, 2005, p. 6).

¹² Anísio Spínola Teixeira (Caetité, 12 de julho de 1900 — Rio de Janeiro, 11 de março de 1971) foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Fundou a Universidade do Distrito Federal (1935), foi Conselheiro Geral da UNESCO (1946); Secretário de Educação da Bahia (1947) onde criou a Escola Parque - centro pioneiro de educação integral. Assumiu a função de Secretário Geral da CAPES (1951) e diretor do INEP (1952). Em fins dos anos 1950, Anísio Teixeira participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, sempre como árduo defensor da educação pública. Ao lado de Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual tornou-se reitor em 1963. No ano seguinte, com o golpe militar, afastou-se do cargo e foi para os Estados Unidos, lecionando nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas. Anísio Teixeira morreu em 1971, em circunstâncias consideradas obscuras. Seu corpo foi achado num elevador na Avenida Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Apesar do laudo de morte acidental, há suspeitas de que tenha sido vítima das forças de repressão do governo do General Emílio Garrastazu Médici.

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AT>

Acesso em: 22 junho 2022

A Jovem República Brasileira em meados dos anos 60 apontou esperançosa os novos ares do desenvolvimento do País, semeados com a crescente industrialização, euforia desenvolvimentista e urgente democratização da educação.

Neste cenário que a pesquisa está inserida, particularmente entre os anos de 1963-1967 tendo como fonte/objeto as reportagens publicadas no Jornal “O São Gonçalo”, relacionadas a educação no Município de São Gonçalo.

Ao pesquisar a educação no Município de São Gonçalo dos anos 1960 não o fiz com vistas a justificar/explicar a educação na Cidade no ano de 2022. O objetivo geral foi compreender as pistas registradas no “O São Gonçalo” revelaram ao campo da história da educação, com vistas a contribuir com o debate da historiografia educacional fluminense, a valorização da educação pública e seus efeitos na construção da Cidade, o acesso ao direito à educação e as iniciativas privatistas da educação, mediante as reportagens publicadas.

Os objetivos específicos situaram-se na discussão do uso da imprensa como fonte/objeto na história da educação e seus usos como instrumento de poder, muitas vezes corroborando com as práticas populistas, características da política local/nacional e as “pistas” apontadas sobre a política educacional na Cidade pelas páginas do Jornal.

Assim, a tese inseriu-se no campo de estudo da história da educação, tendo como fontes a pesquisa bibliográfica e documental, tendo o acervo do Jornal “O São Gonçalo” utilizado como fonte/objeto.

Na pesquisa ora apresentada o acervo jornalístico assumiu o protagonismo, assim referi-me à fonte com destaque na maiúscula, com vistas à importância assumida no trabalho.

As questões norteadoras da pesquisa são: *De que modo o impresso local retratou a educação na década de 1960? que representações da política educacional local/nacional são apresentadas no Jornal? O que as pistas encontradas revelam acerca das orientações no campo educacional nos primeiros anos da ditadura civil-militar? O que nos falam as reportagens sobre a educação na Cidade?*

Com as indagações acima busquei fortalecer à história a educação pública no projeto de desenvolvimento da Cidade, as orientações política relativas à expansão do direito à educação, o reconhecimento das disputas existentes na privatização do ensino e uma possível diminuição da “lacuna historiográfica” (FIGUEIRÊDO, 2010) da educação fluminense, particularmente nas regiões periféricas.

Apresentando as escolhas teórico-metodológicas da pesquisa

As escolhas teórico-metodológicas fundamentaram a tese sustentando as hipóteses construídas ao longo do trabalho. A apresentação dos referenciais nas páginas iniciais do texto da Introdução ocorreu pela necessidade de uma “organização pedagógica” e estruturada da escrita, na concepção da pesquisadora.

A “observação histórica” (BLOCH, 2001) fundamentou as análises ao reconhecer que o “conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, um conhecimento através de vestígios” (BLOCH, 2001, p. 73). Os vestígios do passado não podem ser modificados, mas conhecidos e compartilhados, desapegado da insana busca por verdades universais, tendo em vista que “o conhecimento do presente em contraste com o passado será indireto” (Ibid., 2001, p. 69).

Assim, o conhecimento do passado movimenta-se, “aperfeiçoa e se revela a seu “bel prazer”; e as demarcações históricas, usualmente utilizadas, não definem as multiplicidades da relação “passado/presente” (NUNES, 1992). A clareza epistemológica que o/a pesquisador/a pode afirmar “é de fato a sua história” (Ibid., 1992), no mais são construções mediadas pelas “pistas” reveladas.

As definições do “passado sempre presente” (NUNES, 1992) foram utilizadas na perspectiva benjaminiana da vivacidade do passado e questionamento do presente. O passado, assim não deseja se entregar, necessitando ser lido, relido e questionado, num movimento *continuum* com o presente. Desta forma, Nunes (1992) reiterou Bloch (2001), ao afirmar que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação” (BLOCH, 2001, p. 63).

De natureza igual, a premissa de entender o passado para compreender o presente foi alargado. A compreensão histórica de Bloch e Nunes, assinalou “a solidariedade das épocas” (Ibid., 2001, p. 65), como laços a serem tecidos *num* vai e vem constante, com vínculos duplos tecidos nas experiências do presente e do pretérito dos sujeitos.

Desta forma, ao analisar o “hoje iluminado pelo ontem e vice-versa”, desabitei (tentei ao menos) a tórrida busca das origens, condenação ou redenção do objeto estudado, sendo necessária a nitidez dos limites/possibilidades do processo investigativo.

Um dos desafios vivenciados durante a pesquisa ocorreu ao tentar “entender o que houve e como ocorreu”, ainda que inconscientemente, ora aprisionando e ora dispersando as reflexões. Assim, por vezes foi necessário um afastamento do objeto visando à clareza das fontes, rememoração do objetivo do trabalho e discernimento da não existência de “apenas

um único sentido histórico, mas de diversos sentidos históricos” (NUNES, 1992, p. 12).

Os diversos sentidos históricos apresentaram “aspectos particulares da história da educação, tal como está se manifesta nas diferentes regiões culturais do Estado do Rio de Janeiro, ainda há muito para avançar” (XAVIER, 2009, p. 54). Para tal, a micro-história com o “paradigma indiciário” (GINZBURG, 1986) e a “escala de observação” (REVEL, 1996), fundamentaram o referencial teórico, alargando os olhares sobre o tema.

A micro-história constitui-se a partir de um grupo de historiadores italianos, aprofundando que o/a pesquisador/a ao escolher uma escala de observação não reduz a produção de conhecimentos numa esfera micro, mas associa “conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento” (REVEL, 2010, p. 438).

Neste ponto de vista, o olhar sobre o objeto da pesquisa e as fontes revelaram particularidades, que ao serem interrogadas, apontaram pistas, lacunas ou silenciamentos, sem a preocupação usual do maniqueísmo corriqueiro, em tentar provar algo, como nos apontou Revel (1996):

O problema aqui não é tanto opor um alto e um baixo, os grandes e os pequenos, e sim reconhecer que uma realidade social não é a mesma dependendo do nível de análise – ou, como muitas vezes se dirá neste livro, da escala de observação – em que escolhemos nos situar. (REVEL, 1996, p. 12).

A escolha da micro-histórica alargou as possibilidades da representação do objeto pesquisado, pois tal abordagem rompeu com o escopo de etapas ou proposições definidas, mas, apontou variações a serem consideradas, dentre elas a escala de observação e apuração do que estudar.

Revel (1996) afirmou que a micro-história não se constitui uma escola, método ou disciplina, mas uma “experiência de trabalho” (Ibid., p. 9), através da compreensão das fontes, temos a “interpretação e integração do maior número possível de variáveis” (REVEL, 2010, p. 438), possibilitando outros significados ao trabalho.

A proposta da investigação sobre a política educacional do Município de São Gonçalo, ocorrida há quase 7 (sete) décadas, na perspectiva da micro-história possibilitou a escolha da representatividade social no objeto da pesquisa, alargando o conhecimento produzido em âmbito local. Ao conectar os vestígios vistos com a macro-história foi fundamental o uso da “escala de observação”, não apenas na redução do objeto investigado, mas no auxílio da “transformação do conteúdo da representação, ou seja, a escolha daquilo que é representável” (REVEL, 1996, p. 20).

A “escolha daquilo que é representável” não é tão simples ao/a pesquisador/a. O movimento da pesquisa, muitas vezes, tende a hierarquização, a valorização dos “grandes processos” e a procura pela verdade. No entanto, a micro-história convida-nos a alinhar um olhar múltiplo, diverso e sob ângulos diferenciados, do mesmo objeto, como nos aponta Ginzburg (1991):

movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula” (GINZBURG, 1991, p. 177).

Ao desvelar, através das pistas e “da escolha do que é representável” na perspectiva da escala de observação, temos a política educacional de uma Cidade brasileira, marcada por particularidades e contornos, num *continuum* de processos históricos-sociais da conjuntura nacional/regional. As narrativas, vicissitudes, articulações, entrecruzamento, disputas, acordos descortinam-se ao olhar do/a pesquisador/as, óbvio se assim o desejar.

No entanto, “o passado precisa ser compreendido”, seja em seus próprios termos, seja como o anel de uma corrente que, em última análise, chega até nós” (GINZBURG, 2001), o passado se explica por ele mesmo e nos apresentou pormenores, muitas vezes negligenciáveis, e que na pressa por respostas podem conduzir o/a pesquisador/a às conclusões precipitadas sobre o objeto pesquisado.

Desta forma, o processo historiográfico não é simples. O contraditório é comumente presente nas buscas por respostas, ainda que parciais e relacionadas ao representável na escala de análise, sendo necessário olhar atento e tenacidade, pois as pistas do passado tendem a se evidenciar ao serem conectadas a uma conjuntura ampla. Trata-se de “conjecturar o invisível, a partir do visível, do rastro” (GINZBURG, 2000).

Os rastros, as pistas, os indícios e os “fios soltos” quando observáveis atentamente, podem reconstruir o processo histórico, tal como Aristóteles apresenta em sua obra Retórica, e que de acordo com o olhar de Ginzburg (2000) revela o núcleo essencial da historiografia:

- a) a história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, semeia etc.
- b) tais reconstruções implicam, implicitamente, uma séria de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que tem caráter de certeza; até que se prove o contrário um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo em dois lugares diferentes etc. e;
- c) fora dessas conexões naturais, os historiadores se movem no âmbito verossímil (*eikos*) às vezes do “extremamente verossímil”, nunca do certo. (GINZBURG, 2000, p. 57)

Neste sentido, pareceu evidente que a reconstrução da história possa ocorrer por sinais e signos deixados pelos antepassados. Mas, examinar o negligenciável sem idealizá-lo e assumir uma verdade absoluta, tornou-se um desafio, e uma das saídas, como dito acima foi a observação atenta, mergulho no passado/presente, conexões necessárias com outras fontes e narrativa da dúvida.

Como nenhuma história é a História, e nem por isso a história ou as histórias devem ser desconsideradas, foi necessário apreender a realidade estudada baseados na interpretação das partes, das margens e do todo. Uma tarefa nada fácil ao/a pesquisador/a, e por isso utilizei as abordagens teóricas do “paradigma indiciário” revelados por Ginzburg nas exemplificações de Freud (sintomas); indícios (Sherlock Holmes) e signos pictóricos (Morelli).

A busca por “possíveis respostas” a questão da tese ampliou o olhar sobre a bibliografia e fontes estudadas, e ao mesmo tempo apresentou novas possibilidades na escala de análise.

O ato de decifrar as pistas, construindo uma ou várias narrativas, sem tornar-se alvo da adivinhação ou mera decifração, pressupõe uma atitude versada em “operações intelectuais envolvidas – análises, comparações, classificações” (GINZBURG, 1989, p. 153).

Desse modo, no movimento constitutivo das operações intelectuais, as escolhas precisam ser realizadas, dentre elas: encontro com as variadas interpretações do objeto, escolhas metodológicas e a sua exequibilidade e narrativas a serem construídas ou não, tendo como um dos pilares os indícios a serem interpretados.

A abordagem teórica do paradigma indiciário, revelou “zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ibid., 1989, p. 177). Como num “quebra-cabeça de histórias”, o/a pesquisador/a organizou com as pistas encontradas uma versão da imagem a ser apresentada.

Em uma rápida analogia com a feitura de uma colcha de retalhos¹³ foi necessária escolha variada, tais como: tecido, cores, tamanhos, formas etc., que no decorrer da costura se materializa, segundo os objetivos das mãos que teceram.

No processo de costura da pesquisa (vista como um processo artesanal de estudo, reflexão e escrita) existiu a necessário de escolhas e recortes, face ao objeto/objetivos e materializados no “trabalho pronto”. No entanto, a sensação de insuficiência ou incompletude parece perseguir quem pesquisa.

Assim, como lidar com a sensação de incompletude ou hiatos na historiografia? De

¹³ A produção da colcha de retalhos remete ao trabalho da minha avó materna – Thereza Maria Alves Caboclo, que aos 93 anos produz suas colchas com retalhos de tecidos.

acordo com Aguiar, Leonardi, Peres (2021) “preenchendo as lacunas com a compreensão adensada do entorno, construindo analogias e preservando o caráter da dúvida que essas analogias oferecem” (p.9).

As lacunas foram preenchidas por dúvidas e incertezas, num percurso de pesquisa que privilegiou o processo, e não afirmação da verdade. Neste cenário, o paradigma indiciário proposto por Ginzburg (1989) contribuiu na busca pelos vestígios, principalmente os considerados insignificantes, mas sem o rigor da comprovação da verdade.

O paradigma indiciário entendida como metodologia privilegiou as conjecturas, a imprevisibilidade e a dúvida como partes do processo investigativo.

Trata de lidar, sim, com a conjectura, aceitando-a como tal, lidar com a dúvida, aceitando-a como tal, implicar-se na pesquisa, explicitamente marcado como tal. É estar presente. Não é apresentar o conteúdo como se fosse uma certeza, mas com a gradação dos diferentes níveis de certeza que a pesquisa permitiu atingir marcados na escrita do texto acadêmico (AGUIAR; LEONARDI; PERES, 2021, p.10).

A escrita eternizou a compreensão sobre algo, seja intencional ou não; e o uso da escala de observação remeteu a narrativa particular do/a pesquisador/a visando a interpretação do objeto. O mapeamento das fontes; o levantamento das reportagens jornalísticas, as leituras das produções relacionadas com a temática abordada e as análises das fontes, compuseram os caminhos metodológicos percorridos.

Nos estudos da educação no Município de São Gonçalo, o aporte teórico encontrou-se nas chamadas “primeiras vozes” da história da educação gonçalense: ARAÚJO; TAVARES; FIGUEIRÊDO; HEES (1996) com as produções do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: memória e história das Escolas de São Gonçalo.¹⁴

Como nos apontou Oliveira (2016) há 25 (vinte e cinco anos) o Grupo Vozes da Educação produziu “pesquisa educacional ligada à realidade regional, com atenção especial à realidade das redes públicas de ensino e aos espaços não formais de educação nos diferentes Municípios do estado” (2016, p. 1).

As análises sobre a política educacional e poder local basearam-se nas produções de Alvarenga (2005; 2008; 2015); Aniceto (2013; 2014); Assis (2002); Barreto (2004); Flores (2008); Reznik’’ (2002) aprofundando as representações políticas no Município de São Gonçalo.

¹⁴ O Núcleo de Pesquisa História de São Gonçalo: Memória e Identidade do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ criado em 1996 pelas professoras Haydée Figueiredo, Maria Tereza Goudard Tavares e Martha Hess.

Reznik (2002) considerou a história local um campo privilegiado de investigação para os diversos níveis “em que se trançam e constituem as relações de poder entre indivíduos, grupos e instituições” (2002, pág. 2). No que tange ao projeto educacional republicano, em particular, os anos de 1960, utilizei os referenciais teóricos: Teixeira (1956; 1958); Faria (1996; 2008; 2013; 2018; 2020); Quaresma (2010; 2014); Xavier (2003; 2009; 2013), dentre outros autores utilizados ao longo da tese.

O uso do Jornais como fonte/objeto na historiografia educacional encontrou aportes em Luca; Martins (2005; 2020); Zanlorenzi (2010; 2018); Toledo (2012; 2012) analisando a materialidade, intencionalidade e fonte histórica.

A organização do Sumário contemplou as “gradações dos diferentes níveis” das pistas encontradas no fazimento da tese, construída no período de 2019 a 2022, considerando uma escrita inicial sobre pandemia do COVID-19 e os desafios encontrados.

Sendo assim, o texto inicia-se com marco intitulado Editorial: os caminhos da Pesquisa em tempos pandêmicos, contextualizando os desafios/dificuldades vivenciadas na investigação, onde a existência humana em todos os seus aspectos foi colocada à prova de fogo.

A seguir temos o Memorial de Formação e os Retalhos da História, compartilhando vivências e experiências profissionais até o ingresso no Curso de Doutorado.

O texto da Introdução apresentou as questões da pesquisa, objetivos, referencias teórico-metodológicos e a estruturação dos capítulos da tese. O Capítulo I - A História da Educação pela Imprensa retratou referências bibliográficas e levantamentos de pesquisas sobre os conhecimentos construídos no campo da história da educação, tendo como base os conceitos da micro-história, paradigma indiciário, *passadopresente* e história local. Neste capítulo ocorreu apresentação da fonte/objeto, o Jornal “O São Gonçalo”, ao/a leitor/a, e da história do impresso.

O Capítulo II - A Cidade de São Gonçalo: Política Local, Educação e Golpe de 1964 sob a ótica do Jornal apresentou o contexto histórico do período em estudo e a política desenvolvimentista, modernização e crescimento do País, projeto nacional interrompido pelo Golpe de 1964 com a deposição do Governo do Presidente João Goulart. Os aspectos históricos do Município foram abordados atrelados à história política nacional sobre as representações veiculadas no jornal, com objetivo de situar o leitor na Cidade.

A política populista do Prefeito do Município de São Gonçalo - Joaquim de Almeida Lavoura ocorreu mediante as lentes e páginas do impresso, aproximando a política local sob

as análises do populismo brasileiro.

As representações da política nacional na cidade no ano de 1964 denominaram o golpe civil-militar como “revolução popular”, e o impresso local, como a maioria dos Jornais noticiavam a euforia nacional em torno do fato. Contudo, ao problematizar as reportagens veiculadas no jornal em consonância com a pesquisa bibliografia, o objetivo principal centrou-se no estudo da política educacional local atravessadas pela história nacional.

O Capítulo III - Extra, Extra: A educação escrita nas páginas do “O São Gonçalo” (1963-1967) compartilhou a história da educação presente nas folhas do Jornal, sendo organizadas em temáticas e desdobradas em subcapítulos. As muitas reportagens sobre o tema foram selecionadas de acordo com o objetivo da tese e estruturadas por assuntos e não por temporalidades. Em síntese os temas são os seguintes:

- A Educação e a Imprensa Local;
- Do papel à realidade;
- A criação do Instituto de Educação Pública na Cidade;
- A Expansão dos Grupos Escolares e a Democratização da Educação Pública;
- A Privatização do Direito à Educação nos anos de 1960;
- Primeira Capa: publicações sobre professores/as e alunos/as.

As Considerações Finais da tese finalizam com a conclusão dos conhecimentos produzidos no decorrer do trabalho, sintetizando as discussões travadas sob o tema. A realização de uma pesquisa em geral é um processo difícil, solitário e desafiador, e nos tempos vividos as dificuldades se avolumaram. O processo permanente da formação intelectual deparou-se com perdas de vida, calamidade da saúde pública, discursos equivocados sobre a ciência, isolamento, suspensão das aulas, uso de recursos tecnológicos aliado a novas situações no processo formativo, fechamento dos acervos e incertezas no cotidiano.

Mas, além de qualquer dificuldade, “tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu (...); há tempo de chorar, e tempo de rir; tempo de prantear, e tempo de dançar; tempo de guerra, e tempo de paz” (Eclesiastes, 3).

E, é nesta verdade que creio e pela qual sobrevivi até aqui!

1 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PELA IMPRENSA

De vez em quando as fontes, tão diretas, o trazem muito perto de nós: é um homem como nós, é um de nós (GINZBURG, 1987).

A frase acima prefaciada por Ginzburg (1987) narrou a trajetória de Domenico Scandella, também conhecido como Menocchio, um camponês que teve suas ideias reprimidas pelo poder inquisitorial do século XVI. Uma das acusações feitas a Menocchio era de que ele sustentava a tese de que o mundo tinha origem na putrefação, ao afirmar que:

no princípio este mundo não era nada, e (...) a água do mar foi batida como a espuma e se coagulou como o queijo, do qual nasceu depois uma infinidade de vermes; estes vermes se tornaram homens, dos quais o mais potente e sábio foi Deus (GINZBURG, 1987, p. 126).

Entre o achado dos manuscritos dos julgamentos encontrados pelo autor no Arquivo da Cúria Episcopal em Udine¹⁵ e a efetiva busca por esta história envolta em uma longa sentença, passaram-se oito anos. No entanto, o tempo não foi capaz de dirimir as inquietações que, como faíscas, são acesas na mente do pesquisador/a, culminando na narrativa histórica “de um homem como nós, um de nós” (Ibid., 1987).

Mas, o que possibilitou a reescrita desta história pelo autor? Como foi possível que a narrativa sobre a vida de homem comum tenha sido restaurada em profundidade? Que pistas foram seguidas e analisadas neste trabalho?

Algumas respostas ajudam ao/a pesquisador/a: graças a uma farta documentação, onde as pistas/rastros lidas nas entrelinhas dos documentos inquisitoriais e, as conjecturas do cotidiano de um camponês foram tecidas ao contexto histórico da época. Eis um dos referenciais deste trabalho: a leituras das pistas/rastros e as conjecturas em escala variáveis conectadas ao contexto estudado. Não encontrei um “Menocchio” nos arquivos pesquisados, mas as faíscas da curiosidade permaneceram há alguns anos.

Durante a elaboração da dissertação de Mestrado em Educação no ano de 2015 a fonte oral e documental guiou a pesquisa, e para cumprir cabalmente uma sugestão do grupo de pesquisa, reporte-me ao arquivo do Jornal da Cidade. O objetivo foi buscar notícias da inauguração do Grupo Escolar à época pesquisado¹⁶. Porém, o vasto acervo jornalístico

¹⁵ Udine é uma província italiana da região do Friul-Veneza Júlia com cerca de 423 475 habitantes.

¹⁶ Grupo Escolar Trasilbo Filgueiras – inaugurado no ano de 1966 e localizado no bairro de Jardim Catarina – São Gonçalo – Rio de Janeiro

contendo publicações que versavam sobre a educação na cidade produziram “faíscas acadêmicas”. Logo, registradas as inquietações e ao obter ingresso no curso de doutorado, a clareza do objeto/fonte da pesquisa estava realizada: “a educação pelas páginas do jornal”.

O jornal como fonte/objeto da pesquisa foi instigante e desafiador. Instigante, porque ao longo da história da imprensa brasileira, o impresso é um “espaço de difusão cultural e sociabilidade” (MOREL, 2008, p. 39), e um veículo histórico, com materialidade, teor ideológico e signos históricos. E desafiador, na medida que é um universo amplo, múltiplo e denso.

As consultas a outras fontes foram fundamentais, sendo utilizados documentos, pesquisas na internet e nos arquivos da Inspeção Escolar do Município de São Gonçalo. Inicialmente faria uso da fonte oral, mas devido ao grande número de reportagens encontradas e as dificuldades com o isolamento social devido à pandemia, optei por não utilizá-la.

A análise das temáticas educacionais a partir das investigações dos/nos/por meio do jornal, baseou-se numa concepção de educação que transpõe os muros escolares. Uma concepção de educação aliada à cultura, aos processos humanos em suas multiplicidades, à diversidade do pensamento humano, às disputas e silenciamentos de grupos sociais e a análise de uma determinada realidade sob escalas variadas.

Desta forma, a história da educação foi ao mesmo tempo parte e todo da investigação. E, ao privilegiar o uso dos jornais, as reminiscências do passado sob as interpretações do presente afloraram e, por conseguinte, a perspectiva de (re)escrever a história através do noticiado, problematizando-a no tempo presente.

1.1 Compartilhando conhecimentos em História da Educação

A História da Educação se fortaleceu como campo de pesquisa no Brasil nas últimas décadas, haja vista a quantidade de pesquisas, artigos e publicações na área. Um campo fecundo e cada vez mais aberto a interrogações e objetos variados, construindo outros conhecimentos sobre a educação brasileira.

Esta produção foi fruto e colheita do plantio intelectual e investigativo de muitos/as professores/as, que ao longo de décadas dedicaram-se a vasculhar arquivos, memórias, pesquisas, narrativas, histórias, enfim todo tipo de fontes históricas que tivessem relacionadas ao objeto proposto.

Em particular, os estudos com o campo da história da educação ocorreram ao ingressar no curso de Graduação em Pedagogia, em finais da década de 1990, estreitando no ano de

2014, ao cursar como aluna do Mestrado, uma disciplina com a Professora Libânia Xavier no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGE/UFRJ, e a partir da atuação como professora do Curso Normal na Rede Estadual do Rio de Janeiro.

Nas atividades em sala de aula, o percurso da pesquisa com os alunos, fundamentaram a afirmação de Nunes (2009) sobre a “compreensão histórica da educação”, definida como fruto de esforço, diálogos interdisciplinares e gradativo aprofundamento.

A produção de conhecimentos em história da educação no Brasil é ampla e profunda. Em cada trabalho realizado, seja aluna, professora ou pesquisadora, novos fôlegos surgem. De qualquer forma, é inegável sua relevância para o (re)conhecimento da potência e vigor da educação brasileira nos tempos/espacos e na formação de futuros/as professores/as, pois a “a narrativa histórica não nos parece ser, como julgam muitos, o ato final de um processo. Ela é o próprio processo de uma escrita que não tem princípio, mas vários começos” (NUNES, 1990).

Consequente, os “vários começos” auxiliaram na escrita da tese, considerando a delimitação do tema, as questões apontadas, a metodologia do trabalho e o objeto da investigação. Um breve “estado da arte” foi realizado nas buscas ao Banco de Produção de Teses e Dissertações - BDTD da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; na Revista HISTEDBR On-line - História, Sociedade e Educação no Brasil ¹⁷, nas publicações da Revista Brasileira de História da Educação – RBHE e nas publicações do Grupo de Pesquisa Vozes da Educação.

As buscas no BDTD concentraram-se nos entre os anos de 2015 e 2020, tendo com filtro as seguintes palavras chaves: História da Educação; Impressos; Jornal; São Gonçalo. Foram encontradas 30.828 (trinta mil oitocentos e vinte oitos) resultados, demonstrando o grande quantitativo de pesquisas com uso de impressos no campo da história da educação.

Por outro lado, a busca com ênfase nas produções dos Programas de Pós-graduação em Educação perfizera um quantitativo de 1.356 (hum mil trezentos e cinquenta e seis) pesquisas. Ao refinar os resultados para a área de conhecimento em Educação, foram encontradas 73 (setenta e três) pesquisas acadêmicas.

¹⁷ A Revista *HISTEDBR On-line* é uma publicação do Grupo de Estudos e Pesquisas em “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR cuja sede nacional é na Faculdade de Educação/UNICAMP, e que utiliza a modalidade de publicação contínua objetivando publicar artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr>
Acesso em: 05 março 2021

Em relação às produções da Revista HISTEDBR on-line, destaquei o texto publicado no ano de 2012 da autora Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, com o título: História da Educação, fontes e a imprensa¹⁸, apreendendo os debates ideológicos dentro do campo educacional no Paraná, pelo viés dos impressos.

O artigo: A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método¹⁹ de César de Alencar Arnaut de Toledo e Oriomar Skalinski Junior, publicado no ano de 2012, apresenta os métodos e técnicas empregadas no tratamento das fontes nas pesquisas no campo.

Na RBHE os artigos abaixo contribuíram para as análises ora produzidas. As buscas versaram sobre impressos, história da educação e política educacional brasileira. Assim, foram encontradas as publicações abaixo:

O artigo de Raquel Discini de Campos de título: No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação²⁰, tratou dos procedimentos teórico metodológicos a serem observados por pesquisadores/as que tomam os jornais como fonte/objeto, na escrita de uma versão da história dos homens, e em particular educacional.

Outro artigo relevante, é o do autor Bruno Bontempi Júnior intitulado: Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de “O Estado de S. Paulo” (1946-1957)²¹. O autor analisou o discurso educacional do Jornal “O Estado de S. Paulo”, após o Estado Novo, atrelando as mudanças sociais e educacionais, e utilizando as reportagens como objeto e fonte da escrita.

O artigo: Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira²², de Libânia Nacif Xavier, apresentou uma interpretação sobre os limites, conflitos, avanços e interações estabelecidas entre o público e o privado no decorrer do processo de institucionalização da educação no Brasil.

¹⁸ ZANLORENZI, C. M. P. *História da educação, fontes e a imprensa*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60–71, 2012.

¹⁹ TOLEDO, C. A. A.; JUNIOR, O. S. *A Imprensa Periódica como fonte para a história da educação: teoria e método*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268 Dez.2012.

²⁰ CAMPOS, R. D. *No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação*. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012

²¹ BONTEMPI, J. B. *Em defesa de “legítimos interesses”: o ensino secundário no discurso educacional de “O Estado de S. Paulo” (1946-1957)*. Revista Brasileira de História da Educação, 6(2 [12]), pág.121-158, 2012

²² XAVIER, L. N. *Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira*. Revista Brasileira de História da Educação, 3(1 [5]), pág. 233-251, 2003.

As bibliografias sobre o uso do impresso e história da educação é vasta. Neste pequeno texto trouxe algumas que apresentam contribuições relevantes ao estudo ora apresentado.

As produções do Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória e História das Escolas de São Gonçalo²³ foi um dos primeiros projetos de extensão da FFP/UERJ desde a sua criação no ano de 1996. O Grupo Vozes como é carinhosamente chamado pelos/as professores/as que o integram inspirou esta e outras pesquisas acadêmicas e projetos escolares no Município de São Gonçalo.

Assim, as leituras e diálogos com as produções do Núcleo balizam todas os fundamentos desta investigação, em especial as produções da “intelectual local” Haydée da Graça Ferreira de Figueirêdo na valorização da história e memórias sobre a educação local e de Márcia Soares Alvarenga na discussão do poder local e suas representações.

As pesquisas do Grupo Vozes reconstroem historicamente a educação gonçalense e buscam compreender as tensões existentes entre o poder local, os diferentes sujeitos escolares, em parceria com as escolas da cidade, tendo com uma das metodologias uma “análise atenta do seu passado” (TAVARES, 2016).

Sem a intenção de uma descrição analítica das leituras, mas com a intencionalidade de visibilizar algumas das contribuições teóricas, organizei a tabela abaixo com algumas amostras dos achados do campo de estudos em História da Educação e Impressos nos levantamentos bibliográficos realizados.

Tabela 1: Amostra dos achados no campo dos estudos sobre Impressos e História da Educação

Base de Dados	Nº de Trabalhos	
BTDT 2015-2020	73	
	Dissertação	Tese
	53	20
Revista HISTEDBR on-line História, Sociedade e Educação no Brasil	3	
Revista Brasileira de História da Educação RBHE	3	
Núcleo de Pesquisa e Extensão VOZES DA EDUCAÇÃO	9	

Fonte: A autora, 2021

²³ O Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória, História e Formação de Professores foi criado no ano de 1996 na Faculdade de Formação de Professores da UERJ – Campus São Gonçalo pelas professoras Haydée da Graça Ferreira de Figueirêdo, Maria Tereza Goudard Tavares e Martha Hess.

Algumas teses e dissertações aparecem em destaque pois coadunaram com objeto da investigação, tais como a tese de Marijâne Silveira da Silva defendida no ano de 2015 na Universidade Federal de Mato Grosso, intitulada: A infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)²⁴. A pesquisa analisou as representações da infância materializadas nos jornais em Cuiabá, apontando a pesquisa com jornais como uma ampliação das possibilidades de análises no campo da história da educação, na medida que propiciou os aspectos particulares da história local.

A tese de doutorado de Marcos Pereira Coelho sob título: Imprensa, Sociabilidade e Educação: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do Escolanovismo (1917 a 1961),²⁵ defendida no ano de 2016, na Faculdade de Educação da UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, analisou as ações desempenhadas por Fernando de Azevedo na construção da hegemonia da pedagogia nova no Brasil, tendo como fontes os artigos publicados por Azevedo na imprensa, entrevistas concedidas, correspondências, obras acadêmicas e autobiografia.

A autora Rosa Maria Souza Braga defendeu no ano de 2017 a tese: “Nós as saudamos, professoras fluminenses”: produção, circulação e representações de professoras primárias no Jornal Síntese da UPPE²⁶, na Faculdade de Educação da UERJ. A autora analisou o Jornal Síntese, produzido pela União dos Professores Primários Estaduais (UPPE), ampliando a discussão dos vestígios históricos existentes nas notícias e na compreensão do uso do impresso como fonte e objeto.

A dissertação de Fernanda Silva Camargo, defendida no ano de 2018 na Universidade Estadual de Londrina – UEL, com o título: Educação no Jornal Paraná-Norte da Cidade de Londrina (1934-1953)²⁷, aprofundou o uso do jornal não pedagógico, como instrumento de reconstrução da história. Tendo como questão central as notícias sobre educação vinculadas no jornal, a autora apresentou também as reminiscências da história da cidade e das suas

²⁴ SILVA, M. S. da. *A Infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)*, 2015 - Doutorado em Educação - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Cuiabá.

²⁵ COELHO, M. P. *Imprensa, Sociabilidade e Educação: as ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do Escolanovismo (1917 A 1961)*, 2016 - Doutorado em Educação - Universidade de Campinas UNICAMP – Campinas.

²⁶ BRAGA, R. M. S. *“Nós as saudamos, professoras fluminenses”: produção, circulação e representações de professoras primárias no Jornal Síntese da UPPE*, 2017 - Doutorado em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro.

²⁷ CAMARGO, F. S. *Educação no Jornal Paraná-Norte da Cidade de Londrina (1934-1953)* – Mestrado em Educação, 2018 - Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina

instituições.

O uso da imprensa como fonte e objeto no campo da história da educação é relativamente recente, e quando utilizada nas primeiras décadas do século XX, apresentava uma certa hierarquização dos documentos.

A busca pela “verdade histórica”, a organização cronológica e a máxima de que “jornais e revistas foram relegados a segundo plano enquanto fontes, por serem considerados pouco adequados para a recuperação do passado” (COELHO, 2016, p.03) parecem hoje superadas. Pelo menos, nesta pesquisa.

Por outro lado, a pesquisa no campo da História da Educação foi desafiadora e apaixonante. Nunes (1990) define bem este sentimento, ao escrever:

é a nossa paixão que institui a ação de não só buscar a revisão dos cânones já consagrados pela ciência, mas também forjar uma identidade e reconstituir um passado, passado que nos obriga a tratar com mais prudência e responsabilidade o sentido, sempre em aberto, do presente” (NUNES, 1990, p. 01).

O mergulho na tarefa de reconstituir o passado com responsabilidade epistemológica não é algo simples. Para tal, o jornal configura-se como a fonte/objeto da tese, que como outra fonte histórica encontrou-se em processo de legitimação de espaços e disputa de poder.

A investigação tendo como um dos sustentáculos o jornal publicado há quase 6 (seis) décadas é vultoso e, desta forma, a “verdade histórica” foi substituída pelas descobertas de outras interpretações intencionalmente voltadas para a reconstrução de “um tempo da história” (BLOCH, 2001, p. 55) registrado nas páginas do impresso.

1.2 O Jornal como fonte/objeto da pesquisa

Poema do Jornal
 O fato ainda não acabou de acontecer
 e já a mão nervosa do repórter
 o transforma em notícia.
 O marido está matando a mulher.
 A mulher ensanguentada grita.
 Ladrões arrombam o cofre.
 A polícia dissolve o meeting.
 A pena escreve.
 Vem da sala de linotipos a doce música mecânica
 (ANDRADE, 2002)

O poema acima escrito por Carlos Drummond exaltou o jornal e seu movimentado cotidiano. O fato aconteceu e logo virou notícia! A simultaneidade do registro, a busca pelo ocorrido, a “novidade do dia” que irá compor a primeira página, são aspectos característicos.

O poeta não se preocupou em problematizar o ritmo acelerado, a veracidade da informação ou a suspeição do que é veiculado, antes ao contrário. A célere rotina jornalística foi vista como a junção dos aspectos da vida moderna.

A “doce música mecânica” da sala onde os linotipos se fundem, e formam palavras e textos, reforçam a chegada da modernidade. Pelas páginas do jornal, a vida cotidiana é retratada, seja pela pena, seja pela tipografia, e ao ser impressa, ela se materializa.

O uso da imprensa no campo acadêmico foi aprofundado a partir da década de 1970: “ao lado da história da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica” (2020, p. 118).

Logo, existem milhares de trabalhos utilizando o jornal como fonte e que problematizam o mundo do trabalho, a cidade, as imagens, as propagandas, o mundo letrado, gênero, infância, censura, política, educação, saúde etc.; inúmeros temas abordados das páginas que hoje escrevem a história, e amanhã se tornam as testemunhas oculares.

Nesta tese, a cidade vista pelo jornal foi compreendida como “ponto de partida e chegada” (TAVARES, 2008), base e apoio da construção historiográfica, com vistas à reconstrução do objeto estudado.

As fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2006, p. 29)

O jornal é fonte/objeto primordial da pesquisa desenvolvida. Como um repositório de informações e dados, o impresso é um documento do passado no presente, e em suas páginas lemos “vestígios e indícios” (GINZBURG, 1989) da construção da história em sociedade.

No entanto, o mencionado aos/as leitores/as pode ser visto como um punhado de jornais velhos, mas no olhar do/a pesquisador/a, as pistas apresentadas possibilitam novas questões ou “respostas”, ainda que prévias e provisórias.

A inesgotabilidade da pesquisa com um jornal transpôs a comprovação de uma determinada perspectiva, se assim o/a pesquisador/a desejar. O retorno à fonte pesquisada irá remeter a novas descobertas, intimidade textual e novas significações que, por vezes, escaparam ao olhar distraído de quem pesquisa.

Portanto, são variadas as possibilidades de análises e interpretações que as pistas apontaram, sejam visões de grupos ou indivíduos, interesses, seus anúncios, opiniões etc. Esta materialidade expressa no impresso é lida e relida, consultada ou arquivada. Também pode ser descartada ou recortada. Os usos e abusos da pesquisa com impressos nos desafia a conhecer aspectos da realidade sobre as lentes dos repórteres.

A variedade de jornais publicados no Brasil é imensa. Temos acervos digitalizados pelo Arquivo Nacional, a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional ou guardados em salas abarrotadas de exemplares encadernados e amontoados. Seja de que forma for, eles ali estão, à espera de quem os leia, e por que não, os pesquisem.

Saviani (2006) apontou a historicidade do fenômeno educativo, que tem suas origens na própria história da humanidade, aonde o “debate historiográfico tem profundas implicações para a pesquisa educacional, já que a educação está intimamente entrelaçada ao significado da história” (2006, p. 12). Assim, estudar a história da educação é investigar a própria história e suas multiplicidades.

Diante da diversidade de trabalhos em história da educação, a imprensa pedagógica ou periódica é uma importante fonte/objeto, pois contribuiu para o entendimento de fatos determinados a partir do que foi noticiado, ainda que aparentemente se apresentasse como desvinculado da educação.

No Brasil, “a imprensa como fonte documental avançou de modo significativo no meio acadêmico nos últimos anos, o que possibilitou um corpus de fontes documentais” (TOLEDO; PASQUINI, 2014, p. 265). O avanço do uso do impresso como fonte propôs reconhecê-lo como produtor de história e depositário da mesma, para além do mero registro sequencial de fatos cotidianos ali impressos.

A escrita carregada de disputas ideológicas, acontecimentos do ontem que hoje já se tornaram “obsoletos”, publicidades, colunas e demais estruturas do jornal, lidos na integralidade e nas entrelinhas, apresentaram pistas da nossa própria história enquanto sociedade.

A imprensa adquire importância como fonte historiográfica e em muito contribui para se historiar as relações políticas expressas no pensamento educacional. No âmbito filosófico-epistemológico, a imprensa se faz num espaço privilegiado de disputa pela hegemonia nas sociedades ocidentais, mesmo porque o conhecimento é um dos ambientes onde se travam as disputas pela direção e dominação da formação econômica e social, tornando-se um instrumento de força material utilizada pelos que desejam a consolidação social (Ibid., 2014, p. 266).

Ao historicizar as relações políticas expressas no pensamento educacional, os fatos se transformam em atos, ganhando identidade, revelando interesses e “um certo abandono da ingenuidade” ao ler as pautas.

A educação brasileira encontra-se inserida num campo fértil de disputas pelo conhecimento e de grande desigualdade social, sendo assim, precisa ser pensada e lida sob o compromisso político da valorização e igualdade de oportunidades educacionais, dentro e fora da escola.

A imprensa também educa, na medida que socializa conhecimentos e pensamentos. No entanto, cabe problematizar: a quem interessa o tipo de mensagem apresentada? A que interesses atendem? Que sociedade se tem em mente?

Além da problematização realizada, existiu um consenso entre os/as pesquisadores/as do campo da história da educação: o uso do jornal (objeto, fonte, documento), implicou um olhar e ação reflexiva além da “educação dos muros escolares”, sendo compreendida em sua totalidade, vinculada à vida em sociedade, e ao contexto no qual o indivíduo está inserido.

O uso do impresso como representação de um fato, desvinculado do contexto social, não revela a multiplicidade da sua potência enquanto fonte histórica. Então, a clareza na busca e tratamento da fonte é fundamental, pois não se refere apenas à leitura atenta do objeto, faz-se necessário ir além. Todavia, a clareza metodológica nem sempre é imediata, mas necessária na pesquisa e construída ao longo do processo.

Ao deparar-me com o acervo do jornal pesquisado, senti-me perdida. Eram tantos exemplares, informações e estava tudo ali: à minha espera. As leituras realizadas sobre os procedimentos metodológicos contribuíram para uma melhor organização da investigação

diante da fonte consultada, afinal de contas, existe uma intencionalidade no trabalho realizado.

Algumas observações foram importantes na sistematização do tratamento do jornal. Não se constitui receitas ou passos a serem seguidos, pois o conhecimento é múltiplo, e os esquemas prontos revelam-se limitados no trato com pesquisas de cunho histórico. Mas, com base nas leituras realizadas destaquei algumas orientações relativas à análise e sistematização do trabalho.

Inicialmente é preciso realizar a escolha do impresso, que nem sempre se encontram preservados ou digitalizados. Assim, a localização da fonte e as condições de acesso às consultas, precisam ser consideradas.

Um outro ponto referiu-se à materialidade do jornal: a classificação da sua modalidade, sua periodicidade, como se apresentou, que conteúdos foram veiculados, enfim “a sua historicização, que nada tem de natural” (LUCA, 2005, p. 132). São interrogações a serem feitas, como: Que jornal é esse? Qual sua periodicidade? De que forma este jornal chegou às mãos do leitor? Como é comercializado? Que grupos sociais, políticos ou econômicos são responsáveis pela circulação do impresso? Qual a identidade deste jornal a partir do que lhe é apresentado?

A intimidade com a leitura do impresso ocorreu no decorrer do acesso ao mesmo, e o reconhecimento das formas de organização dos espaços e colunas ajudou a compreensão da lógica da estruturação gráfica e disposição das notícias, geralmente numa disputa por espaços.

Uma questão considerável foram os destaques de determinadas reportagens, sejam de capa ou não. Luca (2020) afirma que uma “notícia de capa” a qual se dedicam muitas páginas, precisa ser entendida ou avaliada de modo diferente de uma notícia com menor espaço. Os motivos pelos quais uma reportagem é privilegiada em detrimento a outras precisam ser considerados no processo da pesquisa.

Logo, estabelecer conexões, entender que o material ora pesquisado é fruto de um tempo e de atividades de bastidores, de uma rede de colaboradores com intenções e ações nem sempre reveladas, mas existentes.

A temporalidade das edições são importantes e devem ser consideradas, pois os “jornais são publicações que se desdobram duplamente. Reaparecem, a cada dia, ou a cada semana, com um conjunto distinto de histórias, e cada edição é ela própria composta de matérias diversas, nem sempre relacionadas entre si” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 55).

As possibilidades de investigação são amplas, e por vezes dificulta o recorte do tema, porém a estratégia utilizada versou sobre análise do material de acordo com a problemática da pesquisa, neste caso, a política educacional na cidade no período citado.

À luz das questões estabelecidas, é tarefa do ao/a pesquisador/a mergulhar nas “páginas amareladas” do jornal e revisitar no tempo presente os registros de uma época, com vistas à construção de outras novas histórias.

1.2.1 O Reencontro com a Fonte

O reencontro com o jornal “O São Gonçalo”, ocorreu durante o processo de seleção do doutorado. Na verdade, a riqueza de materiais (re)lidos, fuscavam e, caso fosse aprovada no processo seletivo (ideia vaga de uma possibilidade remota), iria aprofundar os estudos no impresso.

A tarefa do reencontro não foi fácil. O arquivo do jornal se encontrava em outro espaço, sendo transferido todo acervo para as dependências da Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, no bairro de Trindade. No ano de 2019, tão logo as aulas iniciaram, compareci no novo espaço com vistas ao contato com a direção do jornal, retornando algumas vezes, mas ainda sem clareza do tema da pesquisa.

Com a epidemia do ano de 2020 vivenciamos o isolamento social e o acesso ao acervo foi interrompido por quase 1 (um) ano, e após inúmeros contatos com a direção do jornal, consegui liberação para a continuidade do trabalho, por algumas horas durante alguns dias da semana. A ajuda do profissional Danilo Braga (responsável pelo acervo) foi fundamental.

O período da pesquisa no acervo contou com várias idas ao local, devido as muitas publicações. No entanto, a organização do espaço e o conhecimento do acervo pelo profissional responsável trouxe leveza ao trabalho.

Imagem 1: Acervo do Jornal exemplares anos 90



Fonte: Acervo “O São Gonçalo”: junho, 2019

A imagem das estantes apresenta os impressos catalogados e arquivados por datas de publicação, em caixas box. Em sua maioria, são edições a partir dos anos 2000. Em um espaço de quase três salas comerciais, no andar superior do espaço da Universidade Salgado de Oliveira (proprietária do jornal), temos todos os exemplares impressos, desde a primeira publicação no ano de 1931.

Uma riqueza de exemplares aliados à ausência de técnicas de guarda e conservação dos jornais, marcam a organização do arquivo. Um acervo extenso e complexo e nenhuma das edições impressas encontram-se digitalizadas, exigindo esforço e atenção redobrada nas buscas realizadas.

A técnica utilizada com vistas ao registro das reportagens sobre o tema da tese foi a digitalização via aplicativo no celular. Durante a escrita da dissertação de mestrado, utilizei a fotografia, mas a qualidade das imagens e leituras do texto das reportagens foram comprometidas. Com a tecnologia atual, e o uso do programa *Adobe Scan*, obtive uma imagem nítida e integral, favorecendo a apresentação e a leitura.

O acesso ao material exigiu resistência e atenção, pois o peso dos exemplares encadernados em capa dura, formato original e organizado semestralmente, precisaram ser

deslocados até um espaço iluminado e com condições de manuseio. Abaixo temos uma das estantes com alguns exemplares encadernados do início da década de 1960, e a organização de algumas edições a serem pesquisadas na imagem 3.

Imagem 2: Acervo do Jornal encadernado



Fonte: “O São Gonçalo”: junho, 2019

Imagem 3 – Acervo dos exemplares pesquisados



Fonte: “O São Gonçalo”: outubro, 2019

Sem mais, não havia tempo a perder! As idas ao arquivo eram agendadas previamente conforme disponibilidade do responsável pelo setor. Inicialmente, a intenção era a coleta dos dados para a escrita do trabalho. O tempo *chronos* alertava sobre a necessidade da escrita do texto da qualificação, e organizei-me para uma busca do objetivo central do trabalho.

Mas, os caminhos da pesquisa são surpreendentes. A cada manhã cronometrada, parecia nascer um fôlego novo de curiosidade e intimidade com os jornais. De uma leitura rápida e busca objetiva, o caminhar começou a ser lento e atento. A cada encontro com os jornais, (re)iniciei uma nova jornada na trajetória acadêmica.

A intimidade com o jornal levou ao “reconhecimento das múltiplas possibilidades de exploração dos sentidos que a cidade pode adquirir” (BONATO; XAVIER, 2013, p. 13), e trouxeram o frescor do compromisso com o trabalho, e não uma mera escrita para a finalização de uma titulação.

Cada leitura realizada nos exemplares reafirmou a necessidade de mais estudos voltados para a história da educação como compreensão das identidades coletivas e locais. Um leque de possibilidades e a construção de sentidos deste trabalho renasceram, e nesta reflexão, reitero Garcia (2001): *escrevemos para nossos pares ou para os profissionais que estão nas salas de aula e nas escolas? Quem afinal se beneficia com as nossas pesquisas e escritos? Com que projeto de sociedade nosso fazer acadêmico está comprometido?*

Este ambiente de possibilidades, resultado de uma luta histórica anterior à geração que pertence, deve ser inserido no cotidiano da sala de aula. *Por que não atrelar a pesquisa ao ensino? Até que ponto a nossa formação inicial nos engessa? Que possibilidades de ação, enquanto professora de um curso de formação de professores e de ensino fundamental, posso desenvolver a ponto de tomar o local, a realidade, o cotidiano, a “história comum”, como ponto de partida e de chegada?*

Enfim, a leve e profunda reflexão acima pode até fugir ao tema desta escrita, mas é atravessada pelos desafios de ser *professorapesquisadora* na escola pública brasileira, por isso a relevância no registro. Desta forma, foram muitas aproximações com o impresso. Uma grande quantidade de jornais encadernados em capa dura azul, tamanho padrão e envelhecidos, amarelados. Alguns, até com as folhas rasgadas, devido ao mau estado de conservação.

Imagem 4: Exemplares do “O São Gonçalo” – 1963



Fonte: “O São Gonçalo”: dezembro, 2020

Considerando as dificuldades de acesso ao acervo, a substituição por outro impresso foi uma possibilidade, pois a grande maioria dos impressos encontra-se digitalizados e disponíveis na internet. Mas, a certeza da fonte assumiu as rédeas da pesquisa, e a insistência viabilizou o acesso com horários determinados e reduzidos, devido à pandemia.

A organização, preservação e divulgação da coleção do “O São Gonçalo”: faz-se urgente e necessária. Caso não fosse viabilizado (após insistências) o acesso ao acervo, a pesquisa com uso do “O São Gonçalo”, seria inviável.

Em conversa com a direção do “O São Gonçalo” foi informado que houve uma tentativa da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ em parceria com a Biblioteca Nacional para digitalizar e organizar todo acervo²⁸. Doravante, não houve concordância com a Fundação UNIVERSO, que sem custo algum, teria o acervo preservado, organizado e digitalizado.

²⁸ Informação de funcionários do Jornal em conversa informal no ano de 2020.

A ausência de políticas públicas de armazenamento, manuseio e preservação e a natural deterioração do papel, colaborou para o desgaste de alguns exemplares, inviabilizando o manuseio e a não disponibilização para pesquisa.

Deste modo, existe um grande número de buscas ao acervo do jornal, conforme informação do responsável pelo arquivo. Professores/as; estudantes, pesquisadores/as, servidores públicos e cidadãos em geral, que buscam nas “páginas amareladas” registros históricos, e a presença humana no decorrer dos tempos, que “por natureza, é um *continuum*. E também perpetua mudança” (BLOCH, 2001, p. 55).

A materialidade documental revelou aspectos sociais, políticos, educacionais, pessoais, coletivos; enfim a vida humana em sua totalidade. Por isso, o arquivo em geral tem um papel social a ser desempenhado: acessibilidade e difusão da informação, como pilar democrático.

Tendo em vista que a democracia requer a elaboração e a implementação de políticas de informação que possibilitem meios para ampla produção, distribuição e uso da informação arquivística, as políticas nacionais de informação devem incluir uma política de arquivos digna deste nome (HOLLÓS, 2010, p. 23).

O acesso ao conhecimento do ontem e do hoje é parte do fazer democrático e não pode ser subestimado, mas precisa ser reconhecido como produto social e coletivo. Nesta perspectiva, o impresso precisou ser “analisado como vagar” (LUCA, 2005, p. 121). Uma tarefa nada fácil para as muitas informações disponíveis, no entanto necessária.

Nas muitas leituras inicialmente objetivas e direcionadas e no decorrer da intimidade com o jornal, atentas e vagarosas, existem lacunas de diversos aspectos. Sejam na temática da busca ou na continuidade da reportagem, na organização dos materiais ou outra qualquer. Os conhecimentos produzidos e impressos, revelam a cotidianidade que foge à mensuração, como afirma Bloch (2001) a vida é breve e os conhecimentos são longos, a ponto de nem um gênio conseguir ter uma experiência total da humanidade.

Para a organização da pesquisa e planejamento do trabalho, a opção realizada foi a busca por reportagens relacionadas à educação nas esferas pública e privada, nas diversas modalidades e no âmbito local e nacional. Os exemplares do “O São Gonçalo” durante o período delimitado (1963-1967) continham em média de 4 (quatro) a 6 (seis) páginas, distribuídas com assuntos diversos. A capa do jornal não continha o costunaz título das reportagens de destaque e no seu interior, a continuação das mesmas.

A apresentação dos exemplares não seguia um padrão, sendo organizado por título em letras maiores e negrito e abaixo a reportagem, muitas vezes interrompida, e indicada para a página seguinte. Uma diagramação confusa e lógica de apresentação, sendo aproveitados todos os espaços em branco da página.

Outro destaque foi a composição do jornal com diversos assuntos no decorrer das páginas, em geral reportagens, anúncios e opiniões. A lógica dos editores parecia combinar um mosaico de informações, acerca da política, religiosidade, educação, saúde, economia, vida social, homenagem a autoridades etc.

As últimas páginas, em geral eram destinadas às colunas específicas, tais como: coluna social, publicidades, avisos aos leitores, Atos Oficiais, esportes, textos sobre família, religião, educação e saúde, como apresentado abaixo:

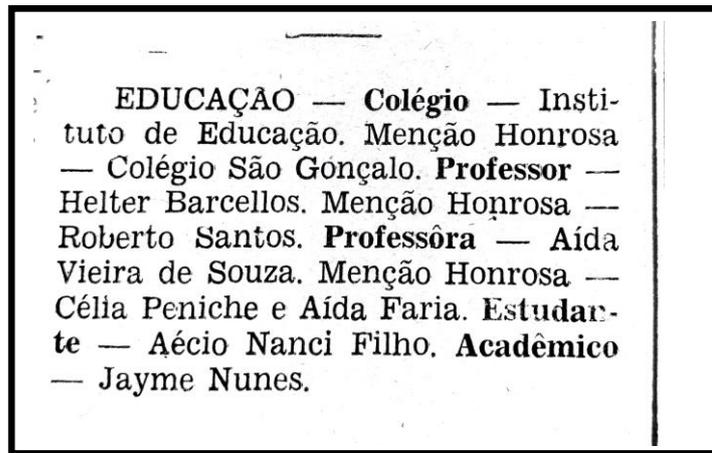
Imagem 5: Primeira página do “O São Gonçalo”



Fonte: “O São Gonçalo”: 06 de outubro, 1966

No interior do jornal as várias colunas que o compõem, coexistem. Temos anúncios de seguros, passagens rodoviárias, médico especialista em doenças nervosas e mentais, coluna social com destaque para uma reunião dançante no Clube Mauá²⁹, demais amenidades e notícias esportivas. Aos domingos geralmente eram publicados a Coluna Poética, Recreio Dominical, Crônicas, Coluna Espiritualidade em foco, Coluna Assuntos Femininos e muitos anúncios publicitários, premiações etc.

Imagem 7: Premiação dos destaques da Educação



Fonte: “O São Gonçalo”: fevereiro, 1967

No ano de 1967 o prêmio destaques da educação teve como vencedores: O Instituto de Educação, finalmente inaugurado, os professores com atuação na educação pública e privada na Cidade – Prof. Helter Barcellos³⁰; Profa. Aída Vieira de Souza³¹ e Profa. Célia Peniche³². A imagem da coluna “Assuntos femininos” publicada no mesmo ano, trazia dicas sobre beleza, moda e conservação de sapatos, apresentando um referencial de mulher para aquele tempo.

Com temáticas variadas, o jornal possuía identidade própria e organização de acordo com as demandas do contexto. Dessarte, a “apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos impressos no momento da sua circulação” (LUCA, 2005, p. 132).

²⁹ Clube Esportivo Mauá é um clube gonçalense (1937) que oferece a seus associados esportes diversos, escolas de futebol, acesso a piscina e salão de festas. Fonte: <http://clubemaua.com.br/> Acesso em: 12 agosto 2021

³⁰ Helter Jerônimo Luiz Barcellos foi Professor da Universidade Federal Fluminense – UFF, ex-Secretário de Educação de São Gonçalo, fundador do Colégio São Gonçalo e dirigente do Abrigo Cristo Redentor.

³¹ Aída Vieira de Souza foi fundadora do Colégio Santa Terezinha e Colégio Nossa Senhora das Dores.

³² Célia Peniche de Souza foi professora e fundadora do Colégio Célia Peniche – atual MV1.

Imagem 8: Coluna Assuntos Femininos

Assuntos Femininos

A VAIDADE E O PERFUME — Imaginem se a mulher deixasse de ser vaidosa e simplesmente não ligasse mais ao seu aspecto. Não se traria verdadeiro caos ao mundo econômico pois as fábricas de cosméticos teriam que fechar, costureiros e cabeleireiros ficariam sem serviço e o pior de tudo, o mundo seria triste e cinzento. Adeus a jóias e perfumes. Graças a Deus nada disso existe e a mulher continua vaidosa como foi sempre. Portanto aqui vão alguns conselhos de como usar um perfume. Regra básica é usá-lo com discrição. Aplique com a tampa do perfume no lóbulo das orelhas, na nuca, no antebraço e no pulso na parte interna. O perfume não só deve combinar com seu

tipo mas também com o seu traje e até sua disposição. Jean-Patou, cujo salão de alta costura é um dos mais conhecidos de Paris, tem perfumes com diversos nomes que correspondem respectivamente a sua essência. "Amour-à-mour" por exemplo fala de amor eterno, "Sonhador" é o perfume para a mulher romântica. Assim como estes existem milhares de variedades e só pessoalmente deve-se decidir que perfume usar.

VERMELHO CEREJA E' A VEDETE — A coleção de outono-inverno, recém lançada em Paris abandonou as cores pastéis predominantes no último verão lançando cores brilhantes e tendo como vedete da coleção o vermelho-cereja. Para a

noite o vermelho cintilante é a novidade. Este combina com marinho, cinza escuro, preto e é muito querido pois é tremendamente embelezador. Naturalmente a maquiagem acompanha a nova moda e assim sendo o baton cor de cereja será usado durante o dia e o rosa cintilante à noite.

CONSERVE NOVO SEU SAPATO — Para limpar sapatos de couro branco, passe primeiro uma escova seca para retirar a terra. Em seguida ensaboe levemente o couro e seque cuidadosamente. Sobre o couro ainda úmido passe um líquido branco especial para sapatos e deixe secar. Assim, você terá seu sapato sempre com aspecto de novo.

Fonte: "O São Gonçalo": 04 de abril, 1967

Neste sentido, a estruturação e apresentação física das páginas nada tem de natural, mas está carregada de significados, aspirações e mentalidades construídas. Por isso, foi necessário organizar a estrutura da pesquisa porque são muitas informações, que como "uma colcha de retalhos", podem ser costuradas e apresentadas como a tessitura escrita.

O garimpo dos retalhos, seus recortes e costuras não se constituiu tarefa simples, tal como a feitura de um jornal, são artes diferentes feitas numa temporalidade própria, envolta em metodologias construídas a partir do que se deseja construir. Os retalhos, conhecimentos, narrativas, escrita, escolhas, formas, costuras: não seriam pontos comuns ao processo investigativo? A produção final, seja do jornal, da colcha ou de uma tese de doutorado, não seria resultante de um esforço epistêmico?

As questões levantadas suscitaram a necessidade de avançar os movimentos de organização e produção artesanal da escrita. Desta forma, os registros historiográficos selecionados e organizados por temáticas e/ou temporalidade foram digitalizados, para melhor

entendimento.

O tempo cronológico usado para identificar os anos das publicações contribuiu com a organização, porém as análises produzidas agruparam-se por aspectos integradores, construídos pelas aproximações das temáticas relacionadas. As aproximações versaram sobre pontos comuns entre temas relacionados à política educacional no período, e correspondentes à política educacional no contexto da ditadura iniciada no ano de 1964.

Dentre os aspectos apresentados no impresso, alguns listados abaixo visam compreender as ações da política educacional, tais como: políticas públicas; forte presença da iniciativa privada na educação municipal; criação de novas escolas como política de democratização do ensino; aspectos relacionados ao cotidiano da educação municipal (contrato para professores, eventos, festas, concursos, nota social, inspetoria municipal etc.); a criação do Instituto de Educação na cidade e as reportagens sobre a comunidade escolar.

Na (re)leitura das páginas do “O São Gonçalo”, que em certa medida reavivaram os postulados da tese, abrigou-se a cidade como “escala de poder enquanto parte dinâmica da totalidade, amalgada à estrutura de poder no Brasil pretérito e do tempo presente” (ALVARENGA; TAVARES, 2015, p. 58), onde as múltiplas formas e tramas legitimam as relações clientelistas na esfera educacional.

Em anexo à pesquisa consta um inventário com as reportagens analisadas na tese. O intuito em compartilhar os achados não possuiu a pretensão de “comprovação histórica”, pois a “resignação de não compreender tudo do passado, leva a um conhecimento através de pistas, e a procedimentos de reconstrução” (BLOCH, 2001, p. 26).

1.3 O Jornal “O São Gonçalo”

A imagem abaixo utilizada no ano de 1965 visou apresentar a nova organização gráfica do Jornal, que agregou o termo diário e mostrou-se comprometido em informar os acontecimentos do município.

Imagem 9: Anúncio do novo “O São Gonçalo”



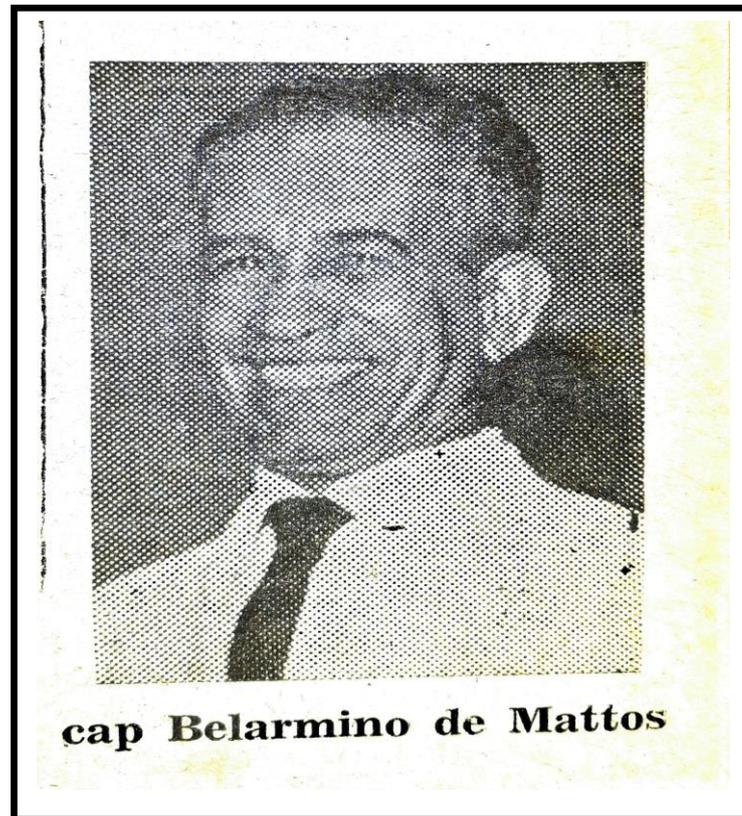
Fonte: “O São Gonçalo”: julho, 1965

O texto de capa anunciava um jornal “Mais vibrante! Mais informativo!”. A promessa dos editores à tradicional família gonçalense era: leia e fique em dia com os acontecimentos do Município que dá nome ao jornal: “O São Gonçalo”. Assim, “O São Gonçalo” é um impresso bem conhecido pelos/as moradores/as do município, são nove décadas de existência, mas ele não foi o primeiro jornal a circular.

No ano de 1913, os irmãos gêmeos Abílio e Belarmino de Mattos criaram em São Gonçalo, um jornal chamado “A Gazeta de São Gonçalo”, mantido em atividade até 24 de outubro de 1930, quando foi empastelado pela Revolução de 30” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 52). Após alguns meses, Belarmino de Mattos fundou um novo jornal,

chamado “O São Gonçalo” em 1931³³ e seu irmão, Abílio José de Mattos, prosseguiu na direção do jornal “A Gazeta de São Gonçalo”, onde permaneceu até o seu falecimento, no ano de 1937.³⁴

Imagem 10: Fotografia do fundador do Jornal - Belarmino de Mattos



Fonte: “O São Gonçalo”: setembro, 1967

O “Velho Capitão” como era conhecido Belarmino de Mattos, dedicou sua vida à cidade, combinando interesses pessoais e coletivos, sendo um elo na política local e a imprensa. Com uma atuação ativa na transformação do município, onde a economia agrária e indústria coexistiam, Belarmino de Mattos contribuiu para a fundação de diversas instituições: Hospital de São Gonçalo, Santa Cecília, Liga Gonçalense de Desportos, Loja Maçônica, dentre outras.

Na história do jornalismo fluminense, em geral, compreendeu-se que a história do

³³ Fundado em 22 de janeiro de 1931 por Belarmino de Mattos, tipógrafo formado pelo Liceu de Artes e ofícios. Passou a ser diário a partir do ano de 1958.

³⁴ Blog: Jornalista Belarmino de Mattos: o Velho Capitão.
https://Jornalistabelarminodemattos.blogspot.com/2021/01/ha-90-anos.html?sref=fb&fbclid=IwAR15Nct3-p2LEVQMe5XC8_FmOUdBlAJ6d0uD3q-qLkLRactSG5TH70WYbb0irado Acesso em: 05 agosto 2021

fundador do jornal se confundiu com a própria história da cidade, sendo considerado patrono do jornalismo gonçalense³⁵. O “Velho Capitão” Belarmino fundou três jornais, sendo dois em São Gonçalo - “A Gazeta de São Gonçalo” (1913) e “O São Gonçalo” (1931) e um em Itaboraí - “Folha de Itaboraí” (1948)³⁶, este último circulou durante 60 (sessenta) anos.

O jornal “A Gazeta de São Gonçalo” circulou até o ano de 1937, e é objeto de um projeto de pesquisa intitulado: História e Imprensa Local: A Gazeta de São Gonçalo (1913-1937)³⁷ da Faculdade de Formação de Professores – FFP/UERJ em parceria com a Biblioteca Nacional.

No ano de 2016, o Velho Capitão completaria 125 (cento e vinte e cinco) anos, sendo homenageado com diversas atividades culturais, artísticas, religiosas e a exposição realizada na Fundação de Artes de São Gonçalo – FASG.

O “O São Gonçalo” passou a ser publicado diariamente a partir do ano de 1958, época que a imprensa adquiriu um maquinário mais moderno. A primeira sede foi no bairro de Neves, depois transferida para o centro da cidade, e posteriormente para o bairro do Alcântara. Atualmente, encontra-se sediado no prédio da UNIVERSO em São Gonçalo.

De acordo com Figueirêdo (2010) com o falecimento de Belarmino no ano de 1970, a família reunida decidiu que a direção do impresso ficaria a cargo de um de seus filhos – o jornalista e fotógrafo César Augusto de Mattos. Em meados dos anos 2000, foi vendido para a Fundação UNIVERSO³⁸, sendo presidido pelo jornalista Wallace Salgado de Oliveira, filho do proprietário da Universidade, Joaquim Salgado de Oliveira.

O jornal possuía uma média de 10.000 mil tiragens em 30 (trinta) edições diárias com circulação nos municípios de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí. Desde o ano de 2019, o jornal

³⁵ No ano de 2016 ocorreu a exposição “Belarmino Mattos – 125 anos Patrono do Jornalismo Gonçalense” organizado por Cecília Setúbal, neta do Jornalista e Prof. Rui Aniceto Fernandes – Professor da FFP/ São Gonçalo: Fundação de Artes de São Gonçalo – FASG, 2016.

³⁶ Blog: Jornalista Belarmino de Mattos: o Velho Capitão.
https://Jornalistabelarminodemattos.blogspot.com/2021/01/ha-90-anos.html?sref=fb&fbclid=IwAR15Nct3-p2LEVQMe5XC8_FmOUdBIAJ6d0uD3q-qLkLRactSG5TH70WYbb0 Acesso em: 05 agosto 2021

³⁷ Projeto de Pesquisa: História e Imprensa Local: A Gazeta de São Gonçalo (1913-1937) sob coordenação de Rui Aniceto Nascimento Fernandes – FFP/UERJ. O projeto visa fortalecer os atuais debates sobre a relação entre história e imprensa, e a importância para construção da história local.

³⁸ A FUNDAÇÃO UNIVERSO é uma entidade de direito privado criada pela família Salgado de Oliveira em 1959 com a criação do Colégio Dom Hélder Câmara, no bairro da Trindade, em São Gonçalo. Atualmente conta com Campus Universitários presentes em cinco estados brasileiros. Disponível em: <https://universo.edu.br/a-universo/historico/> Acesso em: 03 maio 2020

circula apenas no formato digital³⁹, com temáticas típicas do “Jornalismo popular” (DIAS, 2003), com destaques para as reportagens sobre violência em suas primeiras páginas.

O atual formato do “O São Gonçalo” possui os editoriais: Serviços, Política, Cidades, Segurança Pública, Cultura e Lazer, Esportes, Geral, Cadernos, Colunas e Cadernos Especiais, presente também nas plataformas e mídias sociais digitais, tais como WhatsApp⁴⁰, Facebook⁴¹, Twitter⁴² e Instagram⁴³.

Nos dias atuais, “O São Gonçalo” é uma das “poucas opções de informações com certo grau de credibilidade, para aqueles que visam se informar sobre a política municipal, que é tratada ali diariamente, apesar de não ter muito destaque na capa” (CARVALHO, 2019, p. 69).

Os Atos Oficiais do Município, durante o período que o impresso circulava na versão impressa, era lido especialmente pelos agentes vinculados à Administração Pública Municipal. No entanto, a relação do jornal com a política municipal, remota aos seus primórdios, que veremos ao longo da tese e em particular na aquisição do impresso pela Fundação UNIVERSO.

Por muitos anos, o Jornal se beneficiou com o status de único veículo a publicar o Diário Oficial do Município, um dos fatores que tornou o Jornal a “mídia chapa branca” de governos posteriores que mantiveram o acordo. Ademais, o chanceler da Fundação Universo e proprietário do Jornal – o professor Joaquim Salgado de Oliveira – permaneceu no cargo de secretário municipal de Esportes e Lazer de São Gonçalo há pelo menos vinte anos, mantendo sua posição e influência no governo municipal a despeito dos diferentes espectros político ideológicos emanados por sucessivos governos (CARVALHO, 2019, p. 69).

A relação entre imprensa e poder é antiga e marcada por contradições. Luca (2005) afirma que a imprensa é a irmã siamesa da cidadania, do espaço público, da coletividade e da democracia. Por isso, a pesquisa com impressos é desafiadora.

O jornal “O São Gonçalo” é o mais tradicional veículo de reportagens sobre a cidade, retratando há muitas décadas antagonismos, subserviência aos poderes públicos, censura e liberdade dentro de parâmetros estabelecidos por aqueles que o redigem.

³⁹ Site do Jornal <https://www.osaogoncalo.com.br/>

⁴⁰ WhatsApp (21) 99666-4090

⁴¹ <https://www.facebook.com/osaogoncalo/>

⁴² <https://twitter.com/osaogoncalo>

⁴³ <https://www.instagram.com/osaogoncalo/>

A relação intrínseca entre Jornal e poder público pode ser vista em suas publicações. Após a suspensão do contrato de publicação do Diário Oficial com a Fundação UNIVERSO, houve uma economia milionária para a cidade.

Segundo dados do Portal da Transparência, de setembro de 2013 a fevereiro de 2017, a Fundação Universo, responsável pela edição do Jornal, recebeu o repasse total de R\$2.656.013,85 (dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, treze reais e oitenta e cinco centavos) para publicação dos atos oficiais. Após o fato, tornou-se notório o acréscimo de matérias negativas ao governo do prefeito José Luiz Nanci, a maioria delas com destaque na capa, tanto no veículo impresso quanto nos canais online (Ibid., 2019, p. 70).

Nesse sentido, as questões que atravessam a história do impresso: alianças políticas, acordos empresariais, oficialismos na condução das matérias, registros das histórias invisibilizadas, singularidades das tramas sociais e partidarismos. No entanto, o jornal não pode ser tomado como “um objeto em si” deslocado de toda trama social e histórica do período.

Nas leituras e buscas realizadas no impresso, as questões relacionadas à educação afloravam as páginas amareladas, mas o que ali também era silenciado? De que forma o impresso contribuía para a chamada “periferialidade da cidade” ao realizar uma escolha consciente por parte dos seus editores de tornar – se um veículo quase que oficial do Poder Executivo?

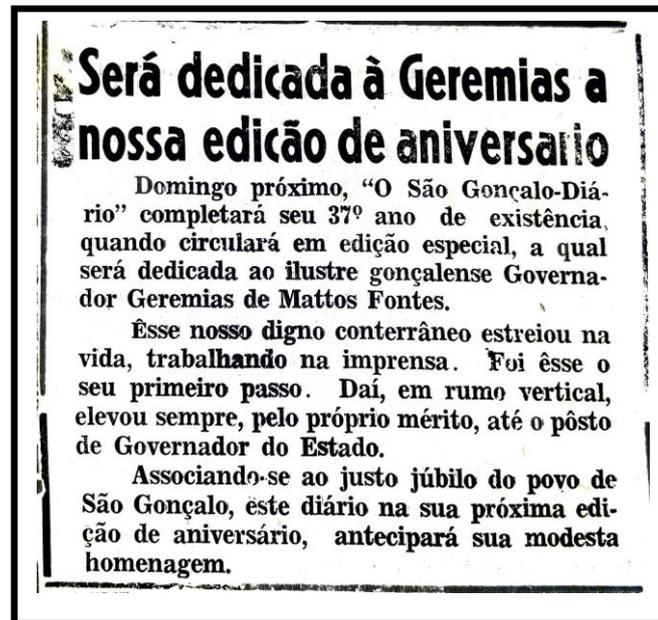
Ao abordar o Jornal como um espaço de produção de conhecimentos como um veículo de informações e não de uma determinada informação, nos parece que a imprensa está diretamente relacionada ao processo educacional, como nos aponta Pasquini & Toledo:

na medida em que facilmente socializou o conhecimento dos povos e, por conseguinte, as ideias necessárias às novas classes em formação. Por isso é mister afirmar que a imprensa possibilita a análise de paradigmas educacionais e filosóficos construídos historicamente. Percebe-se que a imprensa passou a ser considerada como um aspecto vinculado ao processo educacional na medida em que facilmente socializou o conhecimento dos povos e, por conseguinte, as ideias necessárias às novas classes em formação. Por isso é mister afirmar que a imprensa possibilita a análise de paradigmas educacionais e filosóficos construídos historicamente (2014, p. 10)

Assim, a imprensa é um espaço de disputa de poder e territórios, onde a consolidação de um projeto será ali estabelecida por meio do conteúdo divulgado, seja ele legítimo ou não, velado ou descoberto, mas sempre hegemônico.

Abaixo, um exemplo da atuação jornalística reverenciando o Governador do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1967.

Imagem 11: Coluna de aniversário do “O São Gonçalo”



Fonte: “O São Gonçalo”: janeiro, 1967

O anúncio publicado no ano de 1967 informou aos/as leitores/as que no domingo a edição do jornal iria homenagear o “filho da terra”, o governador indicado pelos militares - Geremias de Mattos Fontes. Ele foi prefeito de São Gonçalo, Deputado Federal e Governador do antigo Estado do Rio de Janeiro – de 1967 a 1971.

Uma edição jornalística inteira dedicada a homenagear o político local na edição de aniversário do impresso, deixando nítido a relação entre o poder político, econômico, ideológico e social das elites locais gonçalenses e a imprensa. A relação entre política e imprensa, dentro deste contexto apresentado foi naturalizada e permeada de sentidos, tidas como espaços de difusão cultural e sociabilidade, “onde os novos agentes culturais e políticos, os redatores, tinham nome e rosto na sociedade que buscava se efetivar como nação” (MOREL, 2008, p. 39).

A escrita das reportagens versava com “certo compromisso” relacionado ao ideal republicano e desenvolvimentista, em tônica no contexto histórico, interpretadas pela imprensa local em escalas variadas, de acordo com as conveniências e intitulando-se como sendo um “porta voz” da população.

Nas palavras do fundador do “O São Gonçalo” o compromisso foi de ser o porta voz local de notícias, dotando a cidade de “uma grande voz que falasse ao povo do município, aos nossos vizinhos do Brasil inteiro”, e desejava que o jornal fosse “uma árvore imortal, árvore da inteligência, da vontade popular e das aspirações públicas”⁴⁴

O “Velho Capitão” perseguiu durante as décadas que esteve à frente do jornal como diretor, as aspirações descritas acima. Nas leituras dos exemplares, a cidade foi exaltada em suas virtudes, os feitos políticos referentes em prol do desenvolvimento são destaques, as colunas eram assinadas por colaboradores de expressão local e nacional, como o Senador Artur da Távola, o Arcebispo de Niterói Dom Carlos Navarro, dentre outros.

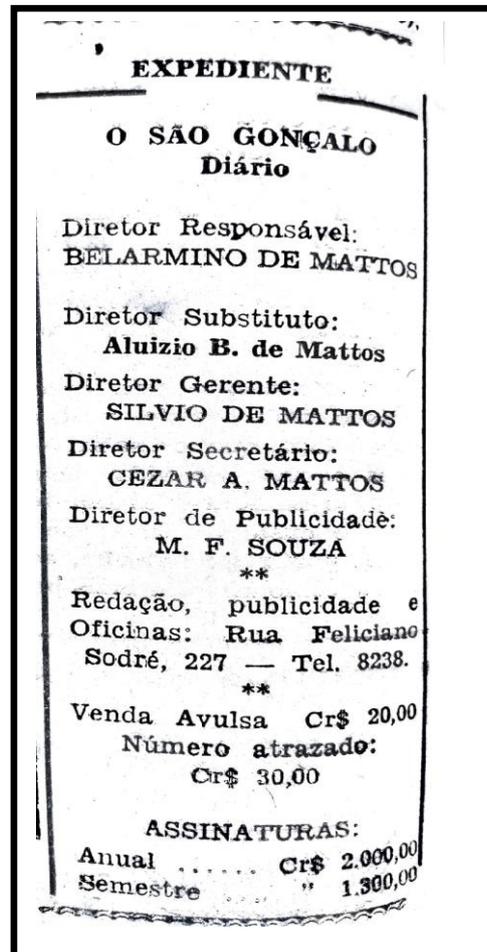
No papel linha d`água em formato A e padrão *offset*, e diariamente com publicação de em média 4 a 6 folhas, o recebimento das notícias era diário, mediante o trabalho de uma equipe de profissionais gonçalenses, “que ainda que se declare apolítico, se preocupa com aspectos esportivos, recreativos ou sensacionalismo, mantendo estreita relação com o ideário predominante” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 55).

E que ideário seria? Ao ler o conjunto de histórias compartilhadas sob as lentes do fotógrafo nas folhas datilografadas, revelaram-se as pretensões do editor. No entanto, foi no conjunto das edições que os contornos do ideário se revelaram, constituindo novos conhecimentos a serem explorados.

No período escolhido o expediente do jornal ficou a cargo de uma equipe de 5 (cinco) profissionais, todos homens, trazendo também uma reflexão sobre gênero na profissão jornalística em meados dos anos 60. Aqui, apareceu apenas como uma constatação, pois me faltou fôlego para esta discussão, ainda que considerada relevante.

⁴⁴ Fonte: <https://colunadogilson.com.br/Jornal-o-sao-goncalo-vira-semanario/> Acesso em: 10 agosto 2021

Imagem 12: Expediente do “O São Gonçalo”



Fonte: “O São Gonçalo”: julho, 1964

A localização da redação, oficina e departamento de publicidade era no mesmo espaço: Rua Feliciano Sodré, localizada no centro da cidade de São Gonçalo. Esta localização facilitava o acesso dos leitores às dependências do jornal, pois se localizava no centro da cidade.

Abaixo, temos uma reportagem sobre a presença de grupo de alunas que aguardavam o início do funcionamento do Instituto de Educação em São Gonçalo, conforme promessa dos políticos locais.

Imagem 13: Reportagem sobre alunas do Curso Normal

I E de São Gonçalo

Vitorioso "O São Gonçalo"



Com prejuizo das candidatas á escola normal do Instituto de Educação desta cidade, havia se deliberado não funcionasse a mesma período letivo do corrente ano.

Um grupo de jovens estudantes veio a êste jornal (foto acima) protestando e apelando para o seu funcionamento.

O Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento da Escola Normal nesta cidade, Nilo Peçanha noticia essa que foi muito bem recebida.

Fonte: "O São Gonçalo": 02 de março, 1963

O acesso às dependências do jornal parecia ser algo comum, pelo menos foi para este grupo de alunas, inscritas no "primeiro ano de funcionamento" do Instituto de Educação e que aguardavam o início das aulas. Importante destacar que no título da reportagem, temos: I E de São Gonçalo (Instituto de Educação de São Gonçalo) e abaixo a frase: Vitorioso "O São

Gonçalo”.

O vitorioso seria o jornal por participar como local de pressão social em um cenário de crescimento industrial e desenvolvimento urbano? Ou seria visto como “vitorioso” o município de São Gonçalo, que já havia conseguido junto ao Conselho Estadual de Educação a autorização para o funcionamento do Instituto de Educação?

As muitas indagações perfazem o percurso da pesquisa revelando a potência da fonte/objeto estudado, que nas palavras de Oswald de Andrade (1974) define-se: “o papel impresso é mais forte que as metralhadoras”.

As muitas pistas da educação do município de São Gonçalo encontraram-se noticiadas, e também silenciadas. Existem muitas lacunas referentes à prestação de contas no repasse público para as escolas particulares e a direção do jornal, as condições das escolas nos loteamentos que aleatoriamente eram “construídas” ao redor do centro da cidade, a seleção e contratação dos/as professores/as e demais temas relacionados à política educacional da cidade. Por sua vez, os silêncios muito nos falam!

O que temos de publicações estão ali dadas e às claras, pistas nítidas de um tempo histórico. Entre as muitas pistas, dispomos dos noticiários sobre a organização da educação, os desafios e problemas na cidade e Estado, e a necessidade da democratização no acesso à escola pública.

Nas páginas do jornal temos também homenagens a professores/as, editais de concursos para contrato docente; reuniões de formação, publicação em coluna social de casamentos, falecimentos de professores; questões de acesso à escola e demais situações da vida em sociedade.

O impresso apresentou um grande número de publicações, tendo em sua maioria assuntos relacionados à educação. Para composição da tese foram realizadas ao longo da pesquisa 18 (dezoito) visitas ao arquivo do jornal com cumprimento dos protocolos de segurança e nos horários determinados, como registrado no quadro abaixo e organizado como uma das composições da metodologia da pesquisa.

Tabela 2: Idas ao acervo do Jornal “O São Gonçalo”

Ano	Datas
2019	14 de agosto
	16 de outubro
2020	7 de dezembro
	14 de dezembro
	21 de dezembro
	28 de dezembro
2021	11 de janeiro
	13 de janeiro
	26 de janeiro
	27 de janeiro
	2 de fevereiro
2022	22 de fevereiro
	23 de fevereiro
	24 de fevereiro
	3 de março
	4 de março
	8 de março
	16 de março
Total de 18 visitas para pesquisa no acervo	

Fonte: A autora, 2022

As muitas visitas ao acervo foram necessárias para compor a busca em todos os exemplares publicados no período relacionado da pesquisa. Com uma média de 1.115 (hum mil cento e quinze) jornais pesquisados, a constatação foi imediata: a fonte apresentava uma ampla cobertura educacional do período estudado.

Tabela 3: Publicações do Jornal “O São Gonçalo”

ANO CIVIL	ANO DE PUBLICAÇÃO	PERÍODO	VALOR DO EXEMPLAR	EDIÇÕES PUBLICADAS
1963	XXXIII	Janeiro a Dezembro	CR\$ 20,00	241
1964	XXXIV	Janeiro a Dezembro	CR\$ 30,00	238
1965	XXXV	Janeiro a Dezembro	CR\$ 30,00	294
1966	XXXVI	Janeiro a Dezembro	CR\$ 50,00	266
1967	XXXVII	Janeiro a Março	CR\$ 50,00	76
Total de exemplares publicados				1115 exemplares

Fonte: A autora, 2022

As dificuldades da pesquisa não demoraram aparecer. Desde o tempo para estudo, e escrita, basicamente vivenciado dentro de um contexto de docência em *home office*; as dúvidas relacionadas à estruturação da pesquisa, o grande volume de fonte a ser analisado (o que poderia propiciar um aligeiramento da reflexão e escrita) junto às outras demandas do

cotidiano, levaram-me a selecionar em torno de 270 (duzentos e setentas) reportagens, inventariadas e anexadas ao final da tese.

As temáticas escolhidas estruturaram a investigação, onde a tentativa foi de “lançar luz sobre os ocultamentos e silenciamentos, revelando os jogos de poder e as correlações de força que permitem a construção de uma história da educação” (BONATO; MARTINS, 2009, p. 10).

A fala do Sr. Antônio Ferreira no encerramento da cerimônia parece que foi ouvida pelas autoridades ali presentes. No ano de 1964 foi anunciado no Estado do Rio de Janeiro a Alfabetização de 400 mil adultos pelo Programa de Alfabetização do Ministério da Educação.

Na primeira etapa do projeto algumas cidades foram selecionadas, e dentre elas o município de São Gonçalo, como revelado na reportagem abaixo:

Imagem 14: Reportagem sobre o Método Paulo Freire no Estado do Rio de Janeiro

Método Paulo Freire no Est. do Rio
400 Mil Analfabetos Adultos
Serão Alfabetizados

Quatrocentos mil analfabetos adultos, do estado do Rio, começarão a ser alfabetizados ainda esta semana, quando o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação porá a funcionar, nessa primeira etapa, 400 círculos de Cultura, onde os Coordenadores ensinarão, cada um, 30 pessoas a ler e escrever em 40 horas pelo método Paulo Freire.

Os municípios escolhidos para a fase inicial foram Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, S. Gonçalo, Niterói e Paracambi, localizados na região onde se encontra metade da população fluminense e de fácil acesso devido à proximidade com a Guanabara.

O trabalho que o Programa Nacional de Alfabetização vai realizar nesses Municípios — escolhidos juntamente com Sergipe como áreas-piloto — é o maior já realizado no Brasil, pois o método Paulo Freire nunca foi aplicado em tantos Círculos de Cultura ao mesmo tempo. A maior utilização do Sistema até agora foi na Campanha em Brasília, onde funcionaram 70 círculos.

Substituindo as tradicionais salas de aula, em que o professor funciona como expositor e os alunos como assistentes, a campanha de Alfabetização criou os Círculos de Cultura, que funcionam em média com 30 participantes e mais o coordenador. Este, com o auxílio de slides e projetor, prende a atenção do analfabeto, conduzindo-o através de debates, à descoberta da palavra geradora.

Para que o trabalho de alfabetização pudesse começar agora, turmas experimentais já estão trabalhando desde o mês passado na região, estudando as condições locais e pesquisando as palavras mais usadas e que mais interessam à vida do analfabeto. Esse trabalho experimental já foi feito pela equipe, que também está preparando os quadros, através de cursos e aulas aos coordenadores sobre a aplicação do Sistema Paulo Freire e sobre as condições da região onde ele será aplicado pela primeira vez em larga escala.

A coordenação do Programa é feita por uma equipe que se organiza em três divisões: administração, alfabetização e mobilização. A divisão de Alfabetização seleciona, forma e supervisiona as equipes e prevê os cursos com recursos didáticos. A Mobilização está incumbida de difundir o programa, arrolar e regimentar os analfabetos, mostrando-lhes a necessidade de aprender a ler e escrever, e, entre outras coisas, assegurar sustentação social aos Círculos. A administração está encarregada de providenciar os meios materiais necessários ao funcionamento.

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Método Paulo Freire no Estado do Rio de Janeiro - 400 mil analfabetos adultos serão alfabetizados Quatrocentos mil analfabetos adultos, do Estado do Rio, começarão a ser alfabetizados ainda esta semana, quando o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação porá a funcionar, nessa primeira etapa, 40 círculos de Cultura, onde os Coordenadores ensinarão, cada um, 30 pessoas a ler e escrever em 40 horas pelo método Paulo Freire. Os municípios escolhidos para fazer a fase inicial foram Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, São Gonçalo, Niterói e Paracambi, localizados na região onde se encontra metade da população fluminense e de fácil acesso devido à proximidade com a Guanabara. O trabalho que o Programa Nacional de Alfabetização vai realizar nesses Municípios – escolhidos juntamente com Sergipe como áreas-piloto – é o maior já realizado no Brasil, pois o método Paulo Freire nunca foi aplicado em tantos Círculos de Cultura ao mesmo tempo. A maior utilização do Sistema até agora foi na campanha em Brasília, onde funcionaram 70 círculos. Substituindo as tradicionais salas de aula, em que o professor funciona como expositor e os alunos como assistência, a Campanha de Alfabetização criou os Círculos de Cultura, que funcionam em média com 30 participantes e mais o coordenador. Este, com o auxílio de slides e projetor, prende a atenção do analfabeto, conduzindo-o através de debates, à descoberta da palavra geradora. Para que o trabalho de alfabetização pudesse começar agora, turmas experimentais já estão trabalhando desde o mês passado na região, estudando as condições locais e pesquisando as palavras mais usadas e que mais interessa a vida do analfabeto. Esse trabalho experimental já foi feito pela equipe, que também está preparando os quadros, através de cursos e aulas aos coordenadores sobre a aplicação do Sistema Paulo Freire e sobre as condições da região onde ele será aplicado pela primeira vez em larga escala. A coordenação do Programa é feita por uma equipe que se organiza em três divisões: administração, alfabetização e mobilização. A divisão de Alfabetização seleciona, forma e supervisiona as equipes e provê os cursos com recursos didáticos. A mobilização está incumbida de difundir o programa, arregimentar os analfabetos mostrando-lhes a necessidade de aprender a ler e a escrever, e, entre outras coisas, dar sustentação social aos Círculos. A administração está encarregada de providenciar os meios materiais necessários ao funcionamento (“O São Gonçalo” 02/03/1964).

A transcrição acima se fez necessária para facilitar a leitura da reportagem, considerada importante na discussão, no decorrer da tese algumas outras transcrições foram realizadas.

O anúncio do Programa Nacional de Educação coordenado pelo professor Paulo Freire vinculou a escolarização com a conscientização, e contou com momentos de estudo e pesquisa das condições de vida dos/as alunos/as. No entanto, a proposta em âmbito nacional permaneceu na memória individual e coletiva, pois não chegou a ser plenamente implementada no país.

O golpe de 1964 pôs fim “às perspectivas reformistas avançadas” (PENNA, 1999, p. 264) e se acomodou confortavelmente nos braços da classe dominante brasileira, grandes empresários, militares e classe média. A esperança de dias melhores foi adiada por longos anos, que foram marcados pela repressão e censura, também noticiadas nas páginas do impresso local.

No bojo do crescimento do país via industrialização, a cidade de São Gonçalo foi nomeada sob alcunha de “Manchester Fluminense”, em referência à cidade inglesa Manchester (que teve um papel primordial na Revolução Industrial em meados do Século XVIII). Entretanto, o fôlego da indústria gonçalense durou pouco e, já na década de 1970, o “município já não figurava entre os mais industrializados do Estado, mesmo se a base de comparação for o território do antigo Estado do Rio de Janeiro, antes da fusão com a Guanabara” (ARAUJO; MELO, 2014, p.66).

A São Gonçalo dos anos de 1960 contou com o governo do prefeito Joaquim de Almeida Lavoura. O prefeito Lavoura, como era conhecido, governou o município de São Gonçalo por três mandatos, e, quando candidato, visitava os loteamentos gonçalenses, prometendo investimentos públicos.

Na história política municipal Lavoura é tido no passado presente como um exemplo de político populista, que teve no jornal local “um porta voz do seu gabinete”. Com a prática de relações clientelistas no sistema público, Lavoura se tornou uma liderança política que cunhou a expressão “Lavourismo” na política gonçalense.

2.1 O Município de São Gonçalo nos anos 1960

O território geográfico do Estado do Rio de Janeiro é múltiplo na sua constituição. O Rio de Janeiro foi sede do Império, capital do Brasil e sediou o Estado da Guanabara. Atualmente o Estado é subdividido em 92 (noventa e dois) municípios e oito regiões de Governo: Região Centro-Sul Fluminense; Região Metropolitana; Região Noroeste Fluminense; Região Norte Fluminense; Região Serrana; Região da Costa Verde; Região das Baixadas Litorâneas e Região do Médio Paraíba⁴⁶.

Portanto, pesquisar a história da educação de uma cidade da Região Metropolitana foi desafiador no que concerne às particularidades locais, acesso às fontes, questionamento de proposições gerais e até mesmo na sua re(escrita), haja vista a produção hegemônica do campo historiográfico em educação voltado para a capital. Atualmente, São Gonçalo é o segundo município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro com uma população de 999.728 pessoas (IBGE, 2010) e o segundo colégio eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Pinho (2006), o município apresentou “perfil global de perifericidade, com significante de concentração da população pobre e negra, com menor escolaridade, baixo nível de acesso a serviços e equipamentos urbanos” (PINHO, 2006, p.171). A “perifericidade gonçalense”, em parte, resultou do processo modernizador alargado vivenciado no Estado do Rio de Janeiro em meados dos anos 40, e não da lentidão do progresso ou “demora” no crescimento da Região Metropolitana:

A industrialização do Rio desorganizou modos tradicionais de reprodução social, ao mesmo tempo que foi motor de atração para grandes contingentes populacionais, recrutados para nova vida urbana em posição subordinada no mercado de trabalho, na participação política e no acesso a benefícios e direitos (Ibid., 2006, p. 171).

A desorganização dos modos tradicionais de estruturação da sociedade, nas áreas periféricas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, revelou-se décadas depois, pois o município de São Gonçalo nos anos de 1950 era a “Manchester Fluminense”. Aliado às indústrias, São Gonçalo caracterizou-se por uma grande concentração de fazendas que praticavam a citricultura, e que aos “poucos foram desmembradas em sítios, chácaras e terrenos de uso urbano e nos tornamos solo fértil para o desenvolvimento” (PMSG, 2021).

A história da cidade de São Gonçalo foi objeto de análise referente ao período delimitado na investigação – meados da década de 1960, considerado como auge no

⁴⁶ Mapa do Estado do Rio de Janeiro, PRODERJ, 2019.

desenvolvimento da região, inclusive com o seu litoral sendo utilizado para banho de praias, o que atualmente é impossível de conceber.

Um dos achados, foi a reportagem de capa do “O São Gonçalo”, publicado no ano de 1967, que nos mostra um pouco de como eram umas das possibilidades de lazer existente no Município.

Imagem 15: Reportagem sobre as Praias de São Gonçalo



Fonte: “O São Gonçalo”: 14 de janeiro, 1967

No ano de 2022, a leitura de uma reportagem com este título, referente ao município em estudo, remete a um passado distante. O chefe do centro de saúde da cidade afirmou que “as praias de São Gonçalo não serão interditadas, e que não existe nenhum surto de hepatite”, como moradora, perguntei-me: *o que houve com esta cidade?*

Segundo o Instituto Baía de Guanabara a orla de São Gonçalo é formada pelas praias: Luz e São João, Beira, Boioia e das Pedrinhas⁴⁷, e a finais da década de 1960, a bela paisagem às margens da Baía de Guanabara⁴⁸, começava a contrastar com a poluição de suas águas. A degradação ambiental é latente, tal como a poluição da Baía de Guanabara. No entanto, o

⁴⁷ Disponível em http://baiadeguanabara.org.br/site/?page_id=4813 – Acesso: 25 agosto de 2021.

⁴⁸ A Bacia da Guanabara possui uma superfície aproximada de 4600 km², praticamente engloba toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, incluindo total ou parcialmente os Municípios do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Magé, Petrópolis, Duques de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Nilópolis e Queimados (AMADOR, 1997).

litoral de São Gonçalo apresenta uma paisagem belíssima, que resiste ao tempo e à ação destrutiva do “progresso”, nos remetendo ao “passado, que por definição é um dado que nada mais será modificado” (BLOCH, 2001, p. 75).

O passado não pode ser modificado, mas pode tensionar o presente e atuar na construção das identidades dos sujeitos; ação imprescindível em um “Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo” (MARTINS, 1994, p. 13).

A história do município de São Gonçalo não escapou aos processos constituintes da nação brasileira, retratando os “efeitos próprios da combinação entre o arcaico e o moderno” (ALVARENGA; JUNIOR, 2016, p. 99).

A “modernidade” e o arcaico convivem juntos em São Gonçalo. A usurpação dos direitos, a ausência de cidadania, a precarização das relações entre sujeitos e Estado se fazem presentes na paisagem da cidade. Um território heterogêneo em sua gênese, onde o urbano insistia em existir junto ao rural, aproximando o contraditório processo de desenvolvimento capitalista com a produção agrícola.

De fato, até a década de 1930 a economia gonçalense era essencialmente agrícola. A produção de gêneros agrícolas era beneficiada com a existência de inúmeros pequenos portos, o que facilitava o escoamento da produção. Com localização geográfica privilegiada, na entrada da Baía de Guanabara, São Gonçalo ainda exercia um papel importante servindo como elo de ligação com o interior da Província do Rio de Janeiro. Esse importante fator locacional foi reconhecido quando da construção do ramal ferroviário da Estrada de Ferro Cantagalo (atual Leopoldina), em 1870, que cortava todo o Município e facilitava o escoamento da produção dos gêneros agrícolas produzidos em seu território (ARAUJO; MELO, 2014, p.69).

A posição geográfica contribuiu para o escoamento da produção de gêneros agrícolas, com a construção de ramal ferroviário, cortando o território gonçalense e fomentando a produção interna. Desta forma, a cidade de São Gonçalo começou a sair das sombras da cidade vizinha – Niterói. No entanto, a industrialização que foi iniciada de forma “espontânea pelo setor privado a partir de incentivos oferecidos pelo governo estadual, rendeu ao município um parque industrial” (Ibid., 2014, p.66), com a presença de metalúrgicas e indústrias de cimento, produtos químicos, sardinhas em conserva, papel, vidro, fábricas de doces e materiais de construção.

O projeto nacional-desenvolvimentista do segundo governo do Presidente Getúlio

Vargas⁴⁹, priorizou a industrialização brasileira. A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES como “órgão responsável pela acumulação industrial do Brasil e principal agência financeira de investimentos” (PENNA, 1999, p. 215) teve um grande estímulo.

No ano de 1953 a constituição de um grupo de trabalho sob a coordenação do economista Celso Furtado, cujo objetivo foi “o estabelecimento de um programa de desenvolvimento de médio prazo, cuja implementação dar-se-ia no período de governo subsequente” (Ibid., 1999, p. 215).

A efervescência política e social no país, atravessada pela “esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo foram princípios integradores de uma utopia desenvolvimentista” (SANTOS, 2019, p. 3), pois tal fato foi considerado condição fundamental para superação do arcaico para o moderno.

Com um olhar mais próximo da história local, a cidade vivenciou um projeto de desenvolvimento favorecido por algumas questões: a concessão dos benefícios fiscais; a proximidade com a capital do Estado que favoreceu um processo industrial “espontâneo”, a existência de áreas planas que beneficiaram a atividade econômica e a existência de mão-de-obra advinda dos movimentos migratórios da Região Norte e Nordeste do Brasil.

No distrito de Neves, concentrava-se um grande número de indústrias, possibilitando o rápido acesso à cidade e tornando-se porta de entrada para os investimentos. A existência de indústrias domiciliares também era comum.

(...) o cômputo de pequenas fábricas de brinquedos, doces, forjas, faz supor que houve um período de indústrias domiciliares como fase preliminar a uma maior industrialização e urbanização da área rural (...). Na antiga zona rural as indústrias encontravam mão-de-obra mais dócil e mais barata que o proletariado já organizado do Rio de Janeiro (Capital Federal). (IBGE, 1957, p. 221)

As análises e levantamentos do Anuário Geográfico do IBGE apresentaram um movimento migratório importante para a crescente industrialização de algumas áreas do Município, inclusive nas áreas rurais, tidas como mais “tranquilas e baratas” em comparação aos trabalhadores instalados na capital.

⁴⁹ Getúlio Dornelles Vargas governou o Brasil de 1930-1945 e 1951-1954.

O crescimento populacional dos Municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro se avolumou nas décadas seguintes, e em particular em São Gonçalo, onde o movimento migratório elevou consideravelmente a população gonçalense.

Tabela 4: População residente Município de São Gonçalo - 1940 a 2010

São Gonçalo	1940	1950	1960	1970
População Residente	85.521	127.276	247.754	430.271

Fonte: Fundação CEPERJ - Séries Históricas, 2019

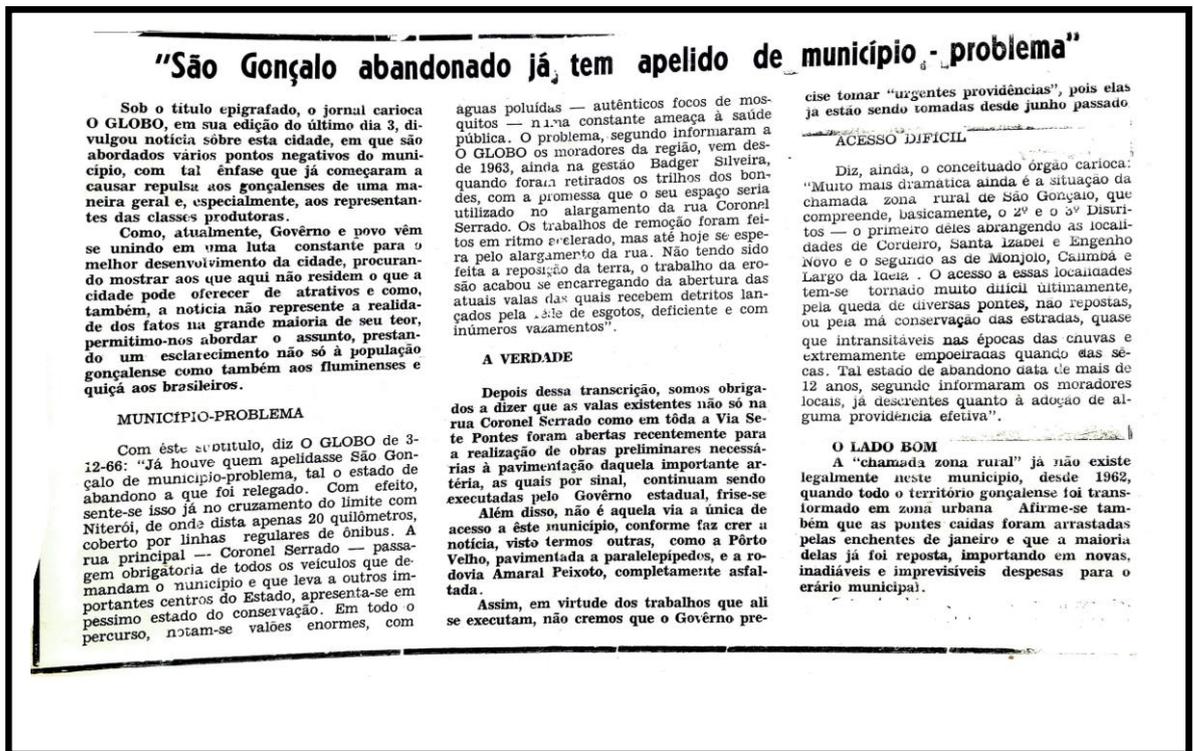
Com base nos dados acima, entre os anos de 1950 e 1960, o aumento da população quase dobrou, em torno de 94,66% e dos anos 1960 a 1970, a taxa de habitantes avançou em torno de 73,67%.

O crescimento populacional na cidade levou a um quadro de “periferalidade” (PINHO, 2006), advindo de inúmeros fatores, tais como: aglomeração urbana, reserva de uma aglomeração urbana, reservatório de mão-de-obra barata, formada em sua maioria por migrantes nordestinos.

Um outro aspecto a ser considerado foi a origem da maioria dos bairros gonçalenses. Em geral, os bairros surgiram da aglomeração referente à atividade portuária ou industrial; do uso do território localizado ao longo das rodovias ou ferrovias e do desmembramento das antigas fazendas citricultoras que foram loteadas, em meados dos anos de 1950.

Abaixo, imagens publicadas no impresso do ano de 1966, anunciavam o contraditório, “entre o feio e o idílico, entre a detração e o ufanismo ingênuo, entre o desejo do exílio e a afirmação desesperada do localismo” (FIGUEIRÊDO; GONÇALVES; REZNIK, 2000), que iriam permear a construção da identidade do gonçalense.

Imagem 16: Reportagem “São Gonçalo Município problema”



Fonte: “O São Gonçalo”:3 de dezembro, 1966

A imagem acima, apresentou a resposta dos editores do “O São Gonçalo” – aos jornalistas do jornal “O GLOBO”. A reportagem do “O GLOBO” de 3 de dezembro de 1966 publicou o texto: “São Gonçalo abandonado já tem apelido de Município problema”, com uma série de críticas aos governantes da cidade.

As críticas se referiam ao abandono do município, falta de saneamento básico, poluição das águas, precária malha de transportes, acesso precário aos loteamentos e aumento da violência. A transcrição do texto da reportagem não foi feita por não ser o objeto do estudo e pelo tamanho do texto. Cada crítica dos editores do “O GLOBO” foi respondida cabalmente nas páginas centrais do “O São Gonçalo”, como se as mesmas fossem direcionadas ao impresso local e não às autoridades da cidade.

Mas, seria uma invenção os questionamentos da reportagem, outrora publicada no “O GLOBO”? Que interesses moveram o jornal que em 6 (seis) dias publicou os esclarecimentos em relação às críticas realizadas, saindo em defesa das autoridades locais em detrimento à imparcialidade jornalística?

A narrativa da reportagem foi de explicação. Uma escrita explicativa de cada ponto questionado pelo jornal “O GLOBO”. As justificativas isentavam os dirigentes locais

afirmando que o município tinha problemas que “estão sob controle”, e os questionamentos causaram repulsa nos moradores, “em especial aos representantes das classes produtoras”.

Martins (1994) afirmou que a história contemporânea do Brasil tem sido a espera pelo progresso. Um cenário histórico do inacabado, sem conclusão. Não é uma história feita, mas sempre com algo a se fazer. Uma constante lacuna entre o necessário e o possível. As alegações do “O GLOBO” pareciam alertar aos governantes do município para as lacunas entre a governabilidade e o compromisso com a população (ou ausência deste).

Com apresentação dos relatos de moradores, a perspicácia jornalística imprimiu no texto a seguinte frase: “um dos moradores não quis se identificar para não sofrer represálias políticas”, aludindo ao passado colonial brasileiro escondido no discurso da modernidade (Ibid., 1994), aonde o atraso estatal é fonte de poder e perpetuação das desigualdades. O clientelismo, a troca de favores e a esperança na figura paternal de um líder político povoavam (povoam?) o imaginário coletivo, desde os tempos primórdios.

Na continuação da resposta, “O São Gonçalo” demonstrou esperança em dias melhores, materializada no político local, eleito Deputado Federal:

Imagem 17: Continuação da reportagem: “São Gonçalo Município problema”



Fonte: "O São Gonçalo": dezembro, 1966

Nas palavras do jornalista, "o aumento dos problemas nos traz novas esperanças com a eleição do Deputado Federal Geremias de Mattos Fontes⁵⁰, gonçalense de nascimento e de coração, que por certo não deixará de olhar para a nossa cidade". Uma clara alusão à ação administrativa, voltada para a figura do político local e com base aos apelos de natureza sentimental e pessoal que certamente favoreceria a sua "terra natal".

Desta forma, a resposta do impresso gonçalense ao jornal de grande circulação

⁵⁰ Geremias de Mattos Fontes (1930-2010), advogado, Secretário Municipal (1955) e foi eleito Prefeito do Município de São Gonçalo (1959-1962), Deputado Federal (1963-1967) e Governador do Estado do Rio de Janeiro (1967-1971) pela Assembleia Legislativa Fluminense.

encerrou-se com uma nota de repúdio. Também, afirmou que as respostas/justificativas publicadas eram “a efetiva voz” dos moradores de São Gonçalo, caso os mesmos tivessem a oportunidade de falar.

A imprensa aliada com o político local representava os anseios populares, que careciam da proteção e atuação da liderança carismática apresentada como “homem do povo”. Esta foi uma das características marcantes da política brasileira em décadas anteriores e presente na história da cidade, através do mito “Lavoura” e a “incorporação das massas ao jogo político” (WEFFORT, 1980, p. 61).

2.2 O Populismo à “moda Gonçalense” do Prefeito Joaquim de Almeida Lavoura e a Educação

“Os dez mandamentos de São Gonçalo”

1 – Eleger para prefeito de São Gonçalo, Joaquim de Almeida Lavoura, para que São Gonçalo continue a ser a cidade maravilhosa do Estado do Rio de Janeiro;

(...)

3 – Eleger Geremias de Mattos Fontes à Assembleia Legislativa para que São Gonçalo seja bem guarnecido com mais este soldado a serviço da pátria;

(...)

5 – Todo eleitor consciente deve votar pensando não no seu futuro, mas no futuro de seus filhos, que serão os verdadeiros homens do amanhã;

6 – Não esqueçamos de que São Gonçalo até 1955 foi sempre uma terra de ninguém, era conhecida como a terra dos índios e da poeira. Hoje, entretanto, São Gonçalo é um recanto de beleza dos que a procuram.

8 – Votar em Lavoura é um dever dos que admiram o progresso e gostam de ver a pátria evoluir” (“O São Gonçalo”, 31 de outubro, 1961).

Os “Dez mandamentos de São Gonçalo” foram escritos na reportagem de Capa do impresso, aludindo à campanha política para Prefeito e Deputado Federal do ano de 1961. A apresentação dos “cinco mandamentos” descritos acima, referiram-se às orientações do “O São Gonçalo” em relação às futuras candidaturas do ex-prefeito Joaquim de Almeida Lavoura⁵¹ para o segundo mandato de prefeito municipal e do atual prefeito Geremias de Mattos Fontes para deputado federal, para o ano seguinte.

As pistas reveladas no “O São Gonçalo” apresentaram nitidamente o apoio e uso do jornal como veículo de propaganda política de ambos os candidatos. Um ano antes das eleições para prefeito e deputado, já era anunciado nas páginas do jornal o apoio político e reportagens como a publicada acima. Certamente, a postura do jornal colaborou com ascensão das duas figuras políticas no cenário eleitoral fluminense.

Não tenho condições de aprofundar as atuações políticas de ambos os prefeitos no município, mas considerei importante refletir sobre “o Populismo de Lavoura” em alusão ao *modus operandi* do prefeito na cidade e o uso do jornal como porta voz do Poder Executivo. O político Joaquim de Almeida Lavoura é “uma porta para compreendermos as transformações vivenciadas pelo Município de São Gonçalo, na segunda metade do século XX”. (REZNIK; COSTA; 2013, p.13), tamanha foi sua representação na história da cidade. O

⁵¹ Joaquim de Almeida Lavoura (1913-1975), pescador e foi eleito Vereador (1947), Prefeito: 1º mandato (1955-1959); 2º mandato (1963-1967); 3º mandato (1973-1975) do Município de São Gonçalo. É considerado a maior liderança política do Município de São Gonçalo e construtor do mito “Lavoura” e “Lavourismo”.
Fonte: REZNIK, Luiz; *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.

menino Joaquim Lavoura não nasceu no município de São Gonçalo, mas “era um gonçalense adotivo” (SILVA, 1996).

No entanto, existem algumas divergências históricas quanto à profissão efetiva de Joaquim Lavoura, mas com base em relatos orais, documentos pessoais e a natureza econômica da localidade onde ele cresceu, afirma-se que foi “pescador” (Ibid., 1996). Lavoura, como era conhecido, cresceu no bairro do Gradim e destacou-se na luta pelos direitos dos pescadores, trilhando a vida pública ao ser eleito vereador no ano de 1947.

Lavoura é costumeiramente retratado como um vereador atuante. Algumas das características que seriam marcas da sua administração já estariam presentes no exercício da vereança, como a austeridade financeira. Lavoura, costumeiramente, se opunha a projetos de aumento de salários e a tudo que considerasse como ônus desnecessário aos cofres públicos (REZNIK; COSTA; 2013, p.19).

Com um “jeito simples de fazer política” e conhecendo o contexto dos recém-criados loteamentos surgidos, falta de água e iluminação, ruas sem calçamento, “principalmente pelo hábito que possuía de andar pelas ruas dos bairros, Joaquim Lavoura funcionou como uma espécie de resposta dos nativos e dos imigrantes aos políticos tradicionais da cidade” (FLORES, 2008, p. 46). As pistas indicam que os candidatos tradicionais da elite local não possuíam a identificação com a população, tal como Lavoura possuía, e isso o permitia ser um elemento de organização política visto como um referencial.

Muitas das ações do prefeito Lavoura coadunaram como os aspectos exteriores encontrados na política populista, tais como: “demagogia, a verbiagem social” (WEFFORT, 1980, p. 25), esvaziamento de ideologias, liderança carismática, presença constante nos canteiros de obras e equipamentos públicos e relação aproximada com a imprensa em uma relação de barganha. Mas, este movimento não foi isolado na história política brasileira.

A necessária participação popular no Regime Democrático fez emergir novas estruturas no Estado Brasileiro, onde os pontos centrais são a urbanização e industrialização. Nestes moldes o populismo das primeiras décadas do século XX se destacou a *priore* nas cidades como fenômeno urbano.

Uma das análises históricas é que a migração rural-urbana das massas populares favoreceu o populismo, em uma “substituição” das antigas lideranças locais, assistenciais ou comunitárias na figura de uma liderança que validou a participação política em torno das necessidades daquele grupo. Por outro lado, a mera definição do que é política populista não é

simples de ser feita, ela se (re)inventa na medida que se faz necessária e nos contextos estabelecidos.

Para uma melhor compreensão foi necessário aprofundar as marcas assinaladas pelas massas populares e suas lideranças, em geral apresentaram alguns aspectos, como:

I “massificação”, (provocada pela “proletarização” (de fato, mas não consciente) de amplas camadas de uma sociedade em desenvolvimento que desvincula os indivíduos de seus quadros sociais de origem e os reúne na massa; II perda da “representatividade da classe dirigente”- e, em consequência, de sua exemplaridade – que assim, se transforma em “dominante”, parasitária; III aliadas estas duas condições à presença de um líder dotado de carisma de massas, teríamos todas as possibilidades de que o populismo se constitua e alcance ampla significação social (WEFFORT, 1980, p. 25).

Sob estes aspectos já existentes no jogo político nacional, o jovem político Lavoura iniciou seus primeiros passos como vereador e retornou por 3 (três) mandatos ao Poder Executivo da cidade em eleições diretas.

O legado do *modus operandi* do prefeito Lavoura “fez escola” e durante algumas décadas estabeleceu parâmetros para a formação dos quadros políticos na Cidade, posteriormente denominado de “Lavourismo” em uma mística em torno do seu líder.

A principal consideração que deve ser feita em relação ao Lavourismo e ao seu ícone maior Lavoura é que por trás de todo o processo de mitificação, o que se observa nesta liderança política é a prática do político profissional, aquele que constrói sua experiência política com consciência de sua práxis. O sucesso disto é comprovado pela centralidade de seu nome na política local do século XX e na perpetuação de sua imagem como mito gonçalense (REZNIK; COSTA; 2013, p.70).

O Lavourismo como movimento político estava atrelado à figura e ações da liderança principal - Joaquim Lavoura. O movimento chamado de “Lavourismo” foi utilizado como conceito de “um fazer próprio” da política populista gonçalense, onde o líder através do seu trabalho de proximidade com a população “se colocou à serviço do patrão: o povo”. O prefeito Joaquim Lavoura era visto como sinal de honestidade, trabalho e redenção, e no imaginário coletivo os políticos apoiados por ele carregavam as mesmas credenciais.

O chefe do Executivo era o primeiro a chegar à Prefeitura e último a sair, doava parte do salário para o erário municipal e “com a enxada na mão realizava obras públicas dando exemplo aos funcionários”. Segundo o jornalista Challita (1956), nunca houve um vereador como Lavoura, “que atendia, à noite, as necessidades de sua administração; durante o dia, de

tamanco, trabalhava com os operários nas obras públicas”. Ganhando o apelido de "O vereador de tamanco”, nos tempos da sua vereança.

Para o prefeito Lavoura, o dia de trabalho começa às 6 horas da manhã e, muitas vezes, se prolonga além das 7 da noite. Nenhum aspecto da vida administrativa lhe é alheia. Quando não há despacho a providenciar no seu gabinete, ele está na garagem supervisionando a recuperação de uma ambulância ou, nas obras públicas, verificando que tudo ande bem. E ele não trabalha somente com sua vontade e a sua cabeça, mas com todo o seu coração e toda a sua alma. O trabalho para ele é uma paixão, uma missão, o meio de fazer triunfar o seu ideal (CHALLITA, 1956).

As impressões do jornalista encontraram ecos nas falas dos contemporâneos do político Lavoura. Nas produções bibliográficas sobre o político, na biografia e memórias dos contemporâneos do prefeito e nas falas de muitos gonçalenses, “houve um período antes de Lavoura, e depois de Lavoura” (FONTES, 2005, p. 164)⁵². O político possuía o ensino primário (equivale do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental), e nos seus discursos, em geral, o foco era baseado no trabalho, honestidade, progresso e educação, refletindo a concepção de desenvolvimento nacional em voga.

Filiado a um partido pequeno PTN (Partido Trabalhista Nacional), e sem chance alguma de vitória para o cargo de prefeito, o candidato Lavoura começou sua campanha eleitoral em peregrinação pelos loteamentos da cidade. Em um caminhão aberto, o candidato discursava de um alto falante: “Quero me eleger Prefeito para trabalhar!” (REZNIK; COSTA; 2013).

Os cartazes da campanha eleitoral faziam alusão ao trabalho, em geral, com a figura do candidato em cima de um trator, cercado por operários que levantavam pás e picaretas, com o slogan: “Com trabalho há progresso!”.

Em 03 de outubro de 1954 ocorreu o pleito. Dos 36.462 eleitores do Município de São Gonçalo, 13.575 elegeram Joaquim de Almeida Lavoura, Prefeito de São Gonçalo. No final de seu mandato elegeu-se vereador e fez de seu chefe de gabinete, Geremias de Mattos Fontes, seu sucessor (BARRETO, 2004, p. 9).

Além de governar a cidade, Joaquim Lavoura ao final do seu mandato como prefeito, elegeu Geremias de Mattos Fontes, seu chefe de Gabinete, como sucessor. O político

⁵² Entrevista de Geremias de Mattos Fontes aos professores Rafael Navarro da Costa e Rogério Soares de Moura, em 01 de julho de 2005.

Fonte: REZNIK, Luiz; *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.

afirmava ser um confesso “democrata”, mas em muitos discursos afirmava que “a democracia estava falida, pois os representantes do povo não lutavam verdadeiramente para defender os interesses daqueles que o elegeram” (REZNIK; COSTA; 2013, p.23). Contudo, em alguns momentos se referia ao governo ditatorial do Estado Novo, como “mal necessário”, exaltando os feitos de Getúlio Vargas.

Uma das possíveis análises da popularidade conferida nas urnas, pelo povo gonçalense, parece ter sido a construção do “homem político Joaquim Lavoura”, sob a representação de homem simples, do povo, trabalhador, honesto, de pouco estudo, e em uma escala comparativa com os políticos daquele contexto histórico e regional, representava o “povo governando para o povo”, em uma clara identificação às massas populares.

O prefeito Lavoura foi eleito chefe do Executivo e governou a cidade por mais 2 (dois) mandatos (1963-1967) e (1973-1975), com aprovação da população, “que por quase vinte anos, acreditou nos benefícios de sua governança, gerando um período de estabilidade política em São Gonçalo sem precedentes” (Ibid., 2013, p. 40).

Entre a década de 1940 e (os anos iniciais dos anos) 60, o Brasil vivenciou em escala nacional uma experiência democrática, ainda que “aliadas às oligarquias políticas que colocaram a seu serviço as instituições e o clientelismo político” (MARTINS, 1994, p. 20).

Um tempo curto de democracia (pós Estado Novo e pré golpe de 1964), mas passível de vivências no campo político partidário em diferentes cenários, e ampliação do acesso à escola para as classes populares. Neste interim, algumas figuras políticas destacaram-se devido às peculiaridades na atuação da vida pública, tais como:

Trata-se de Jânio Quadros⁵³ e Joaquim de Almeida Lavoura. Políticos cujos estilos, baseados na probidade e austeridade administrativa, alicerçavam neles o bem-sucedido perfil do político simples, honesto e trabalhador. Obviamente, Jânio Quadros e Lavouras possuíam suas especificidades, tanto na representação de suas imagens públicas quanto nas suas atitudes como homens do Executivo ou do legislativo. Porém, a análise comparativa da trajetória política de ambos revela que os aspectos da similitude, de fato, compunham o cerne de suas construções como figuras públicas. (REZNIK; COSTA; 2013, p.71).

Em uma breve análise da história política de ambos, vemos a defesa pelos direitos dos trabalhadores, austeridade financeira, presença ativa nas câmaras municipais, ambos eleitos

⁵³ Jânio da Silva Quadros (1917-1922) foi advogado e eleito Vereador (1947-1951), Deputado Estadual (1951-1953), Prefeito(1953-1955) e Governador do Estado de São Paulo (1955-1959); Deputado Federal pelo Paraná(1959-1961), Presidente do Brasil (1961) e Prefeito de São Paulo (1986-1989).

Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

por partidos sem grande representatividade. A aproximação entre os dois ocorreu no decorrer das vitórias políticas de Lavoura, na visita de Jânio Quadros ao Município e na carta endereçada ao povo de São Gonçalo, por ocasião da expressiva vitória de Lavoura para o seu 2º mandato de Prefeito, cujo convite segue abaixo:

Imagem 18: Convite para a posse do Prefeito Joaquim Lavoura



JOAQUIM DE ALMEIDA LAVOURA — disse há muitos anos que o regime de trabalho e honestidade que havia implantado em São Gonçalo, iria permanecer por 12 anos: Quatro anos governou, quatro com Geremias e mais quatro hoje se inicia. Continua sendo o homem forte de prestígio em São Gonçalo e pretende mesmo com a elevação do custo de vida, fazer uma administração a altura do seu renome.

Hoje a posse de Lavoura

CONVITE AO POVO

A comissão convida todo o povo gonçalense para assistir a solenidade da transmissão do cargo de prefeito, hoje, às 20 horas, no edifício da Municipalidade, ocasião em que Geremias de Mattos Fontes e Joaquim de Almeida Lavoura, falarão ao povo, agradecendo a confiança nêles depositada.

A Comissão
 Armando Gomes de Sá Couto
 Osmar Leitão Rosa
 Romero Peres de Carvalho
 Sebastião Gianerinni

Fonte: “O São Gonçalo”: fevereiro, 1963

Tanto Jânio Quadros quanto Lavoura, assumiram seus cargos como pilares representativos da figura pública, com as devidas aproximações e divergências, onde o lema era honestidade e trabalho. Lavoura, “o vereador do tamanco”, com pouco estudo, vestimentas simples, botas de obras, chapéu de palha, devoto ao povo e a causa pública. Jânio

Quadros, prefeito da maior cidade do País – São Paulo, envolto na construção de um servidor do povo sob uma “indumentária formal simples”.

E, guardadas as devidas proporções, o lema de ambos acalentava a ideia “do “político operário” e o “político professor”, delineada na defesa de uma ética calcada na transparência, austeridade, negação do “político tradicional” e defesa da fiscalização e controle acirrado sobre o erário público” (REZNIK; COSTA; 2013).

O prefeito Jânio Quadros não contou com o apoio da imprensa local durante o seu mandato, tal como Lavoura, que durante as eleições de 1954 não obteve o apoio do “O São Gonçalo”. O jornal apoiou o candidato Flávio Monteiro de Barros⁵⁴, descartando qualquer possibilidade de vitória de Lavoura, como apontam as pistas no impresso. Em resposta à derrota, chegou a se referir ao jornal como um “Jornaleco” e em outra afirmou que o “papel do jornal não serve nem para substituir papel higiênico” (REZNIK; COSTA; 2013, p. 24).

Após a vitória inesperada de Lavoura o “Velho Capitão” Belarmino de Mattos demonstrou apoio ao novo chefe do Executivo, tendo nas páginas do jornal um forte aliado e propagandista da administração municipal, funcionando também como “tribuna de prestação de contas”, respostas e perguntas endereçadas ao político.

As mídias atuaram e atuam como canais de ideias políticas. Com “O São Gonçalo” não foi diferente, servindo como espaço propagandista ao grupo situacionista. Articulando obras públicas, transformações urbanas e propagação da imagem pelo uso da imprensa escrita Joaquim Lavoura alinhou sua imagem a construção do espaço urbano gonçalense (Ibid 2013, p. 114).

A necessária isenção jornalística não foi percebida no impresso. Em suas páginas as qualidades do político eram ressaltadas e o uso dos argumentos de “boa fé” do prefeito eram utilizados diante de algum questionamento do trabalho realizado.

No entanto, o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro – Geremias Mattos Fontes, afirmou que a relação entre Belarmino de Mattos e o prefeito não era muito cordial, em especial no que tange ao pagamento das publicações relacionadas ao expediente da prefeitura, como os Atos do Executivo, como segue: “Lavoura era um tanto mesquinho nesse aspecto,

⁵⁴ Flávio Monteiro de Barros foi Vereador, Presidente da Câmara Municipal e assumiu como Prefeito o Município de São Gonçalo (1953)

não gostava de pagar, falava que não era obrigação dele pagar, sabia que o jornal fazia por interesse comercial. Então às vezes liberava, às vezes não liberava” (FONTES, 2005)⁵⁵.

De qualquer forma, a influência política de Lavoura recebeu apoio do Jornal até depois da sua morte. Segundo os editores o Prefeito de São Gonçalo era um homem incansável, chegava muito cedo à Prefeitura, exigia que todos os funcionários cumprissem seus horários e não tinha hora para terminar o expediente.

A imagem transmitida à população era a de administrador eficiente. Essa eficiência para resolver os problemas do Município acabava despertando alguns sentimentos contrários de alguns adversários políticos. Da mesma forma como relacionava os adversários, Lavoura fazia o caminho contrário. Ao relacionar os nomes das ruas que receberiam os melhoramentos, ou que seriam iluminadas, o prefeito indicava o nome do vereador que havia feito a solicitação. Deste modo, ele evidenciava aqueles que estavam próximos a ele e que eram tidos como políticos de sua confiança (FLORES, 2005, p. 69).

As prestações de contas do chefe do Executivo eram rotineiras e a imagem do prefeito vinculada como “homem público disponível às necessidades da população”, ainda que às custas de sacrifícios pessoais. As mensagens eram diretas para a população como um bilhete íntimo e pessoal.

Em destaque, uma observação: era comum a escrita de cartas pelo prefeito e enviadas ao “O São Gonçalo”, para serem dirigidas à população. O objetivo em geral era prestação de contas do trabalho realizado no município, realizar anúncios ou demais informações de âmbito político, como afirma Flores (2008):

o hábito de escrever à população através do Jornal, constituía uma prática essencial na construção da memória lavourista, isto porque não perdia a oportunidade de qualificar os adversários políticos como inimigos de São Gonçalo. Quando recebia alguma crítica ou quando tinha alguma atitude questionada o prefeito considerava e anunciava tal político como inimigo do povo (FLORES, 2008, p. 115).

Nas páginas do impresso temos inúmeras cartas, prestação de contas, colunas, respostas e justificativas escritas por Lavoura e publicizadas pelo jornal. Em suma, o político colocava-se sempre como “empregado do Povo”, e por isso a necessidade de apresentar o seu trabalho.

⁵⁵ Entrevista de Geremias de Mattos Fontes aos professores Rafael Navarro da Costa e Rogério Soares de Moura, em 01 de julho de 2005.

Fonte: REZNIK, Luiz; *Joaquim Lavoura e o Lavourismo*. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.

Os projetos futuros também eram compartilhados, tais como: obras públicas, construção de grupos escolares, diminuição de impostos, regulação da política de venda dos loteamentos nos Municípios, honrarias a políticos da esfera nacional, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Geremias de Mattos Fontes etc., compartilhado abaixo:

Imagem 19: Capa do “O São Gonçalo - Prefeito Lavoura e o “Velho Capitão”



Fonte: “O São Gonçalo”: janeiro, 1965

A imagem representou o encontro do prefeito com o diretor do jornal. O programa de governo havia sido apresentado ao assumir o Executivo Municipal, e após dois anos de gestão, o mesmo prestou contas à população através do “O São Gonçalo”. Uma das hipóteses da relação entre imprensa e política referiu-se à estreita ligação entre ambos, onde o jornal foi “o porta voz do Governo”, e governava conjuntamente a cidade através das suas páginas, como transcrito abaixo:

Tenho assim por prestadas as minhas contas ao povo e por elas ficam os gonçalenses sabendo que continuo o mesmo, preocupado somente em trabalhar e fazer obras em seu interesse. O dinheiro do povo está e continuará a ser empregado em obras e somente em obras. Não posso deixar de dizer que neste ano e sete meses de minha segunda administração esperava poder realizar muito mais. Mas, o povo de São Gonçalo sabe o que se passava no País e no Município. A desordem e a anarquia as greves perturbavam a vida da Nação, não permitindo a ninguém produzir e trabalhar. [...] Com a Revolução de 31 de março, graças a Deus e as Forças Armadas, a ordem voltou a imperar no Brasil (O São Gonçalo – Carta de Lavoura, 1964, p. 1).

Nesta carta endereçada à população no ano de 1964 o prefeito prestou contas e justificou a não realização de certas promessas de campanha, de certa forma culpabilizando a “desordem, anarquia e greves” que moviam o tecido social do período, inviabilizando a produção e crescimento do país. Ao finalizar a carta o autor refere-se ao Golpe de 1964 que encerrou o governo democrático no Brasil, e exaltou a atuação das Forças Armadas. Caso esta não fosse a mesma posição da direção do jornal, esta carta não seria publicada revelando que as opiniões eram pactuadas entre a imprensa local e o Executivo Municipal.

A relação entre imprensa e política apresentou-se como coligadas e “contribuiu de forma sistemática e eficiente para que uma memória gloriosa fosse impressa em suas páginas e no imaginário dos munícipes” (FLORES, 2008, p. 116). Em seu governo Lavoura era a esperança de crescimento da cidade. O país vivia um momento político voltado para o nacionalismo desenvolvimentista anterior ao golpe de 1964 e o prefeito Lavoura era visto como uma liderança com ações voltadas para o crescimento da cidade.

as suas ações publicadas no Jornal indicavam que o prefeito tinha um ideal, que estava voltado para o Município. Mesmo com toda turbulência do ambiente político, Lavoura, já estabilizado politicamente, era aquele que ditava os rumos da política local. Os seus correligionários eram apontados como homens de confiança e a população respondia afirmativamente às suas solicitações. Aqueles que eram contrários à sua forma de administrar, Lavoura os apontava como inimigos do Município. Neste período, ser contrário à administração lavourista poderia significar ter o seu nome afastado da política local (Ibid., 2008, p. 80).

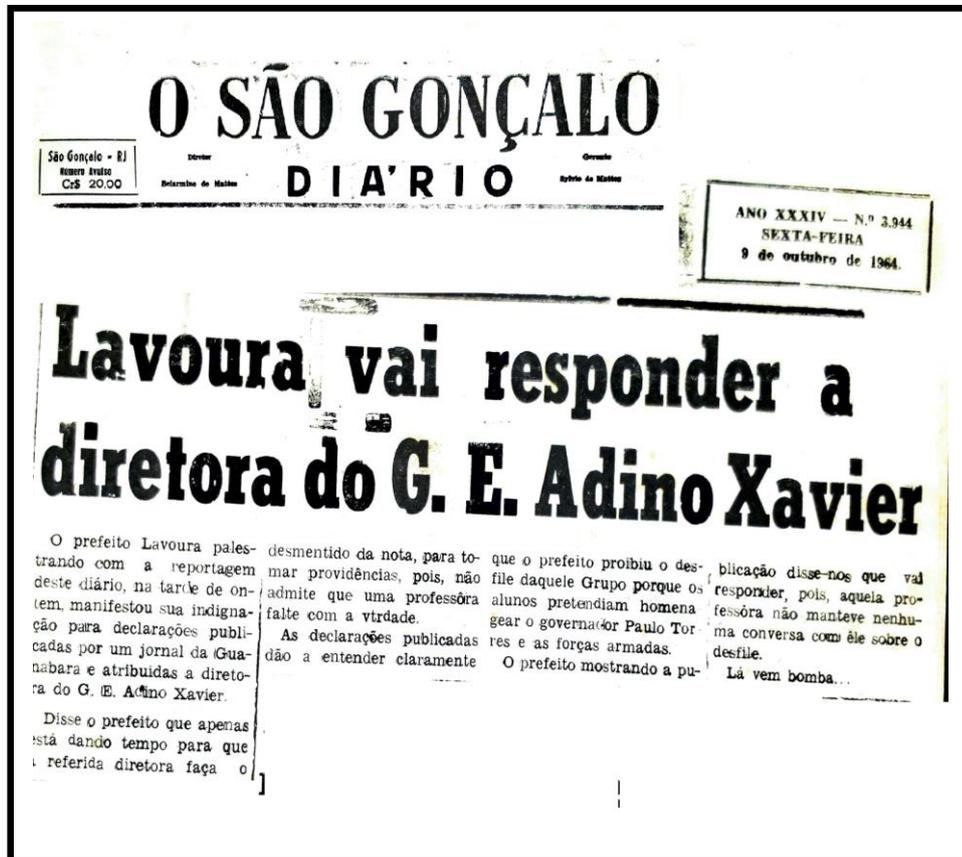
O jornal teve “um papel fundamental como instrumento propagandista. Oferecendo à Lavoura livre circulação de suas ideias e ações, possibilitou o político se defender dos ataques da oposição, além de justificar suas medidas” (REZNIK; COSTA; 2013, p. 112), fortalecendo as posições eleitoreiras.

Uma análise mais apurada da relação imprensa e política demandaria uma tese específica, e este não é o objetivo desta investigação. Mas, através das buscas e leituras realizadas da fonte foi possível interpretar que a direção do jornal era totalmente favorável ao governo. O jornal apoiou e ajudou na organização das mobilizações populares de inaugurações públicas, atuou na defesa das críticas dos opositores ao chefe do Executivo e contribuiu para a consolidação da imagem do “prefeito simples e trabalhador”, cuja preocupação era a de construir escolas para as crianças gonçalenses.

Assim, a educação pública foi objeto da política municipal em consonância com as diretrizes em âmbito nacional. A ampliação de salas de aulas, construção de Grupos Escolares, a oferta de merenda, os contratos de professores, a atuação da inspetoria municipal, a construção do Instituto de Educação, dentre outros aspectos foram abordados no jornal com uma cobertura extensa sobre a política educacional na cidade.

Em uma das situações apresentadas temos uma carta endereçada à diretora de um Grupo Escolar, em resposta a uma reportagem publicada em outro jornal fluminense.

Imagem 20 – Reportagem sobre a resposta do Prefeito à Diretora do G.E Adino Xavier



TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

O Prefeito Lavoura palestrando com a reportagem deste diário, na tarde de ontem, manifestou sua indignação para declarações publicadas por um Jornal da Guanabara e atribuídas a diretora do G.E Adino Xavier.

Disse o prefeito que apenas está dando tempo para que a referida diretora faça o desmentido da nota, para tomar providencias, pois não admite que uma professora falte com a verdade. As declarações publicadas dão a entender claramente que o prefeito proibiu o desfile daquele Grupos porque os alunos pretendiam homenagear o governador Paulo Torres e as forças armadas. O prefeito mostrando a publicação disse nos que vai responder, pois aquela professora não manteve nenhuma conversa com ele sobre o desfile. Lá vem bomba... (“O São Gonçalo” 9/10/1964).

A reportagem acima referiu-se se à resposta do prefeito Lavoura à diretora do Grupo Escolar Adino Xavier, já que a mesma compareceu à redação do jornal “O Fluminense”⁵⁶, “para dar uma satisfação aos pais dos alunos daquele Grupo Escolar sobre a razão pela qual, após tanta exigência, não desfilaram no dia do município”, na reportagem sob título:

Diretora esclarece que Grupo não desfilou em São Gonçalo, por culpa do prefeito Lavoura

Disse que o prefeito Joaquim Lavoura determinou que o Grupo não desfilasse e que, quando ouviu as ponderações de que os alunos daquele Grupo haviam despendidos grandes somas de dinheiro para o desfile, respondeu que a festa era dele e nela tomaria parte quem ele quisesse (“O Fluminense”, 4 de outubro de 1964).⁵⁷

Assim, “O São Gonçalo” visto “como legítimo porta-voz do prefeito”, informou à população que o fato noticiado é inverídico e que o prefeito aguardava que a diretora do Grupo Escolar Adino Xavier se retratasse, “pois não admite que uma professora falte com a verdade” e finaliza dizendo que irá responder, pois aquela professora não teve nenhuma conversa com ele sobre o desfile. O jornal finaliza a reportagem com a frase: “Lá vem bomba!”

Após um mês após a promessa de resposta, o prefeito Lavoura escreveu uma carta para a redação do jornal “O Fluminense”, relatando o ocorrido. No entanto, a resposta foi publicada em 1 de novembro de 1964 no “O São Gonçalo”, e em 8 de novembro de 1964, no jornal “O Fluminense”, destinatário da carta.

⁵⁶ Jornal “O Fluminense” foi fundado em Niterói no dia 8 de maio de 1878 por Francisco Rodrigues de Miranda e Prudêncio Luís Ferreira Travassos e continua em circulação até os dias atuais. Fonte: Verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Acesso em: 26 maio 2022.

⁵⁷ Fonte: Acervo do Jornal na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - O FLUMINENSE. Diretora esclarece que Grupo não desfilou em São Gonçalo, por culpa do Prefeito Lavoura - 04 outubro 1964, Edição: 22.050 p. 7 Acesso em: 02 setembro 2021.

Imagem 21: Reportagem da Resposta do Prefeito à direção do Diretora do G. E Adino Xavier

para os comerciantes que civis e militares desfilam nos em- OLHO VIVO. DEBATE

Prefeito Respondeu à Diretora do Grupo Escolar Adino Xavier

Tendo o jornal "O Fluminense", de Niterói, publicado a notícia em sua edição de dia 4 passado considerada inverídica o Prefeito Joaquim Lavoura enviou a seguinte declaração ao órgão da imprensa fluminense um ofício esclarecedor, usando os seguintes termos:

"Senhor Redator, lendo esse jornal, edição de 4 do corrente, deparei com uma nota envolvendo meu nome, sob o título "Diretora esclarece que Grupo não desfilou em São Gonçalo, por culpa do Prefeito Lavoura".

Cumprindo o sagrado dever de esclarecer a opinião pública, através da imprensa, sobre a verdade dos fatos, é que me dirijo a V. S. para solicitar-lhe que a verdade ocupe o espaço que, inadvertidamente acredito foi ocupado por uma notícia malévola. Cumpre-me ainda o dever de declarar a V. S. que assim procedo prazerosamente, por se tratar desse conceituado jornal que inegavelmente vem colaborando graciosamente com a Municipalidade Gonçalense.

Inicialmente, devo esclarecer que não conheço a Diretora do Grupo Escolar Adino Xavier, a qual jamais esteve em meu Gabinete, pessoalmente ou através representa-

ção, para tratar do assunto objeto da notícia.

Sua declaração de que "O Prefeito Lavoura determinou que o Grupo Escolar Adino Xavier não desfilasse", não expressa a verdade. O que houve, realmente, é que a comissão, por mim nomeada para organizar o desfile, que foi supervisionado e coordenado por um técnico de Educação Física do Governo Estadual entendeu que o desfile deveria obedecer às instruções baixadas pelo Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação, órgão competente para orientar tecnicamente tais promoções neste Estado.

Consequentemente, Senhor Redator, não suscitei a menor dúvida em homologar a decisão da comissão, impedindo o desfile dos cursos primários e jardins de infância, a exemplo do que ocorreu no desfile de 7 de setembro em Niterói.

Não houve, portanto, uma proibição específica ao Grupo Escolar Adino Xavier e sim uma decisão de ordem geral, não tendo participado do desfile nenhum curso primário ou jardim de infância.

Ainda em suas declarações a referida Diretora, no firme propósito de incompatibilizar-me com as Forças Armadas e autoridades Estaduais, publicou um programa pelo qual o Grupo que dirige presitaria uma série de homenagens àquelas autoridades civis e militares.

Pelas inverdades contidas em suas alegações e pela sua atitude incorreta verifica-se que a Sra. Diretora teve apenas o objetivo de bajular as autoridades civis e militares que tanto honraram com sua presença nas festas comemorativas a emancipação político-administrativa do Município.

A fim de que atitudes como aquelas partidas diretamente daqueles que são responsáveis pelos direitos da formação moral das crianças e pela sua educação não se repitam, estou, neste momento, redigindo expediente esclarecedor aos Exmos. Senhores Governador do Estado e Secretário de Educação.

Ao enséjo, apresento a V. S. os protestos de minha particular estima e distinta consideração.

a) Joaquim de Almeida Lavoura — Prefeito.

PONTE ITAOCA-BOA VISTA



A construção de uma ponte na entrada do canal do Imboacá (foto) ligando a ilha de Itioca ao bairro de Boa Vista virá diminuir a distância do centro de São Gonçalo à praia da Luz. Além disso é obra de importância turística e tema da "Reportagem da Semana" que vai publicada na 3.ª página desta edição.

"A Gaivota" de Setembro

Fonte: "O São Gonçalo": novembro, 1964

A carta endereçada ao "O Fluminense" publicada sob título: *Lavoura explica posição ante a ausência de Grupo Escolar: Desfile de aniversário*, continha o mesmo conteúdo da publicação do "O São Gonçalo", transcrita abaixo:

Senhor Redator;

Lendo esse Jornal, edição de 4 do corrente, deparei com uma nota envolvendo meu nome, sob título: *Diretora esclarece que Grupo Escolar não desfilou em São Gonçalo, por culpa do Prefeito Lavoura*".

Cumprindo o sagrado dever de esclarecer a opinião pública, através da imprensa, sobre a verdade dos fatos, é que me dirijo a V. Sa. para solicitar-lhe que a verdade ocupe o espaço que inadvertidamente acredito que foi ocupado por uma notícia malévola. Cumpre-me ainda o dever de declarar a V. S. que assim procedo prazerosamente, por se tratar desse conceituado Jornal que inegavelmente vem colaborando graciosamente com a Municipalidade Gonçalense.

Inicialmente, devo esclarecer que não conheço a Direção do Grupo Escolar Adino Xavier, a qual jamais esteve em meu gabinete, pessoalmente ou representação, para tratar do assunto objeto da notícia. Sua declaração de que o Prefeito Lavoura determinou que o grupo Escolar Adino Xavier não desfilasse, não expressa a verdade. O que houve, realmente, é que a comissão, por mim nomeada para organizar o desfile, que foi supervisionado e coordenado por um técnico de Educação Física do Governo Estadual entendeu que o desfile deveria obedecer às instruções baixadas pelo Departamento de Educação Física da secretaria de Educação, órgão competente para orientar tecnicamente tais promoções no Estado.

Consequentemente, Senhor Redator, não suscitei a menor dúvida em homologar a decisão da comissão, impedindo o desfile dos cursos primários e jardins de infância, a exemplo do que ocorreu no desfile de 7 de setembro em Niterói. Não houve, portanto, a proibição específica ao Grupo Escolar Adino Xavier e sim uma decisão de ordem geral, não tendo participado do desfile nenhum curso primário ou jardim de infância.

Pelas inverdades contidas em suas alegações e pela atitude incorreta verificasse que a Sra. Diretora teve apenas o objetivo de bajular as autoridades civis e militares que tanto honraram com sua presença nas ofertas comemorativas e emancipação político administrativa do Município.

A fim de que atitudes como aquelas partidas diretamente daqueles que são responsáveis diretos pela formação moral das crianças e pela sua educação não se repitam, estou neste momento, redigindo expediente esclarecedor aos Exmos. Senhores Governador do Estado e Secretário de Educação.

Joaquim de Almeida Lavoura – Prefeito (“O Fluminense”, 08 de outubro de 1964).

A carta esclareceu que a não participação dos alunos do curso primário e do jardim de infância no desfile em comemoração à emancipação político administrativa do município, comemorado em 22 de setembro, foi uma decisão da comissão responsável pela organização do desfile escolar e que o prefeito não conhecia a diretora do Grupo Escolar.

O fato apontou várias possibilidades de análise. Uma delas foi a relação estabelecida entre o prefeito e a diretora, dentro de um contexto de indicação e favores políticos. Assim, que interesses levaram a diretora do Grupo Escolar Adino Xavier a procurar o jornal “O Fluminense” para responder aos pais dos/as alunos/as sobre o impedimento de participação no desfile municipal? Por que a publicação da resposta do prefeito foi publicada primeiramente no “O São Gonçalo”?

Tais indícios consolidaram a afirmação da relação do jornal com o Executivo, “linha direta na comunicação” com a população, com preceitos parciais. Por outro lado, o desfile municipal dentro do contexto estudado, pareceu funcionar como palanque político (tanto que o prefeito justificou ao Governador e Secretário de Educação), como arena de interesses e espaço que reafirmaram uma “pedagogia fora dos quartéis”.

O conteúdo dessa pedagogia era a inculcação de princípios da disciplina, obediência, organização, respeito à ordem e às instituições. Desse modo, as atividades cívicas, a disciplina, o amor à nação em outras palavras, “a ordem, a disciplina, a hierarquia e o amor pela pátria adquirem prioridade nessa proposta de ação pedagógica” (GERMANO, 2008 p. 324).

Os preceitos da disciplina, respeito, ordem a hierarquia, atividade cívicas e demais aspectos foram a espinha dorsal da política educacional implantado pelos militares, objeto de estudo ao longo do capítulo seguinte.

Ao final do ano de 1967 o prefeito Lavoura finalizou o segundo mandato com fortes especulações de abandono à vida pública. No entanto, foi convidado para compor a equipe de trabalho do Governador Geremias de Mattos Fontes (indicado pelos militares) e que o antecederia na prefeitura de São Gonçalo. Com uma nomeação sem “pasta definida”, atuou em outra esfera do poder: a esfera estadual.

Imagem 22: Reportagem sobre o Prefeito Joaquim Lavoura

Lavoura será secretário sem pasta de Geremias

O sr. Joaquim Lavoura, que ontem transmitiu o cargo de prefeito ao advogado Osmar Leitão Rosa, será Secretário sem Pasta do governador Geremias de Mattos Fontes, segundo apurou ontem a reportagem de O SÃO GONÇALO junto a fontes bem informadas.

A notícia circulou ontem nos bastidores políticos, acabando com as versões de que o sr. Joaquim Lavoura, ao deixar a chefia do Executivo municipal, abandonaria de vez a vida pública. Até ontem, não se falava em sua participação no Governo Geremias.

SEM PASTA
Segundo estamos informados, o sr. Joaquim Lavoura vinha sendo convidado há um mês para

participar do estafe do governador Geremias Fontes mas regeitava os apelos, alegando que só trataria de sua vida particular, doravante. Entretanto, uma composição com o novo chefe do Executivo estadual acabou por movê-lo de seu intuito. O ex-prefeito será Secretário sem Pasta e poderá agir em qualquer campo da administração estadual, assessorando, também, o sr. Geremias Fontes.



Sr. Joaquim de Almeida Lavoura

O “Secretário sem pasta” foi eleito deputado estadual no ano de 1970, mas abandonou o mandato para assumir o cargo de prefeito do município que o projetou na vida política, no ano de 1972. Os problemas de saúde apresentados levaram à sua morte no ano de 1975, e as homenagens foram incessantemente divulgadas no jornal.

Com o retorno dos problemas de saúde do prefeito o Jornal começou a rememorar os atos do prefeito através de homenagens prestadas em depoimentos e cartas fazendo um exercício de divulgação de uma imagem que foi construída, modelada e remodelada durante os vinte anos em que Joaquim de Almeida Lavoura governou, influenciou e deu novos contornos à política local. Esse trabalho empregado na construção da imagem de um prefeito perfeito e a tentativa de preservação da sua memória como um administrador que alcançou a excelência em tudo que fez, só alcançou êxito por conta de um esforço de enquadrá-lo no perfil de um político ideal (FLORES, 2008, p.82)

Este processo de rememorar a história pessoal e política do prefeito Lavoura nas páginas do jornal favoreceram a produção de um trabalho de memória histórica local em torno do prefeito, que se tornou “mito político” reverenciado como “modelo de gestor voltado para as necessidades da população”.

O legado educacional dos três mandatos do prefeito Lavoura revelou-se nas construções e obras públicas existentes na localidade, em particular na área educacional, com a expansão dos Grupos Escolares, aumento das vagas, recebimento de merenda e o fortalecimento das escolas privadas, ações essas em consonância com as políticas educacionais do contexto em tela. Não foram em si movimentos isolados.

A imagem do Prefeito Lavoura permaneceu por várias gerações e seu grupo político elegeu muitos candidatos fazendo uso da memória política e afetiva. No município é comum a escuta de muitos moradores que vivenciaram o “Governo Lavoura” reverenciarem seus feitos, honestidade e amor à cidade.

Lavoura é um mito que vai continuar vivo através de suas realizações. Ele é um exemplo de probidade administrativa, que morreu pobre (Senador Vasconcellos Torres, 1975).

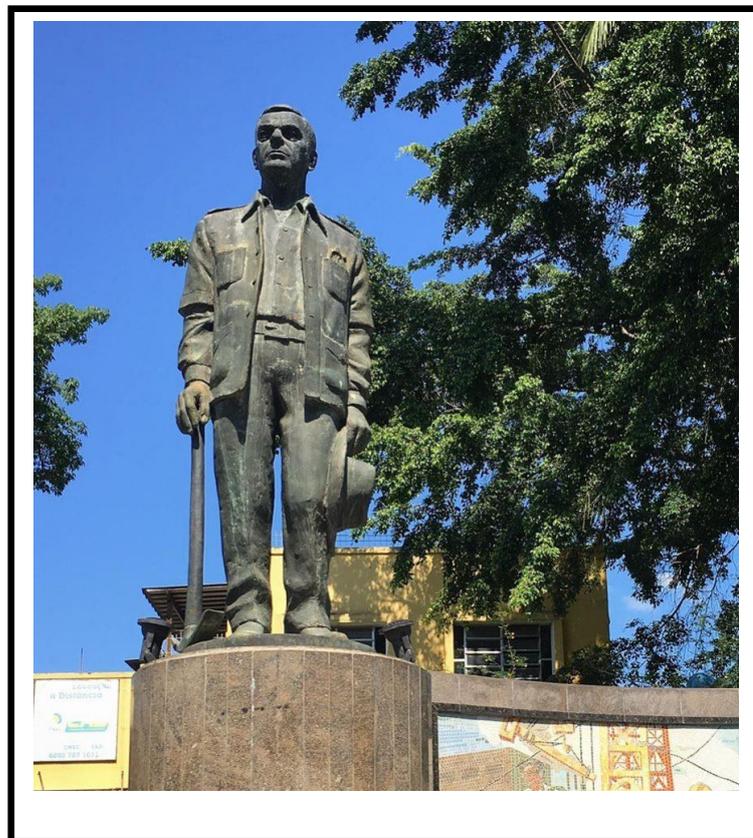
Ele era muito querido, então todos queriam acompanhar, ver, chegar perto, e como já estava noite quando ele foi enterrado, houve o receio de confusão. Alguns tentaram, inclusive, a pular o muro do cemitério (Osmar Leitão, 2013)

Conheci Lavoura em 1963, quando trabalhava em um Jornal carioca e me mandaram entrevistá-lo. Eu o encontrei em cima de uma retroescavadeira no bairro Patronato, retirando lama das ruas. Surgiu uma boa amizade e depois

terminei por fazer o cerimonial de sua morte, quando milhares de pessoas o acompanharam a pé, até a sua derradeira morada, no Cemitério de São Gonçalo, em seu mausoléu (Assueres Barbosa, 2013)

Além do estilo próprio de governança e as tramas políticas desenvolvidas, o “mito Lavoura” se consolidou com a efetiva contribuição do “O São Gonçalo”. Atualmente, a sua imagem em forma de estátua habita a barulhenta Praça Estephânia de Carvalho, localizada no centro da cidade. Como quem observa a cidade silenciosamente, Lavoura vive também no imaginário coletivo do povo gonçalense.

Imagem 23: Estátua de Joaquim de Almeida Lavoura



Fonte: A autora, 2021

2.3 O Golpe descrito como Revolução: aspectos da Ditadura de 1964 pela Imprensa Local

Meu querido mestre Anísio:

Só agora ousou escrever-lhe pelo temor que tinha de ainda mais comprometê-lo. Uma das coisas que mais me doeu de tudo que passou foi ver repetir-se, pela segunda vez, sôbre sua cabeça a onda de despotismo

(..)

Tenho acompanhado por cartas e jornais o ambiente em nossa universidade e a perseguição aos colegas do Rio, de S. Paulo, Porto Alegre, numa odiosidade sistemática à cultura. Pelo que sei nossa casa começa a reagir, o pessoal de ciência começa a chegar e vai dando substância à instituição. Se não faltar um mínimo de recursos, nossa UNB sobreviverá sem deformações insanáveis

(..)

Querido. Mande-me notícias. Abrace por nós à Emilinha e não me queira mal por meus exageros. Darcy (Carta de Darcy Ribeiro à Anísio Teixeira, novembro, 1964).⁵⁸

O trecho referiu-se a umas das cartas escritas por Darcy Ribeiro⁵⁹ a Anísio Teixeira, destituído do cargo de Reitor da Universidade de Brasília (UnB), da qual ambos foram alguns dos principais idealizadores.

O golpe de 1964 chamado por muitos de “Revolução” levou ao exílio dezenas de intelectuais, artistas, políticos e professores brasileiros, dentre eles “Anísio Teixeira que foi afastado do seu posto e aposentado compulsoriamente. Embarcou para os Estados Unidos e lecionou como *visiting scholar* na Columbia University (1964)” (NUNES, 2000).

Na carta escrita por Darcy Ribeiro para Anísio Teixeira em novembro de 1964 temos alguns reflexos iniciais na sociedade brasileira da tomada de poder e implantação de mais uma ditadura no Brasil. O receio de Darcy em escrever para o seu companheiro de lutas e sonhos levou até mesmo a adiar a busca por notícias do mesmo, com medo de comprometê-lo.

Para Anísio Teixeira, que vivenciou no passado o momento histórico com “relativa semelhança” no que concerne a implantação da ditadura no Brasil, restou a indignação e a

⁵⁸ LOBO, Yolanda. Correspondência entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (1960 a 1966). Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Ano I nº 01 Julho a Dezembro/2013.

⁵⁹ Darcy Ribeiro foi um antropólogo, político, educador e romancista, nasceu em Montes Claros (MG) em 1922. Organizou no Rio de Janeiro o Museu do Índio, o qual dirigiu até 1957, elaborou o plano de criação do Parque Indígena do Xingu, foi uma figura presente em momentos centrais da história brasileira na segunda metade do século XX. Desempenhou papel central na fundação da Universidade de Brasília, em 1962, da qual foi o primeiro reitor. Foi ministro-chefe da Casa Civil e ministro da Educação no governo João Goulart. Foi eleito vice-governador do Rio de Janeiro em 1982. Concomitantemente ao exercício do cargo, foi secretário de Estado da Cultura e coordenador do Programa Especial de Educação, com a missão de implantar 500 Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no estado do Rio de Janeiro. Foi senador da República entre 1991 e 1997. Tomou posse da Cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 15 de abril de 1993. Faleceu em 17 de fevereiro de 1997, em Brasília.

constatação do abandono do país, como relata em trechos da resposta à carta de Darcy Ribeiro:

Não sei o que dizer nesses últimos meses. Ao vêr repetir-se, quase vinte anos depois, a situação de 36 e o mesmo pânico histérico tomar conta de nossa velha sociedade, confesso que, a despeito de meu pessimismo, surpreendi-me. Por mais que considerasse difícil a mudança social nas estruturas latino-americanas, não as julgava tão graníticas.

(...)

De qualquer modo, a minha maior surpresa foi esse medo. A princípio, não o tomei a sério e estava dispôsto a ficar no Brasil. Depois de comparecer a três inquéritos, inclusive o impagável peculato do Ipase (como sabe, estou com V. indiciado como peculatório), achei que seria demasiado desagradável e assim eu aceitei os convites da Columbia e da Califórnia. E aqui estou, mas, devo confessar, com um irreprimível sentimento de exílio. A minha defesa, no período de 36, consistiu em desligar-me totalmente da tarefa anterior. Lembra-se que me fiz comerciante e, durante dez anos, não li um livro de educação. Hoje, porém, continuo dentro do ofício, como chamar? de intelectual e o desconforto é muito maior. A vontade que tinha era a de tudo abandonar, voltar ao sertão e deixar-me levar pela vida, esquecido desse veneno ocidental de esforço e da ação.

(...)

Grande e saudoso abraço do muito seu Anísio. (Carta de Anísio Teixeira à Darcy Ribeiro, dezembro, 1964)⁶⁰

As cartas trocadas entre Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira transformaram-se em fontes valiosas para a compreensão do momento político brasileiro durante a década de 1960. Em escritas temos a presença de uma relação de amizade consolidada na condução de um projeto de Estado construída por estes dois intelectuais brasileiros. O afeto, a saudade, a admiração e o respeito expressos nas cartas foram acompanhadas por fecundos debates sobre a conjuntura do Brasil, em um movimento de compreensão do “passado que surge sempre inacabado, pois o futuro o utiliza de múltiplas maneiras através de gerações que reescrevem as histórias daqueles que se antecederam e com as quais pretendem realizar seu acerto de contas (NUNES, 1992, p.12)”.

O acerto de contas esperado por Anísio e Darcy talvez fosse outro! No entanto, vivenciaram um dos períodos mais difíceis da “franzina democracia brasileira”: o golpe ao governo do presidente João Goulart e a condução do Estado brasileiro pelos militares com o apoio da burguesia brasileira.

⁶⁰ LOBO, Yolanda. Correspondência entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (1960 a 1966). Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Ano i nº 01 Julho a Dezembro/2013.

Em outras cartas trocadas com amigos educadores, Anísio Teixeira indignado com o Golpe de 1964 chegou afirmar que, diante das mudanças planejadas pelo Governo do Presidente João Goulart, havia um sentimento de alguns setores da sociedade nomeado por ele como o “pânico da direita brasileira”.

Naquele momento (hoje) foi (é) utilizado o falso discurso do “perigo comunista” e o uso ideológico deste “fantasma”, como uma das formas de assalto ao poder. O uso de um termo desprovido do seu contexto, fundamento e da matriz ideológica intencionalmente tem “servido” para justificar os períodos autoritários da história da República brasileira. Os períodos autoritários foram classificados por Anísio Teixeira como “velho e ultrapassado” e que “por essas bandas da América do Sul, o movimento iria durar”. Contudo, propõe uma estratégia de guerra: o conhecimento como arma.

O combate travado no presente é contra o negacionismo, autoritarismo, exclusão, preconceitos de toda espécie, pobreza, desigualdades etc. Assim, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas, talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente” (BLOCH, 2001, p. 65).

O presente precisa ser compreendido e o passado conhecido. Anísio Teixeira conhecia o passado político brasileiro, e ainda assim, imaginou que “tudo isso era velho”, logo ultrapassado. No entanto, após a ditadura de 1964 que durou 21 (vinte e um anos), a sociedade brasileira assistiu, “ao vivo e a cores”, em abril do ano de 2016, os trâmites de deposição da presidenta Dilma Rousseff⁶¹, eleita democraticamente.

No Brasil o “atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p. 13), e em meados da década de 1960 foi personificado na pressão norte americana em desestabilizar os governos populares da América Latina. O presidente João Goulart popularmente conhecido como Jango⁶² havia assumido o país, depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, e vivenciou juntamente com toda sociedade brasileira, a consolidação do golpe articulado entre civis e militares, em março de 1964, conhecido como Golpe de 1964.

De acordo com Penna (1999), no governo do presidente Jango foi apresentado ao país um diagnóstico abrangente e politicamente comprometido com a soberania nacional, o Plano

⁶¹ Dilma Vana Rousseff governou o Brasil entre os anos de 2011- 2014 e foi reeleita com mandato de 2015-2018. No entanto, sofreu um *impeachment*, assumindo a Presidência o vice-presidente, Michel Miguel Elias Temer Lulia.

⁶² João Belchior Marques Goulart (1919-1976) governou o Brasil entre os anos de 1961-1964, conhecido como Jango.

Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social⁶³. A execução das propostas do governo de Jango, cada vez mais contrariavam as intenções do Congresso Nacional e dos grandes latifundiários (representantes do Brasil arcaico).

A bibliografia sobre o tema é extensa e, cada vez mais, é necessário estudar o contexto e as consequências do Golpe de 1964 no período e seus reflexos atuais. Contudo, o objetivo deste subcapítulo foi refletir sobre a ditadura instaurada no Brasil, a partir das reportagens noticiadas no jornal utilizado como fonte nesta tese.

A ditadura civil-militar iniciou-se a partir de um “Golpe de Estado urdido no amago das classes dominantes, e que agregaram parte da sociedade civil, militares, religiosos, classes médias, grandes proprietários rurais e amplos setores do empresariado” (Ibid., 1999, p. 265). As Forças Armadas, em especial o Exército, atuaram na garantia da estabilidade do golpe, e aos poucos, “imprimiram a identidade militar” autoritária, em escalas variadas, em uma propulsão ideológica difundida nos quartéis.

As reportagens do “O São Gonçalo” referiam-se ao golpe como uma “Revolução”. O ato chamado de “revolucionário” foi comemorado e visto como um “novo tempo”, graças às forças militares e apoio dos civis conscientes com o futuro do país. Com variados aspectos de análise, em especial, a escala local, os processos constituintes que culminaram com o Golpe de Estado no Brasil, tal como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, ocorrida em São Paulo em março de 1964, também foram reproduzidos em outras partes do país.

A Marcha, idealizada pelos núcleos conservadores que se opunham as reformas, esta manifestação não contou apenas com as senhoras da alta classe média paulistana, participaram também políticos udenistas, setores das camadas médias atemorizadas pela suposta ascensão comunista ao poder, militares. (...)

Outras “marchas” irão dias mais tarde se reproduzir em Santos e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, a manifestação se dá após a derrubada de Jango” (PENNA, 1999, p. 262).

Mas, em tempos em que a jovem democracia brasileira foi posta atrás das grades, será que oportunidade de fala para a população é algo viável? Como será que o impresso retratou

63 Plano publicado a 30 de dezembro de 1962, elaborado por uma equipe liderada por Celso Furtado durante os momentos finais da híbrida presidência “parlamentar” de João Goulart. Apresentava oito objetivos básicos: 1) manter uma elevada taxa de crescimento do produto; 2) reduzir de forma gradual o processo inflacionário; 3) reduzir o elevado custo social; 4) intensificar a ação do governo nos campos da educação, pesquisa, tecnologia e saúde pública; 5) reduzir as desigualdades regionais; 6) eliminar progressivamente os “entraves institucionais” à continuidade do desenvolvimento (dentre esses “entraves” destacava-se a estrutura agrária); 7) refinar a dívida externa; 8) assegurar ao governo uma unidade de comando crescente dentro de sua própria esfera de ação. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-trienal-de-desenvolvimento-economico-e-social>. Acesso em: 28 agosto 2021.

a segunda ditadura à qual os brasileiros foram submetidos? No texto que segue, compartilhei as pistas encontradas sobre o assunto.

No Município de São Gonçalo, a “Marcha” ocorreu em abril de 1964, como exposto na capa do “O São Gonçalo”, de 18 de abril de 1964, descrito como uma “magnífica página de civismo e religião”.

Imagem 24: Reportagem “A Marcha da Família com Deus pela Liberdade”



Fonte: “O São Gonçalo”: abril, 1964

A reportagem registrou que a Marcha ocorreu na tarde de domingo, com a presença de multidão, lideranças católicas e políticas, com vistas à reafirmação da fé, na paz, em Deus e sobre a Pátria, frente à abominação do comunismo. A imagem, com pouca nitidez, devido ao estado de conservação do impresso, mostra 2 (fotografias) da multidão marchando e do palanque com as lideranças do evento e personalidades da cidade.

Tal como no Estado Novo⁶⁴, a ameaça da implantação do Comunismo também foi utilizada como um dos fatores de sustentação do Golpe de Estado de 1964. No entanto, em 1937, o Plano Cohen⁶⁵, documento falso “no qual dar-se-ia cobertura à subversão do Estado ante a nação perplexa diante da violação da soberania nacional” (PENNA, 1999, p. 186), encontraram-se ecos no passado recente da Revolução Russa⁶⁶.

A perda de poder dos setores que detêm as riquezas, aliados aos discursos de ameaças às liberdades individuais, à fé cristã, e em tempos atuais, envoltas em *fake news*⁶⁷, publicizadas nas redes sociais, são evocados na medida da conveniência em todas as esferas da sociedade.

Desde o século XX, o país conviveu com discursos inflamados de “tomada de poder pelos comunistas”, o que no senso comum, em geral, representa o fim do Estado, bens de produção, classes sociais, fim da propriedade privada, dentre outras.

Ao lado da imagem que anunciou o evento no município, tivemos uma orientação do Secretário de Segurança Pública – tenente coronel Hugo de Sá Campello Filho –, esclarecendo que a polícia tem ordens expressas “para agir com maior urbanidade no trato e respeito civis de todos” e a população deverá ter tranquilidade, como segue:

Portanto, a população deve ficar tranquila e permanecer ordeira evitando reuniões e aglomerações que possam dar motivos à distúrbios diversos, facilitando destarte, com esse procedimento a ação das autoridades competentes, no momento voltada para a saneadora tarefa de destruir todos os focos de agitação e células comunistas, bem como à caça aos seus elementos que continuam foragidos (“O São Gonçalo”, 18 de abril de 1964, p. 1).

⁶⁴ Nome com que é tradicionalmente designado na historiografia brasileira o período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o Golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo> Acesso em: 28 agosto 2021.

⁶⁵ O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen> Acesso em: 28 agosto 2021.

⁶⁶ A Revolução Russa (1917-1928) foi constituída de uma série de eventos responsáveis por derrubar a monarquia que comandava o Império Russo até então e criar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o primeiro país socialista do mundo.

⁶⁷ *Fake News* - termo do Inglês, que significa notícias falsas, e são uma forma de imprensa marrom que consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via Jornal impresso, televisão, rádio e mídias sociais. Este tipo de notícia é escrito e publicado com a intenção de enganar, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, muitas vezes com manchetes sensacionalistas, exageradas ou evidentemente falsas para chamar a atenção.

A orientação do Secretário de Segurança Pública foi objetiva, a população “não precisava preocupar-se”, desde que as orientações acima fossem respeitadas. O foco da ação dos policiais era direcionado aos “subversivos, comunistas foragidos, representando os inimigos da Pátria”. No entanto, aglomerações como a da Marcha eram permitidas e bem-vindas.

O fim do regime democrático e o exílio do presidente Jango foi noticiado no jornal como uma novela: em capítulos diários. Com o título de que o mesmo fugiu do Brasil, e não que tinha sido retirado da Presidência da República por um Golpe de Estado. Abaixo, um dos capítulos da novela intitulada: “A fuga do ex-presidente Goulart, em abril de 1964”.

Imagem 25: Reportagem sobre a Fuga do Ex-Presidente Goulart

A Fuga do Ex-Presidente Goulart

“O ‘O Jornal’ de ontem, publicou o seguinte episódio da fuga do ex-presidente João Goulart que, deixara o palácio das Laranjeiras, em mangas de camisa. Nem tempo tivera de se compor com o paletó

MOMENTO CULMINANTE continuavam pensando que a situação lhes era favorável.

“Com a chegada dos generais Moraes Ancora, Bontempo e outros militares, o sr. Eugênio Caillard convidou todos os que se achavam presentes a se retirar para outra sala, porque ali, dentro de alguns minutos, o Presidente da República ia reunir-se com o seu comando militar.

A reunião durou mais de duas horas e teve lugar nas varandas do Palácio, em caráter secreto. Terminada a reunião, o sr. João Goulart não participou nada e ninguém, nem mesmo aos deputados e ministros civis, presentes na ocasião. Mais tarde se soube porém, ter sido naquela reunião que o

Eugênio Caillard e Anísio Botelho, tomando destino ignorado. Estava consumada a fuga do Presidente.

ATONITOS

Em cima, no primeiro andar do Palácio das Laranjeiras, todos ficaram atônitos sem saber ao certo o que acontecia. E só o sr. Abelardo Jurema adiantou uma justificativa para o fato: “o presidente foi assumir pessoalmente o comando da Vila Militar”. Ainda bem não se tinha retido a saída brusca do Presidente, as aten-

ções foram voltadas para um reboliço no andar térreo. Sob o comando do sr. Galba Viana (secretário de D. Maria Teresa e irmão do senador Aurélio Viana), vários homens do serviço de segurança transportavam metralhadoras e caixotes de munição para dois carros estacionados à entrada do Palácio. Os carros saíram em desabalada velocidade, tomando destino ignorado.

Galba Viana, a uma pergunta do deputado Ari Pimenta, tombo, procurando saber o que estava se passando, teve

tempo apenas de dizer: “Ari, mais tarde eu telefono para tua casa”.

O ministro Oliveira Brito, tão logo partiu o presidente, dirigiu-se a um telefone e fez várias ligações, tentando localizar o paradeiro do sr. João Goulart. Foi o ministro Amauri Silva, quem trouxe a notícia reveladora do destino de Jango: acabava de chegar ao aeroporto militar da 3ª Zona Aérea. A bordo de um “Viscount”, preparava-se para seguir viagem para Brasília. O presidente da República abandonava o Governo.

Nota do Asilo Amór ao Próximo

REUNÃO MENSAL DA DIRETORIA

Domingo, dia 26, estarão

NÃO DEIXE SEU CARRO FICAR NESTE ESTADO

...NÃO DEIXE SEU CARRO FICAR NESTE ESTADO

Fonte: “O São Gonçalo”: 03 de abril, 1964

Inicialmente, o texto mencionou a fuga do “Ex-Presidente” de camisa, pois “nem tempo teve de colocar o paletó”. O episódio foi citado duas vezes na reportagem, na tentativa de convencer os/as leitores/as da fuga do presidente, sendo intencional. A necessidade de afirmar que houve abandono ou fuga da presidência, mascarou a deposição e o Golpe de Estado, ao qual a democracia brasileira foi submetida.

A reportagem seguiu dividida em partes: Momento Culminante (reunião do presidente

com o comando militar); a fuga na qual afirmou-se que após quinze minutos de reunião, foi consumada a fuga do presidente) e atônitos (adjetivo utilizado para descrever a situação dos militares, funcionários e demais políticos que se encontravam no Palácio das Laranjeiras).

Ao final do texto, a informação de que o presidente (deposto) estava a caminho de Brasília, em uma atitude de fuga. Sem mais, encerrou-se a notícia deixando o/a leitor/a desinformado/a de que houve um abandono da cadeira presidencial no Brasil no ano de 1964.

O Golpe de 1964 foi exaltado durante alguns meses nas páginas do “O São Gonçalo”. Como não é o objeto desta tese, alguns indícios serão compartilhados com o/a leitor/a. No entanto, a mensagem que o jornal insistia em propagar era a de um “ato revolucionário” e que “o parceiro” na Revolução era os Estados Unidos da América – EUA.

“É indiscutível o papel representado pela pressão dos Estados Unidos neste contexto. (...) o pavor que uma nova Cuba despertar na opinião pública norte-americana, bombardeada por noticiário alarmista da grande imprensa daquele país, e pelas agências internacionais de notícias, tornara o Brasil a prioridade número um do Departamento de Estados dos Estados Unidos. (PENNA, 1999, p. 259).

Assim, as investidas americanas no Brasil apresentavam alguns objetivos claros: controle sobre a política brasileira, fim das políticas implementadas pelo presidente João Goulart e seus apoiadores, fortalecimento do discurso maniqueísta sob influência ideológica da Guerra Fria, interesses econômicos etc.

Os “Corpos de Paz”, entidade assistencialista formada por religiosos, jornalistas, professores etc. foi uma das estratégias de acesso americano aos territórios e povo brasileiro. A situação política brasileira não era clara para grande parte da população, já que a luta pela sobrevivência desvia, por muitas vezes, a preocupação da parcela pobre do país.

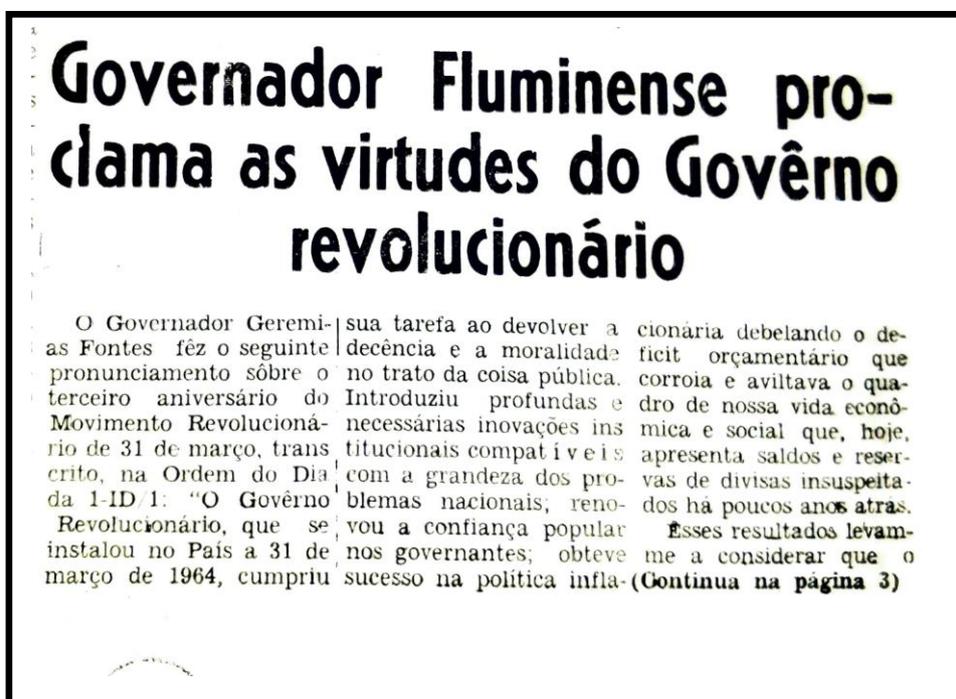
Penna (1999) afirmou, que até “os setores mais politizados demonstravam certa ignorância quanto aos rumos da política nacional, seja pela firme convicção de que qualquer retrocesso político era inviável, ou entusiasmo acerca da efervescência cultural que envolvia o país” (p. 259).

No esforço de compreender o presente com a experiência da história do pretérito, as armadilhas de manutenção do poder autoritário e excludente parecem similares, guardadas as devidas proporções. As *fakes news*, ao que indica, sempre existiram e apresentam-se na história da humanidade com total parcialidade, tal como a proclamada “Revolução de 1964”. A exaltação dos “feitos revolucionários”, com frequência, era noticiada pelos meios de comunicação controlados pelo governo. E, uma das *fake news* era: “houve uma revolução e a

revolução deu certo!”.

Em geral “O São Gonçalo” defendia a lógica acima, onde a “Revolução” foi a única alternativa para “enfrentar o desafio maior do século, em que as nossas mais caras tradições democráticas e cristãs se veem ameaçadas pelo materialismo marxista” (CUNHA, 2014, p. 368). Desta forma, a sociedade precisava ser saneada, controlada, voltada para os valores patrióticos e religiosos, e essas virtudes compunham o “ideal revolucionário de 1964”, como apresentado a seguir:

Imagem 26: Reportagem sobre o Golpe de 1964



Fonte: “O São Gonçalo”: abril, 1967

Acima, o impresso exaltou, no ano de 1967, o terceiro aniversário do “Movimento Revolucionário” expresso no Ato Institucional I⁶⁸, afirmando a vitória do movimento, que “devolveu a decência e a moralidade no trato da coisa pública. Introduziu profundas e necessárias inovações institucionais”. Na continuação da reportagem, expressa na página 3, se anuncia a eficiência dos governos militares e se registra o Marechal Artur da Costa e Silva⁶⁹,

68 O Ato Institucional nº 1, publicado em 01 de abril de 1964, dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da “revolução vitoriosa”. Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 29 agosto 2021.

69 Presidente Artur da Costa e Silva – governou o Brasil (1967- 1969) e foi responsável pela edição do AI-5, que lhe dava poderes para fechar o Parlamento, cassar políticos e institucionalizar a repressão.

como o presidente do país.

Imagem 27: Continuação da Reportagem sobre o Golpe de 1964



Fonte: "O São Gonçalo": abril, 1967

Na continuação da reportagem, a informação é que o Marechal Artur da Costa e Silva continuará as políticas dos antecessores, de acordo com as metas e objetivos da "Revolução": Golpe. No entanto, o "espírito de continuidade" autoritária, aprofundou-se com a promulgação do Ato Institucional nº 5⁷⁰, definindo "o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados" (CPDOC, 2010).

O Golpe de 1964 foi gestado em uma "articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada aos interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos. Não foi coisa de amadores" (CUNHA; GÓES, 1985, p. 32). Existia um projeto de Nação a ser construída, onde o campo educacional seria um dos pilares, com reflexos nos dias atuais.

O atual momento político brasileiro nos convida insistentemente a "olhar para o passado", aprender com e não subestimar. O uso da educação, dos dogmas da fé em oposição à laicidade do Estado, das promessas utópicas, dos antagonismos ideológicos pautados na pureza ideológica, na despolitização, descrença e no uso das ideologias como armas de defesa e ataque, dentre outras estratégias, nos alertam a estarmos atentos.

Uma revolução, na medida da conveniência, pode ser facilmente transformada em

⁷⁰ O Ato Institucional nº 5, publicado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Fonte: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso: 29 agosto 2021.

golpe, tal como o contrário. Na reportagem que compartilho adiante, trago o texto de capa do O São Gonçalo, com o título: “Adeus, Ano da Revolução!”, em uma alusão ao ano de 1965.

Imagem 28: Reportagem sobre o primeiro ano do Golpe de 1964

O SÃO GONÇALO
DIÁRIO

io Gonçalo, Quarta-Feira 6 de Janeiro de 1965 Pag. 4

Adeus, Ano da Revolução!

A. GERMANO. Chegamos ao fim de 1964 e é muito natural que se pergunte: qual foi o resultado deste ano? Foi bom, foi mal? Progredimos ou recuamos? Podemos entrar no Ano Novo com maiores esperanças? Evidentemente, restringindo este comentário apenas aos problemas do Brasil, é fora de dúvida que as respostas àquelas indagações serão sempre como eixo a Revolução. Pois foi este o País novo que abalou nossos Pais em 1964, que modificou sua rota, que obrigou todos os brasileiros a uma tomada de posição ou, ainda mais, a uma tomada de consciência.

Só isso — a tomada de consciência — bastaria para justificar a Revolução. Sem levantar-se, nenhum País pode vida e conviver com as demais Nações, se seu povo não tiver consciência de sua nacionalidade, não tiver participação ativa na sua atividade política, econômica, nas diretrizes do seu governo e na busca de soluções para os seus problemas.

Até 31 de março, o Govern

no representava um grupo dominante, que só dialogava com o povo nas épocas de eleição. Os mandantes eram sempre os mesmos, cercados por uma multidão de pelegos, de profissionais da política, de frequentadores de antessalas ministeriais. E o povo não tinha participação, nem sequer sabia o que se passava “lá em cima” pois seus porta-vozes, os chamados “líderes sindicais” é que eram os donos da verdade e donos do País.

Veio a Revolução, nascida de origens profundamente populares traduzindo uma ansia de libertação do jugo comunista e corrupto do Governo, e nos trouxe inicialmente uma profunda esperança, uma quase certeza de que, a partir de abril, o País reencontraria o seu verdadeiro caminho.

Pois bem: são passados 9 meses, termina o ano de 1964 e perguntamos: valeu a pena a Revolução? Para os apressados, a resposta é “não”. Mas, pensamos bem, ninguém pode negar que atualmente temos um Governo honesto, que tem procurado acertar, que está tentando salvar o

Brasil das graves doenças que a má-fé e a irresponsabilidade de Governos anteriores lhe haviam causado.

O que todos nós precisamos é de calma e confiança. Isso, todavia, não nos impede de ver que há erros no atual Governo e de apontá-los especialmente no que se refere à política econômico-financeira, que ainda continua a ser teórica, de gabinete, enquanto o povo, aqui fora, continua cada vez com o cinto mais apertado não suportando mais a elevação do custo de vida.

Mas tais erros ainda podem ser corrigidos, mesmo porque devemos admitir que não sejam praticados por má-fé e sim por falta de sensibilidade e de realismo de alguns assessores presidenciais.

Vamos esperar mais um pouco e, despedindo-nos de 1964, entrar confiante em 1965, que será um ano de particular importância para a solução dos problemas internos que afligem o País. Vencido o inimigo maior que ameaçava a nós todos, esperamos que 1965 possa ser um período de estabilização e de consolidação dos ideais revolucionários.

COLUNA CONTÁBIL

Por deliberação da Assembleia Geral do dia 12 último foi constituída uma comissão dos Srs. Contadores, Jorge Fadel, Silvaldes Machado Martins, e Alberto Ferreira, para no prazo de 15 dias, contados daquela data apresentar à Associação Gonçalense de Contabilidade, relatório dos entendimentos que levarão a efeito junto a Diretoria do Banco Agrícola e Industrial S.A., quanto a possibilidade de compra de uma sala no Edifício daquele Banco, ora em construção, para sede própria do nosso Órgão de Classe.

em construção, para sede própria do nosso Órgão de Classe.

No mesmo prazo a

a emprestar mensalmente à Associação a importância de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) até o total de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), por contador.

Servirá o empréstimo previsto, para fazer face à aquisição da sede e será restituído na forma que a Assembleia Geral Ordinária da primeira quinzena de janeiro próximo resolver.

Do relatório apresentado pela Comissão citada, dará conhecimento o Presidente da AGC à Assembleia Geral Ordinária marcada para 13-1-65 para que decida soberanamente a respeito de tão importante assunto.

Desnecessário é a esta Pre

CINE MUTUA

EMPRESA DE DIVERSÕES MUTUA LTA

PRACA JOSE FERROSO - 27 - MUTUA - SÃO GONÇALO

Fonte: “O São Gonçalo”: 6 de janeiro, 1965

Ao proceder à leitura do título do noticiário, publicado nos dias iniciais do mês de janeiro do ano de 1965, a impressão foi do término do golpe. Contudo, ao prosseguir, percebi que se tratava de um texto de despedida do ano de 1964. Em uma análise saudosista e esperançosa, o jornalista justificou os motivos da “Revolução”, e afirmou que a “mesma obrigou a todos os brasileiros a uma tomada de consciência”. Em seguida, informa que o governo anterior – Presidente Jango –, estava cercado de “pelegos, políticos frequentadores de antessalas ministeriais, e que o povo não participava de nenhuma decisão política, e que os

verdadeiros donos do país eram os líderes sindicais”.

A reflexão do autor seguiu na esteira do viés antidemocrático instaurado pela revolução (Golpe), atribuindo esperança aos novos tempos presentes. E, finalizou, reconhecendo os erros até então cometidos, como a política econômica e social, mas atribuiu à ineficiência dos assessores, pois as lideranças revolucionárias não agem de má fé. A leitura da reportagem e de milhares de outras (praticadas ontem e hoje), sob a perspectiva da “educação bancária” (FREIRE, 1978) é um risco à cidadania efetiva. O olhar minucioso de um leitor atento refuta as incongruências apresentadas na reportagem.

Como um regime autoritário poderia promover uma “tomada de consciência” da sua população? Que possibilidades o autoritarismo estatal propõe de acesso às liberdades individuais? A chamada “revolução nascida de origens populares” apresenta frutos dos anseios do povo brasileiro? As interrogações são muitas e facilmente contrapõem à publicação, possibilitando novas perguntas do hoje a partir da observação histórica do passado, aliadas à urgente e necessária “leitura do mundo” (FREIRE, 1999).

Para tal, a educação no sentido amplo, tem um papel importante para garantir (dentre outras políticas públicas), que nunca mais o Povo Brasileiro considere como “Revolução o que não passou de um Golpe de Estado com uso do autoritarismo como digitais”. Uma *fake news* do passado que insiste em sobreviver!

3 EXTRA, EXTRA: A EDUCAÇÃO ESCRITA NAS PÁGINAS DO “O São Gonçalo” (1963-1967)

“Há uma boa quantidade de estudos sobre a educação na cidade do Rio de Janeiro e uma grande lacuna de trabalhos sobre a educação fluminense, o que parece evidenciar a distância entre a capital cultural (Rio de Janeiro) do Estado e seu interior” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010).

A constatação da Professora Haydée Figueirêdo que inicia este capítulo referiu-se às produções relativas ao campo da história da educação em finais do século XX, e revelou sua atualidade ainda no século XXI. Os estudos históricos sobre a educação brasileira ao longo do tempo têm tentado aprofundar a relação centro/periferia e avançar na formação e preservação da memória local e nacional, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

O interesse em pesquisas que tenham como *locus* as memórias e histórias dos processos educacionais locais possibilitam a conexão “dos processos macro e microsociais, partindo do pressuposto que, num período de globalização, cada vez mais o mundo se constitui numa articulação entre o local, o nacional e o mundial” (FIGUEIRÊDO; TAVARES, 2004, p.7).

A articulação do local/nacional visou romper com as zonas de sombreamento em torno das subjetividades dos atores sociais, que encontram “em seu mundo” um conjunto de possibilidades de existência e significados, construindo e escrevendo inúmeras histórias coletivamente. As diversas tramas do tecido social se cruzaram trazendo novos contornos na investigação, onde as capilaridades envoltas na escala de representação simbolizaram “em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável” (REVEL, 2010).

O que é representável? O que tem sido pesquisar? Que categorias foram escolhidas? Quais as representações da pesquisa no âmbito da história da educação para o objeto a ser pesquisado? Que contribuições a investigação pretendeu realizar? Estas e outras tantas perguntas “tiram o sono” de nós, pesquisadores nos momentos iniciais e no decorrer do trabalho.

A educação na cidade de São Gonçalo – objeto desta tese fundamentou-se a partir das seguintes categorias de análise: direito à educação; políticas públicas; direito à cidade e produção do conhecimento na escola que, em certa maneira, são inscritas na “corrente dos debates que vêm atravessando as ciências sociais na contemporaneidade: a centralidade da dimensão local nas sociedades contemporâneas” (ARAÚJO; TAVARES, 2011, p. 40).

A centralidade da dimensão local revelou-se cada vez mais desafiadora, cujas relações são formadas pelo monopólio dos meios produtivos, o esfacelamento das relações de trabalho, os efeitos da feroz concentração capitalista, dentre outras questões.

E, por mais desigual que seja, é na cidade que o sujeito afirma o “estar no mundo” seja pelo direito de se viver ou pela negação de uma vida digna “redesenhada por uma rede de relações sociais de conflitos, intensificada no local como lugar do vivido das contradições, das possibilidades e das oportunidades defendidas e disputadas entre diferentes sujeitos” (ALVARENGA, 2008, p. 120).

O território do vivido é o lugar das contradições, do pertencimento, da construção coletiva e do reconhecimento da sua identidade, mesmo que o local seja imerso às precárias condições de sobrevivência, ali se trava uma luta cotidiana para “estar no mundo” (FREIRE, 1999).

O local de estudo é a populosa cidade de São Gonçalo, que conta com uma rede educacional muito aquém das reais necessidades da sua população, como apontam os dados do Censo Escolar (2021)⁷¹.

Tabela 5: Quadro com número de matrículas e escolas no Município de São Gonçalo

Etapas da Educação Básica	Matrículas na Rede Municipal de São Gonçalo	Quantidade de Escolas (Públicas e Privadas)
Educação Infantil	16.260	500
Ensino Fundamental	89.729	401
Ensino Médio	23.646	132

Fonte: Censo Escolar, 2021

Não se faz necessário um conhecimento aprofundado sobre o tema para perceber que o percentual de escolas no município é aquém da necessidade de sua população. Em uma análise rápida no número de matrículas na Educação Infantil⁷² observamos que o quantitativo de matrículas é quase 33 (trinta e três) vezes maior do que a existência de escolas, sejam públicas ou privadas.

O direito à escola dos “pequenos” é garantido na Constituição Federal de 1988 artigo 208, inciso IV – “Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de

⁷¹ BRASIL, IBGE. Biblioteca, Censo Escolar, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/pesquisa/13/0> Acesso em: 28 junho 2022.

⁷² Etapa da educação básica que atende crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

idade” – e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDBEN) artigo 21, inciso I, que afirma a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, formada pelo ensino Fundamental e Médio.

Na definição dos compromissos entre os entes federados para com os níveis da educação, a LDBEN nº 9394/96 determina aos municípios:

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (LDBEN nº9394/96, 1996)

A partir do ano de 1996 os municípios têm a tarefa de organizar a educação em seus sistemas de ensino, normatizar o funcionamento, ofertar as etapas da educação básica em consonância com a Política Nacional de Educação. E, na leitura de alguns poucos dados de matrículas, percebemos que a cidade não tem ao longo dos anos atendido satisfatoriamente esta etapa de ensino, em uma clara política educacional envolvendo interesses diversos do poder local que atravessam gerações.

Um bom exemplo é a inexistência de uma legislação municipal que democraticamente garanta que os diretores/gestores das Unidades Municipais de ensino sejam escolhidos pela comunidade escolar. O cargo é de livre nomeação do prefeito que, geralmente recebe indicações dos vereadores, como nos aponta Motta (2020)

indicação dos vereadores, caracterizando uma suposta “autonomia” velada e validada aos gestores locais, como uma ferramenta de controle e domínio do núcleo da administração educacional central. Nesse contexto, facilmente nos deparamos com cargos comissionados indicados pelos vereadores dos Municípios e nomeados pelo (a) Prefeito (a), encaminhados as unidades de ensino da rede municipal, exercendo funções administrativas, estruturais e organizacionais, como: inspetores, merendeiras, porteiros, assistentes administrativos, etc. “caracterizando uma suposta “autonomia” velada e validada aos gestores locais, como uma ferramenta de controle e domínio do núcleo da administração educacional central (MOTTA, 2020, p. 65)

A indicação dos cargos na gestão das escolas é apenas uma das situações relacionadas à “cidadania passiva e receptora que colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes, aos quais votaram lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído” (CARVALHO, 2012, p.126). A figura do líder político ainda continua vigente na cidade, funcionando à base dos acordos com os “chefes locais” em uma pequena alusão ao funcionamento de uma “oligarquia urbana” em meados do século XXI.

No entanto, a política educacional local de hoje, de certa maneira, se faz presente no ontem. Nas buscas empreendidas no impresso analisado, foram notórias as marcas da política local nos aspectos educacionais, a falta de vagas nas escolas, a luta da comunidade por uma educação de qualidade, a presença forte do privatismo na educação, dentre tantas outras situações que hoje se fazem presentes.

Sem a intenção de confirmar nenhuma hipótese (até porque o contexto histórico atual é outro), mas de compartilhar a pesquisa realizada, compartilhei nos subtítulos abaixo as singularidades na história da educação gonçalense cuja trama “revelam o interesse do autor em registrar mesmo que em flashes, o lugar de destaque que a educação popular do município apresentava então” (FIGUEIRÊDO, 2004, p. 104).

3.1 A Educação e a Imprensa Local

As pautas relacionadas à educação escolar eram frequentes nas páginas do “O São Gonçalo”, em geral na primeira capa. A investigação contou com aproximadamente 900 (novecentos) exemplares e 432 (quatrocentas e trinta e duas) reportagens.

Para a tese foram escolhidas 270 (duzentas e setenta) reportagens relacionadas ao tema e lidas atentamente para evitar “o uso instrumental e ingênuo que tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (LUCA, 2005, p. 116). A tentativa existiu, mas somente a leitura vigilante do/a leitor/a poderá concluir se houve avanços.

Assim, o estudo em tela foi carregado de subjetividades, clareza do uso do impresso como um dos instrumentos de manipulação, afirmação de interesses, representação dos usos do poder local na cidade, porta-voz do Estado e fonte de informações, confirmando o “uso como objeto da investigação” (Ibid., 2005).

Como pesquisadora da área de história da educação, o olhar viciado nas pautas escolares muitas vezes foi distraído por histórias vividas na cidade, em âmbito social e político, muitas vezes sem relação ao contexto escolar. As leituras contribuíram para entender “a maneira como movimentos ou transformações coletivos são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa” (REVEL 2010, p. 240), mas como se constituíram.

As transformações coletivas atravessaram gerações e “folhinhas” do calendário. Por muitas vezes reproduziram costumes e culturas de uma sociedade em construção, podendo ser modificadas ou não, e o interessante na pesquisa tendo o jornal como fonte e objeto foi a percepção escrita e documentada de um “tempo inexorável”. Os registros nas páginas do objeto do trabalho apresentaram a cidade e o país em suas múltiplas conexões, ostentando o título de ser a “voz da população” perante às autoridades locais e que, segundo o proprietário do “O São Gonçalo”, o mesmo “só publica o que pode comprovar”.

Segundo o diretor proprietário, o Jornal trabalho por “amor a São Gonçalo”. Luta pelas causas do Município sem discriminação partidária. Divulga, sem censura, os diversos partidos, mas só publica o que pode comprovar. Por outro lado, evita publicar crimes escabrosos, violência e sexo.

(...)

Sendo o mais antigo Jornal do Município e, atualmente, diário, tem participado de inúmeras campanhas da cidade em prol do seu desenvolvimento (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 53).

Em frequentes frases no impresso lemos a afirmação: “por amor a São Gonçalo” como justificativa para as ações jornalísticas. A participação nas campanhas em prol da urbanização da cidade frente ao lobby das empresas de ônibus, ampliação das escolas, reportagens sobre criação de novas vagas, fortalecimento da educação privadas etc. foram registradas em suas páginas, compartilhadas abaixo:

Imagem 29: Reportagem sobre as condições do loteamento Jardim Catarina



Fonte: “O São Gonçalo”: janeiro,1967

A imagem acima apresentou as inundações das ruas do loteamento de Jardim Catarina após as chuvas do mês de janeiro do ano de 1967. Após cinco décadas da publicação sobre “a empolgante reportagem acerca do estado intransitável das ruas”, ainda é possível vivenciar a cena de inundações nas ruas e residências do bairro.

O jornal denunciou a condição da avenida principal do loteamento remetendo ao poder público municipal a responsabilidade no calçamento a pedido da empresa concessionária pelo transporte que atende à população local, sob ameaça de retirada dos 2 (dois) ônibus que circulavam durante o dia no loteamento. A matéria não expõe a opinião dos moradores sobre o assunto e suas dificuldades diárias, mas apontou a necessidade do calçamento com vistas ao atendimento das necessidades da empresa de ônibus.



Imagem 30: Reportagem sobre as condições dos loteamentos

Fonte: "O São Gonçalo": janeiro, 1967

O assunto acima não está diretamente relacionado ao tema deste capítulo, mas o objetivo foi compartilhar que os interesses privatistas na cidade seguiam à frente das reais necessidades da população.

O loteamento necessitava ter suas ruas asfaltadas (na verdade os lotes não eram nem para serem vendidos em condições insalubres), mas o que vimos aqui é que o jornal ao noticiar a "retirada" dos três coletivos que atendiam à população, o fez por interesses empresariais, inclusive desculpando-se com o Poder Público Municipal por expor tal reivindicação. Em uma análise circunstanciada do fato temos uma "intensa atividade de bastidores" (LUCA, 2005, p. 141) apontando para um projeto coletivo em torno de determinados interesses de grupos dominantes economicamente e/ou politicamente.

De fato, jornais e revistas “não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (Ibid., 2005, p. 140).

A criticidade na leitura do impresso foi fundamental, já que as instâncias de poder nas mais diversas áreas de atuação, perfizeram um caminho circular de troca de “favores” que necessitou ser desvendada aos olhos da população. E esta ação tornou-se fundamental para a compreensão das relações capitalistas e da hegemonia política atual, que ora se apresentou como democratizante e ora perpetuou práticas oriundas do período oligárquico brasileiro, em especial nos municípios

o poder político hegemônico do Município estabelece-se, não só por prefeitos e vereadores de sua localidade, mas é formado por um conjunto de indivíduos com poder político, econômico e ideológico, que influenciam direta ou indiretamente o exercício do poder por interesses comuns, formando um grupo bem coeso, mesmo apresentando contradições entre si, especialmente na concretização de seus objetivos. Apesar da luta pelo controle do poder no Município, os interesses equivalem-se, pelo menos em espírito, a mobilidade, as estratégias, as articulações e coligações, seus envolvimento com a classe dominante e não menos importante a classe subalterna.

(...)

Como aparelhos privados de hegemonia que dão suporte aos grupos de poder político, são importantes apontar quais as empresas locais têm relações com grandes corporações e como essas relações, em diferentes ramos, influenciam na manutenção e promoção dos grupos de poder político (MODESTO, 2008, p.96).

Em geral os grupos políticos são sustentados por instituições privadas e empresas que se beneficiam da relação clientelista estabelecida com as esferas do Estado. No campo educacional a prática clientelista forma uma “hegemonia precária, porém muito eficiente, que não passa necessariamente por uma escolha política e ideológica consciente dos atores e que tem na cooptação um relevante instrumento” (Ibid., 2008, p. 43). A cooptação política sequestrou a subjetividade cidadã, desorganizando o que seria um direito público em específico, neste estudo, o tema da educação.

Para Teixeira (1996) a educação se constitui uma questão pública, “de direito de cada indivíduo e um dever da sociedade politicamente organizada” (p. 43), e nestes termos não cabe vantagens e privilégios a nenhum grupo social. Mas, de fato as leituras realizadas

desvelaram as lacunas existentes com relação à formação docente pública na cidade, até a inauguração do Instituto de Educação em meados da década de 1960, exceto as muitas escolas normais mantidas pela iniciativa privada ou as públicas em municípios vizinhos, pois “entre 1950 e 1980, a expansão desses cursos ocorreu por iniciativa da esfera privada” (FIGUEIRÊDO, 2004, p. 104).

As escolas privadas ofertavam as políticas de bolsas de estudos com recursos públicos fortalecendo diretamente a hegemonia da escola particular, no município e ao longo do país. As escolas eram vistas como símbolo máximo da eficiência escolar pelo jornal, tendo anualmente reportagens sobre os alunos destaques do ano letivo.

Imagem 31: Reportagem “Notas Colegiais”

Notas Colegiais

Os alunos de vários colégios e cursos da cidade estudaram mais em 1966. Alguns até conseguiram justo destaque.

Muitas foram á di stinção, isto é, a nota máxima: 100, ou dez em todas as disciplinas ou provas.

Um passeio pelas principais escolas de saber que são os nossos educandários.

EXTERNATO SANTA TERESINHA

Neste, a aluna Arlene Viana de Mattos, filha do nosso companheiro Cezar de Mattos, alcançou as maiores notas, em

indo da 2a. para a 3a. série, com um bonito diploma que aquele Externato confere, como prêmio aos seus alunos.

Alí também o menino Rogério da Silva Mattos, obteve nota ótima para a 1a. série A. O garôto estava sorridente, quando nos exibira seu diploma, como se tivera vencido uma grande batalha. Realmente.

INSTITUTO CULTURAL BRASIL — EEÜ.

Saulo Patrício da Silva Mattos, grão 10 em

(Continua na página 3)

Fonte: “O São Gonçalo”: 26 de dezembro, 1966

Imagem 32: “Notas Colegiais” – Continuação



Fonte: “O São Gonçalo”: 26 de dezembro, 1966

Nas duas imagens acima temos a coluna “Notas Colegiais” publicada esporadicamente pelo jornal, com informações sobre alunos/as, professores/as e escolas da cidade. O destaque datado de dezembro de 1966 é que os alunos estudaram mais, seguidos das escolas onde os alunos tiveram aproveitamento nota 10.

Assim temos “um passeio pelas principais escolas de saber da cidade” que segundo a reportagem são: Ginásio Califórnia, Externato Santa Terezinha, Instituto Cultural Brasil e Colégio São Gonçalo e Santa Catarina, todos da iniciativa privada. Os/as alunos/as considerados/as destaques são nominados e relacionados à sua origem familiar, conforme organizei na tabela abaixo para melhor visualização.

Tabela 6: Alunos/as destaque e escolas no ano de 1966

Aluno/a	Escola	Origem familiar
Arlene Viana de Mattos	Externato Santa Terezinha	Filha de Cezar de Mattos (fotógrafo, editor e filho de Belarmino de Mattos dono do jornal).
Rogério da Silva Mattos	Externato Santa Terezinha	Não consta parentesco, mas em pesquisa são de origem do dono do jornal
Saulo Patrício da Silva Mattos	Instituto Cultural Brasil	Não consta parentesco, mas em pesquisa são de origem do dono do jornal

Fonte: “O São Gonçalo”, organizado pela autora

A leitura evidenciou a ausência de alunos/as dos Grupos Escolares existentes no município. No ano de 1966 foram inauguradas diversos Grupos Escolares (objeto de análise mais à frente) e não houve nenhuma informação sobre o funcionamento dos mesmos, exceto os problemas estruturais e questões pedagógicas.

Segundo Figueirêdo (2004), quando acompanhamos o noticiário local durante a década, constatamos dois tipos de escola: uma para a população de operários, trabalhadores do comércio, desempregados, domésticas etc. e outra para uma população com profissões socialmente reconhecidas: advogados, professores, jornalistas, empresários, industriais etc.

O dualismo educacional está intimamente ligado à estrutura social brasileira o que para Teixeira (1996) já revela uma crise em que a rigidez na constituição das escolas “se divide em dois sistemas, um para a chamada elite e outra para o povo” (p. 54).

“para a elite, composta predominantemente dos filhos dos antigos proprietários rurais e da nascente classe comercial, a escola secundária de caráter pseudo-humanístico e a escola superior. Para o povo, a escola primária, a escola de artes e ofícios e a escola normal. Dois sistemas independentes e estanques” (TEIXEIRA, p. 54, 1996).

Ao afirmar os “sistemas independentes” existentes em inícios do século XX, Anísio Teixeira apontou caminhos para a superação do dualismo na educação brasileira, que seria a igualdade perante a lei, e depois a igualdade das oportunidades. Esta discussão nos levou a outros caminhos, mas não pode deixar de ser ao menos pontuada na pesquisa.

Em que medida tivemos uma real equalização de oportunidades mediante a construção de uma identidade nacional comum a todos/as os brasileiros/as? Os profissionais da educação que atuam na educação básica e superior temos visto ações políticas e sociais ao longo dos anos com vistas a superação desta dualidade, que se faz presente nos tempos atuais.

Neste subcapítulo foram realizadas algumas escolhas sobre jornal e educação, de como os indícios nos mostraram a relação entre ambos. Os aspectos pontuais da política educacional são retratados no decorrer do trabalho, com vistas à organização da escrita. As muitas reportagens e informações sobre educação não caberiam na tese, mas busquei aprofundar aspectos considerados por mim relevantes de serem compartilhados.

Um deles foi o uso do impresso para noticiar as ações da Secretaria de Educação da cidade, como calendário letivo, festas escolares, nomeação de professores, mas não como parte dos Atos Oficiais do Poder Executivo, e sim como reportagens de capa ou internas, como as seguintes:

Imagem 33: Reportagem sobre o fim das aulas no ano de 1966



Fonte: "O São Gonçalo": 15 de dezembro, 1966

A reportagem informou a data de encerramento das aulas nas escolas da rede pública mantidas pelo município, segundo entrevista da Inspectora de Ensino Primário Professora Laurinda Moreira Pereira, e comunicou outras informações referentes a documentação relacionadas à aplicação das provas finais. Desse modo, o jornal funcionou como elo de comunicação entre a sociedade e o Poder Público, em suas mais diversas ações políticas. No caso, a Inspeção Municipal referiu-se por meio do impresso não apenas aos responsáveis dos/as alunos/as, mas também às diretoras dos Grupos Escolares situados na cidade.

A reportagem de primeira capa demonstrou a relevância da notícia e a relação direta do impresso com a política local. Neste sentido, o interesse atentou-se em conhecer e problematizar a política educacional pelas lentes do jornal, e não a discussão sobre a parcialidade do mesmo, já que esta foi notória.

A imprensa não pedagógica selecionou e narrou fatos históricos de um determinado ponto de vista, e cabe ao/a pesquisador/a problematizar o escrito considerando o contexto inserido.

A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de se chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2005, p.139).

O uso do jornal como objeto de análise, em especial em assuntos relacionadas à vida republicana (democracia, direito à vida, educação, saúde, segurança etc.) atravessaram muitas vezes as “possíveis certezas” do/a pesquisador/a, e apontam para um “possível privilégio” de certos temas e formas de abordagens.

Nas reportagens relacionadas à educação, o “O São Gonçalo” apresentou periodicidade nas seguintes temáticas:

- O uso de metáforas nos títulos das reportagens (talvez visando uma aproximação com o leitor);
- os noticiários relacionados à educação encontram-se na primeira capa e continuados nas páginas seguintes;
- as existências das entrevistas relativas ao tema com representantes do Poder Executivo;
- a ausência das matérias relacionadas à participação dos pais, responsáveis, alunos/as e professores/a;
- uma forte vinculação das realizações da pasta com a ação da política local;
- a presença constante no noticiário das ações educacionais relativas à educação privada, exaltando e valorizando.

As observações basearam-se nas buscas realizadas nos exemplares onde os “indícios” e rastros da ação educacional retratadas no periódico, destituídos da preocupação pela “rigoriedade das provas”, pois “esse tipo de rigor é não só inatingível, mas também indesejável para as formas de saber ligadas à experiência cotidiana” (GINZBURG, 1989 p. 178).

Mesmo não sendo um periódico pedagógico (no sentido literal da palavra), o impresso é pedagógico, pois possibilitou ao/a leitor/a a construção da consciência histórica dos fatos divulgados ou não; do que se quer apresentar; das formas como é apresentado; da visão de mundo que o alicerça e das múltiplas possibilidades de leitura do impresso.

Nestes termos, o “São Gonçalo” demonstrou interesses diversos ali retratados, associados a um tempo histórico, variadas concepções religiosas ou não, visão dos Editores

do papel da educação para o desenvolvimento nacional já que, segundo os mesmos, “as escolas são importantes, pois só num país culto pode haver Progresso e Ordem. A instrução é necessária como um pão há cada dia” (“O São Gonçalo”, 15/07/1966).

As análises realizadas nas pesquisas entre educação e imprensa contribuíram substancialmente para a historiografia da educação brasileira, aos revelar inúmeros aspectos nem sempre presentes em outras fontes investigadas, como documentos, objetos, relatos orais entre outros.

As muitas reportagens sobre educação no município retrataram a escassez de escolas, o uso eleitoral da pasta e as mazelas vivenciadas pela educação pública em meados da década de 1960. Com uma progressiva ascensão econômica no período, devido à presença marcante de fábricas e disposição à industrialização, São Gonçalo se deparou com uma rede escolar ainda muito incipiente para sua população local.

Tal afirmação baseou-se nas pesquisas realizadas a partir do impresso onde as grandes inaugurações dos Grupos Escolares eram destaques na primeira capa e os problemas relacionados à política educacional na cidade. Em geral, as publicações entre os anos de 1963 a 1967 apresentaram assuntos diversos relacionados às adversidades na educação pública, dentre elas:

- as enchentes nos loteamentos e uso das escolas como abrigo pelos/as moradores/as;
- os assaltos às escolas;
- a falta de professores;
- as condições insalubres dos prédios escolares;
- a falta de vagas para os/as alunos/as;
- a falta de água nas escolas;
- o fechamento de escolas;
- as mobilizações pela construção de novas escolas, dentre outros.

Abaixo temos algumas reportagens sobre à educação pública na cidade de São Gonçalo pelas páginas do jornal.

Imagem 34: Reportagem sobre o Colégio Melchiades Picanço



Fonte: "O São Gonçalo": 19 de março, 1966

O Grupo Escolar Melchíades Picanço foi inaugurado no ano de 1946 tendo como endereço a Rua Oliveira Botelho no próspero bairro de Neves – São Gonçalo. Após vinte anos do seu funcionamento, o "São Gonçalo" retratou a situação precária do prédio escolar. Segundo a reportagem, foi realizado "de improviso a construção de algumas salas de aula, confeccionadas com madeira e telhas Brasilit" ("O São Gonçalo", 19/03/1966), em caráter provisório, no mesmo terreno da escola.

No entanto, o calor existente nas salas de aula representou "um sacrifício para as professoras e alunos, principalmente estes, tendo em vista o perigo da desidratação" ("O São Gonçalo", 19/03/1966), e a expectativa dos pais dos/as alunos/as foi a imediata atuação da Secretaria Municipal de Obras em parceria com a Educação com vistas à construção de um novo prédio para o Grupo Escolar.

Segundo o jornal “apesar de se louvar a iniciativa do *Govêrno* ninguém aguenta o calor que ali faz” (“O São Gonçalo”, 19/03/1966), conforme foi comprovado pela reportagem. Uma das hipóteses utilizadas foi que a ida dos pais ao jornal ocorreu com vistas à divulgação e intervenção na situação da escola. Neste sentido, o impresso foi um “produto histórico-cultural, como agente social” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 53). E, assim seus vários ângulos de análise permitiram um estudo como fonte de informação; materialidade, periodicidade, intenções e interesses.

Um outro destaque foi o tom moderado em relação ao Poder Público na construção da “obra temporária” do G. E Escolar Melchíades Picanço. Ao mesmo tempo que aponta as condições de funcionamento da escola, o jornal ressaltou “o ato louvável do *Gôverno*” na construção temporária das salas de aula, em uma relação de proximidade com os interesses dos detentores do poder.

Seus produtores apropriavam de discursos que atendiam aos interesses dos detentores do poder e fizeram circular modelos e concepções de infância, escola primária, professores, ensino e sobre o processo de modernização educacional. (SILVA, 2015, p. 168).

O discurso moderado na primeira página apontou os problemas, mas não responsabilizou o prefeito Joaquim de Almeida Lavoura na figura de chefe do Poder Executivo, haja vista que o jornal foi um grande aliado no seu segundo mandato como prefeito da cidade. No entanto, as expectativas das “providências imediatas” não foram cumpridas! Após quatro meses da primeira reportagem destacada anteriormente, temos uma nova publicação, sob título: *G.E “Melquiades Picanço” envergonha educação* - “O São Gonçalo” 29/07/1966.

Imagem 35: Colégio Melchiades Picanço envergonha a educação

G E «Melquiades Picanço» envergonha educação

NITEROI — O Grupo Escolar 'Melquiades Picanço', em Neves, apresenta um estado desolador e não tem condições mínimas de higiene e conforto exigidos de um estabelecimento de ensino primário.

O antigo pardieiro que lhe serve de sede, imundo, com suas instalações sanitárias vergonhosas, vidracas partidas e pintura desmaiada, ressalta como um monstrengo destoando completamente da feérica iluminação a vapor de mercúrio na artéria em que está situado.

Pais de alunos, já cansados de apelar inutilmente para as autoridades da Secretaria de Educação, planejam agora uma subscrição popular com a qual esperam obter recursos, pelo menos, para uma pintura e limpeza na escola de seus filhos.

Esta Edição

Cr\$ 50

Fonte: "O São Gonçalo": 29 de julho, 1966

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

O Grupo Escolar "Melquiades Picanço" em Neves, apresenta um estado desolador e não tem condições mínimas de higiene e conforto exigidos de um estabelecimento de ensino primário. O antigo pardieiro que lhe serve de sede, imundo, com suas instalações sanitárias vergonhosas, vidracas "partidas e pintura desmaiada, ressalta como um monstrengo destoando completamente da feérica iluminação a vapor de mercúrio na artéria em que está situado. Pais de alunos já cansados de apelas inutilmente para as autoridades da Secretaria de Educação, planejam agora uma subscrição popular com a qual esperam obter recursos pelo menos, para uma pintura e limpeza nas escolas dos seus filhos ("O São Gonçalo", 29/07/1966).

Na primeira capa do jornal a afirmação foi que o grupo escolar envergonhou a educação. Mas, o título não correspondeu à notícia! A solicitação das obras na escola não foi realizada, e a "vergonha" não seria para a escola, mas sim para as autoridades políticas responsáveis pela educação municipal.

O "O São Gonçalo" descreveu mais uma vez a condição da escola, mas não responsabilizou diretamente o Poder Público, apontou que os pais planejavam uma subscrição popular ou "abaixo-assinado" para a "obtenção de recursos para pintura e limpeza da escola

de seus filhos” (“O São Gonçalo, 29/07/1966).

Nos dias atuais, que notícias temos sobre a existência de escolas em precárias condições de funcionamento na cidade? Esta realidade ainda se faz presente? Em que medida o “O São Gonçalo” atua no cenário educacional? Apenas algumas questões refletidas no decorrer da pesquisa e no estudo realizado. No decorrer da pesquisa algumas reportagens anunciavam a construção de um novo prédio para o G.E Melquiades Picanço, que atualmente funciona na Rua Saldanha Marinho, Nº 199 no bairro de Neves.

Assim, a escola ganhou um novo prédio, mas uma pergunta insistente: se a escola fosse localizada em um dos loteamentos do município (a maioria fazendas desmembradas e loteadas para venda sem estrutura habitacional) será que os moradores teriam acesso ao jornal? Ou o jornal iria (ainda que moderadamente) ter interesse em publicar a reivindicação? Será que a localização da escola no bairro de Neves, um dos mais antigos bairros do município, limítrofe à cidade de Niterói e com uma forte atuação industrial e comercial não influenciou na construção de uma nova sede para a escola?

As indagações acima são pensamentos relacionados ao movimento da pesquisa, pois o “o corpo que se apropria da história precisa enxergar-se apropriado pela História da qual se apropria” (NUNES, 1990, p. 37). O ato de apropriar-se da pesquisa levou a muitas outras buscas, como as realizadas nas “páginas das redes sociais” das escolas encontradas nas reportagens, sendo nomeado como o encontro do “ontem com o hoje”, visto abaixo:

Imagem 36: Fotografia da turma da Profa. Zenith Alves Gonçalves: 1965-1967



Fonte: Página da Escola Melchíades Picanço no Facebook⁷³

Em pesquisas na rede social *Facebook* sobre a história da escola encontrei a fotografia postada pela Professora Rita Gonçalves sobre a turma na qual sua mãe – Profa. Zenith Alves Gonçalves –, lecionava no Grupo Escolar Melquiades Picanço entre os anos de 1963-1967. A fotografia apresenta um grupo de doze meninos e seis meninas que provavelmente compõem a sala de aula da Profa. Zenith. Ao fundo temos uma imagem da possível “sala de aula de madeiras (tábuas)” improvisada como espaço da sala de aula no endereço da Rua Oliveira Botelho em Neves – primeiro prédio da escola.

Assim, este subcapítulo objetivou através de alguns fragmentos da pesquisa, partilhar os conhecimentos encontrados sobre a ação jornalística e a política educacional, com seus

⁷³ Disponível em <https://www.facebook.com/pg/compista/posts/>. Acesso em: 20 julho 2022

limites, contradições e lacunas.

A seleção das fontes realizada pela teve como fio condutor o protagonismo da escola na imprensa, no que tange às condições dos loteamentos e a escassez de escolas; a presença notória da escola privada; as qualidades das escolas públicas e o jornal como “porta-voz” das autoridades políticas locais. São retalhos que compõem as histórias da educação local e nacional mediante uma escala de análise próxima do objeto estudado, o que permitiu compreender e interrogar algumas costuras ali existentes.

No decorrer deste capítulo, muitos outros retalhos irão compor a escrita, segundo as categorias de estudo estabelecidas, e a seguir temos a escrita da trajetória de criação do Instituto de Educação voltado para Formação de Professores na Cidade. O objetivo foi apresentar o longo percurso (quase 6 anos) entre a publicação da Lei de criação do Instituto de Educação e o pleno funcionamento da Instituição, que ocorreu mediante a luta das famílias e alunos/as junto ao Poder Público da cidade e Estado, pois como nos afirma Revel (1998) não existe um hiato, menos ainda oposição entre história local e história global.

Não seria este um exemplo da morosidade ocorrida entre as proposições públicas promulgado no papel e sua real efetivação, em especial voltado para a população em geral? Quem dera se a superação desta prática fosse real no processo político brasileiro atualmente. Sem mais, sigamos à compreensão do processo de formação de professores na cidade, tão bem explorada em outras pesquisas, mas com outros contornos aqui.

3.2 Do papel à realidade: a criação do Instituto de Educação na Cidade

O município de São Gonçalo em meados do século XX já possuía um grande desenvolvimento industrial nomeado como um dos mais importante do Estado do Rio de Janeiro, a ponto de ser identificado como a “Manchester Fluminense”. No entanto, um/a morador/a do município para realizar o estudo secundário ou Curso Normal em âmbito público precisava se deslocar até os municípios vizinhos: Niterói ou Rio de Janeiro (SMESG, 2003)

A escola secundária em São Gonçalo só foi implantada nos anos de 1950 após uma concorrência pública com iniciativa da prefeitura, onde a Profa. Maria Estephânia Mello de Carvalho⁷⁴, criou o Colégio São Gonçalo com o primeiro Curso Normal e Técnico de Contabilidade da Cidade, vinculados à rede privada. (SMESG, 2003).

Após estas iniciativas outras se sucederam no que concerne à ampliação da rede privada na cidade, mas o “O São Gonçalo” retratou uma pressão popular para implantação de uma escola pública no município, que já apresentava uma grande demanda educacional. As reivindicações junto às autoridades políticas da cidade foram fundamentais para a criação do Curso Ginasial, Secundário e Curso Normal em âmbito público.

O prefeito Gilberto Afonso Pires (1951-1955), “empreendeu esforços no sentido de conquistar um Instituto de Educação, que pudesse contribuir para uma instrução primária municipal mais eficiente e ao alcance da maioria” (FIGUEIRÊDO, 2004, p. 104), mas a luta por uma “instituição pública de ensino médio, responsável pela formação de professores somente se concretizou em São Gonçalo na década de 60” (Ibid., 2004, p. 104).

Foi, para tanto, mobilizado o prefeito da época, Gilberto Afonso Pires, que negociou junto ao Governador de Estado, Ernani do Amaral Peixoto, a criação de um Instituto de Educação. A solicitação dos moradores encontrou conformidade com proposta do Estado em expandir as Escolas Normais para atender à crescente procura pela escolarização dos anos iniciais, pois aumentava a necessidade de educar-se (NUNES, 2001).

No “papel”, ou seja, a Lei que criou o “Instituto de Educação de São Gonçalo” foi promulgada “Lei 4.906 de 20 de novembro de 1961, porém sua autorização de funcionamento

⁷⁴ Maria Estephânia Mello de Carvalho (1885-1958) foi uma professora, diretora do Curso Feminino do Colégio Brasil de Niterói; fundadora do Colégio Carvalho; inaugurou o Colégio São Gonçalo, primeira escola secundária do município de São Gonçalo da rede privada, após uma concorrência pública idealizada pelo Prefeito Nelson Corrêa Monteiro em 1941. A partir da sua atuação implantou a Escola Normal de São Gonçalo e o Curso Técnico de Contabilidade. Ficou conhecida como a “mãe do estudante pobre gonçalense” pela “distribuição de bolsas” para os alunos carentes e descontos nas mensalidades.

foi concedida no Diário Oficial de 30 de janeiro de 1963” (SALLY, 2006, p. 62). Mesmo criado em Lei, o funcionamento do Instituto de Educação não foi imediato, e o mesmo ocorreu após a influência de políticos do município junto ao Governo Estadual pressionados pelos moradores da cidade. Após aprovação da Lei de Criação, uma outra luta foi travada: o pleno funcionamento do Instituto de Educação.

Imagem 37: Reportagem sobre o Curso Normal do I.de Educação de São Gonçalo

Deliberação Que Provoca Protestos

Curso normal do I. de Educação de S. Gonçalo só em 1965

Não sabemos porque à má sorte persegue as coisas de São Gonçalo. Tudo o que é nosso decorre sempre de esforços inauditos, lutas e campanhas das mais duras e difíceis.

Não citemos exemplos para não perder-mos tempo. Iremos aos fatos. Creado o Instituto de Educação de São Gonçalo — tarefa ingente do deputado Aécio Nanci — aspiração antiga dos gonçalenses. Como corolário ou complementar ao Instituto, foi criada anexa a escola normal de São Gonçalo.

Agora, com surpresa geral, quando os alunos já estão inscritos e preparados para a matrícula no curso normal, surge a declaração que esse curso só funcionará daqui há dois anos, isto é, em 1965.

escola normal está procurando a imprensa, pedindo apoio para a sua justa causa. Essa medida gerou protestos, como era natural, e grande número de candidatas a escola normal está procurando a imprensa, pedindo apoio para a sua justa causa. As jovens estudantes estiveram na redação de “O São Gonçalo-Diário” e disseram de seus propósitos e que haveriam de lutar pelo funcionamento êste ano da escola normal do Instituto de São Gonçalo, seguindo exemplos através de Teresópolis, Petrópolis e muitas cidades para as quais foram creados estabelecimentos idênticos. As reclamantes posaram para a objetiva de Cezar de Mattos, reportagem que publicaremos oportunamente.

O SÃO GONÇALO DIÁRIO

Ano XXXII — São Gonçalo, 19 de janeiro de 1963 — N.º 3.002

Diretor Resp.: Belarmino de Mattos
Diretor Subst.: Alcizio B. de Mattos

Secretário: Cezar A. Mattos
Jerente: Sylvio de Mattos

Esta Edição
Cr\$ 10,00

Fonte: “O São Gonçalo”: 19 de janeiro, 1963

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Não sabemos porque à má sorte persegue as coisas de São Gonçalo. Tudo que é nosso decorre sempre de esforços inauditos, lutas e campanhas das mais duras e difíceis. Não citemos exemplos para não perdermos tempo. Iremos aos fatos. Creado o Instituto de Educação de São Gonçalo — tarefa ingente do deputado Aécio Nanci — aspiração antiga dos gonçalenses. Como corolário ou complementar ao Instituto foi criada anexa a escola normal de São Gonçalo. Agora com surpresa geral, quando os alunos já estão inscritos e preparados para a matrícula no curso normal surge a declaração que esse curso só funcionará daqui há dois anos, isto é, em 1965, deliberação do Conselho Estadual de Educação. Essa medida gerou protestos, como era natural, e grande número de candidatas a escola normal está procurando a imprensa, pedindo apoio para a sua justa causa. As jovens estudantes estiveram na redação de “O São Gonçalo-Diário” e disseram de seus propósitos e que haveriam de lutar pelo funcionamento êste ano da escola normal do Instituto de São Gonçalo, seguindo exemplos de Teresópolis, Petrópolis e muitas cidades para as quais foram creados estabelecimentos idênticos. As reclamantes posaram para a objetiva de Cezar de Mattos, reportagem que publicaremos oportunamente (“O São Gonçalo, 19/01/1963).

O texto inicial da reportagem apontou “à má sorte do gonçalense” e da necessidade de lutas e campanhas para que a cidade tivesse direitos garantidos. Segundo “O São Gonçalo” a informação é que após a inscrição (que gerou expectativas quanto à matrícula), ocorreu a publicação de uma Deliberação do Conselho Estadual de Educação comunicando que o funcionamento da escola ocorreria apenas no ano de 1965.

Tal decisão gerou protestos, e muitas candidatas procuraram a imprensa pedindo ajuda. Mas que motivos teria o Conselho Estadual de Educação para adiar o início das aulas se o Instituto de Educação já havia sido criado e as matrículas realizadas?

A organização dos/as estudantes e a ida à redação do “O São Gonçalo” revelaram o jornal concebido como objeto material, com “simbologias, e como um dos difusores da cultura escrita e formador da mentalidade letrada, ou seja, enquanto espaço importante de circulação de ideias e de afirmação de posicionamentos” (SILVA, 2015, p. 18).

Neste sentido, o uso da imprensa como “voz” de um determinado grupo social voltou-se para a luta pelo direito à educação pública, por meio da mobilização popular e pressão junto aos políticos locais, o que segundo Nunes (2000) ocorreu no intervalo entre o Estado Novo e Golpe de 1964:

No intervalo entre o Estado Novo e o regime militar de 1964 a pressão das populações urbanas, sobretudo das classes médias e operárias, em torno dos líderes políticos populistas obrigava-os a institucionalizar os movimentos reivindicatórios mediante a ação da educação escolarizada, transformando a abertura de ginásios públicos em bandeira de lutas nas câmaras estaduais e municipais (NUNES, 2000, p. 46).

Os movimentos de reivindicação pela expansão da rede pública de Ensino Primário e Secundário, de certa forma, se opunham à expansão da rede privada de ensino, que muitas vezes era financiada pelo Poder Público através da política educacional de cessão de “bolsas de estudos” aos alunos sem condições financeiras de arcar com as mensalidades, o que será posteriormente aprofundado.

Nunes (2000) aponta que, no Estado do Rio de Janeiro, “o total de bolsas financiadas se eleva de 7.761 em 1962, para 45.900 bolsas em 1965” (NUNES, 2000, p. 47). Uma das hipóteses da pesquisa é a de que a cessão de bolsas de estudos nas escolas privadas pode ter tido uma forte relação com o adiamento do início das aulas no Instituto de Educação, pois já havia na cidade a oferta do Curso Normal pela iniciativa privada. No entanto, teriam os/as alunos/as que aguardavam a matrícula na rede pública recebidos bolsas de estudo nas escolas

particulares de São Gonçalo? Ou desistido de continuar os estudos?

As relações entre o poder público e o ensino privado no município de São Gonçalo pareciam se estreitar cada vez mais. No entanto, a luta pelo funcionamento da Escola Normal continuou nos meses seguintes:

Pelo funcionamento da Escola Normal do I E de São Gonçalo
Vitorioso “O SÃO GONÇALO”

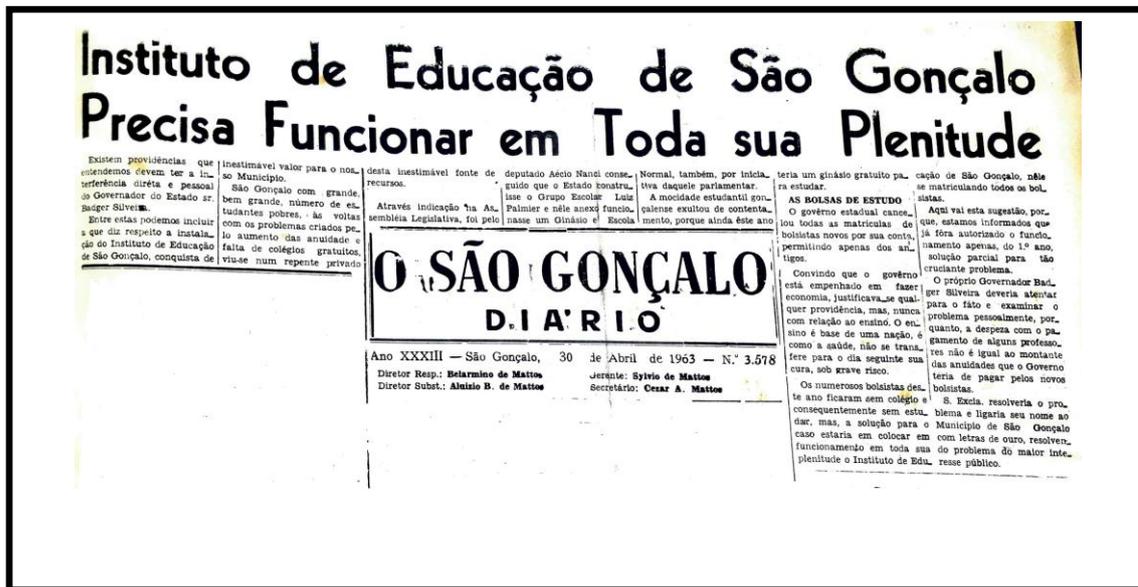
Com prejuízo das candidatas a Escola Normal do novo Instituto de Educação desta cidade, havia se deliberado que a mesma não funcionasse no período letivo do corrente ano. Um grupo de jovens estudantes veio à este Jornal (foto abaixo) protestando e apelando para o seu funcionamento. O CEE autorizou o funcionamento da Escola Normal no Nilo Peçanha, notícia essa que foi muito bem recebida (“O SÃO GONÇALO”, 02/03/1963).

O Conselho Estadual de Educação revogou a Deliberação anterior e autorizou o funcionamento do Curso Normal no Grupo Escolar Nilo Peçanha (uma das mais antigas escolas do município de São Gonçalo, criado no ano de 1917).

A “saga” do deslocamento para os municípios vizinhos em busca de continuidade nos estudos parecia ter fim devido à organização dos/as alunos/as matriculados/as e suas famílias e à pressão junto aos políticos populistas que atuavam em âmbito local. No entanto, a luta popular aliada aos interesses eleitoreiros, levaram às negociações dos políticos locais com os representantes da Secretaria de Educação junto ao Conselho Estadual de Educação, sempre noticiado com destaque nas páginas do jornal.

O Instituto de Educação inicia sua oferta de forma precária nas salas de aulas cedidas em outra instituição escolar, e no decorrer da investigação novos achados que permeiam a história da educação local começaram a sair “das zonas de sombra disputando espaço com a história oficial” (TAVARES, 2007, p. 29). A pesquisa assinala uma questão: parecia ser ponto comum, tanto para o povo gonçalense, quanto para os políticos locais: o Instituto de Educação havia sido criado e deveria iniciar seu funcionamento.

Imagem 38: Reportagem sobre funcionamento do Instituto de Educação



Fonte: “O São Gonçalo”: 30 de abril, 1963

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Instituto de Educação de São Gonçalo precisa funcionar em Toda sua plenitude - Existem providências que entendemos devem ter a interferência direta e pessoal do Governador do Estado Sr. Badger Silveira. Entre elas podemos incluir o que diz respeito a instalação do Instituto de Educação de São Gonçalo, conquista de inestimável valor para o nosso município. São Gonçalo, com grande, bem grande número de estudantes pobres, às voltas com os problemas criados pelo aumento das anuidades e falta de colégios gratuitos. Através da indicação na Assembleia Legislativa, foi pelo deputado Aécio Nanci conseguido que o Estado construísse o Grupo Escolar Luiz Palmier e nele anexo funcionasse o ginásio e a escola Normal, também por iniciativa daquele parlamentar.

(...)

Os numerosos bolsistas deste ano ficaram sem colégio e conseqüentemente sem estudar, mas a solução para o caso estaria em colocar em funcionamento em toda sua plenitude o Instituto de Educação (“O São Gonçalo”, 30/03/1963).

O redator do “O São Gonçalo” utilizou argumentos sobre a necessidade de funcionamento do Instituto de Educação na Cidade: um grande número de estudantes pobres, aumento das anuidades das escolas privadas, falta de escolas e número pequeno de bolsas de estudo. Os argumentos utilizados exprimem o cenário da educação brasileira a partir da “escolha do que é representável” (REVEL,1998 p.20), neste caso uma escala de observação que aprofunda os aspectos da história local atrelados ao contexto da educação nacional. Deste modo, a criação de novas escolas pelo território nacional, conhecido como os Grupos Escolares, “forneceu as bases materiais e simbólicas do projeto republicano de modernização do país pela educação do povo” (XAVIER, 2003, p. 239).

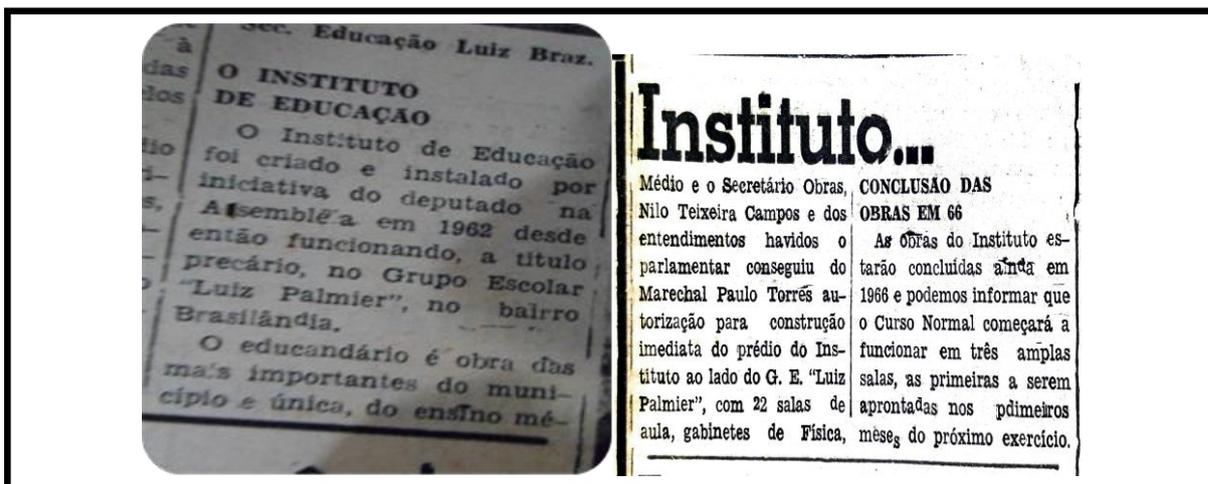
A escola brasileira começou a construir as diretrizes da educação republicana ao assumir a “função social e pública” (Ibid., 2003, p. 239) com o Manifesto de 1932, a criação do MEC na gestão centralizadora do Ministro Gustavo Capanema (1937-1945) e com o fim da ditadura de Vargas, vimos um longo debate em torno da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1948), onde:

os problemas técnico-pedagógicos passariam para o segundo plano e as pressões dos interesses da iniciativa privada começariam a dar sinais de avanços, desencadeando várias manifestações em prol da educação pública, como a Campanha em Defesa da Escola Pública e o Manifesto Mais Uma Vez Convocados (1959) (XAVIER, 2003, p. 243).

Os interesses privatistas começaram a se fortalecer em uma dimensão legal, o que por sua vez também provocou o debate e a valorização sobre os aspectos da necessidade da oferta do sistema público de ensino no Brasil. Na cidade de São Gonçalo este debate revelou-se na criação de escolas particulares, haja vista que a primeira Escola Normal se deu por iniciativa do Poder Público com a iniciativa privada (Colégio São Gonçalo) em 1950.

No entanto, a necessidade do pleno funcionamento do Instituto de Educação no município de São Gonçalo parecia incontestável, pois funcionava de forma precária no espaço anexo ao Grupo Escolar Luiz Palmier, localizado no bairro Brasilândia, registrado abaixo:

Imagem 39: Reportagem sobre o Instituto de Educação



Fonte: “O São Gonçalo”: 5 de dezembro, 1965

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

O Instituto de Educação foi criado e instalado por iniciativa do deputado na Assembleia em 1962 desde então funcionando a título precário, no Grupo Escolar “Luiz Palmier”, no bairro Brasilândia. O educandário é obra das mais importantes do município e única, do ensino Médio e o Secretário Obras Nilo Teixeira Campos e dos entendimentos havidos o parlamentar conseguiu do Marechal Paulo Torres autorização do prédio do Instituto ao lado do G. E “Luiz Palmier”, com 22 salas de aula, gabinetes de Física. Conclusão das obras em 66 As obras do Instituto estarão concluídas ainda em 1966 e podemos informar que o Curso Normal começará a funcionar em três amplas salas, as primeiras a serem prontadas nos primeiros meses do próximo exercício (“O São Gonçalo”, 5/12/1965).

Os desencontros na criação do Instituto de Educação no município de São Gonçalo e seu efetivo funcionamento demonstrou um forte arranjo político a ser anunciado à população como uma doação dos líderes populistas que haviam sido eleitos, dentre eles o prefeito Joaquim de Almeida Lavoura, o deputado estadual Aécio Nanci, o deputado federal Geremias de Mattos Fontes e o governador Marechal Paulo Torres.

O uso político da obra foi explorado nas páginas do “O São Gonçalo” que claramente defendia os “feitos populistas” e assim os propagava. Em uma rápida análise das formas populistas de atuação no Brasil, podemos compreender que houve uma relação entre a cidade e a figura das lideranças locais, o que em âmbito nacional se revelou na articulação dos processos migratórios, a industrialização, urbanização, crescimento de uma elite “cidatina” e dos meios de comunicação, dentre eles a imprensa. Não é por acaso as inúmeras reportagens publicadas sobre a criação do Instituto de Educação, funcionamento, construção da sede, organização curricular, gestores etc. sempre estiveram atreladas à influência e ação de políticos locais.

A influência política foi um marco na história gonçalense e nacional. A ditadura não conseguiu apagar esta característica tão presente no contexto político brasileiro e, ao que tudo indica, tem sido exercida em formas e tramas variadas ainda neste tempo. Assim, por quase uma década, o Instituto de Educação de São Gonçalo foi objeto de disputas eleitoreiras, tendo como “porta-voz” o jornal “O São Gonçalo” no que concerne à divulgação e exaltação das ações dos líderes locais.

No ano de 1966 “O São Gonçalo” publicou o posicionamento do governador do Estado do Rio de Janeiro em relação à construção do prédio do Instituto como sendo de máxima urgência.

Imagem 40: Reportagem sobre o novo prédio do Instituto de Educação

**Novo prédio I. E. S. G.
no próximo ano letivo**

Já no próximo ano letivo o Instituto de Educação de São Gonçalo deverá passar para um prédio de dois pavimentos que está sendo construído com 24 salas de aula, tratando-se do único estabelecimento público de ensino médio do município. O marechal Paulo Tôrres, em cuja administração foram as obras iniciadas, determinou que possam elas serem concluídas dentro do prazo previsto e em face de o Instituto vir funcionar precariamente em dependências do Grupo Escolar Luiz Palmier.

OS CURSOS
Criado por indicação do Deputado Aécio Nanci (Patrono do Instituto, e tendo como diretor e Vice-Diretor os professores Túlio Rodrigues Perlingeiro e Ubrajara Vital Freitas, respectivamente, o Instituto de Educação de São Gonçalo, apesar da exiguidade de espaço, mantém regularmente os cursos pré-primário, primário, médio e normal, e só nestes dois últimos cursos estão matriculados nada menos que mil e oitocentos alunos.

O chefe do Executivo Fluminense encarreou o apressamento das obras ditada pela necessidade de maior expansão da vida escolar e por ser um dos municípios que mais contribuem para o do Estado.

Leiam e Assinem
O São Gonçalo
Diário'

Conversa de
Botequim
Leia na Pagina 4

Fonte: "O São Gonçalo": 21 de abril, 1963

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Novo prédio do I.E.S.G no próximo ano letivo

Já no próximo ano letivo o IESG deverá passar para um prédio de dois pavimentos que está sendo construído com 24 salas de aula, tratando-se do único estabelecimento público de ensino médio do município. O marechal Paulo Tôrres, em cuja administração foram as obras iniciadas, determinou que possam elas serem concluídas dentro do prazo previsto e em face de o Instituto vir funcionar precariamente em dependências do Grupo Escolar Luiz Palmier. Mantém regularmente os Cursos Pré-primário, Primário, Médio e Normal, e só nestes dois últimos cursos estão matriculados nada menos que mil e oitocentos alunos.

OS CURSOS

Criado por indicação do Deputado Aécio Nanci (Patrono do Instituto, e tendo como diretor e Vice-diretor os professores Túlio Rodrigues Perlingeiro e Ubrajara Vital Freitas, respectivamente, o Instituto de Educação de São Gonçalo, apesar da exiguidade do espaço, mantém regularmente os cursos pré-primário, primário, médio e normal, e só nestes dos cursos estão matriculados nada menos que mil e oitocentos alunos. O chefe do Executivo Fluminense esclareceu que o apressamento das obras, são ditadas pela expansão da vida escolar e por ser um dos municípios que mais contribuem para o crescimento do Estado ("O SÃO GONÇALO", 21/04/1966).

A reportagem relatou a construção do prédio para o Instituto de Educação de São Gonçalo que, em pleno regime militar, teve na figura do Marechal Paulo Torres a promessa de que as obras seriam concluídas dentro do prazo previsto. O término da obra garantido pelo governador do Estado foi considerado necessário, haja vista o crescimento das matrículas na cidade e o crescimento do município face à economia do Estado.

Assim, a trajetória do Instituto de Educação atravessou o período democrático, e consolidou sua atuação nos anos seguintes, e após a doação do terreno cedido pela família do deputado Aécio Nanci, a escola recebeu no nome da matriarca do político.

O terreno onde foi construída a escola foi cedido pela família do deputado Aécio Nanci, família importante da cidade na época, cuja matriarca se chamava Clélia Nanci. O deputado estadual Hamilton Xavier no ano de 1966 sugeriu a mudança do nome da escola para Instituto de Educação de Clélia Nanci, em homenagem a mãe de Aécio Nanci, se tornando o nome oficial pela Lei 5.756 de 17 de agosto do mesmo ano (SANTANA, 2014, p. 34).

A seguir, o Instituto denominou-se Instituto de Educação Clélia Nanci - IECN, através da Lei 5.756/1966. Embora a senhora Clélia Nanci não tivesse nenhum vínculo direto com a educação, o seu nome foi escolhido por ser a mãe do deputado Aécio Nanci, a quem o jornal atribuía a luta legislativa pela construção de um Instituto na cidade.

A imagem da patrona da escola é até os dias atuais presente na entrada do local que, mesmo sem ter suas digitais na história da educação gonçalense, “tinha o sonho de que São Gonçalo tivesse uma escola que preparasse os jovens da classe popular para atuar no mercado de trabalho” (BRAGANÇA, 2014, p.135).

O jogo de influências marcou o processo inicial dos moradores, a publicação da Lei de criação, atravessou a concretização da construção da sede própria do Instituto e seguiu com as indicações políticas para o cargo de diretores e professores em uma evidente existência de práticas clientelistas, “que é a estratégia política dos setores dominantes da sociedade. Por meio dessa prática, institui como favor, aos subalternizados uma série de direitos já constituídos nas legislações” (ALVARENGA; FERNANDES, 2001, p. 628).

No ano de 1968 o IECN incorporou-se ao espaço físico do Grupo Escolar Luiz Palmier, que já existia no local e também incluiu ao Complexo Escolar o Jardim de Infância Ismael Branco.

Com sua estrutura ampliada estava completo o conjunto que abrigaria em seus três prédios: o Curso Normal, o ginásio, o primário e o pré-escolar, sendo esses dois últimos segmentos fundamentais para a prática dos estágios. Dessa forma, integravam no mesmo espaço físico a prática pedagógica com o campo de pesquisa, de modo a garantir concepção precípua defendida pelo educador Anísio Teixeira (SALLY, 2006, p. 68).

O Complexo Escolar localizado no bairro da Brasilândia concretizou a oferta do Curso Normal e a ampliação da educação pública no município de São Gonçalo, sendo um “forte concorrente” da esfera privada nas etapas da educação básica e na “oferta dos estudos

adicionais, motivadas pela Lei 5692/71” (FIGUEIRÊDO, 2004, p. 104).

Em simultaneidade com a implantação do Curso Normal na esfera pública algumas escolas particulares implantaram o Curso Normal na cidade, como: Externato Santa Terezinha, Colégio Nossa Senhora das Dores, Colégio Dom Hélder, Colégio Nossa Senhora da Paz, Colégio Santa Catarina e Colégio Batista do Laranjal.

No início dos anos 1980 houve a ampliação de vagas no Ensino Médio em São Gonçalo e foi instituído o Curso Normal, agora denominado Curso de Formação de Professores nas “escolas estaduais de ensino fundamental, alguns deles, funcionando precariamente. No final desta década, também foi criado, na rede municipal, um curso de mesma natureza, em escola conceituada na cidade, mas também de ensino fundamental (Ibid., 2004, p.105). No entanto, a fachada principal formada por azulejos azul e branco apontam um extenso complexo de salas e corredores característicos do interior do IECN, representando nos dias atuais a grandiosidade do espaço como um “lugar de memórias” (NORA, 1993).

Imagem 41: Fachada principal do Instituto de Educação Clélia Nanci



Fonte: Núcleo de Memória do IECN, 2022

Nas memórias dos/as milhares de alunos/as; professores/as; funcionários/as temos guardadas as histórias do vivido, se constituindo também como um espaço de rememoração em conjunto com o do Núcleo de Memória da Instituição.⁷⁵

O movimento realizado de retorno da trajetória histórica do Instituto de Educação a partir do “O São Gonçalo” resultou do “desafio político-epistemológico que representou “escavar, recuperar, escrever e socializar uma história (ainda) invisível” (FIGUEIRÊDO; TAVARES, 2004, p.9) e, ainda pouco documentada como a história da educação na cidade de São Gonçalo.

Imagem 42: Curso Normal do IECN na Oficina de Estética – 1970



Fonte: Núcleo de Memória do IECN, 1970

⁷⁵ Núcleo de Memória do Instituto de Educação foi criado em parceria com o “Núcleo de Pesquisa e Extensão Vozes da Educação: Memória e História das Escolas de São Gonçalo” da UERJ/FFP no ano de 2010. <https://nucleodememoriaiecn.wordpress.com/a-pesquisa/> Acesso em: 27 julho 2022

3.3 A criação das escolas e a democratização da Educação Pública

Somente no Século XIX é que o Estado entra maciçamente a interferir na educação e, a princípio, apenas para oferecer um *mínimo* de educação escolar, considerando necessária para a nova vida em comum, complexa e progressiva da civilização industrial moderna. Esse *mínimo*, que logo se faz compulsório, não tem, entretanto, o antigo caráter de manter alto ou elevar o status social do educando, mas visa tão somente, e nunca é demais repetir, dar a todos aquele treino mínimo considerado indispensável para a vida comum do novo cidadão no estado democrático industrial (TEIXEIRA, 1976, p. 42)

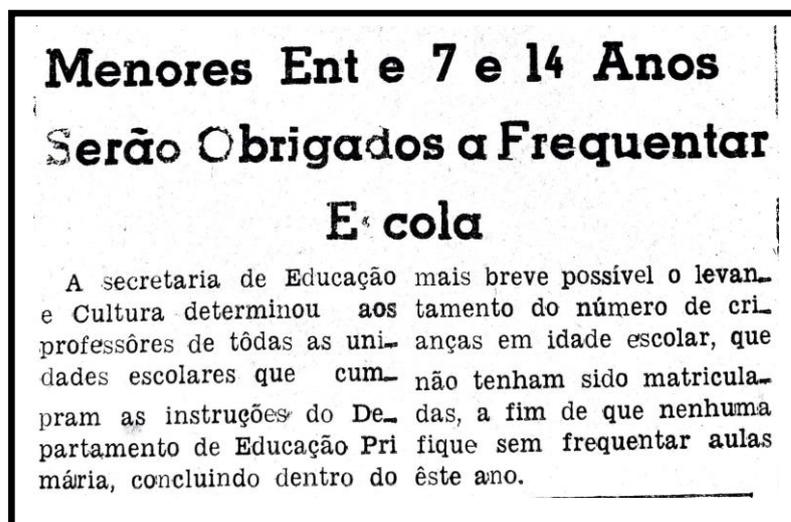
A fala de Anísio Teixeira indicou os caminhos da educação nacional na constituição do período republicano. O “mínimo de educação” ainda era/é? objeto de uma classe privilegiada, a chamada “educação de classe” (TEIXEIRA, 1976) tendo como ponto de partida os recursos e as heranças sociais de determinada classe social.

Nesta análise a escola cumpriria um papel voltado para qualificação da mão-de-obra das classes mais pobres, e não uma formação atrelada ao um projeto de Nação, cujo objetivo era ascensão social por meio das profissões liberais, ou ingresso em cursos superiores. À classe operária, rural e desde sempre trabalhadora restava o ensino dos ofícios e a conquista de aptidões necessárias a garantia de um “meio de vida”, a ser conquistado individualmente.

A concepção educacional em meados dos anos de 1960 organizou os objetivos do “sistema escolar a serviço do desenvolvimento da indústria e dos setores de serviço, cobrindo as duas pontas requeridas pelo desenvolvimento econômico: ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada e formar quadros técnicos para gerir a economia do país” (XAVIER, 2003, p. 489).

Assim, os debates em torno da expansão de matrículas, superação do analfabetismo, reformas educacionais, organização pedagógica e curricular, eram temas que ocupavam as manchetes dos principais jornais do país. No “O São Gonçalo” um dos argumentos utilizados para o atraso do município era o analfabetismo e as faltas de vagas que, de certa forma, impediam o pleno desenvolvimento da cidade que apesar de ter áreas de grande concentração de indústrias, ainda possuía características e economia de meio rural, considerada atrasada.

Imagem 43: Reportagem sobre obrigatoriedade da frequência escolar



Fonte: "O São Gonçalo": 17 de março, 1964

O Departamento de Educação Primária do Estado do Rio de Janeiro determinou aos/as professores/as o levantamento do número de crianças em idade escolar que estivessem fora da escola, com vistas à matrícula das mesmas. No entanto, de que maneira o/a professor/a iria realizar este levantamento? Não seria esta ação responsabilidade dos técnicos da Secretaria de Educação? E, haveria no ano de 1964 escolas para todos/as alunos/as em idade escolar no Estado? Seria está a política educacional do período?

Os indícios da política educacional do período indicaram promessas de construções de escolas, novos contratos de professores e aumento das matrículas (seja por meio de novas escolas ou distribuição das bolsas de estudo), com ampla cobertura jornalística desde o anúncio das ações até a sua efetivação.

Ao realizar a prestação de contas à população referente ao trabalho realizado no seu primeiro ano de governo (1963), o prefeito Joaquim de Almeida Lavoura anunciou a construção de novas escolas, algumas em parceria com órgãos privados, recursos públicos ou com a ajuda dos cidadãos gonçalenses preocupados em "contribuir com a educação".

Imagem 44: Reportagem sobre a construção do Grupo Escolar da Trindade



Fonte: “O São Gonçalo”: 14 de novembro, 1964

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

GRUPO ESCOLAR DA TRINDADE EM PLENA FASE DE CONSTRUÇÃO Convênio da Prefeitura com o MEC

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo já iniciou no Bairro Trindade a construção de amplo Grupo Escolar com capacidade de cinco salas de aulas. Esse empreendimento virá preencher lamentável lacuna que vinha prejudicando centenas de crianças em idade escolar ali residentes. Essa nova unidade está sendo construída em Convênio com o Ministério da Educação e Cultura e terá instalações mais modernas, tudo dentro das atuais normas pedagógicas (“O São Gonçalo”, 14/11/1964)

A construção do Grupo Escolar no bairro de Trindade era uma reivindicação antiga dos/as moradores/as do bairro, um dos mais antigos do município. Sua construção com cinco salas de aula foi anunciada em final do ano de 1964. A notícia ganhou destaque no impresso, e foi fruto do convênio entre o Ministério da Educação e a prefeitura, fomentando a expansão escolar na cidade.

Em geral, as construções de novas escolas ocorriam em bairros constituídos na cidade. Já os loteamentos – depois se transformaram em bairros –, careciam de todos os tipos de serviços públicos como escolas, iluminação, saneamento básico, calçamento e transporte público.

O não direito à cidade, principalmente aos/as moradores/as das áreas periféricas, impediu direta ou indiretamente a participação dos cidadãos nas “decisões a serem tomadas e das políticas a serem formuladas. Assim, através dessa relação clientelista muitas vezes só

lhes são dadas a possibilidade marginal da participação” (ALVARENGA; FERNANDES, 2001, p. 630).

Também é importante ressaltar que somente na Constituição Federal de 1988 será outorgado a descentralização dos municípios, iniciada na década de 1940, mas isso também não garantiu a total autonomia governamental por parte do Poder Público local, por razões diversas. No entanto, tal modelo apresentou novas nuances para o exercício democrático nas cidades, mas não impediu uma “nova roupagem” das práticas clientelistas, uso da máquina pública e desvios de verbas.

O Grupo Escolar do bairro de Trindade foi inaugurado no ano de 1965 e recebeu o nome de G. E Lauro Corrêa, em homenagem à família que realizou a doação do terreno para construção da escola.

Imagem 45: Reportagem de inauguração do Grupo Escolar Lauro Corrêa



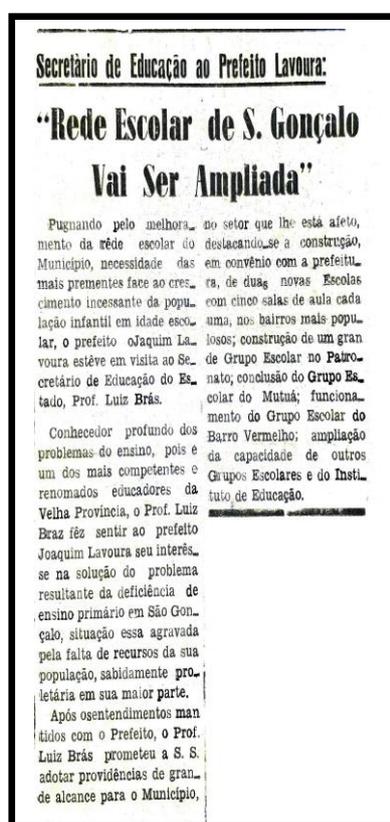
Fonte: “O São Gonçalo”, 17 de março, 1965

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM
INAUGURADO SOLENEMENTE O GRUPO ESCOLAR LAURO CORRÊA – com a presença de altas autoridades foi inaugurado segunda feira última, às 16 horas, o moderno Grupo Escolar “Lauro Corrêa”, velha aspiração dos moradores da Trindade, populoso bairro gonçalense. O fato deve-se a abnegação e boa vontade do Dr. Humberto Soeiro de Carvalho, que juntamente com a família Corrêa, doaram o terreno para a construção do referido Grupo e o tirocínio do Prefeito Joaquim Lavoura, que com uma pequena parcela doada pelo Governo Federal e o restante construído pela Municipalidade (“O São Gonçalo”, 17/03/1965).

No período estudado (1963-1967) tivemos na cidade um ritmo acelerado de construção de escolas públicas. O protagonismo econômico do município de São Gonçalo no período de 1960 era intenso, e no auge do desenvolvimento econômico foi considerado um polo industrial com perspectivas de transformação em uma metrópole fluminense.

O crescimento econômico empreendeu caminhos para a representação política, tendo um dos seus ex-prefeitos alcançado o cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro, durante o regime militar. Na política local, as ações voltadas para o campo educacional eram seguidas do discurso “a educação como prioridade” (prefeito Joaquim de Almeida Lavoura, 1963) que foram referendados pelo Secretário Estadual de Educação em visita à cidade.

Imagem 46: Reportagem sobre ampliação da Rede Escolar de São Gonçalo



Fonte: “O São Gonçalo”: 25 de junho, 1964

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Secretário de Educação ao Prefeito Lavoura
 “Rede Escolar de S. Gonçalo vai ser ampliada” – Pugnano pelo melhoramento da rede escolar do Município, necessidade das mais prementes face ao crescimento incessante da população infantil em idade escolar, o prefeito Joaquim Lavoura esteve em visita ao Secretário de Educação do Estado, Prof. Luiz Braz. Conhecedor profundo dos problemas do ensino, pois é um dos mais competentes e renomados educadores da Velha Província, o Prof. Luiz Braz fêz sentir ao prefeito Joaquim Lavoura seu interesse na solução do problema resultante da deficiência de ensino primário em São Gonçalo, situação essa agravada pela falta de recursos da sua população, sabidamente proletária em sua maior parte. Após os entendimentos mantidos com o Prefeito, o Prof. Luiz Brás prometeu a S.S adotar providências de grande alcance para o Município, do setor que lhe está afeto, destacando-se a construção, em convênio com a prefeitura, de duas novas Escolas com cinco salas de aula cada uma nos bairros mais populosos; construção de um grande Grupo Escolar no Patronato; conclusão do Grupo Escolar do Mutuá; funcionamento do Grupo Escolar do Barro Vermelho; ampliação da capacidade de outros Grupos Escolares e do Instituto de Educação (“O São Gonçalo”, 25/06/1964)

A criação dos equipamentos públicos em uma cidade detentora de indústrias era urgente, pois o processo de industrialização e a conseqüente urbanização, “emblemas do nacional-desenvolvimentismo na década de 50” (REZNIK; COSTA; FREIRE; MOURA; 2013, p. 88), acarretou um grande fluxo migracional em São Gonçalo. Os projetos de loteamento pareciam um “grande quebra cabeça” e alimentou a esperança de um município ordenado e urbanizado “onde a municipalidade via a “necessidade” de calçar ruas e “outros benefícios imprescindíveis ao bem-estar do povo”, como escolas, hospital, pronto socorro, etc...” (Ibid., 2013, p. 88).

Desta forma, a reportagem acima relatou o movimento de ampliação das vagas nas escolas mantidas pelo governo municipal, e retratou a visita do prefeito de São Gonçalo, Joaquim de Almeida Lavoura ao Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro – Luiz de Araújo Bras⁷⁶, meses após a interrupção do sistema democrático no Brasil.

Eleito para o segundo mandato no ano de 1963, o prefeito Joaquim Lavoura, segundo as pistas encontradas, possuía um bom relacionamento com os “novos ocupantes” do Poder Estadual. Na reportagem, o Secretário de Educação afirmou o interesse em solucionar o problema da falta de escolas e utilizou o argumento de que tal situação é “agravada pela falta de recursos da sua população, sabidamente proletária em sua maior parte”.

A afirmação, ainda que indiretamente, responsabilizou a baixa renda da população

⁷⁶ Luiz de Araújo Bras foi um advogado, professor e político que exerceu o cargo de Secretário Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1964-1966. Fonte: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-de-araujo-bras>

gonçalense (em sua maioria formada por migrantes e operários) pela “deficiência no ensino primário na cidade”, em uma alusão à existência de escolas privadas na localidade, e, portanto, o “acesso à educação” via bolsas de estudo. No entanto, o político comprometeu-se com a construção de um Grupo Escolar no bairro de Jardim Catarina e Patronato, inauguração do Grupo Escolar no bairro do Mutuá e Barro Vermelho, ampliação de salas de aulas e finalmente, o prédio do Instituto de Educação, como vimos, criado em lei, no ano de 1961.

Neste sentido, “as desigualdades educacionais materializam a dinâmica da produção das desigualdades sociais” (ALVARENGA; TAVARES, 2015, p. 57), nesta lógica, faz se necessário problematizar o quanto a população mais pobre tem sido colocada como “bode expiatório” das discrepâncias em todos os níveis na sociedade brasileira, ao longo dos anos.

A culpabilização da pobreza como responsável pelo atraso educacional e social sem a necessária discussão das relações econômicas e políticas, que há décadas produziram cada vez mais exclusão e miséria, visaram suprimir a responsabilidade do Estado e da elite brasileira. Um Estado que possui “relações atrasadas, como a do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p. 13).

Nos dias atuais as práticas políticas locais clientelistas são revestidas de um discurso democrático, mas que usurpam direitos dos cidadãos e que muitas vezes atuam como intermediários na relação Estado e Sociedade, conhecido popularmente por “favores políticos”. Um exemplo no âmbito educacional são as indicações de vereadores ou deputados para as direções das escolas públicas; solicitações aos políticos locais para liberação de direitos dos servidores; ações educacionais meramente eleitoreiras e descontinuadas etc.

Nas páginas do “O São Gonçalo”, era comum ler a pressão da comunidade escolar pelo direito à educação e quando existente, as ações dos políticos em relação as mesmas, quase sempre em tom de propaganda política.

Imagem 47: Reportagem sobre aumento das vagas nas escolas



Fonte: “O São Gonçalo”: 16 de março, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

ESCOLAS DE S. GONÇALO COM MAIOR NÚMERO DE VAGAS

As escolas “Sena Borges”, “Camilo da Silveira” e “Maria Dias” tiveram aumentado seus números de turmas, cabendo mais um tanto à primeira como à segunda e mais dois à terceira, possibilitando que 120 crianças pelo menos, possam iniciar seus estudos no corrente ano. A informação é da Inspectora de Ensino Primária Municipal, Sra. Laurinda Moreira Pereira, professora Laurinda Moreira Pereira, adiantando que o número de turmas foi determinado pelo chefe do Executivo em atendimento a apelos de moradores dos bairros onde estão localizadas as unidades de ensino, cujos filhos estavam ameaçados de ficar sem estudar por falta de matrícula. (“O São Gonçalo”, 16/03/1967)

O anúncio do aumento no número de vagas nos Grupos Escolares “Sena Borges”, “Camilo da Silveira” e “Maria Dias”, conforme publicado no mês de março de 1967, ocorreu por pressão dos moradores dos bairros, cujos filhos estavam sem estudar. No entanto, o jornal noticiou o fato informado pela inspetora de Ensino Primária Municipal – Professora Laurinda Moreira Pereira, mas sem explicação de como ocorreu a ampliação das vagas. Se houve a construção de novas salas de aula, se havia vagas nas escolas, via oferta de bolsas de estudos ou matrículas nas turmas existentes, com possibilidade de lotação nas salas de aula.

O uso da imagem do prefeito recém-eleito Osmar Leitão Rosa⁷⁷ (que na gestão do prefeito Lavoura havia sido o Secretário de Educação) apontou para o “feito político” do

⁷⁷ Osmar leitão Rosa (1937): político gonçalense, advogado, foi vereador da Cidade de São Gonçalo e Prefeito do Município de São Gonçalo (1967-1970) e eleito Deputado Federal por cinco mandatos. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osmar-leitao-rosa> Acesso em: 02 agosto 2022.

prefeito, na possível intencionalidade de ressaltar o acesso à escola, mas sem apresentar em quais condições se daria este acesso.

O estudo destacou que a educação foi e é utilizada como “slogan político” na cidade de São Gonçalo. O prefeito Lavoura, em suas promessas de obras públicas, geralmente anunciava a construção de escolas, como uma das suas metas.

O chefe do Executivo falou ao “O São Gonçalo” no canteiro de obras do auditório em construção, disse nos ainda: que no setor hospitalar e educacional São Gonçalo ficará bem-dotado no fim do seu governo (“O São Gonçalo”, 11/11/1965).

A cidade expandiu os Grupos Escolares, forçada pelo aumento da população e a necessidade de formação de mão-de-obra, via escolarização. Todavia, a expansão das escolas particulares, que desde os anos de 1950 fincou raízes na área educacional municipal, foi beneficiada pelo regime de bolsas estudantis, como já visto anteriormente, e aprofundado a posteriori.

Para a parcela pobre gonçalense foram destinados os Grupos Escolares, em especial nas fazendas recém loteadas e vendidas aos migrantes nordestinos e operários que chegavam à cidade, onde a “propalada democratização assumia, assim, uma dimensão meramente qualitativa e excluía a liberdade de participação política de estudantes e professores” (GERMANO, 2005, p. 168), nos anos iniciais da ditadura civil-militar.

Imagem 48: Reportagem sobre construção de escolas

No Proximo Ano Não Faltarão Escolas

Niterói — Em declaração prestadas à imprensa a sra. Antinéa Silveira Miranda e Silva, diretora do Departamento de Educação Primária do Estado do Rio, afirmou que é desejo do governador Badger Silveira de que nenhuma criança fique sem estudos no próximo ano.

Adiantou a sra. Antinéa que o DEP vem movendo uma série de medidas destinadas a atingir aquele objetivo que — segundo afirmou — é uma preocupação constante do governador fluminense.

ESCERRAMENTO DAS AULAS

Abordando as novas ins-

truções a respeito do encerramento do ano letivo, nas escolas públicas do Estado, declarou que até o dia 17 de dezembro deverão estar encerradas as aulas e as festividades, seguindo-se as matrículas gerais, inclusive de excedentes, nos dias 19, 20 e 21.

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM
NO PROXIMO ANO NÃO FALTARÃO ESCOLAS

Em declarações prestadas à imprensa a sra. Antinéa Silveira Miranda e Silva, diretora do Departamento de Educação Primária do Estado do Rio, afirmou que é desejo do governador Badger Silveira de que nenhuma criança fique sem estudos no próximo ano. Adiantou a sra. Antinéa que o DEP vem promovendo uma série de medidas destinadas a atingir aquele objetivo que – segundo afirmou – é uma preocupação constante do governador fluminense. ENCERRAMENTO DAS AULAS Abordando as novas instruções a respeito do encerramento do ano letivo, nas escolas públicas do Estado, declarou que até o dia 17 de dezembro deverão estar encerradas as aulas e as festividades, seguindo-se as matrículas gerais, inclusive de excedentes, nos dias 19, 20 e 21 (“O São Gonçalo”, 23/11/1966).

A reportagem divulgada em destaque na primeira capa afirmou que no ano seguinte (1967) “não faltariam escolas” e que “este era um desejo do governador. No entanto, mais do que um desejo do governador é um direito já garantido no Art.166 da Constituição Federal promulgada em 1946: “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (CF, 1946).

O Projeto Educacional em curso pretendeu colocar o “país em ordem” e utilizou como uma das estratégias reformar “a educação pelo alto”, ou seja, pelo Ensino Superior, que apresentava resistências ao modelo a ser implantado de forma mais sistemática, com passeatas, atos estudantis, resistência nas Universidades, dentre outros. A educação básica parecia ser menos “ofensiva” e logo tratou-se de ampliar o acesso, com uso de estratégias variadas, tal como a construção de novas escolas, sendo bem aceito pela sociedade e utilizada como “plataforma política” para eventuais disputas eleitorais.

No entanto, o aumento quantitativo da oferta educacional pouco significou em termos de consciência social e política, pois a supressão das liberdades individuais e coletivas não eram compatíveis com um modelo educacional autônomo, pelo contrário, o Estado imprimiu a tutela sobre todas as esferas educacionais.

Em que pese à expansão das matrículas, os problemas crônicos da educação fundamental permaneceram, alguns até se agravaram, ao longo do período em estudo. A ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas, portanto, se revestiu de um caráter meramente quantitativo, através da diminuição da jornada escolar e do aumento de turnos que comprometeram a educação (GERMANO, 2005. p. 169).

A cada nova edição do “O São Gonçalo”, lia-se em suas primeiras capas novas informações sobre inaugurações, construções e ampliação de escolas. Como Germano (2005) apontou, o aumento quantitativo, apesar da sua relevância no sistema educacional brasileiro, não demonstrou efetivamente um avanço em termos qualitativos. A escassez de professores, redução dos turnos de aulas, falta de recursos públicos e as péssimas condições de trabalho dos/as professores/as são apenas algumas situações que apresentam o cenário da escola pública brasileira.

Na cidade de São Gonçalo ocorreu um aumento considerável do número de escolas públicas ou Grupo Escola, sendo inauguradas três escolas no mesmo dia no ano de 1966. Um fato inusitado ocorreu em maio de 1966, com a inauguração de três escolas em bairros gonçalenses no mesmo dia.

Imagem 49: Reportagem de inauguração dos Grupos Escolares



TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Inaugurados ontem Grupos Escolares construídos pela Prefeitura de S.G em convênio com a Secretaria de Educação – Com a presença do Governador do Estado do Rio Marechal Paulo Tôrres e do Prefeito Joaquim Lavoura, tivemos no dia de ontem (17), na cidade de São Gonçalo, a inauguração dos Grupos Escolares, localizados nos bairros Boassú, Coelho e Jardim Catarina, que receberam respectivamente os nomes de grandes benfeitores do município: Monsenhor Barenco Coelho, Professora Adélia Martins, Professor Trasilbo Filgueiras, como homenagem póstuma aos mesmos. Estiveram presentes às solenidades, além do Governador e do Prefeito local, Joaquim Lavoura, os Deputados Geremias de Mattos Fontes (Presidente da ARENA) e Zeir Pôrto; Secretário da Municipalidade Dr. Osmar Leitão Rosa; Vereadores Airton Rachid, Jardino Marins, Robson Sampaio, Rubem Silva, Júlio Ferreira e Aínda Faria; Dr. Paulo Pfler; Chefe da Divisão de Administração (Prefeitura), Dr. Jair Nascimento, Jornalista Belarmino de Mattos (“Diretor do “O São Gonçalo”), Reverendo Nilo Pádua e Ciro Cormack, Dr. Jorge Abreu, Hélio Gama (diretor da Merenda Escolar), Arcebispo D. Antônio de Moraes, diversas associações religiosas e famílias dos homenageados (“O São Gonçalo”, 18/05/1966).

A rápida expansão da rede escolar no Brasil ocorreu em âmbito público e privado. Como vimos anteriormente, os bairros de Boassú, Jardim Catarina e Coelho tiveram escolas inauguradas em apenas um dia, com a presença maciça das autoridades políticas locais, entidades religiosas e representantes do “O São Gonçalo”.

Os recursos utilizados nas construções e reformas de escolas vinham de incentivos financeiros especiais, como o “salário educação”. No ano de 1964 foi “regulamentado um dispositivo da Constituição de 1946, que instituíra tributo devido por todas as empresas, públicas e privadas, destinado ao financiamento do ensino primário” (CUNHA, 2014, p. 364). Desta forma, nas periferias das cidades, onde a ausência de escolas era visível, os recursos garantiram as inaugurações de Grupos Escolares e a farta distribuição de bolsas de estudos em escolas privadas.

O tributo devido por todas as empresas, públicas e privadas, destinado ao financiamento do ensino primário. Cada uma delas deveria pagar uma quantia calculada à base de 1,4%, depois elevado para 2,5% da folha de salários pagos aos empregados de todos os níveis e tipos (Ibid., 2014, p. 364).

Os recursos financeiros eram retirados diretamente da folha de pagamento das empresas, sejam elas públicas ou privadas e advinha das resoluções da Conferência Internacional de Instrução Primária, ocorrida no ano de 1955. No Brasil, as empresas financiavam a educação de seus/as funcionários/as e filhos/as, transferindo recursos financeiros para o Estado que, com o montante, ofertaria o ensino primário. As empresas que

optassem em não repassar os valores deveriam arcar com os estudos dos mesmos, e tal ação foi vista como de “responsabilidade social”.

No entanto, a construção de escolas ocorrera em sua maioria nos anos iniciais da ditadura civil-militar. Nos anos seguintes temos uma expressiva transferência de recursos públicos às escolas privadas, como bolsas de estudos e fortalecimento da privatização da educação. A garantia do acesso à educação fortaleceu-se com aumento das matrículas na rede pública, disputando espaços com a rede privada, beneficiada com o repasse dos recursos advindos do “salário-educação”.

As propagandas das escolas particulares ocupavam diariamente o jornal, algumas reportagens sobre o valor das mensalidades indicavam outras possibilidades para a população pobre da cidade.

Imagem 50: Reportagem sobre mensalidade escolar

Colégios iniciarão aulas; mais caros

Os estabelecimentos particulares de ensino, localizados em nossa cidade começarão a ministrar as suas aulas, a partir de amanhã, e, em outros, na próxima segunda-feira, com todas as mensalidades mais caras num percentual de 25%, conforme ficou estabelecido.

Apesar desse aumento, poucos foram os que desistiram de matricular os seus filhos nos colégios particulares. Se isto acontecia, eram preferidos o sistema de bolsas de estudo, ou então os colégios públicos estaduais de nossa cidade.

TRÂNSITO

Com a presença da rapaziada estudiosa nas ruas da cidade, nos próximos dias, é esperado que a Seção de Trânsito coloque em prontidão alguns de seus efetivos a fim de resguardar a integridade física dos escolares contra os motoristas.

Nas papelarias será registrado um grande aumento no volume de vendas, próprio desta época em virtude de os estudantes para ali acorrerem, a fim de comprar seus respectivos livros e objetos necessários ao estudo.

Fonte: “O São Gonçalo”: 28 de fevereiro, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM
COLÉGIOS INICIARÃO AULAS MAIS CAROS

Os estabelecimentos particulares de ensino, localizados em nossa cidade começarão a ministrar as suas aulas, a partir de amanhã, e, em outros, na próxima segunda-feira, com todas mensalidades mais caras num percentual de 25% conforme ficou estabelecido. Apesar desse aumento, poucos foram os que desistiram de matricular os seus filhos nos colégios particulares. Se isso acontecia, eram preferidos o sistema de bolsas de estudo, ou então os colégios públicos estaduais de nossa cidade (“O São Gonçalo” 28/02/1967).

O anúncio do aumento das mensalidades na cidade no ano de 1967 reforçou a tese de que a escola privada não deveria ser ocupada pelos/as alunos/as pobres, exceto os “beneficiados com o sistema de bolsas de estudo”. O texto publicizado no “O São Gonçalo” afirmou que “poucos desistiram de matricular seus filhos nos colégios particulares” da Cidade.

A valorização do ensino privado para uma classe com condições financeiras para arcar com os estudos de seus/as filhos/as parecia notória na cidade. Mas, que famílias seriam estas que mesmo diante de um aumento de 25% nas mensalidades permaneciam com suas matrículas na rede privada? Que distinções eram feitas entre a educação dos Colégios Particulares e do Grupo Escolar? No entanto, para as famílias pobres e as que já não mais possuíam recursos financeiros a serem investidos no pagamento das taxas escolares, haviam o sistema de bolsas e as vagas nas escolas públicas.

A investigação no impresso apresentou um crescimento na oferta de escolas nos loteamentos, tendo nas inaugurações o ápice do clientelismo político e populismo. Em geral, a presença dos Grupos Escolares nos loteamentos constitui-se em uma prática aceita pela população da localidade como um “retorno” pela sua fidelidade ao político local.

O vereador, prefeito ou deputado eram figuras próximas à população na cidade e que tinham como “alto falante” o jornal local. A política educacional deste grupo político em São Gonçalo foi parte de uma engrenagem comum a muitas cidades brasileiras, com ações voltadas para a classe trabalhadora, ampliação do acesso à escola e formação de mão-de-obra barata.

Assim, tivemos a construção da Biblioteca Municipal de São Gonçalo e a criação dos Grupos Escolares, organizados abaixo:

Tabela 7: Grupos Escolares construídos no período de 1963-1967

ANO DE INAUGURAÇÃO	GRUPO ESCOLAR	BAIRRO	RECURSOS
1963	G. E Mauá	Guaxindiba	Fábrica de Cimentos Portland
	G.E Antonieta Palmeira	Colubandê	Municipal e Estadual
1964	G. E Paulino Pinheiro Baptista	Sete Pontes	Estadual
1965	G. E Coronel Serrado	Monjolos	Estadual e Terreno doado pelo Sr. Balthazar Serrado
	G. E Ismael Branco	Mutuá	Estadual
	G. E Lauro Corrêa	Trindade	Municipal e Federal Doação do terreno pelo Sr. Humberto Soeiro (Imobiliária Trindade)
	G. E Lúcio Thomé Feteira	Vila Laje	Estadual
	G. E Professora Odysseá Silveira Siqueira	Coelho	Municipal e Estadual
1966	G. E Professora Adélia Martins	Coelho	Municipal e Estadual
	G. E Francisco Lima	Gradim	Municipal e Estadual
	G. E Monsenhor Barenco	Boassú	Municipal e Estadual
	G. E Trasilbo Filgueiras	Jardim Catarina	Municipal e Estadual

Fonte: “O São Gonçalo” 1963- 1967
(Organizado pela autora)

Entre os anos de 1963-1967 foram construídos 12 (doze) Grupos Escolares nos loteamentos em São Gonçalo, com recursos públicos e alguns terrenos doados por empresários locais. As promessas na área de educação estampavam as páginas do jornal local e, a cada semana novos anúncios eram divulgados, e aos poucos a ampliação da rede pública. Em sua maioria as promessas do prefeito e do governador relacionavam-se a pautas de cunho social, tendo na “educação sua feição mais popular”.

Dentre as promessas políticas tivemos o discurso do fim do analfabetismo, obras de ampliação de escolas, alimentação escolar, dentre outras:

Tabela 8: As promessas para o campo educacional em São Gonçalo (1963-1967)

ANO DE PUBLICAÇÃO	ASSUNTO	POLÍTICO
1963	Alfabetização na Cidade	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção de G. E para o bairro Paraíso	Deputado Aécio Nanci
	Construção do Ginásio para o bairro Neves	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção do Prédio para o Instituto de Educação	Deputado Aécio Nanci
1964	Obras no G.E Santos Dias – reparos na rede elétrica	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção do novo prédio para o G. E Nilo Peçanha	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção de mil salas de aula	Governador Paulo Tôres
	Ampliação da Rede Escolar em São Gonçalo	Governador Paulo Tôres
	Sede para o G. E Pandiá Calogéras	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção do G. E para o Paraíso	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção do Prédio do Instituto de Educação	Prefeito Joaquim Lavoura Deputado Aécio Nanci
1965	Construção de G.E em Jardim Catarina, Boassú e Coelho	Prefeito Joaquim Lavoura e Governador Paulo Tôres
	Trinta salas de aula em São Gonçalo e Prédio do Instituto de Educação	Governador Paulo Tôres
	Construção de G.E no Paraíso	Prefeito Joaquim Lavoura
	Ampliação de salas de aula no G. E Nilo Peçanha, Padre Manoel da Nóbrega, Cônego Goulart, Adino Xavier	Prefeito Joaquim Lavoura Governador Paulo Tôres
	Construção de Grupo Escolar no Gradim, Colubandê e Laranjal	Prefeito Joaquim Lavoura Governador Paulo Tôres
	Construção de G.E Coronel João Tarcísio Bueno	Prefeito Joaquim Lavoura
	Garantia da Alimentação escolar	Prefeito Joaquim Lavoura
1966	G. E para o bairro do Rocha	Prefeito Joaquim Lavoura
	G. E para os bairros de Gradim, Colubandê e Laranjal	Prefeito Joaquim Lavoura
	Construção do Prédio para o Instituto de Educação	Deputado Aécio Nanci Prefeito Joaquim Lavoura
1967	Expansão da rede escolar para enfrentar o analfabetismo	Governador Geremias de Mattos Fontes
	Duzentos e vinte e oito salas de aula no Estado do Rio de Janeiro	Governador Geremias de Mattos Fontes
	Professores para as escolas de difícil acesso	Secretário Elio Solon de Pontes
	Aumento no número de vagas em São Gonçalo	Prefeito Osmar Leitão e Inspetora Laurinda Moreira Pereira
	Construção de Faculdade Pública em São Gonçalo	Prefeito Osmar Leitão Governador Geremias de Mattos Fontes

Fonte: “O São Gonçalo” (1963-1967)
(Organizado pela autora)

Em meados da década de 1960 vimos os reflexos da política econômica no âmbito local e nacional impulsionar a constituição do sistema público de ensino no município gonçalense. Em meio a disputas de poder, privatização do ensino, supressão das liberdades e “cooperação servil que era e é típica da representação partidária despolitizada e desideologizada na tradição oligárquica e clientelista” (MARTINS, 1994, p. 33) tivemos a ampliação do direito à escola pelas classes pobres.

O povo gonçalense adentrou esta escola: presente nos loteamentos recém surgidos; construída no silenciamento das liberdades; apadrinhada por homens públicos; palanque de discursos e propagandas; e, ainda assim, espaço de produção do conhecimento e formação de uma geração de alunos/as que a muitas mãos escreveram alguns capítulos da história da educação fluminense.

3.4 A Privatização do Direito à Educação nos anos 1960

Este subcapítulo iniciou-se como uma série de anúncios publicados diariamente no jornal sobre as escolas particulares.

Imagem 51: Anúncios das escolas particulares

Colégio Santa Catarina

MATRICULAS ABERTAS

Primário — Ginásial — Científico — Contabilidade e Normal.
CURSOS DIURNOS E NOTURNOS.

MENSALIDADES MÓDICAS — ABATIMENTO ESPECIAL
PARA O ESTUDANTE POBRE.

De acordo com a LEI DE DIRETRIZES E BASES que permite pela flexibilidade dos currículos, sejam organizadas turmas paralelas de uma mesma série

Segundo as opções em 1965, funcionário

TURMAS ESPECIALIZADAS

No CURSO COLEGIAL, desde a 1.ª série, para os

} EXAMES VESTIBULARES
DIREITO — ENGENHARIA — MEDICINA
ACEITAM-SE TRANSFERÊNCIAS.

RUA GETULIO VARGAS, 2612 — SETE PONTES — TEL.: 8496.

Colégio São Gonçalo

Diurno e Noturno

ATENÇÃO: Exame de admissão em 2.ª época no próximo dia 15 de fevereiro.

* PRE-PRIMÁRIO — PRIMÁRIO — GINÁSIAL — NORMAL —
CIENTIFICO — TÉCNICO.

Matriculas abertas. Vagas limitadas

FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARALELA AOS
CURSOS COMUNS ATRAVES DE
ATIVIDADES EXTRA-CLASSE

TIRE O 1.º LUGAR NO EXAME DE ADMISSÃO
E GANHE A 1.ª SÉRIE GINÁSIAL GRATIS!

Ginásio Califórnia

PROVA DE PORTUGUÊS — 18 DE FEVEREIRO.

MATRICULAS ABERTAS: GINÁSIAL — PRIMÁRIO — ALFABETIZAÇÃO —
JARDIM DE INFANCIA BRANCA DE NEVE
NÚMERO LIMITADO DE VAGAS — ENSINO EXPERIMENTAL

Rua Zeferino Reis, 351 — Rôdo

Ginásio Independência

Matriculas Abertas

PRIMÁRIO — GINÁSIAL — TÉCNICO EM CONTABILIDADE E NORMAL

Mensalidades módicas — Abatimento especial para o estudante pobre.

TODOS OS CURSOS FUNCIONAM DE CONFORMIDADE COM A
LEI DE DIRETRIZES E BASES.

ACEITAM-SE TRANSFERÊNCIAS

MORADORES DO MUTUA, COLOQUEM SEUS FILHOS NO COLÉGIO
INDEPENDENCIA PARA MAIOR CRESCIMENTO CULTURAL DO BAIRRO

As propagandas das escolas particulares estampavam diariamente as páginas do impresso local. Eram ofertas de matrículas do Ensino Primário ao Ginásial, Cursos Técnicos e Normal. Em sua maioria localizavam-se em bairros próximos ao Centro da cidade de São Gonçalo e tinham como proprietários professores, políticos e empresários da área educacional.

O ramo da educação parecia ser um bom negócio na cidade em meados do século XX. Dentre as escolas particulares temos o Colégio São Gonçalo, Externato Santa Terezinha, Colégio Nilo Peçanha, Colégio Nossa Senhora das Dores, Colégio Dom Hélder, Colégio Nossa Senhora da Paz, Colégio Santa Catarina, Colégio Batista do Laranjal, Ginásio Independência, Ginásio Califórnia, entre outros.

Os mais conceituados disputavam alunos/as com descontos nas mensalidades, atividades extraclasse, aulas de religião, exames de admissão e reforço escolar. O investimento pago ao jornal parecia ser rentável, pois as publicidades eram diárias, inclusive com reportagens sobre as escolas particulares, que podem ser interpretadas como a força da escola particular na cidade e a ausência dos investimentos públicos na educação gonçalense.

Assim, algumas reflexões são pertinentes: a quem interessou a expansão das escolas particulares no município de São Gonçalo? A que clientela estas escolas atendiam? Onde estariam os/as alunos/as cujas famílias não tinham condições financeiras de pagar seus estudos? As “pistas” revelam que as famílias com boas condições financeiras matriculavam seus/suas filhos/as nas escolas particulares, e segundo Figueirêdo (2010) a cidade de São Gonçalo “não possuía, até o início dos anos de 1960, ginásio público, exigindo que a opção das famílias para a continuidade dos estudos de seus filhos recaísse na matrícula em escolas particulares da cidade” (FIGUEIRÊDO apud NUNES, 2010, p. 22).

Desta forma, existiu uma grande demanda por novas escolas públicas para além do ensino primário, principalmente para as famílias de trabalhadores que migravam para a cidade. Como uma das propostas da educação no período da ditadura civil-militar, tivemos um forte investimento na concessão das bolsas de estudos nas escolas particulares e o incentivo à profissionalização dos alunos, principalmente nas escolas públicas.

É importante lembrar que a expansão do ensino médio no Município de São Gonçalo, pela vida da escola pública, ocorreu na década de 1980, embora de modo ambíguo. Houve uma oferta de cursos de 2º grau nos antigos Grupos Escolares que se transformaram com a reforma de 1971, em escolas estaduais de Ensino Fundamental (Ibid., 2010, p. 22).

A Lei da Reforma Educacional de 1971 mencionada acima, é a Lei nº 5692/1971 que extinguiu os Grupos Escolares transformando-os em escolas estaduais, com uma nova promessa de reformar a sociedade pela escola com medidas favoráveis ao capitalismo industrial, com uma ampla formação de mão-de-obra barata.

A política educacional do período militar “teve no ensino profissionalizante uma das suas realizações mais ambiciosas” (CUNHA; GÓES, 1988, p. 62), pois multiplicou as escolas transformadas em Ginásios com oferta das disciplinas vocacionais (objetivando sondar as aptidões dos/as alunos/as) e transformando o 2º ciclo do Ginásial no antigo 2º Grau, atualmente denominado Ensino Médio.

A Lei nº 5692/1971 reformou o ensino no Brasil com apoio norte-americano, “como se tivesse sido feito sob medida” (Ibid., 1988, p. 62) para os interesses do capitalismo americano. No entanto, anterior à reforma do ano de 1971 a educação brasileira iniciou seu processo de profissionalização, expansão da escola pública sem preocupação com a qualidade, visando atender “uma demanda social, pois à medida que o sistema escolar se expande os empregadores tendem a exigir uma elevação dos requisitos educacionais da força de trabalho, embora isso não signifique que as tarefas se tornaram mais exigentes” (GERMANO, 2005, p. 164). Estas políticas aparentaram a necessária democratização do acesso à escola pública através da “igualdade de oportunidades”, e equilíbrio social mas, na verdade, as desigualdades entre o ensino público e privado se tornavam cada vez mais evidentes.

O uso de verbas públicas para pagamento das mensalidades em escolas privadas transformou a educação em um “grande negócio”, com a regulamentação de um dispositivo legal que descaradamente beneficiava a educação privada.

Vitorioso o golpe de 1964, subiram ao poder os defensores do privatismo na educação, aqueles que defendiam a desmontagem ou, pelo menos, a desaceleração do crescimento da rede pública de ensino. Em compensação, as verbas públicas destinadas ao ensino deveriam ser transferidas às escolas particulares que, então se encarregariam da escolarização de crianças e dos jovens (CUNHA; GÓES, 1988, p.42).

A defesa da privatização da educação brasileira se intensificou após a ditadura civil-militar, mas iniciou-se na Constituição de 1934, que obrigou empresas situadas longe das cidades a proporcionarem ensino primário aos seus funcionários e famílias, desde que tivessem mais de cinquenta funcionários e dez analfabetos. Com o Golpe do Estado Novo o dispositivo constitucional deixou de ser utilizado, sendo retomado na Constituição de 1946. É neste momento que, na cidade de São Gonçalo, temos a construção do Ginásio Particular após

uma concorrência pública, ofertando o Curso Normal. Na década de 1950, as escolas particulares cresciam em suas matrículas, arrecadações e prestígio.

Com a promulgação da Lei nº 4440 em outubro de 1964, a privatização nas cidades brasileiras se avolumou, em especial pelo pagamento do “salário educação”.

A lei estabelecia que as empresas transferissem recursos financeiros para o Estado que, então, ofereceria o ensino a que elas estavam obrigadas. Primeiramente, deveriam contribuir com 1,4% da folha de pagamento, alíquota aumentada, posteriormente, para 2,5% (fundindo-se as cobranças estaduais e federais) (CUNHA; GÓES, 1988, p.44).

Por ser um pagamento recolhido pelas empresas com base nos salários pagos pelas mesmas ficou conhecido como “salário educação”. No entanto, a legislação apontou a possibilidade de isenção de empresas com alguns requisitos, dentre eles: ter mais de 100 funcionários e com a implantação de convênios com escolas privadas através das “bolsas de estudo”.

A pesquisa ressaltou um aumento exponencial das empresas educacionais, fazendo da educação um excelente negócio. Neste sentido, uma das vertentes da educação no período ditatorial foi “o descomprometimento do Estado com relação ao financiamento da educação pública e o conseqüente incentivo à privatização do ensino (GERMANO, 2005, p. 196).

Os estímulos à educação privada foram notórios e aumentaram ao longo dos anos. Na tabela abaixo temos uma amostra do aumento do número de matrículas nas escolas particulares nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo:

Tabela 9: Ensino Primário - Matrícula no fim do ano na Região Sudeste (1964- 1965)

Estados	Ano	Escola Estadual	Escola Municipal	Escola Particular
Espírito Santo	1964	143 658	18 596	5 481
	1965	157 374	16 059	6 908
Guanabara	1964	315 133	—	78 105
	1965	330 724	—	124 166
Minas Gerais	1964	886 612	300 308	67 404
	1965	1 027 706	287 468	67 607
Rio de Janeiro	1964	246 587	119 202	92 011
	1965	297 766	118 735	99 623
São Paulo	1964	1 338 402	120 652	160 648
	1965	1 430 918	110 740	163 106

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1966⁷⁸

De acordo com os dados relacionados no Anuário Estatístico do IBGE referente ao ano de 1966, houve um aumento no número de matrículas na Rede Estadual com a oferta do Ensino Ginásial em todos os Estados da Região Sudeste significando um avanço dos anos de escolaridade dos/as brasileiros/as. No entanto, em relação às escolas municipais uma diminuição no número de matrículas e um considerável aumento de alunos/as matriculados/as no ensino primário oferecido pela rede privada.

No Estado do Rio de Janeiro a rede particular apresentou um total 92.011 matrículas no ano de 1964 e no ano de 1965 cresceu para 99.623. O mesmo fenômeno ocorreu nos outros Estados da Região Sudeste: Estado da Guanabara, Minas Gerais e São Paulo. A educação privada passou a ser de certa forma subsidiada por recursos públicos, sem critérios claros e com brechas legais que favoreciam “os donos dos colégios particulares” que, com respaldo do Estado, prestavam seus serviços educacionais.

⁷⁸ Anuário Estatístico do Brasil, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1966.pdf Acesso em: 08 agosto 2022.

Imagem 52: Reportagem de como requerer Bolsa de Estudo

Como requerer Bolsa de Estudo

A comissão Municipal de Bolsas de Estudos, comunica a todos os interessados que está instalada numa das salas de aula do Colégio São Gonçalo atendendo diariamente no horário de 13,30 às 17 horas. O prazo para inscrições se encerrará no dia 10 de fevereiro.

Para o preenchimento do formulário é necessário e imprescindível a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão de idade do candidato;
- b) Atestado do empregador ou empregadores, declarando o rendimento do pai, mãe ou responsável, (quando servidor público, o competente canhoto do cheque).

(Conclui na página 2).

Fonte: "O São Gonçalo": 28 de janeiro, 1965

Imagem 53: Continuação da reportagem de como requerer Bolsa de Estudo

Como requerer.

- c) Recibo comprobatório de aluguel;
- d) Declaração do estabelecimento do ensino ou caderneta escolar evidenciando a média global ou resultado do exame de admissão.
- e) Um retrato 3x4.

Nota: Toda documentação com firma reconhecida.

Fonte: "O São Gonçalo": 28 de janeiro, 1965

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Como requerer Bolsa de Estudo

A Comissão Municipal de Bolsa de Estudos, comunica a todos os interessados que está instalada numa das salas de aula do Colégio São Gonçalo atendendo diariamente no horário de 13,30 às 17 horas. O prazo para as inscrições se encerrará no dia 10 de fevereiro. Para o preenchimento do formulário é necessário e imprescindível a apresentação dos seguintes documentos: a) Certidão de idade do candidato; b) Atestado do empregador ou empregadores, declarando o rendimento do pai, mãe ou responsável, (quando servidor público, competente canhoto do cheque). (Conclui na página 2)

c) Recibo comprobatório de aluguel; d) Declaração do estabelecimento do ensino ou caderneta escolar evidenciando a média global ou resultado do exame de admissão; e) Um retrato 3x4 Nota: Tõda documentação com firma reconhecida (“O São Gonçalo” 28/01/1965).

Acima a nota publicada no “O São Gonçalo” em janeiro de 1964 da Comissão Municipal de Bolsa de Estudos informou aos interessados “como requerer uma bolsa de estudos”. O local para as inscrições foi uma sala de aula em uma tradicional escola particular da cidade, apresentando a relação direta da expansão do ensino e a iniciativa privada.

Dos documentos solicitados para a concessão das bolsas de estudo eram pedidos o atestado do empregador com os rendimentos e um documento oficial da escola anterior com os resultados do exame de admissão. O processo de concessão do recurso público para o pagamento de mensalidades nas escolas privadas foi apenas um dos mecanismos criados com o objetivo de custear a educação pública, tido como investimentos de cunho social. Dentre os investimentos tivemos em 1964 “o salário educação, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) de 1974, o Fundo de Investimento Social (Finsocial) de 1982, as bolsas MEC/MPAS (Ministério de Previdência e Assistência Social), o Crédito Educativo, entre outros (GERMANO, 2005, p. 199).

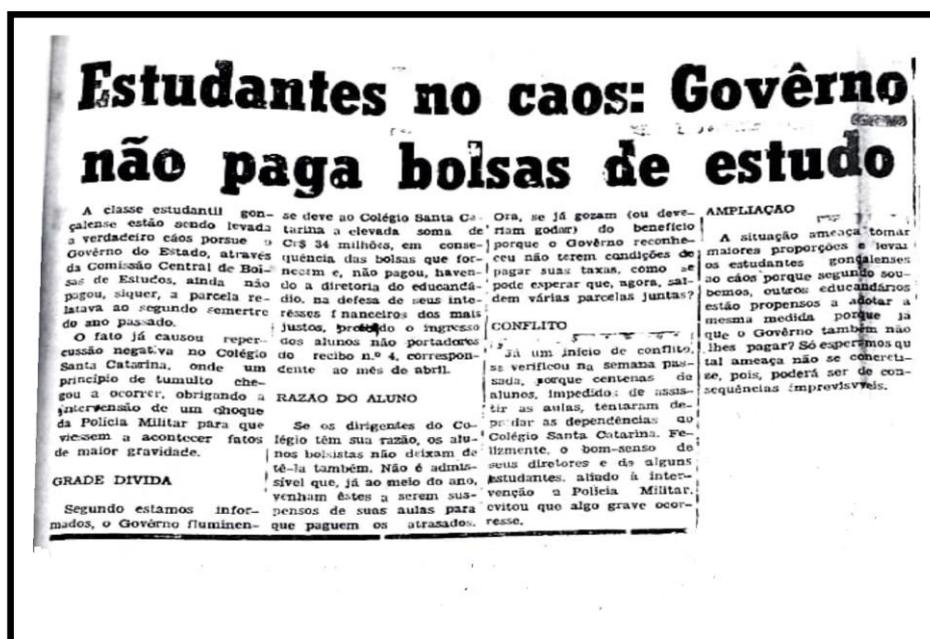
Os contrastes entre o ensino público e privado não possuíam naquele momento tanta nitidez como vemos atualmente, embora “o passado seja um dado que nada mais modificará, o conhecimento do passado é uma coisa em progresso (BLOCH, 2001, p. 75)”. Neste sentido, o projeto educacional deste período apontou uma “marcha em progresso” para o atendimento dos interesses públicos e privados, particularmente no que tange à definição dos critérios de distribuição de verbas estatais” (XAVIER, 2003, p. 241) no campo educacional.

O cenário educacional dos anos de 1950-1960 ressaltou a importância da educação pública. No entanto, o interesse privatista se fortaleceu no âmbito legal e na sociedade. O uso do discurso da urgente escolarização para a população brasileira passou a ser tido como “direito cívico, como meio de ascensão social e, ainda, como instrumento indispensável ao

desenvolvimento econômico e, portanto, como requisito para o progresso do país” (Ibid., 2003, p. 244), tendo na privatização sua porta de acesso.

Dessa forma, “a educação como direito cívico” viabilizou novas formas da ampliação das oportunidades educacionais e uso de argumentos justificando a atuação da iniciativa privada no campo educacional, mas com uma série de variáveis a serem consideradas.

Imagem 54: Reportagem sobre não pagamento das bolsas de estudo



Fonte: “O São Gonçalo”: 24 de maio, 1966

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Estudantes no caos: Govêrno não paga bolsas de estudo

A classe estudantil gonçalense estão sendo levada a verdadeiro caos porque o Governo do Estado, através da Comissão Central de Bolsas de Estudos, ainda não pagou, sequer, a parcela relatada ao segundo semestre do ano passado. O fato já causou repercussão negativa no Colégio Santa Catarina, onde um princípio de tumulto chegou a ocorrer, obrigando a intervenção de um choque da Polícia Militar para que viessem a acontecer fatos de maior gravidade. **GRANDE DIVIDA** Segundo estamos informados, o Gôverno fluminense deve ao Colégio Santa Catarina a elevada soma de Cr\$ 34 milhões, em consequência das bolsas que fornecem e, não pagou, havendo a diretoria do educandário, na defesa de seus interesses financeiros dos mais justos, proibindo o ingresso dos alunos não portadores do recibo nº 4, correspondente ao mês de abril. **RAZÃO DO ALUNO** Se os dirigentes do Colégio têm sua razão, os alunos bolsistas não deixam de tê-la também. Não é admissível que, já ao meio do ano, venham estes a serem suspensos de suas aulas para que paguem os atrasados. **CONFLITO** Já um início de conflito se verificou na semana passada, porque

centenas de alunos, impedindo de assistir as aulas, tentaram depredar as dependências do Colégio Santa Catarina. Felizmente, o bom senso de seus diretores e de alguns estudantes aliados a intervenção a Polícia Militar, evitou que algo grave ocorresse. **AMPLIAÇÃO** A situação ameaça tomar maiores proporções e levar os estudantes gonçalenses ao caos porque segundo soubemos outros educandários estão propensos a adotar a mesma medida porque já que o Governo também não lhe pagar? Só esperamos que tal ameaça não se concretize, pois será de consequências imprevisíveis (“O São Gonçalo” 24/05/1966).

As variadas reportagens sobre a política educacional pós 1964 no “O São Gonçalo” retratou atrasos nos repasses públicos para os estabelecimentos privados, colocando os/as alunos/as em uma posição de dívida perante as escolas e constrangimento. Acima, temos os vestígios da desordem ocorrida na vida escolar dos/as alunos/as bolsistas, muitas vezes impedidos de frequentar as aulas devido ao não pagamento da mensalidade pelo Estado.

O impresso tratou a decisão do Colégio Santa Catarina de suspender das aulas os/as bolsistas, como justo; mas reconheceu as razões que levaram um grupo de alunos/as a invadirem as dependências do colégio particular. No entanto, não fez referência sobre os motivos do não pagamento; os dispêndios causados pela suspensão das aulas ou questionou o governo municipal sobre a expansão das matrículas via bolsas de estudo, apenas apontou os “estudantes no caos” na cidade de São Gonçalo.

O descaso do Estado com a educação no Brasil foi acentuado pelas práticas de privatização do ensino, onde ocorreu uma “contenção da ampliação da escola pública, de modo a abrir espaço para a escolas particular” (CUNHA; GÓES, 1988, p.46) e a profissionalização do ensino, alguns anos depois.

Imagem 55: Reportagem sobre 400 alunos convocados como bolsistas



Fonte: "O São Gonçalo": 7 de maio, 1966

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

400 alunos receberão bolsas e Inspetoria faz convocação

A Comissão Municipal de Bolsas de Estudos encaminhou ontem à Comissão Central, em Niterói, o relatório dos trabalhos efetuados no corrente ano, apontando os quatrocentos candidatos que terão direito às novas bolsas de estudo fornecidas pelo Estado em 1966 para os estudantes de São Gonçalo. Por outro lado, a Inspetoria de Ensino Primário Estadual nesta cidade, continua convocando as professoras substitutas em exercício nas escolas primárias do Estado sediadas em nosso Município, para que compareçam a sede do órgão à rua Cel. Moreira Cesar, 13 sobrado, com urgência para tratar de assuntos de seus interesses. BOLSAS Conforme noticiamos, a Comissão Municipal de Bolsas de Estudo havia se atrasado na execução de seus trabalhos, pela falta de reuniões, mas felizmente conseguiu colocar-se em dia com suas atribuições graças ao empenho verificado por parte de seus membros na última semana. O relatório apontando os 400 candidatos às bolsas foi encaminhado ontem e deverá ser publicado nos próximos dias no Diário Oficial ("O São Gonçalo, 7/05/66).

A transferência de recursos através do pagamento das mensalidades nas escolas privadas consolidou o discurso de "ampliação da educação para as famílias mais pobres" e a "igualdade de oportunidades" entre as classes sociais. Mas, na verdade, o que ocorreu foi o

próprio Estado subsidiando a rede particular, de diversas formas: prestação de serviços intitulada de “assessoria técnica e financeira, que significava nada mais, nada menos do que dinheiro público empregado em reformas, construção e equipamentos de prédios, além do treinamento de pessoal da rede privada” (GERMANO, 2005, p. 202) e pagamento das mensalidades dos/as alunos/as bolsistas.

A Comissão Municipal de Bolsas analisava a documentação do/a candidato/a e encaminhava para a Comissão Central, que liberava ou não os recursos após um processo inicial meticuloso de análise de dados. No entanto, com a ocupação de cargos nas Secretarias de Educação e no Conselho Estadual de Educação por “donos de colégios particulares e seus prepostos, que tinham todo o interesse em aprovar convênios que beneficiavam, antes de tudo, as empresas de ensino de sua propriedade, ou que prestavam serviços” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 44), houve agilidade na liberação dos recursos.

Imagem 56: Reportagem sobre recursos financeiros para o MEC - 1967



Fonte: “O São Gonçalo”: 30 de setembro, 1966

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

MEC terá 1 trilhão de cruzeiros em 67

Segundo informações prestadas pelo titular do Ministério de Educação, sr. Moniz Aragão, aquela pasta receberá em 1967 para os programas de manutenção e desenvolvimento do ensino, recursos da ordem de 1 trilhão de cruzeiros. 617 bilhões serão de orçamento federal, 150 bilhões de convênio com o BID, 150 bilhões do salário-educação e o restante de itens que serão fixados durante o próprio exercício. Informou ainda que o MEC contará também com a cooperação do Ministério do Planejamento, através de um programa de bolsas de estudo para filhos de operários, somando 15 bilhões de cruzeiro (“O São Gonçalo”, 30/9/1966).

A reportagem apresentou uma projeção de aplicação de um “trilhão de cruzeiros” para a educação, com repasse de 150 bilhões do salário educação e oferta de bolsas de estudos para os filhos dos operários, em uma teia de recepção de dinheiro público que envolveu políticos, empresários e comerciantes que atuavam no ramo educacional. Os desvios financeiros eram comuns e muitas prefeituras criaram fundações públicas para recebimento direto dos recursos e uso dos equipamentos públicos, sendo visto como a privatização total do ensino (CUNHA; GÓES, 1985, p. 45):

Das direções destas fundações participavam o Prefeito e o Secretário de Educação, é claro, mas, isso que é o mais importante, participavam também os grandes industriais e comerciantes, justamente os proprietários e gerentes de empresas devedoras do salário educação. Esses prósperos senhores transferiam, então, o dinheiro devido por suas empresas para as fundações educacionais que eles próprios dirigiam (Ibid., 1985, p. 45).

O Estado autoritário se sobrepõe às iniciativas populares e governamentais anteriores ao Golpe de 64, conduzindo a educação brasileira para a esfera privatista em detrimento ao fortalecimento da escola pública. No entanto, na cidade de São Gonçalo, nos anos iniciais da ditadura civil-militar, vimos uma expansão da rede pública de ensino com a construção de novas escolas e conseqüentemente, aumento das matrículas, mas a rede privada já estava consolidada na localidade.

Como um do fruto dos altos investimentos no setor privado vimos décadas adiante “sonegação e fraudes por parte das empresas no que se refere ao pagamento do salário educação. Além disso a abertura concedida pela legislação permitiu o surgimento de agenciadores da educação num verdadeiro conluio empresa privada/escola privada” (GERMANO, 2005, p. 204).

A criação de novas escolas particulares no Brasil foi estimulada e explorada como um comércio lucrativo, tendo as empresas subsídios, isenções, facilidades e discurso em

atendimento ao desenvolvimento capitalista internacional. Em destaque os vários acordos entre o MEC e a USAID, conhecido como MEC-USAID.⁷⁹

Na cidade de São Gonçalo, a partir do ano de 1964, temos a criação de algumas escolas privadas com oferta do ensino primário e posteriormente, ginásial. Uma hipótese da pesquisa é que as mesmas foram beneficiadas com a política educacional de fomento às instituições privadas. Nas buscas realizadas nos arquivos da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro – SEEDUC/RJ e na Supervisão Escolar do Município de São Gonçalo foram encontradas as seguintes escolas com ato de criação a datar do ano de 1964 ou ampliação da oferta para o Curso Ginásial.

Tabela 10: Escolas Particulares criadas/ampliadas no Município de São Gonçalo a partir do ano de 1964

ANO DE CRIAÇÃO	NOME DA ESCOLA
1964	Colégio Franciscano Nossa Senhora das Graças
1965	Colégio Auxiliadora
	Colégio Dom Hélder Câmara amplia oferta para o Curso Ginásial
1967	Colégio Batista do Laranjal
	Centro Educacional Pereira Rocha
1968	Escola Nossa Senhora Aparecida transformado em Instituto Cultural Olavo Bilac
1972	Centro Educacional Pericar
1977	Nova Escola Ltda
1979	Colégio Santa Mônica

Fonte: SEEDUC/RJ, 2022

⁷⁹ Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid> Acesso em: 09 agosto 2022.

De acordo com as informações no site da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC/RJ), no município de São Gonçalo entre os anos estabelecidos na pesquisa (1963-1967), foram inauguradas quatro novas escolas particulares e houve oferta do Curso Ginásial em um dos estabelecimentos já existentes.

Uma possibilidade foi que o “Estado envolvido diretamente na organização de produção capitalista transferiu somas inomináveis de recursos ao capital privado” (GERMANO, 2005, p. 195) desobrigando investimentos nas políticas sociais como a educação e saúde. Desta forma, os argumentos para a manutenção da “segurança nacional” também fundamentaram a desconstrução dos discursos e políticas voltadas para a democratização da escola pública no Brasil, existentes (mesmo em meio a contradições) até o ano de 1964.

A aliança entre público e privado, a transferência do salário educação, “ajuda” financeira e incentivos à privatização da educação no Brasil desordenada possibilitou a expansão e enriquecimento de instituições escolares em âmbito local e nacional. Na cidade de São Gonçalo, um bom exemplo desta política foi o Colégio Dom Helder Câmara criado pelo casal de professores gonçalense Joaquim de Oliveira e Marlene Salgado de Oliveira no ano de 1959. A casa dos professores Joaquim e Marlene foi a primeira sede do colégio e alguns anos depois, com os vultosos incentivos à iniciativa privada, a escola ampliou seu atendimento com o Curso Ginásial.

Criado em 12 de outubro de 1959 o Colégio Dom Hélder Câmara pelos professores Joaquim de Oliveira e Marlene Salgado de Oliveira, ainda guardam na memória aquela data histórica em que receberam na sala improvisada da casa da Prof.^a Marlene os trinta e três primeiros alunos.

Em 12 de outubro de 1965 é criado o Ginásial ampliando-se desta forma a oportunidade de ter um ensino de qualidade no nosso município.

O segundo grau começaria a partir de 1969 com a criação do Curso Normal e fechando-se, assim, o ciclo de estudos do Colégio.

Mas o sonho do casal era maior, muito maior. **Os professores Joaquim e Marlene queriam presentear São Gonçalo com sua primeira instituição de nível superior e, para isso, criaram no dia 30 de maio de 1970 a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura, ASOEC, entidade que viria a ser a mantenedora da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de São Gonçalo, com os cursos de Pedagogia e Letras (Site do Colégio Dom Hélder Câmara, 2022)⁸⁰**

De acordo com as informações contidas no site do colégio, após onze anos de atuação na cidade, a instituição criou a primeira Faculdade Particular no bairro de Trindade em São

⁸⁰ Fonte: <http://colegiodomhelder.com.br/historia-de-sucesso> Acesso em: 11 agosto 2022.

Gonçalo chamada Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – ASOEC. Nos dias atuais, a ASOEC transformou-se em UNIVERSO e conta com nove *campi* distribuídos ao longo do território brasileiro (São Gonçalo; Niterói; Campos dos Goytacazes; Goiânia; Recife; Juiz de Fora; Belo Horizonte; Salvador e Brasília). As leituras realizadas, os dados investigados e as memórias de moradora da cidade de São Gonçalo trouxeram-me à lembrança o crescimento da UNIVERSO no cenário educacional brasileiro, em particular na cidade.

Segundo GERMANO (2005), a “abertura concedida pela legislação permitiu o surgimento de agenciadores de educação num verdadeiro conluio” de empresas e escolas, aumentando as desigualdades educacionais e da concentração de renda, onde as classes pobres estavam destinadas a uma educação voltada ao mundo do trabalho.

Imagem 57: Reportagem sobre concessão de novas bolsas

Estudantes pobres aplaudem concessão de novas bôlsas

Niterói — O secretário Elio Monerat Solon de Fontes, da Educação, informou que repercutiu favoravelmente nos meios estudantis do Estado do Rio, a medida adotada pelo governador Geremias Fontes, considerada das mais humanas, autorizando a renovação de tôdas as bolsas de estudo existentes e concedendo mais mil novas para o corrente ano.

Nêsse sentido, esclareceu o titular da Pasta de Educação, foi determinada a revisão e simplificação dos formulários para a concessão das novas bolsas, dispensando dos candidatos, tôda a documentação anteriormente exigida, com excessão do comprovante da precária situação financeira dos que serão beneficiados. (AFI).

Fonte: “O São Gonçalo”: 22 de março, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Estudantes pobres aplaudem concessão de novas bolsas

Niterói – O Secretário Élio Monerat Solon de Fontes, da Educação, informou que repercutiu favoravelmente nos meios estudantis do Estado do Rio, a medida adotada pelo governador Geremias Fontes, considerada das mais humana, autorizando a renovação de todas as bolsas de estudo existentes e concedendo mais mil novas para o corrente ano.

Nêsse sentido, esclareceu o titular da Pasta da Educação, foi determinada a revisão e simplificação dos formulários para a concessão das novas bolsas, dispensando dos candidatos, toda a documentação anteriormente exigida, com excessão do comprovante da precária situação financeiras que serão beneficiados. (AFI) (“O São Gonçalo, 22/03/1967).

No primeiro semestre de 1967 o Secretário de Educação Élio Monerat Solon de Fontes divulgou a renovação de todas as bolsas de estudo e a liberação de mais mil bolsas para o ano letivo. Para agilizar o processo de concessão de bolsas e pagamentos, foi dispensada a apresentação dos documentos exigidos nos anos anteriores, sendo necessário apenas o comprovante da situação financeira. O procedimento facilitou os inúmeros desvios de recursos públicos como a existência de “alunos fantasmas”, pagamento das bolsas em duplicidade e sonegação dos impostos a serem recolhidos.

No decorrer da política privatizante da educação brasileira tivemos outras formas de concessão do financiamento público, tais como: a Bolsa de Obrigatoriedade Escolar e de Compensação. A Bolsa de Obrigatoriedade Escolar foi disponibilizada às crianças da faixa etária de 7 a 14 anos que não conseguiam a vaga em escola pública próximas da sua moradia. Em geral, atendiam aos alunos/as moradores/as da periferia, “onde a rede pública é pequena. Em seu lugar, proliferam escolas privadas que subsistem às custas das bolsas de estudo, conferidas, tradicionalmente pela intermediação político-partidária” (CUNHA; GÓES, 1985, p. 46).

A Bolsa de Compensação consistia na transformação do imposto sobre serviços do imposto predial e territorial urbano a ser recolhido pelas escolas em bolsas de estudo. As escolas com débito comunicavam à Secretaria de Educação o quantitativo de bolsas de compensação a ser oferecida, “em lugar de pagar o ISS e o IPTU, e a secretaria indica os alunos que serão beneficiados, conforme critério de carência econômica. Até 1983, as escolas poderiam converter todo o imposto devido em bolsas de estudo” (Ibid., 1985, p. 46).

As variações dos acordos financeiros entre o Estado e a escola privada permitiu enriquecimento de centenas empresas no Brasil, como visto anteriormente. Sendo assim, os preceitos republicanos do ensino público obrigatório e gratuito possibilitando às camadas populares uma “via de acesso à participação na vida econômica, de forma menos

discriminante e mais justa” (FARIA; SOUZA, 2008, p. 4), levando a uma participação social mais crítica, tornaram-se cada vez mais distantes e distorcidos.

Assim, nas palavras de Anísio Teixeira em alusão à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, naquele momento (1960) em processo de votação na Câmara Federal, a intenção parecia a de “conceder categoria pública ao ensino privado. Realmente, parece que algo de incoercível compele o país a fazer do público o privado, ou seja, a dar ao privado as regalias e privilégios do público” (TEIXEIRA, 1960, p. 16).

A firmeza intelectual capaz de vislumbrar o futuro no presente levou-nos a pensar em Anísio Teixeira também como um “profeta do caos”. Em 1960, ao afirmar que a legislação educacional estava promovendo a oficialização dos colégios particulares na direção do sistema de ensino brasileiro trouxe à tona a discussão sobre a participação da iniciativa privada na esfera pública.

Para Teixeira (1960) “o particular não é convocado a agir como público, mas é convocado a participar dos órgãos públicos, no caráter de privado e para representar, dentro do público, o privado. Ora, isto é, exatamente, dar ao privado as regalias do público” (Ibid., 1960, p. 17). Cabe destacar um dos pilares da política educacional pós 1964: o fortalecimento da iniciativa privada, o “desinteresse” do Estado nas áreas sociais, no caso a educação, uma expansão a um preço alto e de baixa qualidade para os mais pobres aliados ao surgimento dos conglomerados educacionais que, nos dias atuais, disputam espaço com o ensino público.

As características acima cunharam a educação local sendo reflexos da ineficácia do monopólio estatal em cumprir seu dever prioritário: favorecer uma educação pública de qualidade ao povo brasileiro. E, neste quesito ainda temos muitas ações a serem encaminhadas...

3.5 Primeira Capa: publicações sobre professores/as e alunos/as

A escola brasileira é que lhe irá ensinar a compreender o Brasil. Mostrar-lhe a sua evolução, apresentar-lhe a sua estrutura social em transformação, indicando-lhe os defeitos arcaicos e as qualidades novas em surgimento, dar-lhe consciência dos seus triunfos e dos seus característicos, com exaltação dos aspectos originais – a sua democracia racial, por exemplo – e crítica aos delitos maiores: a insensibilidade, por exemplo, para com a imensa parcela ainda desintegrada da nação – os analfabetos, os miseráveis, a população rural que vegeta por esse imenso país afora: o espírito de aproveitamento, que o estado de pobreza gera em todos sobem à tona e escapam à desgraça de ser no país apenas povo, a corrupção generalizada que é, mais do que tudo, manifestação da alienação, de que o Brasil não é um bem comum, mas algo antes apropriado por privilegiados e hoje assaltado pelos que conseguem tomar um pouco das mãos de tais privilegiados e ganhar, deste modo, o direito de também explorá-lo em seu próprio benefício (TEIXEIRA, 1976, p. 322).

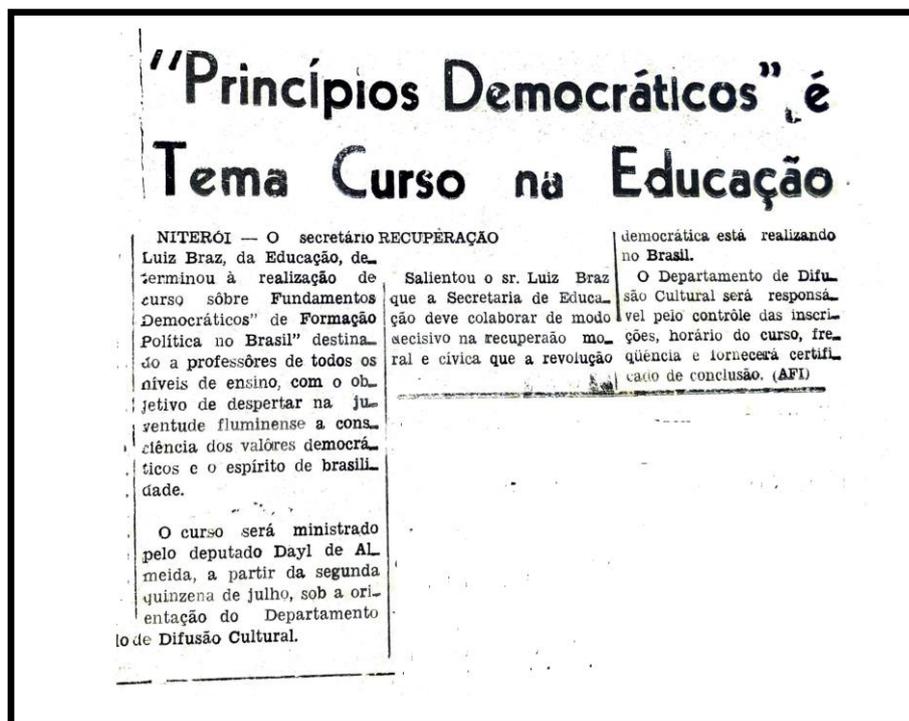
A contemporaneidade de Anísio Teixeira afetou as leituras da escola pública brasileira. Ao afirmar que a compreensão do Brasil se vinculava ao protagonismo da educação para todos/as, o autor trouxe à tona temas como analfabetismo, desigualdade social, corrupção, privatização e miséria. O Brasil visto por Anísio deveria ser atravessado por ações de valorização do espaço público, pois só ele seria capaz de possibilitar um projeto de nação cuja identidade é o reconhecimento da “aguda consciência de toda e qualquer situação de privilégio, acompanhada do desejo real e profundo de reparar essa situação de privilégio com os sacrifícios necessários à correção da injustiça” (TEIXEIRA, 1976, p. 322).

A superação dos privilégios sociais e políticos via escola pública, na concepção “anisiana” são as formas primordiais da tomada de consciência atreladas a uma justa responsabilidade pública: nacionalizar o Brasil para todos/as os cidadãos. Por outro lado, o protagonismo dos/as sujeitos/as que cotidianamente atuam no espaço público escolar do ontem e do hoje, foram redefinidos, principalmente no que tange à identidade nacional pós-extinção dos Grupos Escolares na década de 1970.

E, com as várias mudanças na legislação educacional, em especial pós-golpe de 1964, os altos índices de evasão, repetência, ausência de vagas para todos os/as alunos/as em idade escolar, forte investimento nas escolas particulares e demais mazelas acabaram encontrando solo fértil no sistema público de ensino. Em uma ação coordenada e pensada em atendimento ao capital internacional, com vistas ao favorecimento de mão-de-obra minimante instruída para ter suas forças de trabalho “vendidas” ao mercado industrial e comercial.

Um plano educacional bem articulado e divulgado nos meios de comunicação e respaldados em âmbito legal, que em inícios do regime ditatorial encontrou “brechas” para a exposição das reivindicações na área.

Imagem 58: Reportagem sobre Curso na Educação



Fonte: “O São Gonçalo”: 24 de junho, 1964

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

“Princípios Democráticos” é Tema Curso na Educação

Niterói – O Secretário Luiz Braz, da Educação, determinou à realização de curso sobre Fundamentos Democráticos “de Formação Política no Brasil” destinado a professores de todos os níveis de ensino, com o objetivo de despertar na juventude fluminense a consciência dos valores democráticos e o espírito de brasilidade.

O curso será ministrado pelo Deputado Dayl de Almeida, a partir da segunda quinzena de julho, sob a orientação do Departamento de Difusão Cultural.

RECUPERAÇÃO

Salientou o sr. Luiz Braz que a Secretaria de Educação deve colaborar de modo decisivo na recuperação moral e cívica que a revolução democrática está realizando no Brasil. O Departamento de Difusão Cultural será responsável pelo controle das inscrições, horário do curso, frequência e fornecerá certificado de conclusão (AFI) (“O São Gonçalo”, 24/06/1964).

O processo de implantação do Golpe civil-militar no Brasil teve seu auge no mês de março de 1964, onde os direitos políticos foram cassados e o sistema democrático interrompido. No entanto, segundo o registro do impresso, alguns meses após o fato, o

Secretário de Educação determinou a realização de uma formação para os/as professores/as sob tema: “fundamentos democráticos”. Mas, como discutir a consciência dos valores democráticos durante um regime de exceção?

No Brasil, presumivelmente foi possível! As ações desenvolvidas nos meses iniciais do golpe foram decisivas para as políticas educacionais da ditadura. Cunha (2014) aponta que “não houve uma política educacional da ditadura. O uso do plural é mais adequado, pois várias políticas educacionais segmentadas foram formuladas e implementadas, parte delas contraditórias”, tal como o exemplo apresentado na reportagem.

No ano de 1966 o decreto presidencial determinou ao Ministério da Educação o estímulo, em todo país, da educação moral e cívica, como registrado abaixo:

Imagem 59: Reportagem sobre Educação Cívica



Fonte: “O São Gonçalo”: 3 de janeiro, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Educação Cívica é obrigatória

Por decreto, o governo federal tornou obrigatória, em todo o território nacional, a educação cívica, nas escolas. Para tanto, editará a Cartilha Cívica do Povo Brasileiro, que será enviada às escolas, com cópias do decreto do presidente da República Castelo Branco. Restabelece-se, assim, a educação cívica, que já figurou nos currículos escolares, até por volta de 1930. O diretor da Divisão Extra-Escolar do Ministério da Educação, sr. Jorge Boaventura, afirmou que a educação cívica não era tão importante antigamente, mas é hoje de grande valor quando os processos de comunicação do mundo moderno trazem tantos fatores que perturbam o desenvolvimento conveniente da sociedade – o desenvolvimento da personalidade nacional. Em meados de 1967, o Ministério da Educação promoverá um concurso nacional, aberto a todos os cidadãos do país, civis e militares, para a elaboração da Cartilha. Êste será o primeiro passo para se fazer cumprir o decreto-lei 58.023, de março de 1966, que tornou obrigatório o ensino da Educação Cívica. Sugeriu-se ao ministro da Educação que convide um dos membros do Estado-Maior das Fôrças para compor a comissão que julgará os trabalhos apresentados. Na Cartilha, a Educação Cívica deverá ser tratada em termos altos e amplos devendo ser exaltado não apenas o amor à Pátria, mas também os valores que compõem a formação cívica do povo brasileiro (“O São Gonçalo”, 3/01/1967).

A Cartilha Cívica do Povo consistia nos conteúdos, que anos depois, integraria a disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica pela Lei nº 5692 de 1971⁸¹. Os/as alunos/as, responsáveis, professores/as, diretores/as e todos os profissionais da educação nacional (básica e superior) a partir daquela data, obrigados a cursar tal disciplina.

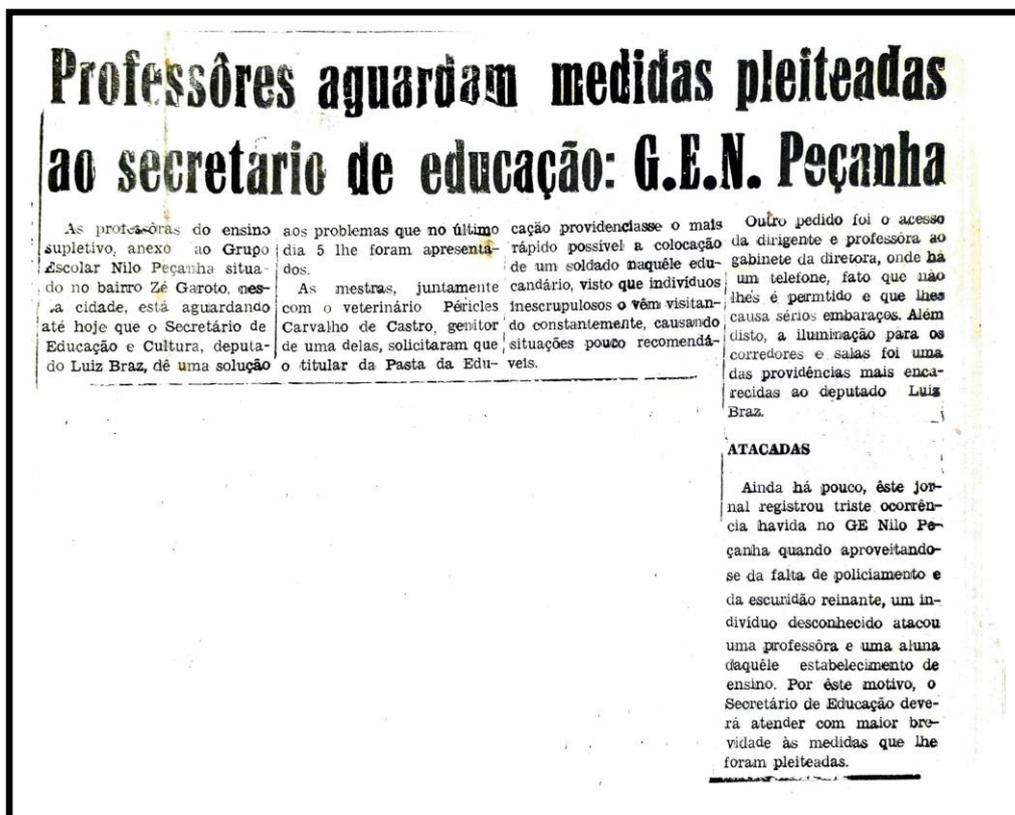
Os impactos da formação na trajetória escolar daquela sociedade no período de vigor da lei não são passíveis de ser mensurados, e nem tenho a intenção. No entanto, os objetivos da implantação da disciplina estavam atrelados ao civismo, obediência, integração na comunidade, “aprimoramento no caráter”, dedicação à família, dentre outros, com vistas “a preencher o “vácuo ideológico” deixado na mente dos jovens, para que não fosse preenchido pelas insinuações materialistas e esquerdistas” (GÓES; CUNHA, 1985, p. 74).

O golpe atravessou todas as esferas da sociedade brasileira, agravando a falta de estrutura das escolas nas cidades e no campo. O discurso em prol da ordem, amor à pátria, moral, dentre outros, não garantiu o pleno funcionamento das escolas recém-inauguradas ou as já existentes. Na cidade de São Gonçalo eram constantes as mobilizações em prol das melhorias das condições das escolas, no que tange às reformas, iluminação, segurança, falta de professores, falta de merenda etc.

⁸¹ Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 27 agosto 2022.

Imagem 60: Reportagem sobre reivindicação dos professores



Fonte: "O São Gonçalo": 28 de outubro, 1964

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

As professoras do ensino supletivo, anexo no Grupo Escolar Nilo Peçanha situado no bairro Zé Garoto, nesta cidade, está aguardando até hoje que o Secretário de Educação e Cultura, deputado Luiz Braz, dê uma solução aos problemas que no último dia 5 lhe foram apresentados. As mestras, juntamente com o veterinário Péricles Carvalho de Castro, genitor de uma delas, solicitaram que o titular da Pasta da Educação providenciasse o mais rápido possível a colocação de um soldado naquele educandário, visto que indivíduos inescrupulosos o vêm visitando constantemente, causando situações pouco recomendáveis. Outro pedido foi o acesso da dirigente e professora ao gabinete da diretora, onde há um telefone, fato que não lhes é permitido e que lhes causa sério embaraços. Além disto, a iluminação para os corredores e salas foi uma das providências mais encarecidas ao deputado Luiz Braz. Atacadas Ainda há pouco, este jovem Jornal registrou triste ocorrência havida no GE Nilo Peçanha quando aproveitando-se da falta de policiamento e da escuridão reinante, um indivíduo desconhecido atacou uma professora e uma aluna daquele estabelecimento de ensino. Por este motivo, o Secretário de Educação deverá atender com maior brevidade às medidas que lhe foram pleiteadas ("O São Gonçalo", 28/10/1964).

O registro Jornalístico apontou as necessidades das professoras trabalhadoras do ensino noturno do Grupo Escolar Nilo Peçanha, relativas à segurança, iluminação e acesso ao telefone existente no gabinete da diretora. A solicitação remeteu-se diretamente ao Secretário

Estadual de Educação e não ao Secretário Municipal, e o jornal apresentou a presença do pai de uma das alunas na composição do coletivo que aguardava uma solução.

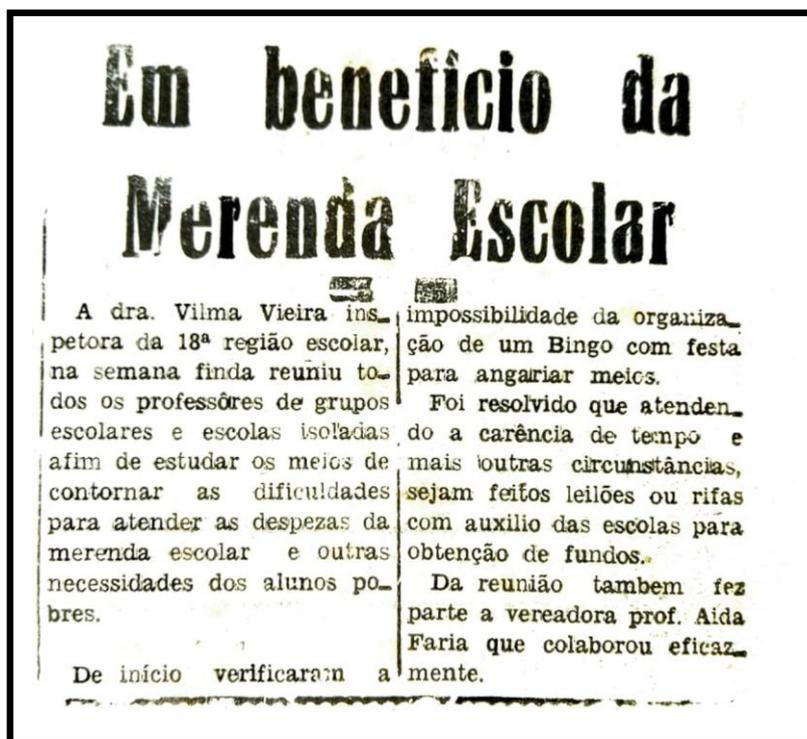
As demandas acima, no contexto atual, poderiam ter sido atendidas pelo poder municipal. No entanto, no contexto estudado foi mais latente o uso da “cultura política centralizadora do Estado brasileiro, tributária da estrutura administrativa da colônia portuguesa: o autoritarismo de regimes ditatoriais que campearam em nossa história republicana” (ALVARENGA, 2008, p. 120).

O processo de reconhecimento dos municípios como instância administrativa ocorreu na Constituição Federal de 1988 e, de certa forma, resultou dos movimentos históricos de mobilizações e lutas populares em proteção aos direitos sociais, políticos e educacionais. Ao incorporar os princípios democráticos e de descentralização na gestão pública, a Carta Magna “reconfigurou a arquitetura política e institucional da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, conferindo aos municípios dimensões políticas mais ampliadas e sem precedentes na história brasileira republicana” (Ibid. 2008, p. 121).

Entretanto, no contexto da ditadura civil-militar o Estado democrático de direitos foi ameaçado, e a centralização política tornou-se mais aguçada, dificultando questões básicas para o desenvolvimento da política educacional.

Uma das questões publicadas em diversos noticiários foi a falta de merendas, ausência de reformas nas escolas e a realização via mobilização popular de eventos com vistas a arrecadação de recursos para tais fins, como podemos visualizar a seguir:

Imagem 61: Reportagem sobre Merenda Escolar



Fonte: "O São Gonçalo": 28 de abril, 1964

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

A dr. Vilma Vieira inspetora da 18ª região escolar, na semana finda reuniu todos os professores de grupos escolares e escolas isoladas afim de estudar os meios de contornar as dificuldades para atender as despesas da merenda escolar e outras necessidades dos alunos pobres. De início verificaram a impossibilidade da organização de um Bingo com festa para angariar meios. Foi resolvido que atendendo a carência de tempo e mais outras circunstâncias, sejam feitos leilões ou rifas com auxilio das escolas para obtenção de fundos. Da reunião também fez parte a vereadora prof. Aida Faria que colaborou eficazmente ("O São Gonçalo", 28/04/1964).

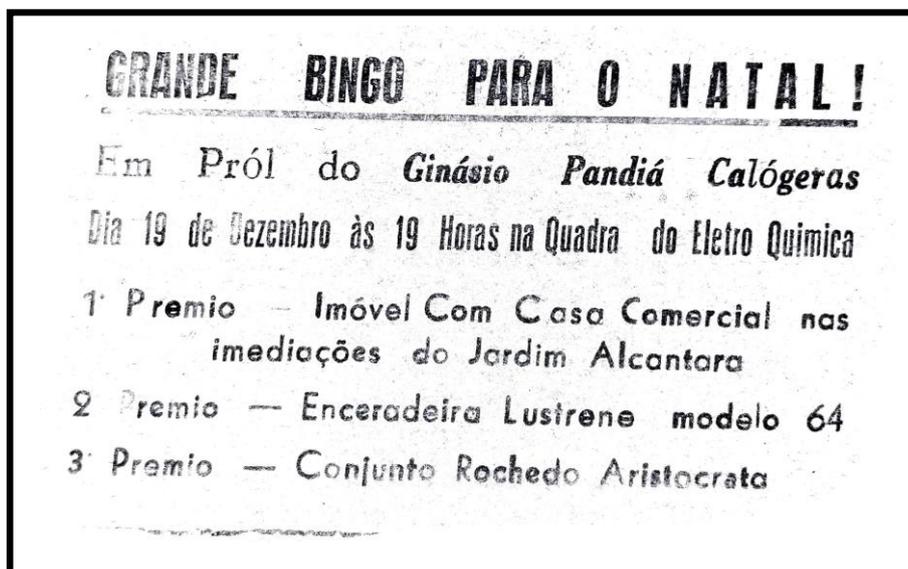
As notícias relativas à manutenção das escolas na cidade de São Gonçalo eram comuns no impresso, principalmente nos relatos das ausências na infraestrutura das instituições escolares. Eram comuns a organização de encontros de professores com o poder público ou comerciantes locais para traçar estratégias que viessem suprir serviços, insumos, recursos humanos ao bom funcionamento das escolas.

Na situação acima, a Inspetora da Regional da cidade reuniu-se com professores para que, coletivamente, "contornassem as dificuldades para atender as despesas da merenda escolar e outras necessidades". As festas escolares, bingos, rifas e contribuições das famílias para o Caixa Escolar, eram utilizadas como importante fontes de recursos financeiros voltados

para o bem comum: o funcionamento da escola local.

Uma boa amostra foram os inúmeros bingos realizados em prol da construção da quadra esportiva do Ginásio Pandiá Calógeras – localizado no bairro do Alcântara. Ao longo do período de estudo foram encontradas em média seis ações voltadas para arrecadação de recursos com fins de obras e merenda escolar, como compartilhado abaixo:

Imagem 62: Anúncio de bingo no Ginásio Pandiá Calógeras



Fonte: “O São Gonçalo”: 8 de dezembro, 1964

As ações comunitárias, religiosas e filantrópicas de contribuições em todas as áreas do ensino público atravessaram a história da educação brasileira, e faz-se necessária a problematização. A escola pública é o instrumento da integração da sociedade republicana, onde o Estado democrático não é, apenas, “o Estado que a promove e difunde, mas o Estado que dela depende como condição *sine qua non* do seu próprio funcionamento e de sua perpetuação” (TEIXEIRA, 1996, p. 48).

Assim, nos sistemas democráticos, uma das garantias de igualdade de oportunidades é garantida pela escola pública de qualidade, com aplicação dos recursos garantidos em lei, gestão democrática, universalização do acesso e garantia da permanência. No contexto estudado, existia também uma agenda de lutas populares no tocante à oferta de vagas nas escolas públicas, e nos dias atuais este cenário se faz presente, como apontou a reportagem do ano de 2019 do Jornal “O São Gonçalo” – versão digital.

Imagem 63: Pais de alunos reclamam de falta de vagas em escola de São Gonçalo⁸²

Fonte: “O São Gonçalo”: 9 de fevereiro, 2019

A fila de responsáveis em frente a uma das escolas municipais da cidade de São Gonçalo aponta que o direito à educação é garantido por lei, mas nem sempre efetivado nas políticas públicas. E, segundo Teixeira (1996) a educação faz-se um direito de todos e condição primordial para a existência social dos cidadãos a ser defendido pelo Estado, e o fator fundamental é a matrícula de crianças, jovens e adultos.

Para tal, a descentralização administrativa nos municípios foi necessária na medida em que estabeleceu relações entre a sociedade e o Poder Público, mas isso é condicionado à ampliação dos “canais de participação popular e no estabelecimento de relações sociais e políticas substancialmente democráticas” (ALVARENGA; TAVARES, 2005, p. 146).

Em meados da década de 1960, as lideranças das políticas antidemocráticas tiveram que lidar com situações em âmbito local e nacional, relacionadas às insatisfações populares em relação às políticas públicas, em especial no campo educacional, tais como a pressão pelo aumento de vagas nas escolas públicas.

⁸² <https://www.osaogoncalo.com.br/geral/57549/pais-de-alunos-reclamam-de-falta-de-vagas-em-escola-de-sao-goncalo> Acesso: 28 de agosto 2022.

Imagem 64: Jovens invadiram escola: falta de matrículas



Fonte: "O São Gonçalo": 23 de março, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Cerca de quinhentos jovens, entre 12 e 18 anos, invadiram as dependências do Grupo Escolar "Nilo Peçanha" no bairro "Zé Garoto", nesta cidade, após esperarem por várias horas para eu fossem matriculados nas séries daquele educandário. Pouco depois de iniciada a invasão, chegava ao local um choque do 1º Batalhão da Polícia Militar, comandado pelo cabo Paulo de Oliveira, e uma guarnição da Delegacia Regional, chefiada pelo comissário Archimedes, que conseguiram debelar o tumulto.

IRRITAÇÃO

Segundo ficou apurado, centenas de jovens aguardavam fazer suas matrículas no GENP e, depois de algumas horas mostrava-se irritados. Ao serem informados de que não havia mais vagas, começaram a fazer um tumulto e acabaram por invadir as dependências do educandário, quebrando vidraças e causando ferimentos leves em duas crianças.

DOMINIO

A professora Nadir Pastor de Castro, tão logo sentiu a irritação das centenas de jovens, foi à Delegacia Regional, onde comunicou o fato, havendo o comissário Archimedes pedido um choque ao 1º BPM rumado para o local, ali chegando quando a invasão já estava se processando. Felizmente, o tumulto foi dominado e os jovens dispersados, sem que fosse preciso o emprego da força.

("O São Gonçalo", 23/03/1967)

Segundo a notícia, a invasão dos jovens ocorreu devido à inexistência de vagas no Grupo Escolar Nilo Peçanha, provocando alvoroço no local. Um fato curioso é que a reportagem é do final do mês de março de 1967, e ainda neste tempo havia um grupo de "cerca de quinhentos alunos" aguardando por vagas para estudar.

Um retrato da situação educacional da cidade e do país que, ao longo do século XX, vivenciou o processo de crescimento da demanda escolar, própria de um país predominantemente rural, "para serviços educacionais em grande escala, acompanhando o

aumento populacional e o crescimento econômico que conduziu a altas taxas de urbanização e industrialização” (SAVIANI, 2014, p. 48).

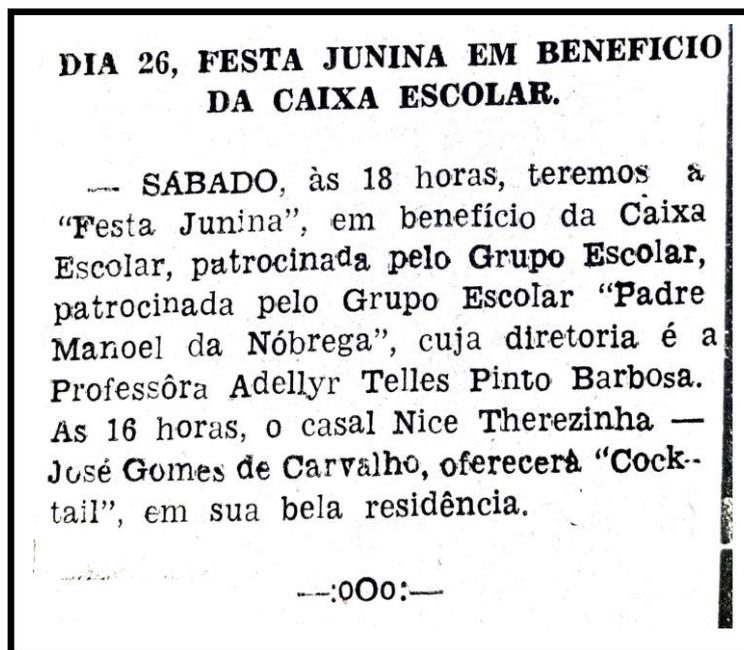
A eclosão dos Estados Nacionais ao longo do século XIX ocorreu com investimentos na criação dos sistemas de ensino, com vistas à superação do atraso econômico, erradicação do analfabetismo e democratização da educação escolar. No Brasil Republicano houve “atraso” na formulação de políticas públicas voltadas para expansão da rede escolar, e assim foi feito em atendimento às demandas econômicas e sociais.

Assim, a “nacionalização do ensino” (XAVIER, 2005, p.3) iniciada nos anos 1930 salientou “uma ideia ambígua em relação aos mecanismos garantidores do mesmo, na medida em que determinava que o direito à educação devia ser assegurado tanto pela família quanto pelos poderes públicos” (XAVIER, 2005, p.4). A família e o Estado deveriam arcar com a educação, fragilizando o papel do Estado na obrigatoriedade de garantir ensino público a toda sociedade. Desta forma, o financiamento, aparelhamento da administração educacional, pagamento de professores, material didático, uniformes, alimentação e demais insumos necessários à oferta escolar, seriam pactuados entre ambos.

A Caixa Escolar foi um fundo escolar com “a finalidade de arrecadar fundos na forma de doações em dinheiro ou em materiais, que seriam destinados aos alunos pobres ou carentes, de modo a garantir sua permanência” (PETRY; SILVA; ZONIN; 2018, p. 2). Na prática, todos deveriam contribuir anualmente, exceto os estudantes pobres, e a gratuidade ao ensino poderia ser interpretada como um benefício e não um direito de todo cidadão brasileiro, não importasse sua condição social.

Na cidade de São Gonçalo a realização de eventos, festas, rifas e bingos nas escolas públicas, organizados por diretores e professores eram comuns, e as receitas arrecadadas eram em benefício da Caixa Escolar.

Imagem 65: Anúncio de Festa Junina em benefício da Caixa Escolar



Fonte: “O São Gonçalo”; 23 de junho, 1965

Os anúncios como este eram comuns nas páginas do jornal, geralmente no final de cada semestre. A participação da comunidade local era intensa e também noticiada pelo impresso. A organização do evento pelas professoras, a mobilização dos estudantes em prol da sua realização, a instituição escolar como palco da atividade, somados aos objetivos filantrópicos do Caixa Escolar, garantiam a “perfeita harmonia” entre o Estado e as famílias.

A ação social expressada através da cultura pedagógica e viabilizando o equilíbrio social, um casamento perfeito tendo a cidade como testemunha, com o maior número possível de participantes. Nestes momentos as alianças eram postas em prol dos grupos dominantes do poder local, tal como ocorre nos dias atuais. E tudo era registrado sob as lentes dos fotógrafos e jornalistas, em “grandes e pequenas reportagens”, conforme a relevância do coletivo envolvido.

Em geral, os registros do “O São Gonçalo” eram referentes a eventos realizados em escolas da região central da cidade. As escolas localizadas nos loteamentos, em geral, eram citadas apenas quando apresentavam algum problema como: falta de água, enchentes, problemas estruturais ou falta de professores.

A leitura feita é que nas regiões mais próximas ao Centro da cidade refletia no imaginário social a figura do gonçalense próspero e civilizado, já que estas áreas usufruíam de

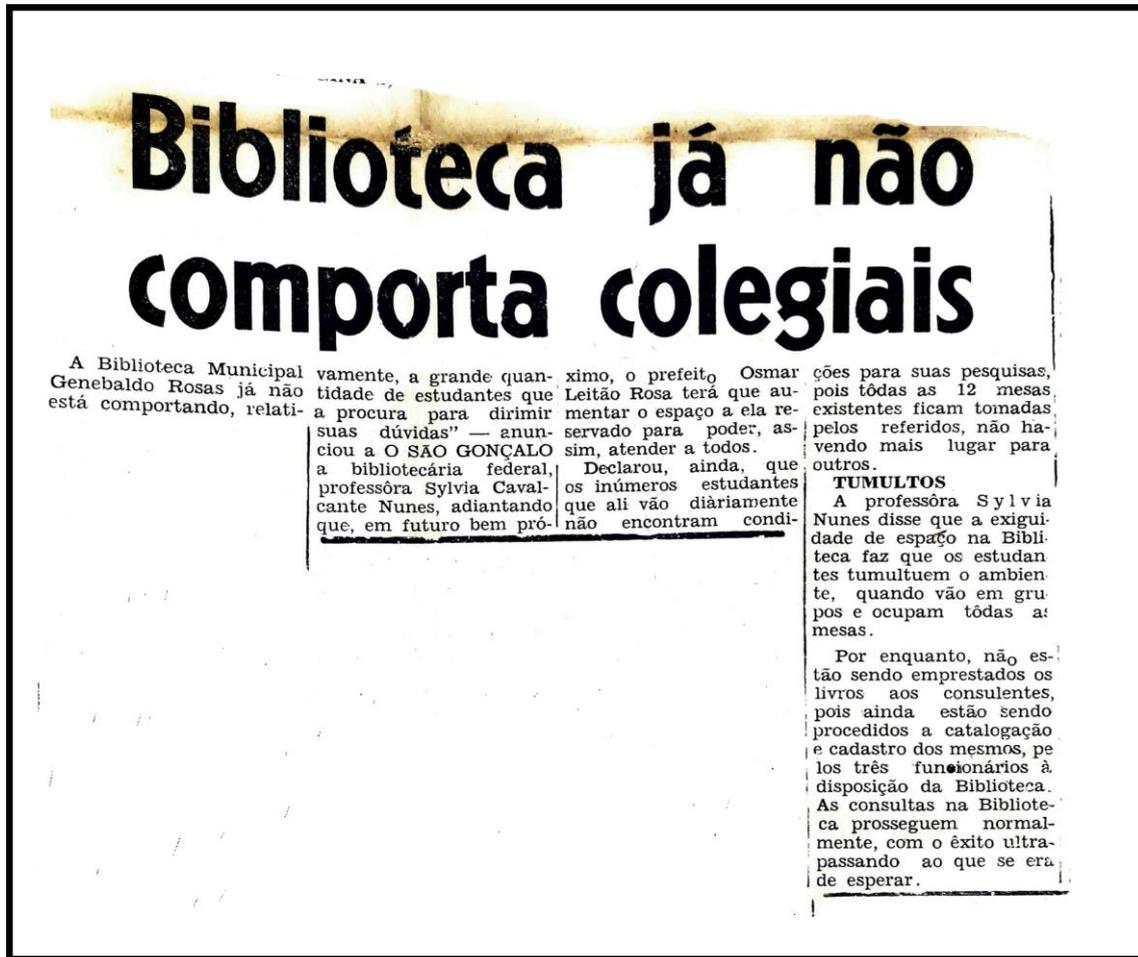
condições básicas de moradia, tais como: transporte, iluminação e saneamento básico. Uma cidade nem sempre sentida, mas por todos os moradores, vivida em suas contradições e ambiguidades, pois é “neste lugar que se vive que se realiza o cotidiano, sendo dessa forma que esse cotidiano ganha expressão mundial” (TAVARES, 2012, p. 288).

Nessa perspectiva, a leitura do território da cidade foi necessária. A tentativa foi compreender, como pesquisadora e moradora, os desafios que os sujeitos da São Gonçalo da década de 60 poderiam ter vivenciado. A investigação do local conduziu-se através das “decifrações do passado” (GINZBURG, 1989, p. 153) reveladas nas páginas do “O São Gonçalo” e também, envoltas nas memórias afetivas. Assim, o local reconstruído possuiu um contorno territorial familiar.

Neste sentido, a apresentação dos fatos relacionados aos professores/as e alunos/as no jornal são inúmeros. As publicações sobre as políticas relacionadas ao contexto educacional foram diárias, tanto na esfera local quanto na nacional, impossibilitando a investigação em sua totalidade. As imagens/reportagens apresentaram a cidade e a educação nelas praticadas, sendo orientadas pela busca de conhecimentos compromissados com o contexto local. E, assim, as zonas invisíveis à história da educação podem ser reveladas à medida que são compreendidas e problematizadas.

A falta de vagas, a criação de novas escolas, a educação no bojo das políticas populistas, o protagonismo da educação privada, a educação por dentro do golpe, dentre outras questões estamparam a pesquisa e o jornal. E, finalizando (ainda que transitório) o registro da fonte estudada sobre a demanda dos/as alunos/as em relação ao atendimento educacional na cidade fora do espaço escolar: a Biblioteca Municipal.

Imagem 66: Reportagem sobre biblioteca municipal



Fonte: “O São Gonçalo”, 3 de junho, 1967

TRANSCRIÇÃO DA REPORTAGEM

Biblioteca já não comporta colegiais

A Biblioteca Municipal Genebaldo Rosas já não está comportando, relativamente, a grande quantidade de estudantes que a procura para dirimir suas dúvidas” – anunciou a O SÃO GONÇALO a bibliotecária federal professora Sylvia Cavalcante Nunes, adiantando que, em futuro bem próximo o prefeito Osmar Leitão Rosa terá que aumentar o espaço reservado para poder, assim, atender a todos. Declarou, ainda, que os inúmeros estudantes que ali vão diariamente não encontram condições para suas pesquisas, pois todas as 12 mesas existentes ficam tomadas pelos referidos, não havendo mais lugar para outros. **TUMULTOS**

A professora Sylvia Nunes disse que a exiguidade de espaço na Biblioteca faz que os estudantes tumultuem o ambiente, quando vão em grupos e ocupam todas as mesas. Por enquanto, não estão sendo emprestados os livros aos consulentes, pois ainda estão tendo procedidos a catalogação e cadastro dos mesmos, pelos três funcionários à disposição da Biblioteca. As consultas na Biblioteca prosseguem normalmente, com o êxito ultrapassado ao que se era de esperar (“O São Gonçalo”, 3/6/1967).

A reportagem apontou a negação do uso da cidade aos seus cidadãos. A escassez de equipamentos públicos, o crescimento das matrículas, a necessidade da ampliação do direito à educação através da cidade e da escola. E, o jornal como porta-voz das ações do Estado e dos processos históricos constituídos na sociedade. Mas, sob quais interesses?

Não obstante, o jornal apresentou as tramas invisibilizadas que teceram a política educacional no município de São Gonçalo do período de 1963-1967, e que compõem a historiografia da educação local. Em síntese, o protagonismo da fonte possibilitou “uma escuta sensível para as diferentes vozes escolares sobre a cidade” (TAVARES, 2012, p. 302), tendo como ponto de chegada e partida os indícios encontrados, que enquanto revelam também interrogam. E, nesta busca a educação se reconstrói!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pelo passado remeteu ao presente com uma perspectiva de “acerto de contas”. Uma oportunidade de conhecê-lo, já que o “passado nunca se entrega a nós, mas nos envia sinais cifrados do seu misterioso desejo de redenção” (NUNES, 1992, p. 7). Uma redenção revelada a seu bel prazer a partir dos vestígios e pistas (re)conhecidas ou não. E, o processo desta pesquisa foi uma tentativa de resgate do passado com base nas fontes escolhidas e a interrogação das mesmas, iluminadas pelo conhecimento do presente.

O ato de pesquisar foi solitário e transformador! Do pesquisador/a espera-se a defesa e clareza do seu tema e o domínio do arcabouço teórico metodológico, que muitas vezes se torna mais compreensível no decorrer da investigação. Mas, para quem pesquisamos ou escrevemos? Há quem se destina um trabalho minucioso de democratização dos conhecimentos ora produzidos? Este parece ser um dos nossos impasses, nós, pesquisadores da área de ciências humanas.

No entanto, neste trabalho investigativo da história da educação na cidade de São Gonçalo, o destino pretendido é a valorização e fortalecimento da educação pública, mediante a compreensão da sua importância na constituição da identidade local e nacional. E, assim caminho para as considerações finais da tese cujo título é: “A EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DO “O SÃO GONÇALO”: política educacional no Município de São Gonçalo (1963-1967)”.

A tese iniciou-se com um breve relato sobre a pesquisa realizada nos tempos de pandemia e um pequeno memorial de formação, seguido dos capítulos organizados com vistas aos objetivos construídos inicialmente. As análises das reportagens do jornal local “O São Gonçalo” foram fundamentais para a produção dos conhecimentos referentes ao período estudado: os anos de 1963 à 1967, período da história onde a democracia foi novamente golpeada e a sociedade brasileira amordaçada.

O uso do impresso como fonte e objeto da investigação norteou as discussões sobre a política educacional adotada no período, seja em nível local ou nacional, pois ambas se conectam e ganham sentidos quando agregadas. O papel da imprensa na produção das subjetividades, na construção das identidades, na consolidação dos projetos de poder e na organização social. A “materialidade efêmera” (CAMPOS, 2012) possibilitou as leituras das políticas e ações desenvolvidas na cidade, objetivando a “escrita possível” da história da educação fluminense.

A versão da história produzida inseriu-se no contexto do “populismo gonçalense à moda Joaquim Lavoura”, prefeito da cidade por três vezes, e líder do movimento intitulado “Lavourismo”, estabelecido no momento de transformações da Cidade. As transformações na cidade de São Gonçalo ocorreram em um momento singular de forte industrialização, crescimento populacional e grande número de loteamentos, surgidos entre as décadas de 1950 e 1970.

Sendo assim, a política educacional desenvolvida visou o aumento do número de vagas nas escolas, seja pela iniciativa privada ou pública, construção de novas escolas, parceria com comerciantes ou empresários locais para doação dos terrenos, ações filantrópicas para reformas de escolas e mobilização de políticos locais e uma parcela da sociedade para a construção do Instituto de Educação na cidade.

Com as restrições dos direitos causados pelo Golpe de 1964, a educação nacional encaminhou-se para um caráter profissionalizante, privatista e desigual, com os Grupos Escolares muitas vezes direcionados à população dos loteamentos, e a farta distribuição de bolsas de estudos nas escolas particulares conceituadas da cidade.

O Golpe de 1964 foi retratado pelo periódico como uma Revolução, e ao longo das edições futuras, tal fato foi exaltado como a única possibilidade de afastar o Brasil do “perigo do comunismo”, destruição da família e atraso social (qualquer semelhança com o presente não é mera coincidência), já que a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001, p. 65).

A relação da família Belarmino de Mattos na figura do Capitão Belarmino, fundador do jornal “O São Gonçalo”, com a política local era de proximidade. O prefeito Joaquim Lavoura frequentava constantemente a redação do jornal, e as prestações de contas eram noticiadas pelo impresso anualmente. O grupo político de base do prefeito possuía espaço garantido nas reportagens sobre a vida política na cidade e no Estado, sendo sempre tratados como políticos honestos, trabalhadores e fiéis aos interesses da cidade.

Na eleição para deputado estadual no ano de 1962, o ex-prefeito Geremias de Mattos Fontes teve amplo apoio do impresso que, quase diariamente, exaltava os “feitos” do político, e do prefeito Joaquim Lavoura, afirmando que ambos eram “gente como a gente, povo de São Gonçalo”, e culminou com a vitória do mesmo para a Câmara Federal. Anos depois, Geremias de Mattos Fontes foi indicado pelos militares para ser o governador do Estado do Rio de Janeiro, fato comemorado em várias edições do jornal com reportagens sobre a infância humilde e a organização de uma caravana para a posse dele.

Assim, as informações vinculadas pelo jornal em relação à atuação política do prefeito Lavoura e seus discípulos, “ao mesmo tempo comunicava à população dos atos e decisões de seu governo, e também era utilizada como propaganda política dos candidatos do grupo lavorista. Em uma clara utilização da máquina administrativa a seu favor”. (BARRETO, 2004, p. 39).

O “O São Gonçalo” atuou como um dos meios mais importantes na socialização das ideias e propostas desenvolvidas na cidade, em uma clara relação entre imprensa e política. No entanto, em uma cidade cuja maioria da população era composta por analfabetos, as reportagens tinham uma circulação a partir da socialização da leitura e opiniões dos/as leitores/as.

As “enciclopédias do cotidiano” (LUCA, 2005, p.112) foram fundamentais para o estudo do passado da cidade e do país, no que tange à política educacional, e embora “a imprensa tenha sido acusada de conter apenas registros fragmentados do presente, realizados sob influxo de interesses, compromissos e paixões” (Ibid., 2005, p. 112), o interesse se deu nas zonas de silenciamento, nas alianças estabelecidas e na potencialidade da fonte como propagador de histórias. Afinal, no ato de pesquisar que fonte seria considerada completa e reveladora do passado em sua complexidade?

A cumplicidade dos políticos da cidade de São Gonçalo, de ambos os poderes, às lideranças do Golpe de 1964 mostrou-se frutífera. O jornal apresentou inúmeras situações de visitas ao município realizado pelo governador, com promessas de construção de obras públicas e liberação de verbas, culminando com a indicação do ex-prefeito para chefe do Executivo Estadual.

As políticas educacionais para a educação básica no período da ditadura civil-militar abarcaram os interesses do sistema capitalista, com a desnacionalização da educação determinada pelos Acordos MEC-USAID. Em síntese tivemos “a simbiose Estado-capital e a regeneração moral do indivíduo e da sociedade” (CUNHA, 2014, p. 357).

O programa de distribuição de bolsas de estudos para alunos/as pobres em escolas privadas, a profissionalização do ensino secundário via reformas educacionais, a expansão de escolas públicas nas localidades onde o atendimento das escolas privadas não fosse suficiente para absorver a demanda e a redução de turnos de aula nas escolas públicas visando uma “maior produtividade”, apresentou uma direção voltada para atendimento dos interesses do mercado. No entanto, “os militares brasileiros não eram privatistas. Ao contrário, sua disposição espontânea era estatista, o que ficou claro na economia” (Ibid., 2014, p. 359),

quando ocorreu a construção de várias empresas estatais. E, no campo educacional os integrantes dos gabinetes militares haviam estudado em escolas públicas e colégios militares, “que eram tidas por eles em alta conta, particularmente pela qualidade do ensino nelas ministrado” (Ibid., 2014, p. 359),

A concepção de regeneração moral consistiu na incumbência da escola em formar indivíduos ordeiros, civilizados, patriotas e aliados à moral da fé cristã. Neste quesito, a obrigatoriedade nos currículos escolares da disciplina Moral e Cívica significou o fortalecimento da unidade nacional via escola. Para tal, foi necessário construir escolas, pois como apontou o Presidente Getúlio Vargas nos anos de 1930, para “instruir, é preciso criar escolas” (XAVIER, 2005, p. 6).

Nos discursos políticos a crença na educação como *locus* civilizatório, com orientações e diretrizes centralizadas focadas no nacionalismo e na formação de mão-de-obra para as indústrias brasileiras foram explicitadas. Contudo, a educação para o desenvolvimento nacional necessitou de um arcabouço condizente com os objetivos da política nacional do momento.

Dessa forma, a “escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos” (SOUZA, 1998, p. 15). Com uma organização racional do tempo e das aprendizagens, com a homogeneização de resultados escolares, a escola brasileira é processualmente produzida, favorecendo à entrada das massas populares na escola. Na cidade de São Gonçalo tivemos a inauguração de 12 (doze) Grupos Escolares entre os anos de 1963 a 1967, em diversos loteamentos surgidos na década de 1950, e construídos com recursos públicos e com doações de empresários locais.

As inaugurações contavam com grande festa entre os moradores da localidade e eram retratadas passo a passo no “O São Gonçalo”. Era comum a vinda do governador do Estado, deputados, políticos locais e a presença das famílias que porventura realizasse alguma doação para a construção da escola. Um outro ponto interessante era a constante participação de Belarmino de Mattos nas inaugurações, na condição de convidado e não de repórter. As pistas apontaram que os momentos aglutinavam muitas famílias e serviam de propaganda política, com vistas ao fortalecimento do grupo que estava no poder, com o aval do jornal.

Um outro ponto de destaque ocorreu com a luta pela construção da Escola Normal na cidade, criada por lei no ano de 1961, teve seu efetivo funcionamento em sede própria somente no ano de 1966, após sucessivos embates com o Poder Público e a população que desejava o Curso Normal em um ginásio público. A grande maioria das cidades do Estado do

Rio de Janeiro possuíam um Instituto de Educação, e a população de São Gonçalo pleiteou o mesmo junto aos políticos. O percurso da criação do Instituto até seu efetivo funcionamento contou com ampla cobertura pela imprensa local, inclusive com pedidos ao deputado Aécio Nanci, que mais tarde batizaria o Instituto com o nome de sua genitora.

Enquanto a escola pública em São Gonçalo lutava pela sua existência, tivemos a ampliação considerável da rede privada, entre os anos de estudo. Nas páginas do “O São Gonçalo” haviam diariamente de três a quatro propagandas de escolas particulares, e após os incentivos públicos via Bolsa de Estudos e do salário educação, foram criadas ou ampliadas cerca de nove escolas particulares na cidade.

A primeira universidade particular de São Gonçalo – ASOEC e posteriormente, UNIVERSO, resultou do crescimento do Colégio Dom Helder Câmara, criado pelo casal de professores gonçalense Joaquim de Oliveira e Marlene Salgado de Oliveira no ano de 1959. Até os dias atuais, a rede privada na cidade de São Gonçalo agrega grande quantidade de escolas privadas, como exemplo temos a educação infantil, onde o quantitativo de escolas que oferecem Creche e Pré-escola da rede pública somam 101 (cento e uma) escolas; sendo que na rede privada temos um quantitativo de 417 (quatrocentos e dezessete) instituições⁸³ que ofertam as etapas da Educação Infantil.

O aumento das matrículas nos anos de 1960 teve uma relação direta com o crescimento de São Gonçalo que, em meados dos anos de 1940, vivenciou um “elevado processo de urbanização, em uma aglomeração urbana, reservatório de mão-de-obra barata, notadamente formada por emigrantes nordestinos” (PINHO, 2006, p. 171).

Nos anos de 1950 o território gonçalense vivenciou um movimento de “recorte” das fazendas dedicadas a citriculturas, vendidas aos trabalhadores que migravam para o município. Em geral, os loteamentos não possuíam os serviços prometidos no ato da compra, como: iluminação, saneamento básico, telefone e escola.

A pressão popular pelo direito à educação forçou as autoridades do município à ampliação das vagas, seja elas na rede pública ou privada, via bolsas de estudo. E, assim o populismo local validou o direito à escola dos/as alunos/as gonçalenses como uma política voltada para o reconhecimento da liderança popular, garantindo os votos dos eleitores, seja para outro cargo ou para a reeleição. Por outro lado, as promessas de transformação da sociedade via crescimento econômico foram à escolarização, progressivamente transformando o ensino primário e secundário no ensino de 1º e 2º graus técnico ou profissionalizante.

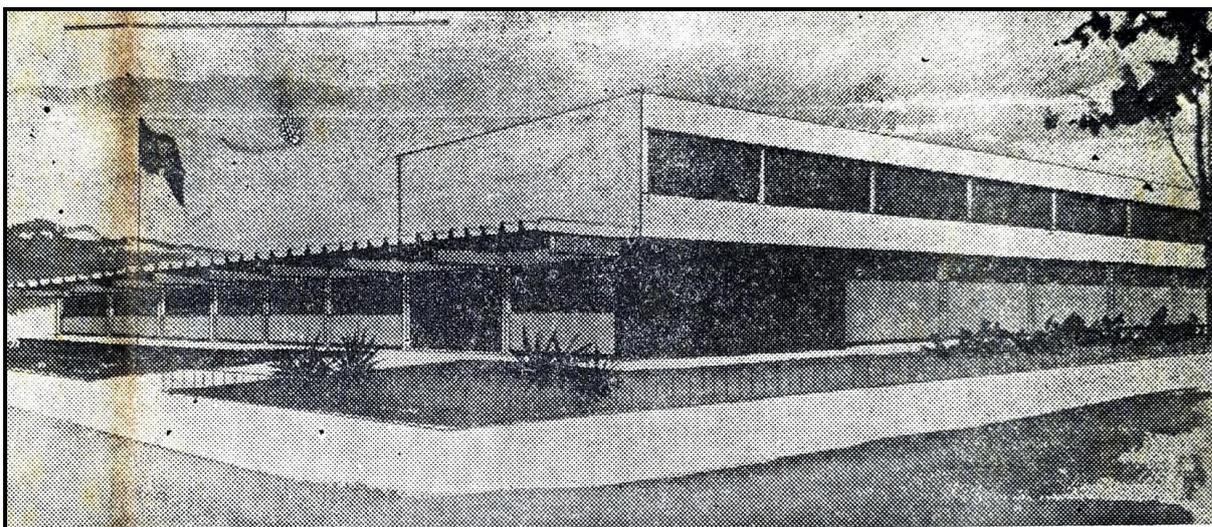
⁸³Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/saoncalo/pesquisa/13/78117?indicador=77883&ano=2018/> acesso em 24/01/2020. Acesso em: 01 de setembro 2022.

Os movimentos populares de Alfabetização de Jovens e Adultos foram interrompidos com o Golpe de 1964 e cinco anos depois uma nova proposta foi implantada pelo regime militar. Enquanto isso, os privatistas da educação ganhavam mais espaço no cenário educacional, e nas áreas periféricas a presença do Estado era representada pela construção do Grupo Escolar.

A política educacional na cidade de São Gonçalo estava atrelada à realidade histórica do país, e ainda que apresentasse algumas nuances próprias, a lógica organizativa do sistema escolar seguiu as orientações realizadas em nível nacional, costuradas pelos interesses estabelecidos entre as lideranças políticas.

Em termos de eficiência podemos afirmar que “O São Gonçalo” cumpriu o intuito de propagar as realizações do Executivo; de registrar os fatos históricos da cidade e da história da educação gonçalense permitindo resgatar os silenciamentos historiográficos “que, em geral, focaliza apenas os problemas da macro-história da educação” (FIGUEIRÊDO, 2010, p. 60).

Imagem 67: Prédio do G.E Nilo Peçanha



Fonte: “O São Gonçalo”: abril, 1967

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 25 agosto 2021

AGUIAR, Thiago Borges de; LEONARDI, Paula; PERES, Fernando Antônio. Ginzburg na oficina do historiador da educação: algumas considerações metodológicas. *Cadernos de História da Educação*, v.20, p.1-18, e029, 202.

ALVARENGA, Soares Márcia; TAVARES, Maria Tereza Goudard. Política Educacional, Poder Local e Extensão Universitária em São Gonçalo. In: Revista Advir: *Cotas um debate inconcluso*. Rio de Janeiro, nº 19, 2005.

_____. *Perspectivas em Políticas Públicas*. Belo Horizonte. Vol. 1 | Nº. 1 Jan/Jun, 2008

_____.; PEREIRA, Ana Valéria Dias. “Novas” percepções sobre trabalho docente no Brasil: notas para o debate atual. In: ALVARENGA, Márcia Soares de.; MAURÍCIO, Lúcia Velloso.; RIBETTO, Anelice. *Vozes da Educação: formação docente – experiências, políticas e memórias polifônicas*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014.

_____. A formação dos professores das infâncias e de jovens e adultos em São Gonçalo: desafios contemporâneos. In: ARAÚJO, Mairce. BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. *Experiências na Formação de Professores: memórias, trajetórias e práticas do Instituto de Educação Clélia Nanci*, Rio de Janeiro, Lamparina/FAPERJ, 2014.

_____. *Poder Local e Políticas Públicas para Educação em Periferias Urbanas do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Quartet, 2015.

_____. JUNIOR, Glauce Batista. *Trabalho e Educação para jovens pobres: uma cartografia sobre o PROJOVEM urbano no leste fluminense*. Bol. geogr., Maringá, v. 34, n. 3, p. 97-110, 2016.

_____. FERNANDES, Marcos Vinicius Reis. Poder Local e EJA: suas relações com as Políticas Públicas em São João de Meriti. *Revista Educação e Emancipação, São Luís*, v. 14, n. 3, set./dez. 2021

AMADOR, Elmo da Silva. *Baía de Guanabara e ecossistemas periféricos: Homem e natureza*. Rio de Janeiro, 1997.

ANDRADE, Osvald. *Marco Zero I: a revolução melancólica*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ARAUJO, Victor Leonardo de; MELO, Hildete Pereira. *O processo de esvaziamento industrial em São Gonçalo no século XX: auge e declínio da “Manchester Fluminense”*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.

ARAÚJO, Mairce; et al. Na reconstrução da memória escolar: pistas para a formação docente. In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*. Uberlândia, 2006, p. 2053-2063.

_____; et.al. Professor, eu quero ler a minha autobiografia: uma reflexão sobre a construção da autoria a partir do trabalho memorialístico em sala de aula. *Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil: É preciso transver o mundo*. Campinas: São Paulo, 2009.

_____; TAVARES, Maria Tereza Goudard; *Tecendo redes de extensão em São Gonçalo: a experiência do Vozes da Educação*. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, nº16, jan/dez, 2011.

_____; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. Núcleos de memória: ações e diálogos com a escola básica em São Gonçalo. In: ARAÚJO, Mairce. BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. *Experiências na Formação de Professores: memórias, trajetórias e práticas do Instituto de Educação Clélia Nanci*, Rio de Janeiro, Lamparina/FAPERJ, 2014.

ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania. In: ARROYO, Miguel. BUFFA, Ester. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1996.

ASSIS; José Pedro de. *Autoritarismo e Educação: Contribuição do Governo Geremias Mattos Fontes para o projeto educacional dos militares - 1967 A 1971*. Monografia da Graduação em História. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ: São Gonçalo, 2002.

BARRETO, Edila Gômes. *Joaquim de Almeida Lavoura: o nome que virou lenda e as suas eleições*. Monografia de Graduação em História. Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, 2004.

BRAGANÇA, Inês. Do cofre às narrativas. *Experiências na Formação de Professores: memórias, trajetórias e práticas do Instituto de Educação Clélia Nanci*, Rio de Janeiro, Lamparina/FAPERJ, 2014.

BÍBLIA. A.T. Eclesiastes. Português. Bíblia Sagrada. 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2011. Cap.3

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: *25ª Reunião Anual da ANPED, 2002, Caxambu - MG. 25ª Reunião Anual da ANPED - Educação: manifestos, lutas e utopias*. Rio de Janeiro: ANPED, 2002. v. 1.

_____; MARTINS, Angela Maria Souza. *Trajetoórias históricas em Educação*. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

_____; XAVIER, Libânia. Das possibilidades abertas para a pesquisa em história da educação no Rio de Janeiro. In: BONATO, Nailda Marinho da Costa; XAVIER, Nacif Libânia. *A história da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

BONTEMPI, Júnior Bruno. *Em defesa de “legítimos interesses”*: o ensino secundário no discurso educacional de “O Estado de São Paulo” (1946-1957). *Revista Brasileira de História da Educação*, 6(2 [12]), 121-158, 2012.

BRAGA, Rosa Maria Souza. “*Nós as saudamos, professoras fluminenses*”: produção, circulação e Representações de Professoras Primárias no Jornal Síntese da UPPE - Doutorado Em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

BRAGANÇA, Inês.; MORAIS, Jacqueline.; TAVARES, Maria Tereza Goudard. *Memória, história e formação de professores*: fios e desafios do Projeto Vozes da Educação em São Gonçalo. In: 14º Congresso de leitura do Brasil, 2003, Campinas. Caderno de Resumos Campinas: ALB / UNICAMP, 2003, v. 1.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

BRASIL, IBGE. Biblioteca, *Censo Escolar*, 2021.

BRASIL, 1960, IBGE

Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf
Acesso: 04 fevereiro 2021

CHALLITA, Mansour. *O Prefeito de São Gonçalo*: Um homem à serviço de um ideal. O São Gonçalo, São Gonçalo, 02 de fevereiro de 1956.

CAMARGO, Fernanda Silva. *Educação no Jornal Paraná-Norte da Cidade de Londrina (1934-1953)*. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Londrina: UEL, 2018.

CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP*, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012

CANÁRIO, Rui. A escola das “promessas” às “incertezas”. In: *Educação Unisinos*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008, n. 12, v. 2.

CARVALHO, Fábio Garcez de. *As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar*: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000). Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

CAVAQUINHO, Nelson; SOARES, Élcio. *Canção Juízo Final*, 1973.

COELHO, Marcos Pereira. *Imprensa, Sociabilidade e Educação*: As ações de Fernando de Azevedo em defesa da hegemonia do escolanovismo (1917 a 1961). Doutorado em Educação: Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP, 2016.

CORDEIRO, Denise. *Juventude nas Sombras*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

COSTA, Solanja Silva. *Em torno do berço: discursos sobre a educação da infância pobre paraibana no Jornal A Imprensa (1912-1922)*, 2015. 146 f. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosario da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História (PUCSP)*, v. 1, p. 22-38, 2008.

CUNHA, Luiz Antônio. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. *Educ. Soc., Campinas*, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O Discurso da Violência: as marcas da oralidade no Jornalismo popular* (2a ed.). São Paulo: Cortez, 2003.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1957.

FARIA, Lia; SOUZA, Silvio Souza. *O direito à educação republicana: memórias de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro*. VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, PORTO; Junho, 2008

_____. SOUZA, Silvio Claudio. *Ecos e memórias da escola fluminense*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

_____. *Utopias e Contradições na/da Educação Fluminense*. Estudos Legislativos, v. 07, 2013.

_____. Os excluídos da ceia republicana – pelo direito à educação. In: Geraldo Tadeu Moreira Monteiro. (Org.). *Estado, Democracia e Direito no Brasil*. Trinta Anos da Constituição Cidadã. 01ed. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2018, v. 01.

FERNANDES, Marcelo Belarmino. *São Gonçalo operário: cenários e personagens das lutas sociais no Município de São Gonçalo no segundo pós-guerra*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2009.

FIGUEIRÊDO, Haydeé; GONÇALVES, Márcia de Almeida; REZNIK, Luís. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local. In: *IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2000.

_____. TAVARES, Maria Tereza Goudard. Por que o local? In: FIGUEIRÊDO, Haydeé da Graça Ferreira de (org). *Vozes da Educação: 500 anos de Brasil*. Rio de Janeiro: UERJ, DEPEXT, 2004.

_____. Haydeé por Haydeé. In: NUNES, Clarice. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydeé Figueirêdo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

_____. Vozes da Educação. In: NUNES, Clarice. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydeé Figueirêdo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

_____. Reconhecendo um velho objeto: o Jornal como fonte, o Jornal como texto. In: NUNES, Clarice. *Docência e pesquisa em educação: na visão de Haydée Figueirêdo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. *A Construção de uma História. Joaquim de Almeida Lavoura, o Jornal e a Prefeitura*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ: São Gonçalo, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FUNDAÇÃO CEPERJ - Séries Históricas, 2019

Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/> . Acesso em: 26 agosto 2021

GALLO, Silvio. História da Educação: apagamentos, silenciamentos e recuperações genealógicas. In: Martins, Angela Maria Souza; BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Trajetórias Históricas em Educação*. Editora Rovellet, 2009.

GARCIA, Regina Leite. Para que investigamos - Para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: GARCIA, Regina Leite. (org). *Para quem pesquisamos: Para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.

GERMANO, José Willington. *O Discurso Político sobre a Educação no Brasil Autoritário*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008

_____. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2005.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

_____; Castelnuovo, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel: 1991.

_____. *Olhos de madeira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. *Relações de Força*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. *Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 2010*. v. 23 n. 2 (jul./dez. 2010).

Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/3>

Acesso: 11 agosto 2021

Jornal “O São Gonçalo” (1963-1967). São Gonçalo: Rio de Janeiro, 2021.

LOBO, Yolanda. Correspondência entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro (1960 a 1966). Terceiro Milênio: *Revista Crítica de Sociologia e Política* Ano 1 n° 01 Julho a Dezembro/2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, v. 1, p. 111-153

LYRA, Carlos. *As quarenta horas de Angicos: uma experiência pioneira de educação*. São Paulo: Cortez, 1996.

MACIEL, Laura Antunes. *"Imprensa, história e memória: da unicidade do passado às outras histórias"*. Memória & Patrimônio, Unesp/Assis, v.5 n° 2, 2009.

MARTINS, Ângela Maria Souza. Educação e História: algumas reflexões teóricas. *Revista HISTEDBR On-line*, v.11, p.1-15, 2003.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2008

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2012.

MENDONÇA, Ana Waleska.; XAVIER Libânia Nacif; BREGLIA, Vera Lucia Alves; CHAVES, Miriam Waidenfeld; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de; LIMA, Neves Cecília Neves. Pragmatismo e desenvolvimentismo no pensamento educacional brasileiro dos anos de 1950/1960. *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 31 jan./abr. 2006.

_____. Instituições educacionais do Rio de Janeiro. In: *A história da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

MIGLIEVICH, Ribeiro Adélia; NOLASCO Silva, Leonardo. *Entrevista com Lia Faria - Profª do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ*. 2014. Simbiótica. Revista Eletrônica, 1(6).

MODESTO, Nilo Sérgio d'Avila. *A (re)produção espacial em marcha na consolidação dos Grupos de Poder Hegemônico em São Gonçalo – RJ*. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2008.

MOTTA, Mônica de Souza. *A Política da Educação Infantil em São Gonçalo/RJ nos contextos dos Planos Municipais de Educação*. 2020. 197f. Dissertação de Mestrado Processos Formativos e Desigualdades Sociais. Rio de Janeiro: Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. A escrita de si em memoriais de formação. In: *V Congresso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - São Gonçalo*, 2008, São Gonçalo: Botelho Editora, 2008.

_____.; ARAÚJO, Mairce da Silva. Histórias e Memórias das escolas de São Gonçalo: Diálogos entre cotidianos, práticas e formação docente. In: *XV Encontro Regional de História - ANPUH-RIO*, 2012.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo: Contexto, 2008

NUNES, Clarice. A reconstrução da memória: um ensaio sobre as condições sociais da produção do educador. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, 1987, p. 72-80.

_____. História da Educação: Espaço do Desejo. In: *Revista Em aberto: Contribuições das ciências humanas para a educação: a história*. MEC, BRASIL, 1990, v° 9 n° 47

_____. *O Passado sempre Presente*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Anísio Teixeira entre nós. A defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p.9-40, dez. 2000.

_____. *Repercussão das políticas públicas de formação docente no cotidiano dos estabelecimentos de ensino*. Relatório de Pesquisa. Niterói, 2001. UFF.

_____. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (org). *História e memória da escola nova*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Docência e Pesquisa em Educação na Visão de Haydée Figueiredo*. Rio de Janeiro: Litteris, 2010.

_____. *Anísio Teixeira*. Coleção Educadores, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende. 20 Anos do Grupo Vozes Da Educação: memórias de uma história construída coletivamente - entrevista realizada com uma de suas fundadoras, professora Maria Tereza Goudard Tavares. *Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro:2016. V° 2 N° especial*

OLIVEIRA, Juscelino K. *Diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Belo Horizonte, Livraria Oscar Nicolai Ltda. 1955.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

PINHO, Osmundo Santos de Araújo. “A vida em que vivemos”: raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1): 169-198, janeiro-abril/2006.

PINSKY, Jaime. *Artigo do Correio Braziliense*, Brasília, publicado em 14 de janeiro de 2007, p. 17.

PMSG. *Decreto de Criação das Escolas Municipais em São Gonçalo*. Inspeção Escolar, 2020.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura. Memorial de Formação – quando as memórias narram a história da formação In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura (org.). *Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações*. Campinas, SP: Graf, 2005.

PRODERJ. Mapa do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

QUARESMA, Márcia da Silva. *As Escolas Praianas no Estado do Rio de Janeiro: o ideário republicano dos anos 50*. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

REVEL, Jacques; *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*. V.15 n° 45 set/dez/2010.

REVISTA DO MUNICÍPIO - *São Gonçalo: 1º Centenário: 1890-1990*; EDINAL, Editora Nacional de Revistas e Livros, ano III, n° 24; jun/90 - RJ.

REZNIK, Luiz. *História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades*. In. VI Mostra de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

Disponível em: http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/hp_hsg_lista_artigos.htm. Acesso em: 04 de novembro 2021

_____; COSTA, Rafael Navarro; FREIRE; Renato Coelho Barbosa de Luna; MOURA, Rogério Soares de. *Joaquim Lavoura e o Lavourismo: um estudo das práticas e representações políticas no Município de São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

ROSA, Vagner. *Território gonçalense*. São Gonçalo, 2013.

Disponível em: <http://www.territoriogoncalense.com/2013/02/sao-goncalo-na-era-dos-bondes.html> . Acesso em: 30 outubro 2020

SALLY, Mônica Alves. *A Produção de sentidos do Curso Normal: a poética do espaço do Instituto de Educação Clélia Nanci*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SANTANA, Rodrigo Luiz de Jesus. *Instituto de Educação Clélia Nanci: lugar de memórias e de construção identitária dos estudantes do curso normal*. Monografia de conclusão de Curso de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Lincoln de Araújo. A alternativa para o progresso: o nacionalismo-desenvolvimentista, seus intelectuais e o planejamento educacional nos anos 1960 no Brasil. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, p. 1-18, 2019.

SÃO GONÇALO (Município). Secretaria Municipal de Educação. *Plano Municipal de Educação de São Gonçalo*. Rio de Janeiro, 2003.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “longo Século XX” Brasileiro. In: ALMEIDA, Jane Soares de; SAVIANI, Dermeval; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (orgs). *O Legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2014.

_____. O Legado Educacional do Regime Militar. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

_____. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional In: *História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. *O legado educacional do Século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

_____. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago. 2006

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. SILVA, José Cláudio Sooma. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.8, nº 16, 2008.

SILVA, Marijane Silveira da. *A Infância e sua escolarização nas páginas dos jornais cuiabanos (1910-1930)*. Doutorado em Educação: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela; ZONIN, Ana Sélia; *Assistência à Infância Escolarizada: A Caixa Escolar em Cena*. *Rev. Bras. Hist. Educ* [online]. 2018, vol.18, e007. Epub 02-Jan-2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e007> Acesso em: 30 agosto 2022.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.

_____. Espaço da educação e da civilização. Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval. *O legado educacional do Século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

RIBEIRO, Darcy (Carta do exílio). *Carta a Anísio Teixeira*. 11 de novembro de 1964. Localização do Documento: Universidade de Brasília/Memorial Darcy Ribeiro/Série correspondência geral. Subsérie correspondentes: DR cg c TEIXEIRA, A. e em Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira.

TAVARES, Maria Tereza Goudard. TORRES, Rosane dos Santos.; HEES, Marta das Neves. *A Educação escolar gonçalense no Século XIX; nas marcas do passado, pistas para a compreensão do presente*. In: 15º Congresso de Leitura do Brasil, 2005, Campinas. Caderno de Resumos, Campinas: ALB / UNICAMP, 2005.

_____.; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. *Educação Popular na Escola Pública: Uma Utopia (Ainda) Necessária?* Rio de Janeiro, 2005.

_____. Percursos e movimentos: dez anos do Vozes da Educação em São Gonçalo. In: ARAUJO, Mairce (orgs). *Vozes da Educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii, 2007.

_____. ARAUJO, Mairce. *Vozes da Educação: interfaces entre ensino-pesquisa-extensão na formação de professores*. Rio de Janeiro: Revista Vozes em Diálogo (CEH/UERJ) - nº1, jan-jun/2008.

_____. Por que o local? A cidade como possibilidade de compreensão da memória escolar e da história gonçalenses. In: ARAÚJO, Mairce da Silva; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. *Vozes da Educação: formação de professores, narrativas, políticas e memórias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

_____. Por que estudar o local? A cidade como possibilidade de compreensão da história e da memória escolar gonçalense. In: XAVIER, Libânia; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). *A história da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

TEIXEIRA, Anísio. *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959. p.78-84.

_____. *A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional*. Comentário. Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./mar. 1960. p.16-20.

_____. *Escola pública é o caminho para a integração social*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.52, n.95, jul/set. 1964. p.210-213.

_____. *Carta a Darcy Ribeiro*. New York, 14 de dezembro de 1964. Universidade de Brasília/ Memorial Darcy Ribeiro/Série correspondência geral. Subsérie correspondentes: DRcg c TEIXEIRA.

_____. *Educação no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976. 385p.

_____. *Educação é um direito*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

TOLEDO, César Alencar Arnaud; JUNIOR, Oriomar Skalinski. *A Imprensa Periódica como fonte para a história da educação: teoria e método*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268 Dez.2012.

_____.; PASQUINI, Adriana Salvaterra. *Historiografia da Educação: a imprensa enquanto fonte de investigação*. *Interfaces Científicas - Educação, Aracaju*. v.2. n.3, 2014.

VIDAL, Diana.; FILHO, Luciano Mendes Faria. Os tempos e os espaços escolares no processo de escolarização no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação. ANPED, n. 14, ag. 2000.

_____.; FREIRE, Américo. As reformas Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. In: *Pensamento Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005.

XAVIER, Libânia Nacif. *Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira*. Revista Brasileira de História da Educação, 3(1 [5]), 233-251, 2003.

_____. Educação, Raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In: ALVES, Cláudia; GONDRA; José Gonçalves; MAGALDI, Ana Maria. *Educação no Brasil: História, Cultura, Política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003

_____. Lugares de memória da educação e da escola no Brasil. In: ARAUJO, Mairce (orgs). *Vozes da Educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et Alii, 2007.

_____. História da educação e história local. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo.; ALVES, Cláudia.; GONDRA, José Gonçalves.; XAVIER, Libânia Nacif.; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____.; CARVALHO, Fábio Garcez de. Apontamentos sobre a história da educação configurada no II Encontro do Rio de Janeiro (2010). In: XAVIER, Nacif Libânia; BONATO, Nailda Marinho da Costa (orgs). *A história da Educação no Rio de Janeiro: identidades locais, memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

_____. O debate em torno da nacionalização do ensino na Era Vargas. *Revista do Centro de Educação, Edição 2005 – vol.30 – nº 02*. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2005/02/a7.htm> Acesso em: 17 março 2020

ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak. *História da educação, fontes e a imprensa*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 10, n. 40, p. 60–71, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639806> Acesso em: 9 dez 2020

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

Sites

<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/mec-usaid>
Acesso em: 9 de agosto 2022

<http://colegiodomhelder.com.br/historia-de-sucesso>
Acesso em: 11 agosto 2022

Colégio Estadual Melchíades Picanço
<https://www.facebook.com/compista/photos/>. 75 anos: 1946-2021
Acesso em: 20 julho 2022

<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/>
Prefeitura Municipal de São Gonçalo
Acesso: 02 março 2021

ANEXOS

TABELA DE PUBLICAÇÕES ORGANIZADAS POR CATEGORIAS DE ANÁLISE Total: 218

Temáticas de Análise	Temática	Total de Reportagens
I - A CIDADE E A POLÍTICA	A Cidade de São Gonçalo	5
	O Segundo Mandato de Joaquim de Almeida Lavoura	16
	O Golpe de 1964	9
II - A EDUCAÇÃO E A IMPRENSA LOCAL	O Jornal “SÃO GONÇALO – DIÁRIO”	20
	A Educação Municipal	50
	Formação de Professores	10
	Instituto de Educação Clélia Nanci	15
	Notas sobre Professores	7
III- A EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	Construção/inauguração de Escolas	41
IV- A PRIVATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	Bolsas de Estudo	17
V- AS PISTAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL	Ações do Ministério da Educação	23

NO CONTEXTO DITATORIAL	Os direitos dos Professores	5
-------------------------------	-----------------------------	----------

**COLETA DE INFORMAÇÕES SOBRE O JORNAL “O SÃO GONÇALO – Diário”
Período:1963-1967**

CATEGORIA I: A CIDADE E A POLITICA

1.1 A Cidade de São Gonçalo

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
5 de junho de 1966 Sem numeração visível	Manchester Fluminense	_____	Editorial	Presença de centenas de fábricas e vultuosa arrecadação de impostos	2	Imagem da Cidade vista do alto e texto
9 de dezembro de 1966 Nº 4587	“São Gonçalo abandonado já tem apelido de Município – problema”	Belarmino de Mattos	Reportagem	Resposta a reportagem publicada pelo Jornal “O Globo” sobre as mazelas da Cidade	2	Texto em duas páginas em resposta ao Jornal
9 de dezembro de 1966 Nº 4587	São Gonçalo abandonado...	Belarmino de Mattos	Reportagem	Continuação da Resposta a reportagem publicada pelo Jornal “O Globo” sobre as mazelas da Cidade	3	Texto em duas páginas em resposta ao Jornal
8 de janeiro de 1967 Nº 4573	Jardim Catarina clama por luz, água e condição	_____	Notícia	Problemas de água e luz no bairro de Jardim Catarina e os moradores buscaram o Jornal	2	Texto no meio da página
14 de janeiro de 1967 Nº 4577	Praias de São Gonçalo não serão interditadas	_____	Notícia	Informação de que as praias de São Gonçalo não serão interditadas e que não existe surto de hepatite na Cidade	1	Reportagem na primeira página em destaque

1.2 – O Segundo Mandato de Joaquim de Almeida Lavoura

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
31 de janeiro de 1963	Posse de Lavoura	_____	Noticia	Festa na Cidade posse do	1	Desenho do Prefeito com

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 3011				segundo governo de Joaquim Lavoura		cigarro de palha na boca e chapéu
10 de fevereiro de 1963 Nº 3020	Promessas do Prefeito Lavoura	_____	Notícia	As promessas do Prefeito Lavoura para o seu segundo mandato na Cidade ao Aluísio	1,2	Fotografia do Prefeito com o Diretor Substituto Aluísio
21 de abril de 1963 Nº 3571	O prefeito Lavoura presta contas “Aos homens honestos e sensatos de SG, vimos prestar contas de dois meses iniciais de novo governo e esclarecer os motivos que nos levaram a determinar a atualização dos valores da locação dos prédios	Belarmino de Mattos	Reportagem	Prestação de contas do da gestão inicial do Prefeito Lavoura	1,3	Fotos do Prefeito, das ruas pavimentadas, hospitais e escolas
4 de junho de 1964 Nº 3861	Lavoura é inatacável	Belarmino de Mattos	Artigo	Artigo defendendo o Prefeito Lavoura	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal
Setembro de 1964 Sem data legível	Povo Gonçalense devolveu o Jipe de Lavoura	_____	Notícia	Notícia sobre devolução do Jipe ao Prefeito Lavoura após doação de gonçalenses. Em 1969 ao final do 1º mandato o Prefeito foi presenteado com um Jipe e vendeu para custear o tratamento de saúde da irmã. Em 1964 o jipe é devolvido ao Prefeito em reconhecimento pelo trabalho realizado na	1	Texto em meia página do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				Cidade.		
9 de outubro de 1964 Nº 3944	Lavoura vai responder a diretoria do G.E. Adino Xavier	_____	Notícia	Prefeito Joaquim Lavoura informa que irá responder a Diretora do Grupo Escolar Adino Xavier. A diretora em publicação no Jornal Fluminense que o Prefeito Lavoura proibiu os alunos do Grupo Escolar de participar do desfile municipal.	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal
1 de novembro de 1964 Nº 3961	Prefeito Lavoura respondeu a Diretora do G.E Adino Xavier	Joaquim Lavoura	Carta a diretora do G. E Adino Xavier	Resposta do Prefeito Lavoura a diretora do G.E sobre não participação dos alunos no desfile municipal	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal assinado pelo Prefeito.
22 de janeiro de 1965 Nº 4024	“O nosso aniversário e o Prefeito Lavoura” Honra ao mérito	Alberto Pacheco	Artigo	Artigo em comemoração ao aniversário do Jornal e do Prefeito Lavoura	1, 3	Texto com fotografia do Prefeito Joaquim Lavoura
31 de janeiro de 1965 Nº 4031	2 anos do governo Lavoura e Escola no Jardim Catarina	Belarmino de Mattos	Reportagem	Anúncios das realizações dos 2 anos da gestão do Prefeito e anuncio de novas obras	1, 2	Texto com fotografias das obras realizadas: Praça Zé Garoto, Hospital Municipal, Prefeito Joaquim Lavoura e Belarmino de Mattos
14 de novembro de 1965 Sem numeração	Prefeito Lavoura	Belarmino Mattos	Reportagem	Frase do Prefeito com promessa de construção da nova sede da Prefeitura e da Câmara de Vereadores	1	Texto com entrevista com o Prefeito
23 de janeiro de 1966 Nº 4300	Obras programadas para 66 de G.E.	Joaquim Lavoura	Prestação de Contas	Prefeito Lavoura presta contas sobre as realizações no ano de 1966 e as projeções	4	Texto em uma página inteira
28 de abril de 1966	Administrar bem é	Belarmino de	Editorial	Texto elogiando o trabalho	1	Primeira página inteira do

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4371	dar ao povo o que é do povo	Mattos		do Prefeito Joaquim Lavoura		Jornal
15 de outubro de 1966 Nº 4504	Lavoura presta contas ao povo: esta é a dura verdade!	Joaquim de Almeida Lavoura	Prestação de Contas do	Prestação de Contas do ex Prefeito Joaquim de Almeida Lavoura	1, 2	Primeira página inteira do Jornal com fotografia do ex prefeito com cigarro de palha na boca
22 de janeiro de 1967 Nº 4583	Geremias – sua infância – sua vida	Belarmino de Mattos	Editorial	Homenagem ao Governador eleito Geremias de Mattos Fontes	3	Página inteira com a biografia do Governador e fotografias da sua infância, juventude e vida adulta
2 de fevereiro de 1967 Nº 4589	Lavoura será Secretário sem pasta de Geremias	Belarmino de Mattos	Notícia	O Ex Prefeito Joaquim Lavoura será Secretário do Governador Geremias de Mattos Fontes mas sem pasta definida	1	Texto de primeira página com fotografia do Governador Geremias de Mattos Fontes
17 de julho de 1966	Geremias Ao “O São Gonçalo – Diário”	Belarmino de Mattos	Carta	Carta para Geremias de Mattos Fontes	2	Texto parabenizando o político pela indicação ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro

1.3 O Golpe de 1964

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
17 de março de 1964 Nº 3723	Mensagem de Lacerda à J.K e Ademar: Reagimos juntos ou sucumbiremos todos	_____	Noticia	Carla de Carlos Lacerda conclamando os democratas e as forças armadas para defender unidos o país da usurpação e do comunismo	1	Carta publicada na primeira página do Jornal
09 de abril de 1964 Nº 3830	Gen. Humberto Castelo Branco será eleito amanhã Presidente da República	_____	Noticia	Posse como Presidente da República do General Humberto Castelo Branco com a expulsão de João Goulart	1	Texto em destaque na capa

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
15 de abril de 1964 Nº 3836	Palmas e Vivas ao Brasil pela posse do Presidente Castelo Branco	_____	Notícia	Notícias sobre o afastamento de João Goulart e posse do Militar	1	Texto em destaque na capa
18 de abril de 1964 Nº 3835	A Marcha da família com Deus pela liberdade em São Gonçalo	_____	Notícia	Registro sobre a Passeata com Missa ocorrida em São Gonçalo evocando a Família e a Política	1	Foto do palanque com Arcebispo de Niterói – D. Antônio e políticos locais rodeados de uma multidão de populares.
21 de abril de 1964 Nº 3836	A fuga ao Ex-Presidente Goulart	_____	Notícia	Longo texto sobre o Presidente João Goulart e a seus momentos finais no Palácio do Catete e “fuga” do Brasil	1	Texto longo na primeira página
5 de maio de 1964 Nº 3841	Eleito o General Paulo Tôrres	_____	Notícia	Notícia sobre a escolha do Governador do Rio de Janeiro pelos militares	1	Texto central no Jornal
6 de setembro de 1964 Nº 3955	Forças Políticas unem-se por S. Gonçalo: Progresso	_____	Reportagem	Reportagem de uma página inteira com as obras realizadas na Cidade, como uma propaganda política explícita.	1	Texto com fotografia de diversos políticos sobre as obras realizadas na Cidade.
6 de janeiro de 1965 Nº 4010	Adeus, ano da Revolução!	Belarmino de Mattos	Artigo	Artigo sobre o ano de 1964 com ênfase na “Revolução” ocorrida no Brasil	1	Texto com destaque
2 de fevereiro de 1967 Nº 4589	Osmar é o novo prefeito!	_____	Notícia	Vitória de Osmar Leitão como novo Prefeito de São Gonçalo em substituição a Joaquim de Almeida Lavoura	1	Texto com destaque com a fotografia do Prefeito Osmar Leitão

CATEGORIA II: A EDUCAÇÃO MUNICIPAL PELAS PÁGINAS DA IMPRENSA LOCAL

2.1 O Jornal “SÃO GONÇALO – DIÁRIO”

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
1 de junho de 1963 Sem numeração	Atos da Prefeitura	Prefeitura	Atos Oficiais	Publicação dos atos oficiais	2	Brasão da Prefeitura e texto sobre gastos e vida funcional
23 de janeiro de 1964 Nº 3731	“O São Gonçalo – diário” hoje: 34 anos de lutas pelo progresso do Município	Belarmino de Mattos	Artigo	Artigo sobre os 34 aniversários do Jornal	1	Artigo publicado na página do Jornal
23 de janeiro de 1964 Nº 3731	Instalações do Jornal	_____	Imagem	Imagem com as novas instalações do Jornal	1	Imagem do prédio do Jornal publicado ao final da primeira página
28 de abril de 1964 Sem numeração	Redação do “O São Gonçalo – Diário”	Belarmino de Mattos	Apresentação da redação do Jornal	Apresentação da equipe do Jornal	1	Texto com os nomes dos funcionários do Jornal
22 de janeiro de 1965 Nº 4024	Renovação de assinaturas	_____	Anúncio	Assinaturas para o ano de 1965	2	Texto sobre assinaturas para o ano de 1965
02 de fevereiro de 1965 Sem numeração	Edição Dominical de “O São Gonçalo”	_____	Anúncio	Anúncio de melhora nas publicações das edições do Jornal	2	Texto sobre melhoras na impressão e circulação do Jornal
4 de junho de 1965 Nº 4123	Fazer um Jornal	Gutenberg	Coluna	Reprodução do Texto de Gutenberg sobre o processo de escrita de um Jornal e sua importância	1	Texto na primeira página
29 de setembro de 1965	“O São Gonçalo” –	Editor	Editorial	A redação do Jornal	1	

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4213	Diário ultrapassa hoje sete anos de edições diárias			comemora sete anos com edições diárias do Jornal		Texto ao final da página
7 de novembro de 1965 Sem numeração	Coluna Poética	Adolfo Macedo	Coluna	Poesias e biografia de Carlos da Silva Guimarães	3	Texto com biografia e poesias
27 de maio de 1966 Nº 4136	Parabéns Gov. Paulo Tôrres e seu Secretário de Educação	Edmundo Alvim	Coluna	Autor noticia a construção do Grupo Escolar no Paraíso e exalta os esforços do Governador e Secretário de Educação	1	Texto em destaque
Julho de 1966 Sem numeração	Vida Social	Luiz Vivas	Coluna	Assuntos sociais (casamentos, aniversários, festas, etc...)	4	Texto sobre assuntos relacionados a vida social com fotografia de Valdete Rocha moradora da Cidade
4 de agosto de 1966 Nº 4425	Atos da Prefeitura	Prefeitura Municipal de São Gonçalo	Atos Oficiais	Publicação oficial do Município	4	Texto com a publicação
6 de outubro de 1966 Nº 4475	1ª página do Jornal	_____	Estrutura do Jornal	Organização da primeira página do Jornal	1	Textos e imagens de reportagens variadas
7 de outubro de 1966 Sem numeração	Crônica de São Gonçalo	Antônio E. da Silva	Coluna	Crônica sobre o bairro Rocha	4	Texto sobre o tema
8 de janeiro de 1967 Sem numeração	Cinemas	_____	Anúncio	Divulgação dos filmes em cartaz nos cinemas da Cidade	2	Texto com a programação dos cinemas
23 de fevereiro de 1967 Sem numeração	Melhores do ano	_____	Anúncio	Anúncio da premiação dos melhores do ano na Cidade	2	Texto com os nomes dos premiados

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
23 de fevereiro de 1967 Sem numeração	Prêmio melhores do ano Educação	_____	Anúncio	Anúncio da premiação dos melhores da educação na Cidade	2	Texto com os nomes dos premiados
7 de abril de 1967 Nº4568	Espiritualismo em foco	Floriano Branco	Coluna	Coluna sobre fé e religiosidade	2	Texto sobre a espiritualidade espírita
12 de abril de 1967 Nº4573	Assuntos femininos	_____	Coluna	Texto com dicas de moda, culinária, vestuário e vida doméstica	2	Texto sobre assuntos considerados de interesse feminino
12 de abril de 1967 Nº4573	Coluna Recreio Dominical	Paluma Filho	Coluna	Coluna com charadas, cruzadinhas, brincadeiras e adivinhações	3	Texto com brincadeira e desenhos infantis

2.2 A Educação Municipal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
19 de abril de 1963 Nº 3569	Anúncio Colégio São Gonçalo	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	3	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
19 de abril de 1963 Nº 3569	Anúncio Externato Santa Rita de Cássia	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	3	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
22 de setembro de 1963 Nº 3664	Relação das escolas para desfile de 22 de setembro	Prefeitura Municipal de São Gonçalo	Comunicado	Organização dos Grupos Escolares que irão desfilar no aniversário do Município.	7	Texto com a relação das escolas.

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
16 de outubro de 1964 Nº 3949	Ginásio Pandiá Calógeras terá bingo para construção da sede	Direção do G. E Pandiá Calógeras	Notícia	Realização de Bingo no G. E Pandiá Calógeras com recursos para construção da sede própria	1	Texto anunciando atividade
16 de outubro de 1964 Nº 3949	Faculdade de Filosofia para São Gonçalo!	_____	Notícia	A necessidade de uma Faculdade para a Cidade	1, 2	Texto na capa e página dois
21 de outubro de 1964 Nº 3952	G.E Paulino Batista elegeu Rainha	_____	Notícia	Eleição da rainha da escola para Festa da Primavera	1	Texto na parte central do Jornal
29 de outubro de 1964 Nº 3958	Censo Escolar 1964	Secretaria de Educação	Convocação	Convocação para professores e diretores comparecerem para instruções sobre a realização do Censo Escolar no ano de 1964	1	Texto sobre o tema.
2 de novembro de 1964 Nº 3969	Faculdade de Filosofia para São Gonçalo deve se tornar realidade	_____	Notícia	A construção da Faculdade está próxima e articulação da Profa. Aída Vieira	1	Foto da Profa. Aída Vieira
2 de novembro de 1964 Nº 3969	Anúncio Jardim de Infância Branca de Neve	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	2	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
2 de novembro de 1964 Nº 3969	Anúncio Colégio Nilo Peçanha	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	2	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
2 de novembro de 1964 Nº 3969	Ginásio Califórnia: uma realidade	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	2	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
7 de novembro de 1964	Equipe 131 realizou o	_____	Notícia	Finalização do Censo	1	Texto no início do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 3965	Censo em tempo recorde: 16 horas!			Escolar da Cidade em tempo recorde: 16 horas.		
8 de novembro de 1964 Nº 3966	Anúncio Ginásio Nossa Senhora das Dores	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	3	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
22 de novembro de 1964 Nº 3978	Anúncio do Bingo no Ginásio Pandiá	Direção do G. E Pandiá Calógeras	Convite	Realização de Bingo no G. E Pandiá Calógeras com recursos para construção da sede própria	4	Texto de Anúncio
22 de novembro de 1964 Nº 3978	Festa da Primavera do Grupo Escolar Paulino Pinheiro Baptista Foi sucesso	_____	Notícia	Realização da Festa da Primavera do G. E Paulino Baptista	4	Texto descritivo sobre a festa com fotografias de professores/as e alunos/as.
8 de dezembro de 1964 Nº 3994	Grande Bingo para o Natal no Pandiá	Direção do G. E Pandiá Calógeras	Convite	Realização de Bingo no G. E Pandiá Calógeras com recursos para construção da sede própria	4	Texto de Anúncio
16 de dezembro de 1964 Nº 3995	Bingo adiado para 31 de janeiro	Direção do G. E Pandiá Calógeras	Notícia	Adiamento da realização de Bingo no G. E Pandiá Calógeras para janeiro de 1965	1	Texto anunciando a alteração
04 de janeiro de 1965 Nº 4120	Grande Bingo do Pandiá	Direção do G. E Pandiá Calógeras	Convite	Realização de Bingo no G. E Pandiá Calógeras com recursos para construção da sede própria	4	Texto de Anúncio
4 de junho de 1965 Nº 4123	Anúncio de Escola Externato Sra. Teresinha do Menino de Jesus	_____	Propaganda	Propaganda de matrícula na escola	2	Texto com as informações sobre matrícula e exame de admissão
29 de agosto de 1965 Nº 4190	Quer criar sede própria para o Pandiá	_____	Notícia	Campanha para construção de sede própria para Grupo	1	Texto na primeira página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
23 de junho de 1965 Sem data	Evento da Caixa Escolar	Direção do G. E Padre Manoel da Nóbrega	Aviso	Escolar Pandiá Calógeras Festa Junina do Grupo Escolar Padre Manoel da Nóbrega em benefício da Caixa Escolar	3	Texto anunciando a Festa Junina
29 de agosto de 1965 Nº 4190	Quer criar sede própria para o Pandiá	_____	Notícia	Campanha para construção de sede própria para Grupo Escolar Pandiá Calógeras	1	Texto na primeira página
11 de setembro de 1965 Sem data	Escolares de São Gonçalo estão recebendo “pequeno almoço”	_____	Notícia	Notícia sobre a oferta aos alunos de "pequeno almoço" beneficiando 16 mil alunos. As escolas foram abastecidas de gêneros alimentícios distribuídos pelo governo estadual	1	Texto na primeira página
22 de setembro de 1965 Nº 4207	Desfile do município	Prefeitura Municipal de São Gonçalo	Comunicado	Organização dos Grupos Escolares que irão desfilar no aniversário do Município.	4	Texto com a relação das escolas.
24 de outubro de 1965 Sem numeração	Hino do G.E. Adino Xavier aguarda Governador Torres	_____	Notícia	Escrita do Hino do Grupo Escolar pelas professoras da escola	1	Texto na parte central do Jornal
6 de janeiro de 1966 Nº 4289	Foi assaltado o Grupo Escolar “Nova Cidade”	_____	Notícia	Assalto no grupo escolar após descuido do vigia que era contratado pelo comerciante local.	1	Capa do Jornal com destaque
2 de março de 1966	G.E. Pandiá Calógeras	_____	Aviso	G.E. Pandiá procura	2	Edital ao final da página 2

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4328				professores de Desenho, Matemática e Português		
29 de janeiro de 1966 Nº4305	Acesso à Escola Ginásial e Noturna	Direção do Instituto de Educação na Cidade	Anúncio	Admissão ao Curso Ginásial e Noturno	2	Edital assinado pela direção da escola
7 de março de 1966 Nº4333	G. E Adino Xavier continua sem aulas por causa dos flagelados	_____	Notícia	Dezenas de famílias encontram-se abrigadas nas dependências do G.E Adino Xavier desde o mês de janeiro e impedem o início das aulas	1	Texto na capa do Jornal
19 de março de 1966 Nº 4341	Colégio Melchiades Picanço- Um forno	_____	Notícia	O prédio do Grupo Escolar em condições precárias foi substituído por salas de aula cobertas com telhas “Brasilit” e o Jornal denuncia o calor insuportável que leva alunos a desidratação	1	Texto pequeno na capa do Jornal
22 de março de 1966 Nº 4343	Flagelados deixaram “Adino Xavier” mas alunos ainda não têm aulas	_____	Notícia	Os flagelados que foram recebidos no G. E Adino Xavier já voltaram para seus “barracos” e estão reconstruindo com auxílio do recurso governamental, mas os alunos ainda estão sem aula	1	Texto em destaque na capa do Jornal
23 de março de 1966 Nº 4344	Prédios escolares ocupados pelos flagelados serão reparados e dedetizados	_____	Notícia	Os prédios escolares que foram ocupados pelos moradores vítimas das enchentes em São Gonçalo e Niterói deverão ser	1	Nota pequena ao final da primeira página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				dedetizados e limpos para início das aulas		
7 de abril de 1966 Nº 4357	Inspetoria Municipal convida professoras	_____	Aviso	Profa. Laurinda Moreira Pereira – Inspetora de Ensino convoca as professoras para assinatura da renovação do contrato para o ano de 1966	1	Texto no meio da primeira página
14 de junho de 1966 Nº 4410	Inspetora convoca professoras: São Gonçalo	_____	Convocação	Professora recém contratadas são convocadas a comparecer a sede da Inspetoria de Ensino do Município para tratar de assunto do seu interesse	1	Nota no final da primeira página
3 de julho de 1966 Nº 4426	G.E. Nova Cidade cerrou suas portas: 600 alunos	_____	Notícia	Após avaliação do Departamento de obras o G.E Nova Cidade fecha as portas e deixa sem aulas 600 alunos, com uma previsão de retorno das aulas no mês de agosto	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal
16 de agosto de 1966 Nº 4472	Inspetora de Ensino convida as professoras: SG	_____	Notícia	O Chefe da Inspetoria Dr. Sérgio de Souza Cid convida as professoras para uma reunião para tratar da situação educacional no Município	2	Texto no meio da segunda página
28 de agosto de 1966 Nº 4468	Solenidade no GE Adélia Martins	_____	Notícia	Missa campal para homenagem da Profa.	1	Texto na parte lateral do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				Adélia Martins pós morte		
13 de setembro de 1966 Nº 4480	Inspetoria faz apêlo às professôras para ajuda	_____	Notícia	A chefe da Inspetoria Municipal reitera a solicitação de ajuda das professoras nos trabalhos com a Justiça Eleitoral para preenchimento dos títulos eleitorais	1	Texto no meio da primeira página
18 de setembro de 1966 Nº 4452	Grupos Escolares sem água: não há verba	_____	Notícia	Os Grupos Escolares do Jardim Catarina e Adélia Martins estão sem água pois o Serviço de Águas e Esgotos de Niterói não fez a ligação necessária	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal
19 de novembro de 1966 Nº 4472	Inspetoria municipal convoca professoras	Inspeção Escolar	Convocação	A inspeção escolar da Cidade convoca professoras para se inteirar do final do ano letivo de 1966	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal
29 de novembro de 1966 Nº 4582	Marcado o fim das aulas nas escolas primárias: SG	Inspeção Escolar	Notícia	A Inspetora de Ensino Laurinda Moreira Pereira marcou para 15 de dezembro o encerramento das aulas nos grupos escolares e escolas particulares do Município	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal
30 de novembro de 1966 Nº 4583	Noite de seresta dará renda para merenda escolar de SG	_____	Notícia	A Noite da Seresta organizada que ocorrerá na sede do Clube Tamoio será	1	Texto na parte central da capa do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				revestida para o Serviço de Merenda Escolar do Município		
15 de dezembro de 1966 Nº 4593	Melchiades Picanço encerra ano letivo	_____	Notícia	Solenidade de encerramento das atividades escolares no Grupo Escolar Melchiades Picanço que ocorreu no Salão Paroquial do Barreto	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal
28 de dezembro de 1966 Sem numeração	Grupos Escolares estão ameaçados de ficarem sem água no próximo ano	_____	Notícia	Os Grupos Escolares Cônego Goulart e Erasmo Braga estão ameaçados de ficarem sem água no próximo ano devido a débitos no pagamento e impasse com o Governo do Estado e o Distrito de Águas	1	Texto em destaque na primeira página do Jornal
15 de fevereiro de 1967 Nº 4596	Será fichado quem quiser livros da Biblioteca de SG	Sylvia Cavalcante Nunes	Reportagem	A Bibliotecária informa que todo cidadão que quiser livro emprestado precisa preencher uma ficha e que ainda estão catalogando os livros	1	Texto na parte central do Jornal
19 de fevereiro de 1967 Sem numeração	Escolas Municipais com ano letivo a 1º	Inspeção Escolar	Notícia	A Profa. Laurinda Moreira Pereira informa que as aulas da rede municipal irão retornar dia 1 de março e que o concurso de professores ainda não está em pauta aguardando início	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				das aulas e levantamento da carência dos profissionais		
26 de fevereiro de 1967 Nº 4593	Aulas nas escolas públicas iniciam-se no dia 1: março	_____	Notícia	A Profa. Laurinda Moreira Pereira e o Prof. Sérgio Cid informam retorno das aulas em 1 de março e informam que o início das aulas será prejudicado pela não admissão dos novos professores	1	Texto na parte superior da capa do Jornal
5 de março de 1967 Nº 4601	Governo instalará água em G.E. de Ipiúba	_____	Notícia	A pedido do Governador Geremias de Mattos Fontes solicitou providências para resolver o problema de água no G. E Amanda Velasco a partir da perfuração de poços artesianos	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal
16 de março de 1967 Nº 4614	Escolas de SG com maior número de vagas	_____	Notícia	As escolas “Sena Borges”, “Camilo da Silveira” e “Maria Dias” tiveram aumento no número de vagas	1	Texto na parte central da capa do Jornal com fotografia do Prefeito Osmar Leitão Rosa
22 de março de 1967 Nº 4620	Chuvas transferem para dia 28 a escolha de vagas: Magistério	_____	Notícia	Foi transferido em definitivo a escolha de vagas para o concurso do Magistério Primário tendo em vista a interrupção das estradas, destruição de pontes e barreiras	1	Texto na parte inferior da capa do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
23 de março de 1967 Nº 4621	Jovens invadiram escola: falta de matrículas	_____	Notícia	Cerca de quinhentos jovens entre 12 e 18 anos invadiram o G E Nilo Peçanha após aguardarem horas para realizar matrícula.	1	Texto na parte superior da capa do Jornal
23 de março de 1967 Nº 4621	Pais reclamam contra “Play-boys”: Colégios	_____	Notícia	Um grupo de pais se dirigiram a sede do Juizado de Menores solicitando providências quanto a “playboys” que ficam nas imediações da escola no bairro de Coelho falando “gracinhas” para alunas e professoras	1,2	Texto na parte inferior da capa do Jornal e na parte inferior da segunda página
25 de março de 1967 Nº 4623	Escola Leonor Correa reinicia aula após ter parado por conta das chuvas	_____	Notícia	Início das atividades escolares na Escola Leonor Corrêa após os danos estruturais causados pela chuva do mês de janeiro	1,2	Texto na parte inferior da capa do Jornal e na parte inferior da segunda página
28 de março de 1967 Nº 4627	Colégios vão ter banheiros separados: adultos e menor	_____	Notícia	As escolas deverão construir banheiros separados para adultos e menores apenas nas escolas que tenham alunos adultos para evitar a promiscuidade, moral e higiene	1,2	Texto na parte inferior da capa do Jornal e na parte inferior da segunda página

2.3 Formação de Professores

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
---------------------	---------------	----------------	-------------	----------------	---------------	--------------------

6 de março de 1964 Sem numeração	Encerrado com brilhantismo o Curso de Alimentação Escolar	_____	Notícia	Encerramento do Curso de Alimentação Escolar da Campanha Nacional de Merenda Escolar	3	Texto na parte inferior do Jornal colado a anúncio de uma imobiliária
24 de junho de 1964 Nº 3958	“Princípios democráticos” é tema Curso na Educação	AFI	Notícia	Realização de curso para professores sobre os princípios democráticos de formação política no Brasil para todos os professores do Estado do Rio de Janeiro	1	Texto na capa do Jornal
11 de novembro de 1964 Nº 3968	Curso de Eugenia nos Santos Dias	_____	Notícia	Curso de Eugenia para professores primárias do Município com 10 aulas ministrado pelo médico Mário Bacelar	3	Texto na parte inferior do Jornal
1 de maio de 1965 Nº 4100	Concurso de professoras depende de nova lei	_____	Notícia	Aprovação da nova Lei do magistério e possível realização de concurso para professor	5	Texto com fotografia do Secretário de Educação Luiz Braz
17 de agosto de 1965 Nº 4180	Em outubro o concurso para ingresso no Magistério	_____	Notícia	Notícia a realização de concurso para professor no Magistério Estadual	1	Texto na primeira página
25 de agosto de 1965 Nº 4186	Concurso de ingresso ao Magistério	_____	Notícia	Realização do concurso para professor em outubro de 1965	1	Texto na primeira página
1 de setembro de 1965	Curso de	_____	Notícia	A Divisão de Pesquisas e	2	Texto na parte inferior do

Nº 4192	Português para professoras			Orientação Pedagógica do Estado do Rio promove Curso para Professoras Primárias em Niterói		Jornal
14 de dezembro de 1965 Nº 4249	Mais dias para os resultados do concurso de Ingresso ao Magistério	_____	Reportagem	O Secretário Luiz Braz informou que em dez dias será divulgado o resultado do concurso para professores e que as provas apresentam um baixo nível dos candidatos	2	Texto na parte inferior da segunda página
2 de fevereiro de 1966 Nº 4307	Professoras vão escolher vagas amanhã nas regiões	Secretaria de Educação	Anúncio	Escolhas aprovadas irão escolher as vagas nas Sedes das Regiões Escolares	1	Nota na da primeira página
9 de outubro de 1966 Nº 4498	Semana do professor	_____	Notícia	A semana do professor contará com palestras, passeios, missa e cursos	1	Nota na da primeira página

2.4 O Instituto de Educação Clélia Nanci

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
19 de janeiro de 1963 Nº 4018	Curso Normal do I de Educação de S. Gonçalo só em 1965 (Deliberação que provoca protestos)	Belarmino Mattos	Reportagem	Funcionamento da Escola Normal apenas no ano de 1965 gera protestos nas alunas e famílias	1	Texto informado que nas próximas semanas as fotos das alunas matriculadas serão divulgadas
13 de março de 1963 Nº 3533	Pelo funcionamento da Escola Normal do I E	Belarmino de Mattos	Reportagem	Reportagem sobre a necessidade da E. Normal	1	Fotografia das alunas na redação do Jornal (em torno

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
	de São Gonçalo “O Vitorioso SG”			do I. E de SG e grupo de alunas que foram a redação do Jornal		de 15 jovens)
19 de abril de 1963 Nº 3569	Escola Normal “Roberto Silveira”	Arlindo Sampaio	Reportagem	Escola Normal Roberto Silveira e sua criação Portaria 15 D.O março de 1963 Escola Normal Roberto Silveira em SG: sob direção da Sra. Marlene Salgado de Oliveira e Secretaria Marilda Diaz André – CNEG (Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos) 32 alunos matriculados	1	Texto com a reportagem
30 de abril de 1963 Nº 3578	Instituto de Educação precisa funcionar em Toda sua Plenitude	_____	Reportagem	Necessidade do Funcionamento da Escola Normal em SG, atuação do Aécio Nanci e construção do G.E Luiz Palmier e anexo do Ginásio e Escola Normal	1	Texto
03 de maio de 1963 Nº 3580	Ainda sem aulas o IE de São Gonçalo	_____	Notícia	Professores do Curso Normal foram dispensados/demitidos	1	Fotografia com grupo de alunas do Instituto de Educação
29 de fevereiro de 1964 Nº 3690	Instituto de Educação terá 2º e 3º série este ano	_____	Notícia	Entrega de 500 assinaturas das famílias gonçalenses para expansão,	1 e 2	Fotografia da Secretária de Educação Profa. Clezia Faria Diniz, Profa. Léa

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				funcionamento e prédio próprio para o Instituto de Educação. O Governador autorizou o início da matrícula no momento da visita e houve recebimento de carteiras escolares.		Mendonça Diretora do Ensino Médio e alunas matriculadas no Curso Normal
7 de julho de 1964 Nº 3881	Será construído o prédio do Instituto de Educação	Cezar Mattos	Reportagem	Promessa de construção do Prédio do Instituto de Educação e grupo escolar no Paraíso	1	Fotografia do Secretário de Educação Luiz Braz e Deputado Aécio Nanci rodeado e aplaudidos pela população.
8 de novembro de 1964 Nº 3966	Iniciada as obras do Instituto de Educação	_____	Notícia	Início das obras do Prédio do Instituto de Educação na Cidade no bairro da Brasilândia	1	Fotografia dos políticos locais Aécio Nanci, Joaquim Lavoura, Governador Paulo Torres.
23 de dezembro de 1964 Nº 4001	Regime de Pistolão no Instituto de Educação	_____	Noticia	Denúncia de uso de influência política chamada de "pistolão" para cursar o Instituto de Educação	1	Texto na capa e página dois
24 de janeiro de 1965 Sem numeração visível	Curso Normal anexo ao G.E.Luiz Palmier e construção do G.E. Ismael Branco	Cezar Mattos	Reportagem	Visita do Secretário de Educação a Cidade	1	Fotografia do Secretário de Educação Luiz Braz e Deputado Aécio Nanci rodeado e aplaudidos pela população.
5 de dezembro de 1965 Nº 4267	Instituto de Educação funcionará, no próximo ano, em sua toda plenitude, graças à ação de governador Paulo Torres	Belarmino de Mattos	Reportagem	Reportagem do Governador Paulo Torres e Deputado Aécio Nanci sobre funcionamento do Instituto de Educação e expansão dos grupos escolares	1	Fotografia do Governador Paulo Torres assinando documentos ao longo do texto, Secretário de Educação Luiz Braz e Deputado Aécio Nanci.
5 de dezembro de 1965 Nº 4267	Instituto... Continuação da reportagem	Belarmino de Mattos	Reportagem	Continuação da Reportagem...	2	Texto continuando a reportagem anterior.

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
14 de abril de 1966 Nº 4362	Prédio do Instituto de Educação está bem adiantado, diz deputado Aécio	_____	Noticia	Declaração do Deputado Aécio Nanci ao Jornal para informar que as obras do Instituto de Educação já estão bem adiantadas e informa outras obras públicas na cidade	1	Texto com a informação e com retrato do Deputado de cabeça baixa assinando documentos.
14 de abril de 1966 Nº4362 (Continuação)	Prédio do Instituto...	_____	Noticia	Declaração do Deputado Aécio Nanci ao Jornal para informar que as obras do Instituto de Educação já estão bem adiantadas e informa outras obras públicas na cidade	2	Texto com a informação e com retrato do Deputado de cabeça baixa assinando documentos.
21 de abril de 1966 Nº4369	Novo prédio I.E.S.G. no próximo ano letivo	_____	Noticia	No próximo ano letivo o I.E.S.G será inaugurado um novo prédio para o Instituto de Educação de São Gonçalo com 24 salas de aula sendo o único Grupo Escolar Público do Município	1	Texto na capa do Jornal com destaque para o título
23 de fevereiro de 1967 Nº4562	Deputado pede conclusão das obras do I E S G	_____	Noticia	Solicitação do Deputado Ayrton Rachid ao Secretário de Educação e Cultura Elio Monerat Solon de Pontes para conclusão do prédio do	1	Texto de capa com fotografia do Deputado Ayrton Rachid

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				Instituto de Educação “Clélia Nanci”		

2.5 Notas sobre Professores

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
19 de agosto de 1964 Nº 3912	Falecimento do conhecido professor do Colégio Santa Catarina	_____	Notícia	Notícia do falecimento do Prof. Jorge Spyrow	4	Nota de final de página
5 de janeiro de 1965 Nº 4009	Falecimento da Prof. Albertina Campos		Notícia	Notícia do falecimento da Professora Albertina Campos – ex diretora do G. E Nilo Peçanha inaugurado no ano de 1916	1	Texto na primeira página
3 de agosto de 1965 Nº 4163	Professora Ernestina Velasco Seu falecimento	_____	Notícia	Nota de falecimento da Professora Ernestina Velasco	1	Nota no meio da primeira página
8 de outubro de 1966 Nº 4497	Uma candidata do professorado fluminense, Aída Faria deputada	_____	Notícia	Notícia sobre candidatura de deputada da profa. Aída Faria	1	Nota na parte inferior da primeira página
19 de janeiro de 1967 Sem numeração	O Professor Roberto Santos...	Luiz Vivas	Coluna	Nota sobre casamento do Professor Roberto Santos (diretor do Colégio	2	Nota na coluna social

				Califórnia)		
23 de fevereiro de 1967 Nº 4500	Prêmio de melhores do ano Educação	Luiz Vivas	Coluna	Anúncio dos destaques da educação no Município no ano de 1966	2	Nota na coluna social
13 de março de 1967 Sem numeração	Vida Social	Luiz Vivas	Coluna	Texto com elogios a Profa. Altair Paula de Souza que leciona em Itaúna	2	Coluna social com fotografia da Profa. Altair Paula de Souza

CATEGORIA III: A EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

3.1 – Construção/inauguração de escolas

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
18 de junho de 1964 Nº 3870	Grupo Escolar para Paraíso	_____	Notícia	Notícia a preparação para construção do G. E no Paraíso	1	Texto ao final da página
23 de junho de 1966 Nº 4417	Prefeitura constrói Grupos Escolares	_____	Notícia	A Prefeitura está construindo mais 3 Grupos Escolares em parceria com a Secretaria de Educação, nos bairros de Porto Velho, Gradim e Colubandê	1	Texto ao final da página
26 de abril de 1966 Nº 4372	Governador denominou o G.E do Paraíso	_____	Notícia	Assinatura do decreto que denominou o nome do G. E do bairro Paraíso para Coronel João Tarcísio Bueno e que deverá ser inaugurado em julho de 1966	1	Texto na parte central da página
28 de março de 1963 Nº 3054	Lavoura convidado a dirigir Campanha Pró Construção do Ginásio Neves	Belarmino de Mattos	Notícia	Lavoura convidado a dirigir a Campanha Pró Construção do Ginásio em Neves	1	Texto com a notícia na primeira página
4 de maio de 1963	Grupo Escolar Mauá,	_____		Inauguração do Grupo	1	Texto na parte central da

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 3581	sua inauguração hoje			Escolar Mauá em Guaxindiba com presença de autoridades		página
5 de maio de 1963 Nº 3582	Inauguração do Grupo Escolar Mauá	Belarmino de Mattos	Reportagem	Grupo Escolar Mauá construído com recursos da CIA Nacional de Cimento Portland em terreno cedido pela Prefeitura	1	Fotografia do Governador Badger e diretor da CIA Nacional de Cimento
28 de maio de 1963 Nº 3591	Grupo Escolar para Paraíso	_____	Ato oficial	Indicação do Deputado Aécio Nanci ao Governador	1	Texto oficial
30 de novembro de 1963 Nº 3707	Mais uma escola para o bairro de Trindade	Belarmino de Mattos	Reportagem	Imobiliária Trindade Limitada construiu o Grupo Escolar Leonor Correia e entrega aos moradores do bairro de Trindade	1	Fotografia do Prefeito com o dono da Imobiliária
8 de maio de 1964 Nº 3844	Conclusão de Grupos Escolares	_____	Notícia	Texto relacionado a conclusão dos grupos escolares no bairro de Mutuá e Sete Pontes uma antiga demanda da população gonçalense	1	Texto no final da primeira página
29 de julho de 1964 Nº 3897	Inaugurado o G.E. Paulino Pinheiro Baptista	_____	Notícia	Escrita sobre inauguração do G. E Paulino Pinheiro Baptista e a presença de políticos e moradores da localidade	1	Texto na primeira página em destaque
5 de agosto de 1964 Nº 3902	Grupo Escolar Ismael Branco	_____	Notícia	Notícia do nome do G. E que será inaugurado no bairro do Mutuá em homenagem ao Contador e Político Ismael Branco	1	Texto de capa com fotografia do Ismael Branco e biografia

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
11 de agosto de 1964 Nº 3906	Bairro de Trindade terá Escola Primária	_____	Notícia	Notícia da construção de uma escola no bairro de Trindade	4	Texto ao final da página
14 de novembro de 1964 Nº 3981	Grupo Escolar da Trindade em plena fase de construção	_____	Notícia	Início da construção de Grupo Escolar com cinco salas no bairro de Trindade em convênio com o Ministério da Educação	1	Texto na primeira página e com destaque
24 de dezembro de 1964 Nº 3406	Início, a 2 de janeiro, da construção do prédio do Grupo Escolar Nilo Peçanha	_____	Notícia	Construção do novo prédio do G. E Nilo Peçanha a escola mais antiga da Cidade	1	Texto de capa com destaque para a notícia
07 de março de 1965 Nº 4058	Iniciada a Construção do G. E de Munjolos	_____	Notícia	O Deputado Aécio Nanci com o slogan de campanha: binômio “educação e saúde” anuncia início das obras do grupo escolar C. E Balthazar Serrado (ex prefeito e que cedeu o terreno para construção da escola)	1	Notícia de primeira página com destaque e fotografia do Deputado Aécio Nanci
10 de março de 1965 Nº 4060	Segunda feira a inauguração do moderno G. E “Lauro Corrêa”	_____	Notícia	Notícia da inauguração da escola e os planejamentos para o evento	1	Texto em destaque na capa
14 de março de 1965 Nº 4064	Amanhã a inauguração do moderno Grupo Escolar “Lauro Corrêa” no bairro de Trindade	_____	Notícia	Notícia da inauguração do Grupo Escolar “Lauro Corrêa” no bairro de Trindade tido como uma escola moderna e apresentando a biografia do	1	Notícia de primeira página com destaque e fotografia do Secretário Luiz Braz com texto referente a biografia do patrono Lauro Corrêa

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
21 de março de 1965 Nº 4069	Obra modelar e ampla o G.E. Lauro Corrêa	_____	Notícia	Inauguração do G. E Lauro Corrêa no bairro de Trindade com presença de autoridades locais.	1	Texto de capa com destaque e fotografia do Prefeito Lavoura e esposa do Lauro Corrêa (patrono da escola)
29 de abril de 1965 Nº 4098	Em maio a inauguração do novo e imponente “G. E Ismael Branco”	_____	Notícia	Anúncio da inauguração do G.E Ismael Branco		Texto de capa com fotografia do Secretário de Educação Luiz Brás.
23 de maio de 1965 Nº 4116	Prefeitura colabora na construção do G.E. do Paraíso	_____	Notícia	Apresenta o empréstimo de máquinas de terraplanagem para construção de grupo escolar	1	Texto sobre a notícia
27 de maio de 1965 Nº 4119	Ansiedade para inauguração do Grupo E. Ismael Branco	_____	Notícia	No dia 9 de junho será inaugurado o G. E Ismael Branco iniciada em 1959.	1	Texto de capa com fotografia do Secretário de Educação Luiz Brás e o Deputado Aécio Nanci
13 de junho de 1965 Nº 4129	Modelar o G. E “Ismael Branco” inaugurado no dia 9 pelo Governador Paulo Francisco Torres	_____	Notícia	Inauguração do G. E “Ismael Branco” com presença do Governador, autoridades locais e comunidade no bairro de Mutuá	1	Texto de capa com destaque e fotografia das autoridades presentes discursando.
11 de julho de 1965 Nº 4151	Grupo Escolar no Jardim Catarina: Prefeitura está	_____	Notícia	Anúncio da construção de uma escola no bairro de Jardim Catarina	1	Texto sobre o assunto no meio da página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
	construindo					
9 de setembro de 1965 Nº 4237	Um decreto feliz do Governador Paulo Torres: Criado o Grupo E. Professora Odysseá Silveira Siqueira	_____	Notícia	Informação que o G.E do Coelho se chamará Professora Odysseá Silveira Siqueira	1	Texto de capa com destaque
27 de outubro de 1965 Nº 4236	Paulo Tôrres inaugura hoje o G.E. Coronel Serrado, em Munjolos	_____	Notícia	Inauguração do Grupo Escolar em Monjolos mediante esforços do Deputado Aécio Nanci	1	Texto com a notícia e fotografia do Governador Paulo Torres
28 de outubro de 1965 Nº 4218	Inaugurado ontem o Grupo Escolar Coronel Serrado em Munjolos – SG	_____	Notícia	Notícia da inauguração do Grupo Escolar em Munjolos com terreno cedido pelo Sr. Balthazar Serrado	1	Texto de capa com destaque
11 de novembro de 1965 Nº 4247	Prefeito desapropria área para construção de Escola	_____	Notícia	Notícia sobre desapropriação do terreno que pertencia a Imobiliária Alcântara para construção de grupo escolar	1	Texto com destaque
25 de dezembro de 1965 Nº 4281	Novas escolas estão sendo quase concluídas	_____	Notícia	Apresenta a construção de grupos escolares que irão atender cerca de mil crianças em convênio com a Prefeitura Municipal de São Gonçalo	1, 2	Texto em duas páginas noticiando a necessidade das escolas nos bairros
15 de maio de 1966 Nº 4387	Novos Grupos Escolares receberão os nomes do Monsenhor Barenco, Professora	_____	Notícia	Apresenta os nomes dos Grupos Escolares a serem inaugurados no bairro Coelho, Jardim Catarina e	1	Fotografia do Monsenhor Barenco com texto apresentando a biografia dos patronos dos Grupos

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
	Adélia Martins e Professor Trasilbo Filgueiras			Boassú		Escolares
17 de maio de 1966 Nº 4388	Justa homenagem a mestres na inauguração de estabelecimentos de ensino no Boaçu, Jardim Catarina e Coelho	_____	Notícia	Texto noticiando a homenagem dos patronos nomeados aos novos Grupos Escolares	1, 2	Texto com fotografia do Governador Paulo Torres com continuação na segunda página
18 de maio de 1966 Nº 4389	Inaugurados ontem Grupos Escolares construídos pela Prefeitura de S.G em convênio com a Secretaria de Educação	Belarmino de Mattos	Reportagem	Reportagem sobre a solenidade de inauguração dos Grupos Escolares Trasilbo Filgueiras: Adélia Martins e Monsenhor Barenco Coelho	1	Texto na primeira página com destaque
29 de maio de 1966 Nº 4401	Inaugurada as ampliações do G. E Nilo Peçanha	_____	Notícia	Participação do Governador Paulo Torres na inauguração de nove salas no G. E Nilo Peçanha	1	Texto na primeira página com destaque
5 de julho de 1966 Nº 4427	Lavoura inaugurará dia 9 dois Grupos Escolares	_____	Notícia	Anúncio da inauguração em dois grupos escolares na Cidade no Colubandê e Gradim	1	Texto pequeno com notícia da inauguração
7 de agosto de 1966 Nº 4454	Governador Paulo Torres visita São Gonçalo amanhã: Vai inaugurar G.E. Antonieta Palmeira e Francisco Lima	_____	Notícia	Anúncio da vinda do Governador para inauguração de dois Grupos Escolares na Cidade. Apresenta a biografia da Profa. Antonieta Palmeira e do Sr. Francisco Lima	1	Texto na primeira página com destaque
14 de agosto de 1966	Inauguração do G.E.	_____	Noticia	Notícia da inauguração do	2	Fotografia do hasteamento

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4459	Antonieta Palmeira			G.E Antonieta Palmeira e presença de autoridades		da bandeira pelo Ex Governador Paulo Torres, Prefeito Joaquim Lavoura, Deputado Geremias de Mattos Fontes, Secretário de Educação Paulo Couto e engenheiro Aluizio Belarmino de Mattos
19 de agosto de 1966 Nº 4463	Inauguração do G.E. Francisco Lima	_____	Notícia	Notícia da inauguração do Grupo Escolar Francisco Lima, presença de autoridades e familiares do patrono da escola	1	Texto na primeira página
24 de agosto de 1966 Nº 4466	Abertura de concorrência para construção de G.E	Prefeitura Municipal de São Gonçalo	Aviso	Abertura de concorrência para construção do Grupo Escolar no bairro de Santa Catarina	2	Texto sobre o assunto
27 de outubro de 1966 Nº 4513	Criado G.E. no bairro Boaçu	_____	Notícia	Criação de um Grupo Escolar no bairro Boaçu a ser denominado “Monsenhor Barenco Coelho”. A escola foi inaugurada no mês de maio de 1966 e criado em outubro de 1966	1, 2	Texto pequeno na primeira e segunda página
28 de março de 1967 Nº 4655	A secretária de Obras vai reconstruir o G.E. Nilo Peçanha	_____	Notícia	O Secretário de Obras Aluizio Belarmino de Mattos anunciou que irá reconstruir o G.E Nilo Peçanha	1	Capa do Jornal em destaque
29 de março de 1967	G.E. do Paraíso será	_____	Notícia	Inauguração do G. E do	1	Capa do Jornal em destaque

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4656	inaugurado em 60 dias			Paraíso em 60 dias com 16 salas de aula		

CATEGORIA IV: A PRIVATIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
4 e 5 de abril de 1963 Nº 3560	Notas de Reportagens: Bolsa de Estudo	Belarmino de Mattos	Editorial/Notas	Agradecimento a Vereadora Aída Vieira	1	Texto sem imagens
14 de agosto de 1963 Nº 3643	Não desfilarão em 7 e 22/09 os Colégios se não receberem as bolsas de 1962	_____	Noticia	Ameaça de não desfile se não pagar a Bolsa	1	Texto em letras maiúsculas na 1ª página
15 e 16 de agosto de 1963 Nº 3644	Ultimatum dos colégios ao Governo do Estado	_____	Noticia	Não pagamento das bolsas de estudo as escolas particulares: Colégio Paraíso, Colégio Santa Catarina, Colégio São Paulo, Colégio Independência, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora das Dores e Colégio São Gonçalo	1	Texto no meio da página
18 de julho de 1964 Nº 3892	Bolsas de estudos serão pagas	_____	Noticia	Noticia relativa ao pagamento de bolsas de estudo referentes a 72	1	Texto no meio da página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				processos, dentre eles: Colégio Santa Catarina, São Gonçalo, Independência		
3 de janeiro de 1965 Nº 4006	No exame de admissão do Ginásio Califórnia	Direção do Ginásio Califórnia	Informativo	A direção do Ginásio Califórnia informa aluno aprovado no exame de admissão e contemplados com Bolsa de Estudos	4	Texto informativo sobre exame de admissão
28 de janeiro de 1965 Nº 4028	Como requerer Bolsa de Estudo	_____	Notícia	Notícia sobre a Comissão Municipal e publicação dos documentos para concorrer a Bolsa de Estudos	1, 2	Texto na primeira página
7 de maio de 1966 Nº 4381	400 alunos receberão bolsas e Inspetora faz convocação	_____	Notícia	Documento com relação dos 400 alunos com direito à bolsa de estudos	1	Texto na capa do Jornal
24 de maio de 1966 Nº 4393	Estudantes no caos: governo não paga bolsas de estudo	_____	Notícia	Tumulto nas escolas particulares proibido acesso de alunos bolsistas a sala de aula sem o recibo de quitação da mensalidade	1	Texto no início da primeira página
26 de maio de 1966 Nº 4395	Solução de problemas dos alunos bolsistas para breve	_____	Notícia	Alunos bolsistas suspensos das aulas cobram a resolução do repasse das mensalidades e fica prometido uma Comissão para definição do pagamento.	1	Texto no centro da primeira página
15 de setembro de 1966 Nº 4482	Novamente ameaçados os Estudantes Bolsistas	_____	Notícia	Estudantes novamente ameaçados de serem suspensos das aulas caso não efetuem o pagamento das bolsas de estudo	1, 3	Texto no início da página em destaque e continuação na folha seguinte

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				atrasadas pelo Governo Estadual. Ameaçam novo “quebra quebra” na escola.		
6 de outubro de 1966 Nº 4496	COFES avisa: Bolsistas não devem pagar aos colégios	Confederação Fluminense dos Estudantes Secundários	Reportagem	A Confederação Fluminense dos Estudantes Secundários (COFES) avisa aos alunos para não pagarem nenhuma mensalidade relativas as bolsas atrasadas	1	Texto no centro da primeira página
8 de outubro de 1966 Nº 4498	Bolsistas e Diretores satisfeitos com verba	_____	Notícia	Liberação das verbas para pagamento das bolsas atrasadas agrada bolsistas e diretores	1	Texto no centro da primeira página com fotografia do representante dos pais dos alunos Sr. Nerval Corrêa da Silva
22 de fevereiro de 1967 Nº 4601	Suspensa concessão de bolsas de estudo	_____	Notícia	O Gabinete de Secretário de Educação informou que a pasta suspendeu novas bolsas de estudo para o corrente ano até que seja feito um levantamento das bolsas já concedidas	2	Texto na lateral da segunda página
23 de fevereiro de 1967 Nº 4602	Relação de bolsistas do Sindicato das indústrias	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Gonçalo	Edital	Edital com listagem dos trabalhadores e seus filhos “contemplados” com as bolsas de estudo.	4	Texto de página inteira
28 de fevereiro de 1967	Colégio particulares	_____	Notícia	As mensalidades escolares	1	Texto na parte inferior da

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
Nº 4595	mais caros			estão 25% mais caras no ano de 1967 e ainda assim houve grande procura para matriculas nas escolas privadas		capa do Jornal
28 de fevereiro de 1967 Nº 4595	Estudantes receberão bolsas de estudo amanhã na AGE	_____	Noticia	Alunos carentes podem solicitar bolsas de estudo na Associação Gonçalense de Estudantes	1	Texto na capa com o assunto relacionado
29 de março de 1967 Nº4656	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos	Valério Gomes de Mattos	Edital	Prestação de contas do G. E Adino Xavier recursos das bolsas de estudo e balancete do ano de 1966	1	

CATEGORIA V: AS PISTAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO CONTEXTO DITATORIAL

5.1 As Ações do Ministério da Educação

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
11 de abril de 1963 Nº 3561	Lavoura promete alfabetização	Viana Barros “Imundinho”	Coluna “Uma tribuna a serviço do bairro”	Escrita sobre as realizações e promessas do Prefeito Lavoura na educação	4	Texto com foto do Prefeito
23 de novembro de 1963 Nº 3700	No proximo ano não faltarão escolas....	Belarmino de Mattos	Reportagem	Declaração da Profa. Antinéia Silveira Miranda sobre expansão de vagas	1	Texto em destaque
04 de janeiro de 1964 Nº 3722	Abertas inscrições para Alfabetizadores	_____	Noticia	Convocação de pessoas com curso ginásial completo para atuar na Campanha Nacional de Alfabetização	1	Texto no centro da página
10 de janeiro de 1964 Nº 3659	Ministro Sambaqui: Campanha Contra Analfabetismo começa dia 12 no R.J	_____	Notícia	Ministro Júlio sambaqui informa que iniciará Campanha de Alfabetização Método “PF”	1	Texto ao final da página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
6 de fevereiro de 1964 Nº 3672	Alfabetização de Adultos	_____	Notícia	Lançamento da patriótica campanha de alfabetização de adultos em São Gonçalo sob coordenação de Horácio Mattos Monteiro	1	Texto em destaque
17 de março de 1964 Nº 3723	Congresso do Ensino Primário	_____	Notícia	Congresso Estadual dos Professores no Estádio Caio Martins	1	Texto no meio do Jornal
26 de março de 1964 Nº 3725	400 mil Analfabetos adultos serão alfabetizados	_____	Notícia	Promessa de alfabetização de 400 mil analfabetos a partir dos Círculos de Cultura de Paulo Freire	1	Texto no centro da página
28 de abril de 1964	Em benefício da Merenda Escolar	_____	Notícia	Reunião com os professores e a Inspetoria Municipal para solucionar a falta de alimentos para a merenda escolar com a realização de festas com bingo	1	Texto na primeira página
17 de junho de 1964 Nº 3869	Meta de Paulo Torres é levar escola onde estiver a criança: RJ	_____	Notícia	Notícia sobre ampliação do Ensino Primário no Estado	1	Texto na primeira página
25 de junho de 1964 Nº 3875	Rede Escolar de S. Gonçalo vai ser ampliada	_____	Notícia	Anúncio da expansão da rede escolas na Cidade e bairros	1	Texto na primeira página
24 de julho de 1964 Nº 3894	Cerca de 350 salas de aula serão	_____	Notícia	Notícia sobre expansão das salas de aula até o	1	Texto na primeira página

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
	entregues até o final do ano ao povo fluminense			final do ano de 1964		
29 de outubro de 1964 Nº 3958	Censo Escolar 1964	Secretaria de Educação	Convocação	Convocação para professores e diretores comparecerem para instruções sobre a realização do Censo Escolar no ano de 1964	1	Texto sobre o tema.
3 de junho de 1965 Nº 4122	A pedido do Dep. Geremias o MEC revela: 19 milhões de analfabetos em 1970	_____	Notícia	Ministério da Educação responde requerimento do Deputado Federal Geremias Mattos Fontes sobre quantidade de analfabetos	1	Texto com fotografia do Deputado Federal Geremias de Mattos Fontes
10 de setembro de 1965 Nº 4199	Aécio Nanci diz que o Estado se empenha no setor educação	Belarmino de Mattos	Reportagem	Reportagem do Deputado Aécio Nanci sobre o binômio educação e saúde, e seu empenho na área de educação.	1	Fotografia do Deputado e texto com a reportagem
05 de março de 1966 Nº 4330	Profícuo o ano de 1965 para a Secretaria de Educação	_____	Notícia	Informações da Secretaria Estadual de Educação apresentando as realizações realizadas no ano de 1965	1	Texto em destaque na página principal do Jornal com grande destaque
11 de março de 1966 Nº 4334	Não faltarão escolas para crianças do Rocha	_____	Notícia	Informe sobre a Chefe da Inspeção Laurinda Pereira afirmando que no ano de 1966 não faltarão escolas para as crianças gonçalenses	1	Texto ao meio da página
15 de maio de 1966 Nº 4387	Ministro confessa falhas na Educação	Cezar Belarmino	Notícia	Ministro da Educação Pedro Aleixo confessa a omissão no passado, o atraso educacional situa o Brasil	4	Texto em destaque na última folha do Jornal

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
				entre as três mais retardadas nações americanas e faz algumas promessas		
7 de junho de 1966 Nº 4404	CNAE faz levantamento de escolas sem alimentos para os estudantes	_____	Notícia	A Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE fará levantamento para das escolas sem alimentos para a merenda escolar	1	Texto na capa do Jornal com a fotografia do Professor Hélio Gama – Superintendente do CNAE
30 de setembro de 1966 Sem numeração	MEC terá 1 trilhão de cruzeiros em 67	_____	Notícia	Informação pelo titular do Ministério da Educação Sr. Moniz Aragão de que o MEC terá 1 trilhão de cruzeiros no ano de 1966 para investimentos na área de educação	1	Texto na capa com o assunto relacionado
23 de dezembro de 1966 Nº 4560	MEC libera 11 bilhões para o ensino primário e médio	_____	Notícia	Informação de liberação do MEC de 11 bilhões para investimentos no ensino primário e médio em diversos Estados do país.	1	Texto na capa com o assunto relacionado
3 de janeiro de 1967 Nº 4568	Educação Cívica é obrigatória	_____	Notícia	Decreto que institui o ensino de Educação Cívica no currículo escolar	1	Texto na capa com o assunto relacionado
3 de março de 1967 Nº 4630	A Revolução que (ainda) não chegou no Ensino	Fernando Felix	Coluna	Escrita sobre a falta de vagas para os alunos nas escolas públicas	2	Texto sobre o assunto
16 de março de 1967 Nº 4616	Escolas de S. Gonçalo com maior número de vagas	_____	Notícia	Aumento no número de vagas nas escolas Sena Borges, Camilo da Silveira e Maria Dias	1	Texto com a informação e fotografia do Prefeito Osmar Leitão

5.2 – Os direitos dos Professores

Data/ Edição	Título	Autoria	Tipo	Assunto	Página	Iconografia
28 de fevereiro de 1964 Nº 1758	Novos vencimentos para professores fluminenses	_____	Notícia	Notícia sobre aumento dos vencimentos dos professores estaduais	1	Texto curto na primeira página
23 de junho de 1964 Nº 3873	Tem nova diretoria o Sindicato dos professores	_____	Notícia	Posse da nova diretoria do Sindicato de Professores de Niterói e São Gonçalo	1	Texto na primeira página
28 de outubro de 1964 Nº 3957	Professôras aguardam medidas pleiteadas ao Secretário de Educação: G.E Nilo Peçanha	_____	Notícia	Notícia sobre solicitação dos professores referentes a segurança, acesso ao telefone e iluminação no acesso as salas de aula	1	Texto na primeira página e em destaque no Jornal
5 de fevereiro de 1966 Nº 4310	Professores se reúnem hoje para debater sobre aumento salarial	_____	Notícia	Reunião dos professores com o Sindicato de Professores para discutir aumento do salário já defasado. Caso não haja acordo poderá ser deflagrada uma greve nas escolas particulares	1	Texto central na primeira página

